



**Contributos para a construção de um Roteiro sobre a  
Violência Doméstica para o Município do Porto:  
Uma experiência de estágio curricular numa Autarquia**

Maria João Parreira do Rosário

Relatório de Estágio apresentado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação sob a orientação da Professora Doutora Cristina e Rocha e co-orientação da Professora Doutora Maria José Magalhães

Outubro de 2017

## **Resumo**

A violência doméstica é um flagelo que tem bastante impacto na nossa sociedade. Construída social, cultural e individualmente, numa sociedade machista e patriarcal, constitui um problema transversal a toda a sociedade e apresenta impactos devastadores, não apenas na(s) vítima(s), mas em todos/as nós. Torna-se, por isso, essencial, a prevenção, combate e intervenção para a sua erradicação, nos diferentes níveis: quer na implementação de medidas de política social e legislativa, quer numa intervenção específica com vítimas e reeducação de agressores, quer, ainda, ao nível da prevenção primária, junto das faixas etárias mais jovens, visto serem consideradas um forte elo de mudança e rutura com as visões estereotipadas da atualidade.

A Câmara Municipal do Porto, através da Divisão de Ação Social, onde tive oportunidade de desenvolver o estágio curricular, apresenta, nos seus diversos projetos, uma preocupação com este problema social tão complexo. Neste sentido, foi desenvolvido o V Plano Municipal contra a Violência Doméstica (2013-2015), constituindo-se como o pilar orientador da minha ação na CMP. Após o estudo do Plano, e tendo em conta as necessidades manifestadas pela Divisão, foi-me proposta a construção de um Roteiro sobre a Violência Doméstica, para a cidade do Porto. O tempo disponível para o estágio (seis meses) não permitiu a construção de um Roteiro exaustivo, mas a construção de um guião orientador, com vários contributos.

Salienta-se que, nestes contributos, constam várias informações, como por exemplo, um amplo quadro teórico sobre a violência doméstica, a legislação, os projetos em vigor em algumas das instituições que atuam nesta área. Salienta-se, ainda, o contacto e a realização de entrevistas com instituições especializadas e com Juntas de Freguesia, para captar as perceções das/os profissionais em relação à violência doméstica.

A importância do documento elaborado revela-se pela sua utilidade como ferramenta de trabalho, não apenas para a CMP, mas também para todas as pessoas e instituições interessadas em intervir neste campo. Acreditamos que a intervenção de um(a) especialista em educação e, neste caso, no desenvolvimento deste tipo de pesquisa, se revelou fundamental, pela abrangência teórica e ética da sua formação, assim como pelo trabalho metodológico desenvolvido, nomeadamente, ao nível dos procedimentos de recolha de dados documentais e presenciais acionados.

## **Abstract**

Domestic violence is a scourge affecting our community to a great extent. Being socially, culturally and individually built in a chauvinist society, this is a problem that affects the entire society and it carries devastating effects, not only on the victims but as well on all of us. Therefore, it is essential to prevent it, to fight it and to intervene in multiple levels to eradicate it, such as: in implementing social and legislative policies, in leading specific approaches to the victims and in the re-education of the abusers, and at the level of primary prevention, addressing youngsters, taking into account that this is an age group that is able to bring a change dissolving stereotypical misconceptions.

The City Council of Porto, through the Division of Social Action, where I had the opportunity to complete my curricular internship, raises its concern regarding this complex social problem in many of its projects. In this regard, the V Municipal Plan against Domestic Violence (2013-2015) was developed, which was the main guidance of my work in the City Council of Porto. After studying the Plan, and after taking into account the needs that the Division expressed, I was offered the proposal of making a Guide on Domestic Violence in Porto. The internship time I had (six months) did not allow me to produce a thorough Guide, but it allowed me the conception of a guide, with many different contributions.

It is important to stress that these contributions include several information, namely a theoretical framework on domestic violence, the current legislation, and the ongoing projects in some of the specialist institutions working in this field. It is important to emphasize as well the approach and the interviews held with the institutions and with the town councils, by which it was possible to apprehend the perceptions of the professionals in the matter of domestic violence.

The importance of this document is highlighted by the utility it has as a working tool, not only for the City Council of Porto, but also for all the people and institutions willing to work in this field. We have concluded that the intervention of an educational expert, particularly in regard with the development of this type of research is essential, due to its ethical and theoretical grounding, and also due to the methodological work that was made, in particular, the procedures that were developed in collecting documentary and data collected in person.

## Résumé

La violence domestique est un fléau impactant toute notre société. En étant construite au niveau social, culturel et individuel, dans une société machiste et patriarcale, la violence domestique est un problème transversal à l'ensemble de la société, ayant des impacts dévastateurs, non seulement sur la victime, mais aussi sur nous tous. La prévention, le combat et l'intervention sont donc essentielles pour éradiquer la violence, et ceci à différents niveaux: soit dans la mise en œuvre de mesures de politique sociale et législative, soit dans une intervention spécifique auprès des victimes et la rééducation des agresseurs, et aussi au niveau de la prévention primaire, parmi les groupes d'âge les plus jeunes, puisqu'ils sont considérés comme un lien fort de changement et de rupture avec les visions stéréotypées de l'actualité.

La Chambre Municipal de la Ville de Porto, à travers sa Division d'Action Sociale, où j'ai eu l'occasion de développer le stage curriculaire, présente, dans ses différents projets, un souci avec ce problème social si complexe. Dans cette optique, il a été développé le V Plan Municipal contre la Violence Domestique (2013-2015), constituant lui-même le pilier qui a orienté mon action au sein du CMP. Suite à une analyse critique de ce même Plan et, en tenant compte des besoins manifestés par la Division, il m'a été confié la construction d'une Feuille de Route de La Violence Domestique, pour la ville de Porto. Le temps disponible pour le stage (six mois) n'a pas permis la construction d'une Feuille de Route exhaustive, néanmoins un guide d'orientation avec plusieurs contributions a été produit.

Il convient de noter que ces contributions contiennent diverses informations, telle qu'un large cadre théorique sur la violence domestique, la législation et les projets en vigueur dans certaines institutions qui interviennent dans ce domaine. Il est également important de noter l'existence de contact et la réalisation d'entretiens avec des institutions spécialisées, ainsi que les Hôtels de Ville, afin de saisir les perceptions des professionnels en matière de violence domestique.

L'importance de ce document est révélée par son utilité en tant qu'outil de travail, non seulement pour le CMP, mais aussi pour toutes les personnes et institutions intéressées à intervenir dans ce domaine. Nous croyons que l'intervention d'un spécialiste en éducation et, en l'occurrence, dans le développement de ce type de recherche, s'est avérée fondamentale, en raison de la portée théorique et éthique de sa formation, ainsi que du travail méthodologique développé, notamment au niveau des procédures des collectes de données documentaires et présentes actionnés.

## **Agradecimentos**

À minha orientadora, Professora Doutora Cristina Rocha, pela ajuda, empenho, preocupação e apoio ao longo de todo este processo. Também quero agradecer à minha co-orientadora, Professora Doutora Maria José Magalhães, que com o seu vasto conhecimento na área, se tornou fundamental ao longo deste trabalho. Obrigada, também, pelas suas minuciosas correções, que tornaram este relatório bastante completo.

Quero também agradecer à minha supervisora local, Dra. Otília Oliveira, que, apesar de estar constantemente numa correria, arranjava tempo para me orientar e esclarecer várias dúvidas ao longo de todo o processo. Aproveito, ainda, para agradecer a toda a equipa técnica da Divisão de Ação Social, por me ter auxiliado quando precisei.

Aos meus pais, Fátima e João, por todo o apoio constante, porque mesmo apesar da enorme distância, é como se estivessem sempre aqui. Apesar de todos os obstáculos e dificuldades, foram e serão sempre os meus pilares, o meu grande suporte. Sem dúvida que, sem vocês, todo este caminho percorrido não teria sido possível. Também aos meus irmãos (e ao Zé, que mesmo não sendo irmão, é como se fosse!), pela preocupação sempre demonstrada, e à minha querida sobrinha Bárbara, a criança mais dócil e meiga que uma alguma vez conheci, obrigada por, mesmo sem teres noção disso, me fazeres os dias tão felizes e despreocupados.

Aos meus amigos Cláudio e Luís, o melhor que o Alentejo me deu a nível de amizades, obrigada por me demonstrarem que o longe se torna perto, e que mesmo estando imenso tempo sem falar convosco, a vossa reação será sempre a mesma quando falam comigo. Obrigada pelo vosso interesse, nesta minha caminhada, obrigada por poder desabafar convosco, e pelo apoio.

À Andreia, à Bruna, à Glasielle e à Tânia. Andreia, com essa tua personalidade tão característica, obrigada por me fazeres sorrir tantas vezes, e um grande obrigada pela tua preocupação. Bruna, talvez a pessoa mais parecida comigo que alguma vez conheci, obrigada por seres uma pessoa tão presente, por depositares tanta confiança em mim, e por me ouvires, sempre. Os meus dias tornam-se, definitivamente, melhores quando falo contigo. Obrigada por toda a paciência e pelos bons momentos passados! Glasielle, a melhor conselheira do mundo! A pessoa mais prestável e extrovertida que conheço. Obrigada por, também, estares sempre lá, e me aconselhares. Sempre que precisei, lá estavas tu, pronta e disponível para me ouvir. Obrigada por toda a preocupação, e por me motivares, e “puxares” para cima, quando me viste em baixo. À Tânia, pela boa disposição, responsabilidade e frontalidade que sempre te caracterizaram. Obrigada pela

preocupação e apoio que me deste ao longo destes cinco anos. Graças a vocês, tudo se tornou mais fácil, obrigada pelo companheirismo sempre presente, pelos desabafos, pelo apoio, pelos risos, e até mesmo pelos choros. Longe ou perto de vocês, prometo que vos levarei sempre no meu coração. É caso para dizer, “não de sempre, mas para sempre”.

Por último, um grande obrigada a toda a comunidade da FPCEUP por me ter acolhido tão bem ao longo deste cinco anos. Um bem-haja para todos vós.

## **Índice de Abreviaturas**

CE – Ciências da Educação

CEDAW - Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CMP – Câmara Municipal do Porto

CP – Código Penal

DAS – Divisão de Ação Social

EIE – Entrevista às Instituições Especializadas

EJF – Entrevistas às Juntas de Freguesia

GNR – Guarda Nacional Republicana

IE – Instituições Especializadas

JF – Juntas de Freguesia

MP – Ministério Público

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PSP – Polícia de Segurança Pública

TAV – Técnico(a) de Apoio à Vítima

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

VD – Violência Doméstica

## **Índice de Tabelas**

Tabela n.º1 - Remuneração base média e ganho médio de homens e mulheres em Portugal.....37

Tabela n.º 2 – Categorias e subcategorias das análises de conteúdo efetuadas.....61

## **Índice de Figuras**

Figura n.º1 – O ciclo da violência.....26

## Índice

Introdução.....	11-13
Capítulo I – Caracterização do local de estágio.....	14
1.1 Divisão de Ação Social: Objetivos e Competências.....	14-15
1.2 Divisão de Ação Social: Projetos.....	15-16
1.3 O projeto de estágio.....	17
Capítulo II – Enquadramento Teórico.....	18
2.1 Violência doméstica e violência de género – os conceitos centrais deste trabalho.....	18-20
2.1.1 Violência de Género: Um problema individual, social e cultural.....	20
2.1.2 Género e Sexo: Que diferenças?.....	21-23
2.2 Violência Doméstica: Um Crime Público.....	23-26
2.3 O ciclo da violência.....	26-27
2.4 Os custos da violência doméstica.....	27-29
2.5 Os danos da violência doméstica nas crianças e jovens.....	29-31
2.6 A importância das Ciências da Educação na problemática da violência doméstica e de género.....	31-34
2.7 A educação e a ação das Ciências da Educação numa autarquia.....	34-35
Capítulo III - Enquadramento Jurídico-Legal Internacional da Violência Doméstica....	36
3.1 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979).....	36-37
3.2 Declaração e Programa de Ação de Viena (1993).....	38
3.3 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994).....	38-39
3.4 Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 1995).....	40
3.5 Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (Convenção de Istambul, 2011)....	41
3.6 Diretiva Europeia para as Vítimas (2012).....	41-42
Capítulo IV - O estágio curricular.....	43
4.1 A escolha e a pertinência do contexto de estágio.....	43
4.2 O percurso no estágio.....	43
4.2.1 A entrada no terreno e os primeiros contactos com a DAS.....	43-45



4.2.2	Objetivos e organização do contributo para a DAS.....	45-46
4.2.3	Ações inerentes à produção do contributo para a DAS.....	47
4.2.4	O contacto com as instituições e os constrangimentos encontrados.....	48-49
4.3	Outras atividades desenvolvidas no contexto de estágio.....	49
4.3.1	Participação na Conferência “Crescer Ser”.....	49
4.3.2	Participação na Children Street Store.....	50
4.3.3	Participação na organização da apresentação dos projetos “Aconchego” e “Cidades Amigas das Pessoas Idosas”.....	50-51
4.3.4	Participação na Cerimónia de Entrega dos Instrumentos no âmbito do projeto “Música para Todos”.....	51
4.3.5	Participação na Ronda aos Sem Abrigo.....	51-52
4.3.6	Participação na Conferência “Violência Doméstica”.....	52
Capítulo V	- Fundamentação Metodológica e Ética.....	53
5.1	Enquadramento Epistemológico e Ético.....	53
5.2	Opções metodológicas.....	55
5.2.1	Análise Documental.....	55-56
5.2.2	Entrevista Semi-Estruturada.....	56-57
5.2.3	Observação Participante.....	57
5.2.4	Notas de Terreno.....	58
5.2.5	Análise de Conteúdo.....	58
5.3	Questões Éticas.....	58-59
Capítulo VI	- Apresentação e Discussão dos Resultados.....	60-62
6.1	A violência doméstica enquanto construção social e problema cultural.....	62-63
6.2	Danos provocados pela violência doméstica.....	63
6.2.1	Danos da violência doméstica em crianças e jovens.....	63-64
6.2.2	Danos da VD em vítimas adultas.....	64-65
6.2.3	Impactos da VD na sociedade.....	65-66
6.3	Valências das Instituições.....	66-67
6.4	Principais dificuldades manifestadas pelas instituições.....	67
6.4.1	Dificuldades percecionadas pelos técnicos/as relacionadas com o apoio à vítima.....	67-70

6.5 Falhas Identificadas pelas instituições no que diz respeito às estruturas que atuam no âmbito da violência doméstica.....	70-71
6.6 Preocupações no atendimento, encaminhamento e intervenção das vítimas.....	72-75
6.7 A importância da prevenção para a desconstrução dos papéis de género.....	75-76
6.7.1 Estratégias de prevenção.....	76-79
6.8 Projetos em curso na área da violência doméstica nas IE.....	79
6.9 Importância da Formação dos/as técnicos/as na área da violência doméstica.....	79-80
Capítulo VII - Reflexão Crítica.....	81-82
Considerações Finais.....	83-84
Referências Bibliográficas.....	85-89
Documentos Oficiais e Legislação Consultada.....	89
Apêndices.....	90
Apêndice I - Guião de Entrevista (Juntas de Freguesia).....	91
Apêndice II – Guião de Entrevista (Instituições Especializadas).....	92
Apêndice III - Documento enviado para as juntas de freguesia e instituições com o objetivo de dar a conhecer o estudo realizado.....	93-94
Apêndice IV – Transcrição das Entrevistas (JF).....	95-126
Apêndice V – Transcrição das Entrevistas (IE).....	127-189
Apêndice VI – Análise de Conteúdo (Entrevistas JF).....	190-212
Apêndice VII – Análise de Conteúdo (Entrevistas IE).....	213-252

## Introdução

O presente relatório surge no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, promovido pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade do Porto e constitui o produto final do estágio frequentado. Este estágio decorreu de Outubro de 2016 a Junho de 2017, na Divisão de Ação Social da Câmara Municipal do Porto. De entre os inúmeros projetos e áreas que me foram apresentados, decidi enveredar por uma área que ainda não tinha tido oportunidade de explorar: a violência doméstica. Como tal, e visto não existir um projeto sólido que pudesse integrar neste âmbito, o que acabou por ser o meu “ pilar ” orientador, e que proporcionou a minha ação na CMP, foi o V Plano Municipal contra a Violência Doméstica (2013-2015). Tendo por base este Plano, foi construído um documento que constitui o produto final do estágio. Esse documento consiste num conjunto de informações sobre a violência doméstica, contributos e que servirão para a construção de um *Roteiro sobre a Violência Doméstica para a cidade do Porto*.

Este *Roteiro* pode definir-se como guião orientador, e que serve de base à CMP, para a elaboração, por parte da CMP, de um Roteiro completo sobre a violência doméstica para a Cidade do Porto. Tendo em conta o tempo de permanência no local de estágio e o processo burocrático associado à recolha de informação junto das várias instituições, frisamos que, essencialmente, devido a esses dois fatores, não foi possível a construção de um *Roteiro* completo, já com todas as informações que seriam desejáveis.

Importa ainda mencionar que este relatório enquadra todo o produto final que acabou de ser referenciado - e que se encontra impresso autonomamente deste relatório - dando, também, conta de como todo o processo se desenvolveu, e aprofundando-o, sobretudo no que diz respeito à teoria sobre a violência doméstica, e à análise dos resultados, visto que se pretendia que o documento para a CMP fosse mais sintetizado e demonstrasse os resultados que, efetivamente, a CMP necessita, ou seja, aqueles que foram delineados como imperativos. As questões trabalhadas foram as seguintes: i) as principais necessidades das instituições; ii) as preocupações durante o atendimento, encaminhamento e intervenção com a vítima; iii) os projetos que se encontram, neste momento, em vigor nas instituições que atuam na área da violência doméstica; e o trabalho que é realizado no que diz respeito à prevenção deste problema social, incluindo quais as principais estratégias. Neste relatório, consta toda a análise e discussão dos resultados, de uma forma aprofundada, recorrendo às falas dos(as) entrevistados(as) e a autores(as) fundamentais para a compreensão do tema.

Salienta-se, ainda, a complementaridade entre o Relatório e os contributos para o *Roteiro*, constituindo-se o primeiro, o relatório, como enquadramento e aprofundamento do Roteiro realizado para a CMP.

No que diz respeito à estrutura deste relatório, no primeiro capítulo consta a caracterização do local de estágio, a DAS, os seus objetivos e competências, âmbitos e focos de ação, e, ainda, a descrição do meu projeto de estágio. O segundo capítulo diz respeito ao enquadramento teórico e aborda as principais questões associadas ao problema social violência doméstica, nomeadamente, a delimitação teórica do termo, tomando em consideração o facto de ser também uma construção social, complementada com o enunciar dos seus impactos/danos e custos, da explanação do ciclo da violência doméstica nas relações de intimidade, e, para terminar este capítulo teórico, é salientada a importância das ciências da educação na problemática da VD. Para a elaboração deste capítulo, recorremos a autores como Isabel Dias (2004), Sofia Almeida (2001), Sara Cerejo (2014), Manuel Lisboa (1997 e 2001), entre outros. O terceiro capítulo foca-se no enquadramento jurídico-legal da violência doméstica, tendo sido selecionados vários marcos importantes no que diz respeito à luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres e à eliminação da violência doméstica contra as mulheres. Para este capítulo, mobilizaram-se vários documentos oficiais e legais, como por exemplo, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, o artigo 152.º do Código Penal Português, a lei n.º 112/2009, entre outros.

No quarto capítulo, está descrita a pertinência e a escolha do local de estágio e todo o processo desenvolvido, ou seja, as atividades realizadas e os principais constrangimentos/dificuldades.

No quinto capítulo, consta a fundamentação metodológica e ética do trabalho realizado, incluindo o posicionamento epistemológico do processo de investigação e intervenção. Serão, ainda, apresentadas as técnicas de recolha de dados e as questões éticas que estiveram subjacentes à realização da pesquisa. Para a fundamentação deste capítulo foram utilizados autores(as) como Bogdan & Biklen (1994), Isabel Dias (1998), William Foddy (1996), entre outros(as).

No sexto capítulo, consta a apresentação e discussão dos resultados, tendo por base as análises de conteúdo realizadas e a interpretação das respetivas categorias.

No capítulo sete, encontra-se uma reflexão crítica sobre todo o trabalho realizado e a ação desenvolvida no local de estágio e a sua estreita ligação com a profissionalidade em ciências da educação.

Por fim, estão presentes as considerações finais, abordando a relação das ciências da educação com o trabalho desenvolvido, e, ainda, as principais conclusões no que diz respeito aos resultados obtidos, sobretudo no que refere à comparação entre as respostas das Juntas de Freguesia e das Instituições Especializadas.

## **Capítulo I - Caracterização do local de Estágio**

### **Câmara Municipal do Porto: Divisão de Ação Social**

Início este relatório com a caracterização do local de estágio, de modo a que se possa compreender o contexto, e, posteriormente, a ação desenvolvida na Divisão de Ação Social (DAS) da CMP. De seguida, serão apresentados os objetivos, competências e projetos da DAS. Importa salientar que as informações aqui colocadas foram retiradas do website<sup>\*1</sup> da entidade e de um dos documentos internos da mesma.

#### **1.1 Divisão de Ação Social: Objetivos e Competências**

A DAS encontra-se inserida no Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, da Câmara Municipal do Porto. Antes de ter essa denominação, designava-se de Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, sendo que, em 2014 se verificou

“O processo de dissolução e respetiva extinção da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto FP, (...) a qual pressupõe para o desenvolvimento das suas atividades os recursos humanos que, atualmente, se encontram em exercício de funções na Câmara Municipal do Porto (...) fruto da internalização nos serviços deste Município das atividades levadas a cabo por aquela Fundação, conduziu à criação de uma nova unidade orgânica nuclear e quatro unidades orgânicas flexíveis.” (Despacho n.º 11101/2015: 1)

Para além do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, a CMP dispõe ainda de mais três unidades orgânicas: a Divisão Municipal de Intervenção Interinstitucional, Divisão Municipal de Promoção da Saúde, Divisão Municipal de Promoção da Empregabilidade.

As competências e os objetivos da DAS são os seguintes:

- “a) Desenvolver e gerir instrumentos de avaliação e de monitorização das dinâmicas sociais, para apoio à tomada de decisão.
- b) Implementar e desenvolver programas e projetos integrados de ação social, de iniciativa municipal ou em parceria com outras organizações e agentes sociais, visando grupos especialmente vulneráveis ou em risco.
- c) Intervir de forma direta em grupos específicos da população especialmente vulneráveis ou em risco, com vista à promoção da sua inclusão social.

---

<sup>\*1</sup> O website da entidade pode ser consultado em: <http://www.cm-porto.pt/>

- d) Sinalizar e articular com os serviços competentes a obtenção de respostas para munícipes em situação ou em risco de pobreza e exclusão social.
- e) Assegurar a realização da política e dos objetivos municipais de intervenção sócio territorial, pela dinamização, promoção e execução de iniciativas e projetos de intervenção social em territórios socialmente mais desfavorecidos e com problemas sociais mais complexos.
- f) Promover uma intervenção integrada de base territorial em zonas especialmente carenciadas ou vulneráveis do município.
- g) Dinamizar o Plano Municipal contra a Violência Doméstica, garantindo a articulação entre os diversos instrumentos nacionais e locais nestas áreas e com as restantes organizações sociais do Município.
- h) Assegurar a implementação de programas que promovam o envelhecimento ativo e que promovam a qualidade de vida da população idosa.
- i) Promover e dinamizar a intervenção municipal no âmbito da Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas.
- j) Implementar e desenvolver programas e projetos que promovam a igualdade de género.” (Departamento Municipal de Desenvolvimento Social – Atividade, Documento Interno, s/data: 5)

## **1.2 Divisão de Ação Social: Projetos**

A DAS conta, atualmente, com alguns projetos, dirigidos a diversos públicos. Abaixo, serão apresentados os projetos já organizados segundo a população para a qual se dirigem:

### **População Sénior:**

- ✓ Programa Aconchego, sendo o mesmo um programa de alojamento para jovens universitários, em habitações de séniores. Assim, este programa visa combater a solidão dos idosos;
- ✓ Projeto Porto Amigo, que tem como objetivo “(...) a realização de obras de adaptação e de melhorias dos níveis de mobilidade e de salubridade da população sénior dependente do Concelho do Porto, em situação de comprovada pobreza.” (Documento Interno – Pelouro da Habitação e Ação Social, s/data: 8);
- ✓ Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas: “O Município do Porto aderiu à Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas em 2010. Esta adesão envolve o estabelecimento de uma linha-de-base de avaliação diagnóstica, o desenvolvimento de um plano de ação a três anos

e a identificação de indicadores de monitorização do progresso do plano de ação.” (Idem: 9)

#### **Crianças e Jovens em Perigo:**

- ✓ Projeto Música Para Todos, que funciona através da articulação entre “(...) a Escola de Música “Curso de Música Silva Monteiro” e os agrupamentos de escolas da cidade do Porto (Cерco e Viso) e que consiste na promoção de aulas teóricas e práticas do ensino articulado da música, dirigidas a alunos do 2º e 3º ciclos de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) da Cidade.” (Idem: 11)
- ✓ Orquestra Juvenil da Bonjóia: Este projeto, de certa forma, deriva do projeto anteriormente mencionado, visto que esta orquestra conta, não apenas com 120 crianças provenientes do projeto Música Para Todos mas também de outras escolas da cidade do Porto. O principal objetivo da Orquestra “(...) é enquadrar e promover o trabalho desenvolvido por todos os alunos participantes no projeto, dando visibilidade ao processo de aprendizagem e projetando os seus resultados.” (Idem: 11)

#### **Cidadãos com Necessidades Específicas de Funcionalidade e/ou Incapacidade:**

- ✓ Projeto Golf Adaptado: Este projeto tem em vista a promoção, nos cidadãos acima referenciados, competências de inclusão, através de sessões regulares de ensino e treino da atividade desportiva de Golf.

#### **Vítimas de violência doméstica:**

- ✓ A DAS integra, nesta matéria, as competências atribuídas aos municípios. Neste sentido, a VD constitui uma das preocupações da DAS, razão pela qual foi elaborado o Plano Municipal contra a Violência Doméstica. A elaboração e implementação deste Plano tem a coordenação da CMP, sendo que a mesma é responsável pelo diagnóstico do problema, recolha de informação e o tratamento dos dados.
- ✓ A DAS não desenvolve um projeto específico para a área da VD, pois a intervenção nesse problema está a cargo de diversas instituições especializadas. A DAS realiza um trabalho em rede com outras instituições. As competências dos municípios no campo da VD estão regulamentadas, pelo que compete a esta Divisão coordenar o trabalho a nível municipal e garantir o apoio para a supressão das lacunas existentes.



### **1.3 O projeto de estágio**

O projeto de estágio consistiu na produção de um documento, um guião orientador, para a DAS, acerca da violência doméstica. Saliento que, no capítulo IV, acerca de todo o estágio, se encontrará mais aprofundado todo o processo que levou a este projeto de estágio, e ao produto final concebido.

O documento realizado – os contributos para a construção de um Roteiro sobre a violência doméstica para a cidade do Porto – pretende constituir-se numa ferramenta útil, quer para a CMP, quer para todas as instituições e profissionais, assim como para toda a comunidade. A construção deste documento partiu da necessidade manifestada pela DAS em possuir um instrumento atualizado, com as informações relevantes sobre a VD. Para a sua redação, e seguindo a lógica do Plano, foi necessário realizar entrevistas às instituições especializadas no âmbito da VD e, também, às juntas de freguesia da cidade do Porto, no sentido de perceber o seu papel nesta área e as dificuldades com que se deparam. A estrutura do documento foi dividida em duas grandes partes: na primeira, que constitui uma parte mais teórica, constam as seguintes informações: os dados teóricos sobre o tema, tendo sempre por base a documentação oficial e legal; as diferentes manifestações de violência doméstica; a identificação dos principais estudos académicos e institucionais nacionais, e, ainda, estudos de referência internacionais sobre a VD; as fontes estatísticas que podem ser consultadas no intuito de recolher informação detalhada, bem como alguns indicadores estatísticos já construídos para uma melhor perceção do seu impacto. Para além disso, e ainda nesta primeira parte, encontram-se os procedimentos a seguir pela vítima, e pelos/as cidadãos/ãs, no caso de uma situação de VD. Para concluir a primeira parte, estão presentes todas as instituições de referência nacionais no âmbito da VD, bem como a resposta institucional da cidade do Porto. Na segunda parte do documento – a parte dedicada à apresentação dos resultados das entrevistas – está expressa a identificação e caracterização das entidades entrevistadas e a visão, quer das autarquias, quer das instituições especializadas, de uma forma sintetizada, visto que, e tal como já referimos, este relatório enquadra e aprofunda o Roteiro.

## Capítulo II - Enquadramento Teórico

### 2.1 Violência doméstica e violência de género – os conceitos centrais deste trabalho

O flagelo social que é a violência doméstica tem vindo, nos últimos anos, a ser alvo de grande preocupação, levando à crescente implementação políticas públicas com o principal objetivo de dar cumprimento aos direitos e proteção das vítimas. Para além disso, também se verifica uma preocupação em desmistificar este conceito junto de toda a comunidade através, sobretudo, da prevenção.

Como forma de iniciar este enquadramento, considero pertinente apresentar uma definição geral sobre o que se pode entender por violência, para, posteriormente, passar a explicitar as conceções de violência doméstica e de violência de género. Neste seguimento, a Organização Mundial de Saúde define violência como:

“O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.” (Relatório Mundial de Violência e Saúde, Organização Mundial de Saúde, 2002: 5)

É possível, após a leitura da citação supramencionada, salientar a palavra poder, que nos remete, de imediato, para uma relação de dominação-submissão entre os indivíduos, ou seja, uma relação desigual e hierárquica. Relação que será, posteriormente, abordada, em que se compreenderá quem se encontra enquadrado no papel de dominador/a e no papel de submisso/a.

Ao passar para o conceito de violência doméstica, posso afirmar a sua complexidade, pelo que diferentes autores/as apresentam diversas definições. Deste modo, selecionei uma definição que explicita exatamente esta especificidade da palavra “doméstica”, e o que mesma significa:

“A violência doméstica corresponde a um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, directa ou indirectamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não co-habitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar” (Manita, Ribeiro & Peixoto 2009: 10)

Torna-se relevante apresentar este conceito, não apenas por ser o cerne deste relatório, mas, também, porque, não raras as vezes, é confundido ou até equiparado ao conceito de violência de género (que será, mais adiante, mencionado). Assim, e através da citação transcrita, denota-se que a principal característica da violência doméstica é,

precisamente, salientar que pode ser perpetrada sobre os vários membros de uma família, ainda que possam não residir no mesmo espaço doméstico, não estando, então, confinada às relações de intimidade. É, possível, sim, afirmar que a violência conjugal e a violência nas relações de intimidade constituem dimensões da violência doméstica, contudo, e tal como foi frisado, há que não menosprezar a violência perpetrada entre outros membros da família, que mantém outras relações de parentesco que não a conjugalidade e a intimidade.

Após a realização desta primeira introdução ao conceito de violência e violência doméstica, e tendo presente a ideia de que a VD pode ser infligida contra adultos, crianças, idosos/as e indivíduos com necessidades especiais e com especial vulnerabilidade, de ambos os sexos, importa salientar que, através dos dados recolhidos ao longo do estudo realizado (que será explicitado no capítulo 4), se constata que a VD ocorre, sobretudo, contra a mulher, e nas relações de intimidade. Não apenas os dados nos demonstram isso, como também grande parte da literatura reporta esse problema, tal como se pode notar na seguinte citação:

“Em Portugal, como na maioria dos países, a violência contra a mulher ocorre principalmente no interior do espaço doméstico, particularmente a violência física e psicológica, tendo como agressor mais frequente o parceiro conjugal. Dito de outro modo, embora não se situando exclusivamente no espaço doméstico, os resultados dos mais diversos estudos realizados por todo o mundo confirmam que a violência contra a mulher é universalmente muito marcada pela natureza doméstica e conjugal.” (Lourenço & Carvalho, 2001: 108)

Também a autora Luísa Ferreira da Silva (2001) salienta que as mulheres e crianças são as principais vítimas da VD, referindo, também que a violência física é perpetrada, maioritariamente, contra as mulheres e crianças, e, no caso dos/as idosos/as, é infligida, sobretudo, a violência psicológica, resultando em isolamento, desrespeito e falta de dignidade para com o/a idoso/a. No entanto, há que ter em conta o ano em que foi publicada a obra desta autora – 2001 – 16 anos findados desde então e, na atualidade, e como se verá mais adiante, a violência que é silenciosa, neste caso, a violência psicológica, afeta muitas mulheres todos os dias, não sendo a violência física o único enfoque deste fenómeno tão complexo.

Ao proferir a noção de violência infligida contra a mulher, a mesma reporta, de imediato, e tal como anteriormente já tinha referenciado, para a violência de género, sendo a mesma esclarecida pela ONU, como:

“(…) qualquer acto de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos, a coacção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada.” (Art. 1.º, Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as mulheres, 1993)

### **2.1.1 Violência de Género: Um problema individual, social e cultural**

Dada a citação transcrita acima, torna-se, então, imprescindível compreender a que conceitos e/ou elementos estão associados à violência de género, e, ainda, compreender porque motivos a mesma ocorre. Em primeiro lugar, é importante frisar que esta violência é transversal a qualquer estrato social, religião, cultura, idade e sociedade, portanto, podendo ocorrer em qualquer meio é um fenómeno “(…) global [e que] reforça a sua natureza de subordinação e dominação das mulheres enquanto processo histórico secular ainda hoje imbricado nas mais diversas estruturas sociais.” (Cerejo, 2014: 14). Esta relação de subordinação e dominação, e tal como aparece descrito na citação acima, ainda se encontra bastante enraizada no nosso quotidiano. Significa que estamos perante um problema social e de mentalidades. Sendo social, é também, “(…) cultural (…) [e] corresponde a concebê-la [à violência] como um objeto social que suscita representações diversas, que intervém na construção de uma dada realidade social” (Diniz, Santos & Lopes, 2007: 2).

Este problema tem na sua base padrões, estereótipos, normas e valores sociais que a sociedade foi estabelecendo ao longo de séculos, constituindo uma “herança” social do passado, onde “(…) a masculinidade era exigida como forma de afirmação do *eu* (...) constituindo[-se], [a violência], como um modo de exercício do poder (...)” (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997: 111). Estes estereótipos têm vindo a remeter as mulheres para uma posição de inferioridade em relação ao grupo social dos homens, e, como tal, na atualidade, ainda conseguem ser observadas diversas desigualdades entre sexos, nomeadamente em setores como a educação, saúde, indústria, entre outros, como a diferença salarial. As diferenças entre homens e mulheres, tal como as diferenças entre culturas, e como nos demonstra, Costa (2013), deviam ser encaradas como um elemento enriquecedor pela sua diversidade, e não, um instrumento para a manifestação da supremacia masculina em relação às mulheres.

### 2.1.2 Gênero e Sexo: Que diferenças?

Tenho vindo a realçar o conceito de violência de género, no entanto, como posso definir “género”? Que diferença reside entre género e sexo? Tal como já foi mencionado, a violência é um problema social, e, como tal, uma construção social, o género, também ele, é uma construção social. Assim, o sexo é definido biologicamente, enquanto o género é uma “(...) produção social alicerçada na diferença biológica entre homens e mulheres, uma representação socialmente partilhada em que a natureza dá a diferença, e a leitura dessa diferença produz esse alfabeto simbólico universal que é o par masculino/feminino” (Héritier, in, Cerejo, 2014: 32). É, então, possível afirmar que ao conceito de género estão associados determinadas posturas, atitudes, e expetativas relativas a cada um dos sexos, e que foram determinados, e tal como já foi referenciado, pela herança social e cultural de uma sociedade machista e patriarcal, na qual os conceitos de dominação, virilidade e força surgem relacionados com o grupo social masculino, enquanto fragilidade, dependência, sensibilidade, entre outros, aparecem associadas ao grupo social feminino.

De forma a mostrar que herança foi esta, e as principais ideias e tradições dos papéis de género, segui de perto um estudo realizado no Brasil, por Diniz, Santos & Lopes (2007), sobre as representações sociais da família e da violência. As autoras entrevistaram alguns homens que mantinham uma relação conjugal violenta, e, segundo as conclusões do estudo, a violência representa uma “(...) tentativa de restabelecer o poder masculino dentro da família. Para eles, as brigas familiares eram exclusivamente do âmbito privado e visavam restabelecer as relações “normais” dentro da família”. (Diniz, Santos & Lopes, 2007: 4). Para os entrevistados, fazia todo o sentido o “(...) homem decidir sobre as relações de amizade, as roupas e o tipo de trabalho que a sua mulher pode ter” (Idem: Ibidem). Seguindo de perto as ideias de Cerejo (2014), o agressor apresenta uma necessidade de controlar a vítima, a quem considera como sua “propriedade”. Desta forma, exerce controlo e regulação sobre todos os domínios da vida privada e pública da mulher, o que remete para o que anteriormente foi mencionado – o homem decidir sobre as relações de amizade, trabalho, entre outros elementos que a mulher pode ter. Associado a este controlo, encontram-se emoções e sentimentos de posse e de ciúme por parte do agressor.

Ao recuar no tempo, e segundo Isabel Dias (2004), e ao observarmos o modelo familiar das sociedades tradicionais do Antigo Regime, e do papel que a mulher desempenhava, constata-se que existem alguns pontos em comum com o que ainda se verifica nos dias de hoje, o que, mais uma vez, remete para a ideia da construção social

do fenómeno da violência e para o facto de que as relações de género, com os respetivos estereótipos estão, ainda, enraizadas na sociedade. Como exemplo do que acabei de mencionar, transcrevo a seguinte citação:

“Com o casamento, a mulher passava da tutela do pai para a do marido, ficando sem qualquer possibilidade de autonomização (...) era nítida a segregação dos papéis sexuais e a subordinação da mulher e dos filhos à autoridade do homem – chefe de família (...)”  
(Dias, 2004: 34)

Através da citação, e tal como tenho vindo a realçar, o domínio que o homem tem sobre a mulher perdura há vários séculos, e o resultado disso são as visões machistas e retrógradas também observadas no estudo de Diniz, Santos & Lopes (2007).

Não posso deixar de mencionar o facto de Portugal ter enfrentado uma ditadura durante várias décadas, sendo que, nesse mesmo regime, eram defendidas perspetivas desiguais para as mulheres: uma educação sexista e uma divisão de tarefas, na família, altamente estandardizada, em que o homem era considerado o chefe de família, aliás, previsto por lei, e a mulher, sem horizontes profissionais, deveria dedicar-se ao âmbito doméstico e à educação dos/as filhos/as, carecendo da autorização do pai ou do conjugue para exercer atividade remunerada fora de casa.

Posteriormente a esta ditadura, ocorreram, na sociedade portuguesa, com a instauração da democracia em 1974 várias mudanças, e que alteraram radicalmente a condição legal da mulher, nomeadamente no casamento. Esta mudança da condição social das mulheres, em curso na Europa a nível educativo, económico e social, potenciou a transformação do estatuto da mulher na sociedade. Refiro-me, sobretudo, e segundo Costa (2013), à chamada segunda vaga de movimentos feministas entre os anos 1960 e 90 que difundiram as várias discriminações contra as mulheres, bem como as desigualdades que se faziam sentir entre homens e mulheres, e que, como já foi possível constatar, ainda persistem na atualidade. Para além disso, foram também reclamados vários direitos, como por exemplo no que diz respeito à violência e à discriminação. Foram lutas que se iniciaram há algumas décadas mas que ainda permanecem na atualidade, pois ainda existe muito a fazer no que diz respeito à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, e à desmistificação dos papéis de género. Por esta razão, se revela importante abordar desde cedo, junto das crianças e jovens os valores da igualdade e da cidadania.

Na atualidade em que vivemos, verifica-se que são vários os desafios e obstáculos, sobretudo sociais, culturais e económicos colocados à igualdade entre homens e mulheres. A globalização, este grande e complexo fenómeno, veio desafiar o modo de

vida das sociedades: se, por um lado, a globalização “(...) insere todas as pessoas numa categoria unitária e em que todos/as esquecem o seu “eu”, também faz emergir a voz dos grupos oprimidos e descriminalizados (....)” (Teixeira, 2015: 13). As pessoas esquecem o seu “eu”, pois, apesar de a globalização ter colocado o nosso mundo mais em “rede”, como menciona Dale (2004), representa um progresso no sentido da homogeneidade cultural. Ora, com esta homogeneidade cultural, estamos, de certa forma, a cingir-nos às culturas maioritárias e dominantes, fazendo com que os grupos de culturas minoritárias e que são discriminados queiram ver reconhecidos os seus direitos, lutando, então, por uma política de justiça e de reconhecimento. Neste sentido, um destes grandes grupos que ainda sofre discriminação, e que luta pela igualdade e reconhecimento é representado, justamente, pelas mulheres, pois à escala global, e nos vários continentes, continuam a ser, juntamente com as crianças, vulneráveis e vítimas de culturas e práticas opressivas e violentas, de que é exemplo a guerra e o seu cortejo de consequências. As teorias feministas, e como nos refere Teixeira (2015), revelam uma forte crítica aos sistemas tradicionais de conhecimento do Ocidente, visto que produzem hierarquias acerca do valor social dos diferentes tipos de saber, não existindo abertura para a diferença. Neste seguimento, estas teorias “(...) validam a diferença, desafiam as pretensões de verdade universal e procuram criar a transformação social num mundo de significados incertos e em mudança” (Weiler, 2003: 91).

## **2.2 Violência Doméstica: Um Crime Público**

A violência doméstica, que constitui uma violação grave dos direitos humanos, encontra-se consagrada no Código Penal Português como um crime público, e, como tal, é punível por lei. Este crime foi alvo de várias reformas e alterações ao longo dos anos, sendo que, a primeira vez que surgiu no Código Penal foi em 1982, no artigo 153.º, não denominado de violência doméstica, mas sim de *Maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges*,

“1 – O pai, mãe ou tutor de menos de 16 anos ou todo aquele que o tenha a seu cuidado ou à sua guarda ou a quem caiba a responsabilidade da sua direção ou educação será punido com prisão de 6 meses a 3 anos e multa até 100 dias quando, devido a malvadez ou egoísmo:

- a) Lhe infligir maus tratos físicos, o tratar cruelmente ou não lhe prestar os cuidados ou assistência à saúde que os deveres decorrentes das suas funções lhe impõem; ou
- b) O empregar em atividades perigosas, proibidas ou desumanas, ou sobrecarregar, física ou intelectualmente, com trabalhos excessivos ou inadequados de forma a

ofender a sua saúde, ou o seu desenvolvimento intelectual, ou a expô-lo a grave perigo.

2 – Da mesma forma será punido quem tiver como seu subordinado, por relação de trabalho, mulher grávida, pessoa fraca de saúde ou menor, se se verificarem os restantes pressupostos do n.º 1.

3 – Da mesma forma será ainda punido quem infligir ao seu cônjuge o tratamento descrito na alínea a) do n.º 1 deste artigo.” (Código Penal, artigo 153.º, Decreto Lei n.º 400/82)

As crianças e as/os jovens, constituíam o grande cerne do artigo 153.º. Contudo, na alínea 3 do mesmo, é possível constatar a existência de um crime de maus tratos conjugais, reportando, diretamente, aos maus tratos físicos. Segundo Simões (2015), este artigo tinha como principal objetivo “(...) delimitar situações que, por acção ou omissão, resultassem numa inflicção de maus tratos a vítimas específicas, encontrando o seu principal fundamento na existência de uma relação de proximidade entre o autor do crime e a vítima do mesmo (...)” (Simões, 2015: 5). Isto porque, atentando uma vez mais ao artigo, é possível enfatizar, de facto, as relações de proximidade, na medida em que o mesmo aborda as relações conjugais, de pais e mães para filhos/as, e de encarregados de educação, o que nos reporta, para as relações de intimidade e de proximidade, tal como defende a autora.

Na atualidade, no Código Penal, na sua 23ª alteração de 2007 (Lei 59/2007, de 4 de Setembro) esta matéria encontra-se dividida em três artigos – Artigo 152.º como Crime de Violência Doméstica, Artigo 152º- A relativo ao Crime de Maus Tratos, e o Artigo 152º - sobre o Crime de Violação das Regras de Segurança. Contudo, e para este relatório, importa apresentar o artigo que é especificamente dirigido para o crime de violência doméstica, ao qual foi acrescentada, em 2013, a violência nas relações de namoro:

“1 — Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

a) Ao cônjuge ou ex -cônjuge;

b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;

c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau;

d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;

2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3 – Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:



a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de 1 a 10 anos. (Alteração ao Artigo 152.º do Código Penal, introduzida pela Lei n.º 19/20013, de 21 de Fevereiro)

Assim, e tendo como termo de comparação a anterior redação do artigo 152.º, repara-se, na nova redação deste artigo, uma maior abrangência no que diz respeito ao crime de violência doméstica. Passaram a ser considerados não só os maus tratos físicos, mas também os psíquicos, e, ainda, as ofensas sexuais. Para além de que, no primeiro artigo, ao contrário desta alteração, não fazia referência aos ex-cônjuges, nem ao facto de poder não existir co-habitação, passando a redação atual a incluir as formas de violência entre pessoas que mantenham ou tenham mantido relações de intimidade, como namorados, ex-cônjuges, ex-parceiros ou ex-namorados. Outra das grandes modificações, e tal como foi indicado antes da transcrição da redação atual do Artigo 152.º do CP, também é considerado crime de violência doméstica quando perpetrada nas relações de namoro.

Considero, ainda, essencial explicitar o que é um crime público, neste caso, que diferença existe entre um crime de natureza “privada” e um crime público. Assim, e na ótica de Manita, Ribeiro & Peixoto (2009), um crime público prende-se diretamente com a ação do Ministério Público, ou seja, assim que o mesmo tenha conhecimento da ocorrência desse crime tem, necessariamente, a obrigação de abrir inquérito e apurar os factos através da investigação. De forma distinta, os crimes de natureza “privada” ou “semi-pública” dependem da apresentação de denúncia e prestação de declarações em sede do processo, por parte da vítima. O crime de violência doméstica tem natureza “pública”, isto é, a instauração do processo e subsequente investigação pelo MP não carece da vontade da vítima. O Ministério Público pode ter conhecimento da situação

quer através da vítima que denuncia a situação, das forças de segurança, denúncias anónimas, quer de outros elementos, como por exemplo, uma notícia.

Aproveitando o facto de ter acabado de referenciar um artigo do Código Penal que é tão relevante em todo o processo da VD, realço, agora, a Lei n.º 112/2009, igualmente importante para este mesmo processo. Esta Lei estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das vítimas. É extremamente completa, apresentando vários elementos fundamentais e pertinentes para as vítimas, nomeadamente, todos os seus direitos e apoios (por exemplo: direito à informação, à proteção; apoio financeiro, entre outros); Esta lei conta, também, com uma seção dedicada à proteção policial e tutela judicial, onde é mencionado o acesso da vítima ao direito, abordando, ainda, a denúncia, a detenção, as medidas de coação urgentes, entre outros elementos que dizem respeito ao processo judicial.

É ainda possível encontrar na Lei n.º 112/2009, vários artigos dedicados ao esclarecimento do que são as casas de abrigo, os centros de atendimento, os núcleos de atendimento e os grupos de ajuda mútua. Para além disso são referenciados os objetivos, o modo de funcionamento das casas de abrigo, como se processa o acolhimento e, ainda, a equipa técnica e qual a formação que a mesma deve ter. Por fim, nesta lei, consta a educação para a cidadania, onde são apresentados vários elementos que dizem respeito à educação para a cidadania e que são assegurados pelo Estado, como por exemplo, a promoção de políticas de prevenção da violência doméstica.

### 2.3 O ciclo da violência

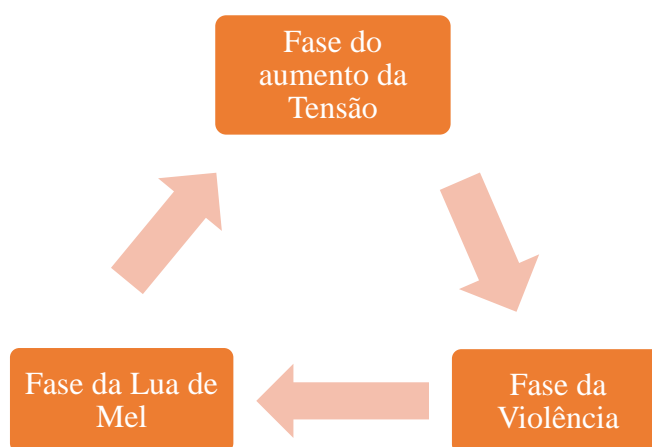


Fig. 1 – O ciclo da Violência contra as Mulheres nas Relações de Intimidade

Foi a enfermeira-antropóloga estadunidense Lenore Walker que, em 1979, desenvolveu uma teoria sobre o ciclo da violência contra as mulheres nas relações de intimidade, contendo três fases como se pode observar pela figura acima.

Na primeira fase, a fase do aumento de tensão, e segundo Almeida (2001) é quando qualquer atitude por parte da mulher, como por exemplo, ter ou não cozinhado, serve para espoletar comportamentos agressivos da parte de quem perpetra a violência. Assim, a mesma é facilmente desencadeada, gerando-se um ambiente de perigo para a vítima. Na segunda fase, “(...) a violência física ocorre normalmente de forma repentina. O agressor maltrata física e psicologicamente a mulher (...) ficando, por vezes, a mulher em estado grave, necessitando de tratamento médico (...)” (Almeida, 2001: 261). Os agressores culpam a vítima pela violência exercida. É também nesta fase que, habitualmente, as vítimas procuram ajuda junto das instituições competentes, família e/ou amigos e na polícia. Na última fase, ocorre “(...) um período de desculpabilização por parte do agressor. O medo de perder a companheira leva-o a minimizar as agressões (...) frequentemente mostra-se arrependido e faz promessas de não voltar a fazer o mesmo (...)” (Idem: Ibidem) É, também, nesta fase que a vítima passa a ter esperança no companheiro, acreditando que o mesmo vai mudar o seu comportamento, o que a pode levar a desistir de procurar ajuda ou até mesmo a querer cessar o processo judicial.

De seguida, neste capítulo de enquadramento teórico, estarão presentes os custos associados à violência doméstica.

## **2.4 Os custos da violência doméstica**

A violência doméstica enquanto um grave problema social e uma violação aos direitos humanos, gera vários tipos de custos, humanos, sociais e económicos, e em vários sectores da nossa sociedade. Custos esses que afetam não apenas a vítima, mas também as/os que lhe estão próximos/as e à sociedade em geral, visto que são custos pagos por toda a sociedade, através dos impostos – casas de abrigo, polícia, magistrados, técnicos de apoio social, entre outros.

Início, então, com os custos/impactos da VD, no que diz respeito à **saúde física e psicológica** das vítimas. Seguindo o estudo efetuado por Lisboa, Barros & Cerejo (2008), acerca dos custos sociais e económicos da violência exercida contra as mulheres, é possível compreender que, ao nível da saúde física, as vítimas têm uma maior probabilidade de desenvolver alguns problemas, sendo alguns exemplos as

equimoses/hematomas, feridas, coma, hemorragias, lesões genitais, queimaduras, obesidade, asma, cefaleias, entre outros. No que diz respeito à saúde psicológica, e uma vez mais, as vítimas, em comparação com as não vítimas têm uma maior probabilidade de sentir desânimo, sentimento de culpa, tristeza, auto-desvalorização/baixa auto-estima, solidão, tentativa de suicídio, entre outros. Neste seguimento, posso mencionar que os custos da violência doméstica, relativos à saúde, estão relacionados com os vários gastos em hospitais e centros de saúde, nomeadamente em consultas, internamentos e medicamentos. De salientar que, e de acordo com Lisboa, Barros & Cerejo, cerca de 68% dos custos económicos relacionados com a saúde é suportada pelas vítimas. Este valor apenas diz respeito ao consumo de medicamentos.

Para além custos relacionados com a saúde, existem, também, os custos ao nível das relações interpessoais. No seguimento do estudo salientado acima, “(...) um dos espaços sociais mais afectados são os núcleos afectivamente mais próximos das vítimas, como sejam o da família e o dos amigos.” (Idem: 5), e que, portanto, dizem respeito às relações interpessoais. A percepção das mulheres inquiridas no estudo estabelece uma relação de causalidade entre a violência e os efeitos negativos junto da família e dos amigos, sendo que o grau de parentesco que mais é afectado é o de mãe-filho/a, o que quer dizer que os(as) filhos(as) das vítimas sofrem os efeitos negativos da violência exercida contra as mães, e os mesmos(as) acabam por ser, a seguir às mulheres, as maiores vítimas da violência contra as mulheres. A seguir a um episódio de agressão, a vítima fica afectada pelo medo e pelo impacto na sua saúde física e/ou psicológica, pelo que necessita de tempo para se cuidar, e, por vezes, precisa de obter cuidado por parte de profissionais de saúde. Mais ainda, segundo Sani (2008), o papel de mãe fica comprometido, uma vez que:

“Durante um episódio violento a vítima direcciona grande parte da sua atenção e energia para a monitorização e avaliação do estado afectivo do companheiro e a tendência para ser violento. Neste ambiente é provável que a vítima se preocupe com questões como a sua segurança e a dos filhos e possa descuidar a satisfação das necessidades das suas crianças.” (Sani, 2008: 125)

Ainda segundo a mesma autora, Sani (2008), em algumas situações, as progenitoras adotam condutas coercivas como estratégia parental para lidar com os/as filhos/as, ou como forma de reduzir e até evitar atitudes mais severas por parte do agressor. Estas práticas coercivas exercerão uma influência negativa sobre as crianças e jovens, no entanto, não se pode descurar o facto de que mais negativa é a violência

perpetrada pelo agressor contra a vítima, e é precisamente nesta violência que existe uma relação direta entre a mesma e a probabilidade da sua reprodução geracional. No tópico seguinte irá ser mais aprofundada esta questão das crianças e jovens, e os danos da violência nesta faixa etária.

Existem, ainda, os gastos, indiretos, da VD, que dizem respeito à área social, nomeadamente das instituições que fazem encaminhamento, atendimento e intervenção com as vítimas, ou que, de alguma forma as apoiam, como a segurança social, os centros de atendimento a vítimas, casas de abrigo, entre outros. Os estudos apontam para o facto de que os custos económicos indiretos continuam inferiores aos custos diretos da VD.

Os custos económicos e os que se verificam nas atividades profissionais constituem outro dos tipos de custos da VD. Assim, os **custos económicos da VD** expressam-se por:

“faltas ao trabalho, perdas salariais, tempo e dinheiro gastos com divórcios (...) médicos, medicamentos (...) idas aos hospitais e centros de saúde, internamentos (...) igualmente são de assinalar outros custos relativos a gastos orçamentais de organizações públicas e privadas e de instituições do Estado (...)” (Lisboa, Barros & Cerejo, 2008: 4)

Através do pequeno excerto transcrito acima, torna-se visível que os custos económicos se encontram relacionados a vários setores: o profissional, onde se verificam os despedimentos, a não progressão na carreira, o absentismo, os acidentes no trabalho, entre outros elementos. No que diz respeito aos custos nas atividades profissionais, e uma vez mais recorrendo ao estudo referido acima de Lisboa, Barros & Cerejo (2008), as vítimas têm duas vezes mais probabilidade de serem despedidas do que as não vítimas. Já na área académica, os custos dizem respeito ao absentismo e insucesso escolar. Assim, “(...) a perceção de insucesso escolar é bastante mais significativa nas mulheres vítimas de violência [e] a probabilidade das mulheres vítimas faltarem é cerca de 72% (...) quando comparadas com as não vítimas” (Idem: 5).

## **2.5 Os danos da violência doméstica nas crianças e jovens**

Se anteriormente foram referenciados os custos da violência doméstica, quer para as vítimas, quer para a sociedade em geral, torna-se de extrema importância referir também os principais impactos nas crianças e jovens, nomeadamente, os/as filhos/as das vítimas. E é de extrema importância, não apenas por ser uma questão que, efetivamente, faz parte do tema abordado neste relatório, mas também pelo domínio de mestrado que frequento – Infância, Família e Sociedade: Temas e Problemas em Educação – domínio

esse que se encontra diretamente relacionado com a investigação e intervenção em questões de natureza educativa acerca da infância, da família e da sociedade. Ora, sendo o fenómeno de violência doméstica altamente complexo, constitui também, um problema que é, também, um problema cultural e de mentalidades, portanto, um problema educativo. Mais adiante, apresenta-se um capítulo apenas dedicado ao tema deste relatório e a sua relação com a profissionalidade em Ciências da Educação e com o domínio acima mencionado.

Segundo Sani (2006), a criança ou jovem acaba por ser também uma vítima da violência quando assiste às ofensas, agressões, queixas e lamentações entre os cônjuges. Este conjunto de fatores produz na criança sentimentos de insegurança, medo e culpa, dada a incapacidade do perpetrador lhe proporcionar um ambiente familiar estável e seguro. Para além de que, e na ótica da mesma autora, e também de Isabel Dias (2004) o facto de as crianças e jovens serem vítimas, aumenta o risco de, na idade adulta, virem a ser perpetradores/as ou vítimas, tal como já tinha sido mencionado anteriormente.

Segundo a mesma autora, e tendo em conta um dos seus estudos realizados com um grupo restrito de crianças, que viviam com as suas mães numa casa de abrigo, é possível a apresentação de algumas conclusões no que diz respeito aos danos que a violência pode provocar nas crianças e jovens, como por exemplo, o facto de estes/as poderem apresentar mais problemas comportamentais, e desenvolverem relacionamentos mais ambivalentes com os/as seus/suascuidadores/as do que as crianças que não são vítimas. Para além disso, a autora, também refere que algumas crianças apresentam

(...) quer problemas de internalização, quer de externalização. Estes parecem estar relacionados com a competência social, dificuldade da criança em interpretar situações sociais e relações interpessoais, resolução de problemas, agressividade (...) capacidade de empatia debilitada, baixos níveis de realização académica, entre outros.” (Sani, 2011: 43)

Torna-se, também, relevante mencionar que existem diferenças na forma como crianças e jovens percecionam e interpretam a violência. As variáveis como o sexo, a idade e até mesmo, as características pessoais, o ambiente escolar, entre outros, fazem com que as crianças e jovens reajam de maneira diferente a este problema social.

A autora supramencionada refere, ainda, que as crianças e jovens que convivem com a violência podem experienciar outras adversidades, nomeadamente: a pobreza, desnutrição, falta de cuidados médicos adequados, o desemprego parental, entre outros. Estes problemas, não diretamente associados à VD, exigem dos serviços e das/os

profissionais atenção acrescida na intervenção, e por parte do Estado, recursos acrescidos para combater a VD em grupos sociais atravessados de outras desvantagens e vulnerabilidades sociais e económicas.

Finalizo este tópico, ressaltando, uma vez mais que as informações mencionadas nestes últimos parágrafos dizem respeito às principais conclusões da autora, Ana Sani, no estudo realizado, querendo com isto dizer que, não deve ser feita uma generalização.

## **2.6 A importância das Ciências da Educação na problemática da violência doméstica e de género**

Tal como já mencionei anteriormente, a violência doméstica e as desigualdades de género são, também, um problema cultural, e constituem graves problemas da sociedade. Ora, sendo um problema de mentalidades e de comportamentos, é possível que o mesmo seja trabalhado junto dos indivíduos, através de uma intervenção socio-educativa e pedagógica. Educar para uma cidadania livre de estereótipos e preconceitos constitui um dos princípios fundamentais de uma educação democrática. Uma cidadania ativa que reconhece os direitos de todas as pessoas e também os seus deveres. É neste sentido que as ciências da educação têm um papel fundamental, pois problematizam a realidade, analisam-na criticamente e colocam a educação no cerne da ação no âmbito da sua prevenção. De salientar que as pessoas e os contextos e/ou dinâmica envolventes (sociais, culturais e económicos), e todos os processos de interação que daí decorrem formam o principal foco das questões educativas.

E, em questões práticas, como se desenvolve a ação das ciências da educação no que refere à problemática em estudo? Em primeiro lugar, e tal como foi vagamente abordado anteriormente, deve existir um trabalho de sensibilização acerca da violência doméstica junto da comunidade. Um(a) especialista em educação possui competências para desenvolver esse tipo de trabalho, nomeadamente, porque, nos últimos anos, no nosso país, se ter verificado uma crescente investigação e intervenção na área. São várias as ações de sensibilização e consciencialização que se desenvolvem, tanto nas escolas como junto de entidades da sociedade civil. A intervenção em contexto escolar, e tal como veremos adiante, constitui-se como ação chave para a educação de crianças e jovens. Alguns estudos mostram alguns resultados que indicam estarmos a educar para uma cidadania ativa, e para a promoção da igualdade de género. Nestas ações de sensibilização, diretamente focadas para a prevenção da violência doméstica e de género,

tratam temas como a educação para a cidadania, a igualdade e estereótipos de género, os direitos e deveres do ser humano, entre outros.

As escolas assumem-se como instâncias primordiais no trabalho de prevenção primária, pois constituem-se como:

“(....) um importante espaço de socialização, [que] pode ser olhada como contexto promissor para a análise de construção de identidades, pois que, nas condições actuais, a construção das identidades (subjectivas e colectivas) é um processo reflexivo e contextualmente estruturado” (Stoer *et al.*, 2001: 241).

Podemos também acrescentar, e tal como foi mencionado acima, que a escola, sendo um importante espaço de socialização, consiste no espaço onde as crianças e jovens passam a maior parte do seu tempo.

A ação de um/a profissional em Ciências da Educação, neste campo, deve ser uma ação de mediação socioeducativa com um propósito transformador “(...) uma vez que um dos [seus] objetivos primordiais é proporcionar uma aprendizagem mútua, de troca de experiências, partilhas, onde os/as participantes adoptem uma postura reflexiva (...)” (Gomes, 2016: 31). Assim, a mediação “(...) promove o crescimento moral – ao ajudá-las [às pessoas] a lidarem com as circunstâncias difíceis e a ultrapassarem as diferenças humanas (...)” (Bush & Folger, in, Torremorell, 2008: 17). A mediação socioeducativa, em âmbito escolar e através projetos de prevenção primária, possibilita que crianças e jovens partilhem as suas experiências e opiniões para com os/as demais sobre o tema. Experiências e opiniões essas que são (ou podem ser) divergentes entre si, o que propicia o debate e a formulação de questões sobre o tema, sendo este ambiente favorável, precisamente, para a troca de experiências, e posicionamento no lugar/perspetiva do/a outro/a. Para além deste aspeto, podemos referir que este trabalho de prevenção primária, e tal como o próprio nome indica, para além de sensibilizar crianças e jovens para o problema social, permite, ainda, que sejam criadas condições para que situações de violência não ocorram, ou que, caso ocorram, se proceda de forma correta, assegurando, em primeiro lugar a proteção da vítima, e, em segundo a responsabilidade do agressor.

Depois de abordar a importância da ação dos/as técnicos/as superiores de educação na prevenção primária, em contexto escolar e/ou na comunidade, considero pertinente referenciar o seu papel na prevenção secundária e terciária. Contudo, saliento, desde já, que para a ação nestes dois tipos de prevenção é necessário que o(a) técnico(a) possua uma formação especializada, neste caso, de técnico(a) de apoio à vítima (TAV), visto que nenhum curso superior prepara ou dá competências suficientes e necessárias ao(à) profissional para trabalhar esta problemática em específico.



Segundo Teixeira (2015), e no que se refere à prevenção secundária, um/a profissional de ciências da educação pode realizar o primeiro atendimento à vítima, quando a mesma chega ao centro de atendimento. Neste primeiro atendimento, encaminha-se a vítima para o tipo de apoio necessário (social, psicológico e jurídico), esclarecem-se algumas dúvidas/questões colocadas por parte da vítima, e informa-se a mesma sobre os direitos consignados pela lei. Sendo, ainda, necessário, e segundo Almeida (2001), assegurar à vítima proteção e segurança, que só é possível através da elaboração de um plano de segurança e da avaliação do risco. Para tais ações, o/a profissional, “(...) deve ter uma atitude de empatia, ou seja, colocar-se no ponto de vista da vítima, (...) deixar o seu próprio ângulo de visão e ver as coisas pelo ângulo da vítima” (Almeida, 2001: 273). Para além disso, torna-se, ainda, crucial que o(a) técnico(a), e segundo a mesma autora, não se identifique em excesso com a situação da vítima, pois isso representa uma emotividade por parte do/a profissional que pode conduzir à retirada do sentimento de segurança por parte da vítima. Neste seguimento, considero pertinente citar Ardoino (1997), no que diz respeito ao seu conceito de implicação: “As nossas implicações são aquilo por que mais nos prendemos à existência; os nossos enraizamentos, os nossos laços. De um ponto de vista principalmente psicológico, estas implicações libidinais serão geradas pelos avatares marcantes no decurso da nossa pré-história.” (Ardoino, 1997: 4), ou seja, a implicação encontra-se diretamente relacionada com a nossa classe social, etnia, género, e ao “lugar” que ocupamos na sociedade, tendo a si atracada toda a nossa história. É precisamente neste sentido que o/a técnico/a se pode identificar com a vítima, no entanto, e tal como foi mencionado, é essencial que não exista um excesso desta identificação, mas sim, uma implicação conjugada ao seu antagónico, a distanciação.

Na prevenção terciária, em contexto de casa de abrigo, e na ótica de Teixeira (2015), o papel de um/a especialista em educação passa pelo desenvolvimento de estratégias no sentido de auxiliar as vítimas a se reintegrarem na sociedade, construindo um novo projeto de vida e fomentando a sua autonomia. Costa (2013) alerta-nos, ainda, para as tensões que se podem gerar entre utentes da casa de abrigo, sendo, também, necessária a ação de um/a profissional em educação, de modo a exercer uma mediação de conflitos, em que se pretende demonstrar que o conflito deve ser encarado como uma oportunidade de construção de novas soluções e de aprendizagem, e não, apenas, como algo negativo e perturbador.

Assim, e após a exposição destas duas grandes vertentes de ação do/a especialista em educação – desenvolvimento de projetos educativos de prevenção primária em âmbito escolar e/ou na comunidade e atuação nos centros de atendimento à vítima e em casas de abrigo – constata-se que a educação possui um papel preponderante na formação de uma sociedade

consciente, sensibilizada e responsável, para todos/as, e que esta formação pode ser a origem da mudança social. Acrescento, ainda, que o/a mediador/a, ou especialista em educação possui uma “(...) polivalência de funções, que permite a melhoria do acesso aos recursos humanos e materiais, o apoio e articulação com outros profissionais e a criação de redes comunitárias (...) [proporcionando, ainda] que os participantes adotem uma postura reflexiva (...)” (Silva et al., 2010: 120). Sendo que esta postura reflexiva, torna-se fundamental nas duas vertentes de intervenção apresentadas, visto que a reflexão será o primeiro passo para a mudança e consciencialização.

## **2.7 A educação e a ação das Ciências da Educação numa autarquia**

Se anteriormente foi referenciada a importância das CE para a problemática da VD e violência de género, considero, agora, pertinente, salientar o papel da educação e importância da ação das ciências da educação numa autarquia, e o possível modo de construção da profissionalidade nesta mesma instância.

Neste sentido, e falando especificamente da educação, devido a todas as alterações ocorridas ao longo dos últimos anos, como por exemplo, a transferência de competências do poder central para as autarquias, e a descentralização de competências do Ministério da Educação para as autarquias a estabelecimentos de ensino, fez com que as autarquias passassem a ter domínios de intervenção que até então não eram da sua competência.

De acordo com Duarte (2014) ocorreu esta maior responsabilização autárquica ao nível da educação, que, igualmente, “(...) implicou a interação das Autarquias com diferentes parceiros e o desenvolvimento de papéis diversificados, nomeadamente o de facilitador, dinamizador, organizador e parceiro de iniciativas, projetos e instituições locais. “ (Duarte, 2014: 40) Este último facto foi facilmente observável no estágio realizado, sobretudo no que diz respeito às atividades em que tive a oportunidade de participar, e aquelas que foram ocorrendo, mas que não pude participar, onde se verificava que a DAS tinha um papel de organizador, dinamizador e parceiro de algumas iniciativas. Até mesmo no que diz respeito ao contacto realizado com as instituições especializadas, se verificou, em alguns casos, uma estreita ligação entre a DAS – CMP e as diversas instituições. O mesmo sucede em relação às juntas de freguesia entrevistadas, onde um/a dos/as entrevistados/as salientou que a essa JF estava envolvida em vários projetos enquanto parceira.

Ao nível da educação, as autarquias possuem várias competências, como por exemplo: a monitorização e avaliação da qualidade do ensino do município, a gestão de

algumas escolas, o desenvolvimento de programas destinados a todos os ciclos de ensino, entre outras. O conjunto de todas as competências das autarquias tem promovido, cada vez mais, e segundo Duarte (2014: 41) “(...) ações mais significativas para os contextos e atores, favorecendo, mais eficazmente, o desenvolvimento de respostas aos problemas sociais.” Pode, ainda, salientar-se que, e, segundo Fonseca (s/data), as autarquias constituem-se enquanto elemento aglutinador dos cidadãos, e que representa a sociedade civil. Portanto, “(...) a rede autárquica tem um papel fundamental a desempenhar na (...) mobilização, entendida como uma efetiva participação dos cidadãos.” (Fonseca, s/data: 252)

No que diz respeito à área debatida neste relatório – a violência doméstica – uma autarquia tem competências, por exemplo, ao nível do diagnóstico, monitorização e avaliação das estruturas que fazem atendimento de vítimas.

Ora, de entre alguns dos exemplos que poderia dar em relação à ação de um/a especialista em educação numa autarquia, dou o seguinte: na formação em ciências da educação são desenvolvidos e aprofundados conhecimentos e ferramentas que se relacionam diretamente com a conceção de projetos. Esta conceção envolve várias etapas, e que, segundo Capucha (2008), se podem resumir nas seguintes: o diagnóstico de partida; o desenho do projeto que engloba as suas orientações gerais/finalidades, o orçamento, os recursos e o plano de ação e a sua organização. Posteriormente, encontra-se, então, a execução do projeto e a sua avaliação. Assim, nesta ordem de ideias, constata-se que um/a especialista em educação possui as competências necessárias para desenvolver uma ação que envolva o diagnóstico, monitorização e avaliação, quer seja de projetos, programas ou ações promovidos por determinada autarquia. Saliento a importância da monitorização, visto que é uma ferramenta que permite acompanhar todo o processo, e caso necessário, realizar alterações tendo em conta o público ao qual o projeto/programa/ação é dirigido, e as suas reais necessidades. O mesmo se aplica à avaliação que, no campo das ciências da educação, deve ser privilegiada a avaliação contínua, isto é, ao longo de todo o processo, uma avaliação formativa.

Em suma, a ação de um/a técnico/a superior de educação numa autarquia pode revelar-se bastante útil, na medida em que o/a mesmo/a possui competências e ferramentas que possibilitam, até mesmo, uma melhoria nas respostas sociais para a comunidade, respostas essas que, muitas vezes, dizem respeito, justamente aos projetos.

### **Capítulo III - Enquadramento Jurídico-Legal Internacional da Violência Doméstica**

Neste capítulo serão apresentados alguns marcos legais e políticos internacionais que fizeram toda a diferença para as mulheres, nesta luta pelo reconhecimento dos seus direitos e, também, pela eliminação da violência contra mulheres e meninas. Aproveito para mencionar que os anos 1970, 80 e 90 do século XX, a nível transnacional, se mostraram preponderantes para a alteração do estatuto da mulher e reconhecimento dos seus direitos, e, precisamente por esse fator, indico, por ordem cronológica os principais marcos. Em Portugal, “(...) só a partir da década de oitenta é que a violência doméstica foi identificada como um problema social. (...) na década de noventa [foi criada] legislação especificamente voltada para as vítimas de violência doméstica (...)” (Coimbra, 2007: 30).

#### **3.1 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979)**

Para a presente pesquisa, torna-se relevante compreender que avanços se fizeram no que diz respeito ao combate contra a violência doméstica e discriminação baseada no género. Para efeitos deste relatório, e tendo em conta a sua atual vigência, situamos a nossa pesquisa a partir do último quartel do séc. XX. Assim, como primeiro elemento encontra-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (CEDAW em inglês), adotada em 1979, que representa o primeiro tratado que busca a promoção dos direitos da mulher, baseando-se na igualdade de género tendo, ainda, como objetivo a proibição e sanção de qualquer forma de discriminação contra a mulher. Um dos artigos desta Convenção, o 11º, demonstra, precisamente, esta “luta” contra toda e qualquer forma de discriminação contra a mulher.

“1. Os Estados-parte adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular:

- a) O direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano;
- b) O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego;
- c) O direito de escolher livremente profissão e emprego, o direito à promoção e à estabilidade no emprego e a todos os benefícios e outras condições de serviço, e o direito ao acesso à formação e à atualização profissionais, incluindo aprendizagem, formação profissional superior e treinamento periódico;

- d) O direito a igual remuneração, inclusive benefícios, e igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho;
- e) O direito à seguridade social, em particular em casos de aposentadoria, desemprego, doenças, invalidez, velhice ou outra incapacidade para trabalhar, bem como o direito a férias pagas;
- f) O direito à proteção da saúde e à segurança nas condições de trabalho, inclusive a salvaguarda da função de reprodução.” (Art. 11.º, CEDAW: 1979)

O artigo mencionado acima, tal como é possível observar, refere os acessos às mesmas oportunidades de emprego, entre homens e mulheres, salientando todos os direitos que se encontram diretamente relacionados com o setor profissional, como por exemplo, o direito à segurança social, à segurança nas condições de trabalho, à igualdade no que diz respeito à remuneração, entre outros. Contudo, e passadas quase quatro décadas desde a adoção desta Convenção, ainda muitas são as lutas que se realizam no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres no acesso às oportunidades de emprego, bem como às remunerações que dele resultam, ou aos cargos ocupados, quer em Portugal, quer a nível internacional. De forma a fundamentar o que foi mencionado, apresento uma tabela onde se pode observar as diferenças, ainda significativas, entre a remuneração base média e ganho de homens e mulheres, em Portugal, no ano de 2000, 2005, 2010 e 2015.

Anos	Remuneração base média			Ganho médio		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2000	612,0	674,7	523,6	729,4	817,9	604,6
2005	764,7	832,5	672,0	907,2	1.003,0	776,2
2010	↑ 899,0	↑ 976,7	↑ 800,8	↑ 1.075,3	↑ 1.185,0	↑ 936,5
2015	913,9	990,1	825,0	1.096,7	1.207,8	966,9

Tabela 1: Remuneração base média e ganho médio de homens e mulheres em Portugal. Fonte: PORDATA.\*<sup>2</sup>

---

\*<sup>2</sup>Retirado de:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Sal%C3%A1rio+m%C3%A9dio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+remunera%C3%A7%C3%A3o+base+e+ganho+por+sexo-894>

### **3.2 Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)**

Após a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979, surge, em 1993, a Declaração de Viena e o respetivo Programa de Ação. Esta Declaração tem como principal intuito a promoção e proteção dos direitos humanos, o que significa que no seu cerne também se encontram preocupações relacionadas com as formas de violência e discriminação contra as mulheres que passam a ser consideradas violações dos direitos do ser humano. Esta declaração, também, representa um marco importante no que refere à igualdade entre homens e mulheres e ao respeito pelos seus direitos fundamentais. Transcrevo, da Declaração, um dos artigos que aborda a importância da consideração dos direitos das mulheres como parte integrante e fundamental dos direitos humanos, bem como a importância da erradicação de todas as formas de discriminação com base no género:

“Os Direitos Humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos universais. A participação plena das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, económica, social e cultural, aos níveis nacional, regional e internacional, bem como a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo, constituem objetivos prioritários da comunidade internacional. A violência baseada no sexo da pessoa e todas as formas de assédio e exploração sexual, nomeadamente as que resultam de preconceitos culturais e do tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Isto pode ser alcançado através de medidas de carácter legislativo e da ação nacional e cooperação internacional em áreas tais como o desenvolvimento socioeconómico, a educação, a maternidade segura e os cuidados de saúde, e a assistência social.” (Art. 18.º, Declaração e Programa de Ação de Viena)

### **3.3 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994)**

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, mais conhecida por Convenção de Belém do Pará<sup>\*3</sup>, adotada em 1994, teve como principal fim, não apenas a proclamação dos vários direitos da mulher, mas também impor aos Estados signatários deveres em relação à sua ação perante as formas de violência contra as mulheres e os mecanismos da sua proteção.

---

<sup>\*3</sup>A Convenção pode ser consultada no seguinte link:

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>

Nesta Convenção, é dada uma grande ênfase à educação, nomeadamente, no que diz respeito à formação de profissionais que atuam na área da violência contra a mulher, bem como à sensibilização do público em geral acerca da violência contra as mulheres. Como exemplo do que acabou de ser mencionado, cito o Artigo 8.º da Convenção de Belém do Pará (1994):

“Os Estados-partes concordam em adotar, em forma progressiva, medidas específicas, inclusive programas para:

1. fomentar o conhecimento e a observância do direito da mulher a uma vida livre de violência o direito da mulher a que se respeitem para protejam seus direitos humanos;
2. modificar os padrões sócio culturais de conduta de homens e mulheres, incluindo a construção de programas de educação formais e não-formais apropriados a todo nível do processo educativo, para contrabalançar preconceitos e costumes e todo outro tipo de práticas que se baseiem na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher ou legitimam ou exacerbam a violência contra a mulher;
3. fomentar a educação e capacitação do pessoal na administração da justiça, policial e demissão funcionários encarregado da aplicação da lei assim como do pessoal encarregado das políticas de prevenção, sanção e eliminação da violência contra a mulher;
4. aplicar os serviços especializados apropriados para o atendimento necessário à mulher objeto de violência, por meio de entidades dos setores público e privado, inclusive abrigos, serviços de orientação para toda a família, quando for o caso, e cuidado e custódia dos menores afetados.
5. fomentar e apoiar programas de educação governamentais e do setor privado destinados a conscientizar o público sobre os problemas relacionados com a violência contra a mulher, os recursos jurídicos e a reparação correspondente;
6. oferecer à mulher objeto de violência acesso a programas eficazes de reabilitação e capacitação que lhe permitam participar plenamente na vida pública, privada e social;
7. estimular os meios de comunicação e elaborar diretrizes adequadas de difusão que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas suas formas e a realçar o respeito à dignidade da mulher;
8. garantir a investigação e recompilação de estatísticas e demais informações pertinentes sobre as causas, consequências e frequência da violência contra a mulher, como objetivo de avaliar a eficácia das medidas para prevenir, punir e eliminar a violência contra a mulher e de formular e aplicar as mudanças que sejam necessárias; e
9. promover a cooperação internacional para o intercâmbio de ideias e experiências e a execução de programas destinados a proteger a mulher objeto de violência.” (Art. 8.º)

### **3.4 Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 1995)**

No ano seguinte à ratificação da Convenção de Belém do Pará, em 1995, decorreu a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, de onde emanou a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim<sup>\*4</sup>. Nesta declaração foram identificadas doze áreas estratégicas, e de preocupação prioritária, que realçam “(...) que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos, e não apenas uma situação decorrente de problemas económicos e sociais a serem superados” (Viotti, 1995: 149). Para além de enfatizar os direitos das mulheres, também teve como grande objetivo abordar o empoderamento das mesmas, ou seja, e segundo Viotti (1995), a autonomia sobre o seu desenvolvimento, sendo que os Estados signatários e a sociedade em geral devem criar condições para que tal aconteça.

Pode, ainda, afirmar-se que esta Declaração conta com a explanação do conceito de género, referindo que o mesmo “(...) permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto passíveis de modificação” (Viotti: 149). Ora, nesta pequena citação encontra-se algo de extrema importância para este trabalho, o facto de os padrões de conduta serem determinados social e culturalmente. Tema que foi anteriormente debatido neste relatório.

Em suma, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim contém vários objetivos estratégicos, conjuntamente com a identificação das ações necessárias para alcançá-los. Segundo Viotti (1995), “[t]rata-se de um guia abrangente para orientar governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade e para evitar a discriminação” (Idem: Ibidem).

---

<sup>\*4</sup> Esta Declaração pode ser consultada em:

[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf)



### **3.5 Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (Convenção de Istambul, 2011)**

A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica, mais vulgarmente conhecida por Convenção de Istambul, foi adotada em Istambul em 2011, e ratificada por Portugal em 2013. Após uma análise a esta Convenção, é possível notar que, e tal como nos diz Sottomayor (2015), apresenta a noção de violência contra as mulheres numa perspetiva específica, na medida em que a relaciona com uma posição de subordinação das mulheres em relação aos homens, que tem subjacente uma relação de poder. Esta Convenção apresenta um conjunto de definições, entre as quais a de violência doméstica, violência contra as mulheres, e violência de género exercida contra as mulheres. A Convenção, baseada nos dados oficiais dos diferentes Estados Membros e nos dados internacionais, explicita que esta violência afeta desproporcionalmente as mulheres, que são, na maioria dos casos, as vítimas.

No seguimento do que foi já mencionado, a assunção do conceito de género e os padrões de conduta socialmente construídos tal como constam na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, também estão presentes nesta Convenção: “(...) refere-se aos papéis, aos comportamentos, às atividades e aos atributos socialmente construídos que uma determinada sociedade considera serem adequados para mulheres e homens.” (Artigo 3.º, Convenção de Istambul, 2011)

Assim, a presente Convenção tem como principais finalidades contribuir para a proteção, prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo a VD.

### **3.6 Diretiva Europeia para as Vítimas (2012)**

Para finalizar este tópico de marcos importantes na história, para o reconhecimento dos direitos das mulheres e a luta pela igualdade de género e contra a violência contra as mulheres, apresento a Diretiva Europeia para as Vítimas. Esta Diretiva consagra um conjunto de direitos que estão diretamente relacionados com o apoio e proteção das vítimas. Salienta-se que, estas vítimas não são apenas as vítimas de VD, mas sim, as vítimas de qualquer tipo de crime, tal como se pode observar no artigo 57.º da presente Diretiva:

“As vítimas de tráfico de seres humanos, terrorismo, criminalidade organizada, violência em relações de intimidade, violência ou exploração sexuais, violência

baseada no género e crimes de ódio, as vítimas com deficiência e as crianças vítimas (...)” (Artigo 57.º, Diretiva Europeia para as Vítimas, 2012)

De acordo com a Diretiva Europeia para as Vítimas, os Estados-Membro devem garantir que todas as vítimas não sofram qualquer tipo de discriminação e sejam tratadas com respeito e profissionalismo por parte das instâncias que as acompanham. Precisamente no que refere a este elemento – o profissionalismo – esta Diretiva também apresenta o artigo 61.º onde se encontra contemplada a formação de todo(a) e qualquer profissional que entre em contacto direto com as vítimas.

No que diz respeito às crianças vítimas,

“(...) devem ser consideradas e tratadas como titulares plenos dos direitos previstos na presente diretiva e devem poder exercer esses direitos de uma forma que tenha em conta a sua capacidade de formar as suas próprias opiniões.” (Artigo 14.º, Diretiva Europeia para as Vítimas, 2012)

Em suma, e tendo em conta a citação supramencionada, o superior interesse da criança constitui uma preocupação primordial da presente Diretiva, a qual os Estados-Membro, uma vez mais, devem assegurar.

## **Capítulo IV - O estágio curricular**

### **4.1 A escolha e a pertinência do contexto de estágio**

O estágio curricular revelou-se uma oportunidade de observação e antecipação do que poderá vir a ser o exercício da prática profissional em Ciências da Educação, numa autarquia, através da integração no contexto e na vivência organizacional.

Ao longo da licenciatura e do mestrado em Ciências da Educação ainda não tinha tido a oportunidade de contactar com a atividade que se desenvolve numa autarquia. As autarquias, sendo contextos de ação plurais, com a presença de diversas áreas do saber, são entidades que contam com equipas multidisciplinares. Para além disso, são instâncias políticas que contactam diariamente com a população, promovendo políticas educativas, culturais, de intervenção social, bem como projetos, dirigidos a diferentes públicos, e que têm em vista a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, neste caso da cidade do Porto. Por ser uma instância plural, que possui vários projetos e que intervém diretamente com a população, revelou-se, na minha ótica, um contexto bastante pertinente para desenvolver o estágio. Assim, e possuindo número significativo de projetos, dirigidos a diferentes públicos (mencionados no capítulo I) foi-me possível enveredar por um projeto que se relacionasse com o domínio que frequentei durante o Mestrado – Infância, Família e Sociedade: Temas e Problemas em Educação - permitindo, desta forma, um confronto, entre os saberes adquiridos ao longo da formação com o exercício na prática.

### **4.2 O percurso no estágio**

#### **4.2.1 A entrada no terreno e os primeiros contactos com a DAS**

Em Outubro de 2016, iniciaram-se os primeiros contactos com a Divisão de Ação Social da CMP através de reuniões. Nestas reuniões iniciais estiveram presentes a supervisora local e a minha orientadora. Logo na primeira reunião, foram apresentados, por parte da supervisora local e chefe da DAS, todos os projetos que, no momento, decorriam naquela Divisão da CMP, e as respetivas áreas de intervenção. Após alguns dias, em que refleti sobre tudo o que me foi apresentado, decidi enveredar pela área que, de entre todas, me suscitou mais interesse: violência doméstica. Em relação à VD, foi-me apresentado o Plano Municipal contra a Violência Doméstica para a cidade do Porto.

Quando, efetivamente, se iniciou o processo de estágio, e me desloquei até à Divisão, e como é natural que aconteça, existiu alguma estranheza por parte dos/as técnicos/as à presença da estagiária, no entanto, sempre se mostraram acessíveis e disponíveis para esclarecer qualquer dúvida. Os primeiros dias foram passando e a

supervisora local sugeriu que fosse realizada uma atualização ao Plano, visto que seria algo muito útil à instituição. Pretendia-se a atualização das informações que constavam no Plano, nomeadamente: as instituições que atuam na área da violência doméstica e a sua caracterização, projetos em vigor, estatísticas do fenómeno social referentes ao município do Porto, entre outros elementos. Foi, então, que, nesta altura, comecei a construir uma base de dados com todas as instituições que, efetivamente, atuam na área da violência doméstica.

Considerei a hipótese de poder vir a realizar uma intervenção com um determinado público, visto que, a minha ideia passava por utilizar algumas das atividades do Plano que até então ainda não tinham sido realizadas e pô-las, efetivamente, em prática. Estas atividades eram dirigidas à comunidade escolar, e diziam respeito à sensibilização e prevenção primária – um dos grandes pilares do Plano. No entanto, a após mais uma reunião com a supervisora local, foi mencionado que não seria possível concretizar os contactos com as escolas e, portanto, a ideia ficou sem efeito.

Assim, ficou definido que o meu contributo para a DAS seria a construção de um Roteiro sobre a Violência Doméstica para ao município do Porto. Esta decisão resultou de uma reflexão e estudo do Plano Municipal já existente, visto que a produção de contributos para um Roteiro seria uma mais valia tanto para a CMP, como para a sociedade portuense em geral. Deste modo, o Roteiro seguiria a mesma lógica do Plano, com alguns acrescentos, isto é: com informação teórica e legal sobre o problema social da VD, instituições que atuam direta ou indiretamente com as vítimas e os seus projetos, estatísticas referentes à violência doméstica, principal literatura, política de prevenção das instituições, entrevistas às/aos técnicos de instituições especializadas e de Juntas/União de Freguesia para compreender as necessidades/dificuldades das instituições, entre outros elementos. Ficou também definido que as entrevistas seriam realizadas aos/às profissionais de serviço social, visto serem aqueles/as que, mais provavelmente, contactam com vítimas de violência doméstica. Devo salientar que, ao longo de todo este processo, uma das técnicas da DAS também deu algum suporte relação ao guião para as entrevistas, manifestando preocupação e até mesmo sugerindo questões pertinentes, no sentido de me alertar, na produção do Roteiro, para o facto de que deveria realizar as entrevistas a todas as freguesias, ou às uniões de freguesias do Concelho do Porto, bem como questionar acerca da formação dos/as técnicos/as. A questão da formação das/os técnicos é bastante pertinente visto que as freguesias poderiam não dispor de profissionais

da área do serviço social, e, portanto, seria crucial conhecer a formação académica e área profissional das pessoas entrevistadas.

Nesta altura, comecei a sentir que já tinha um foco, e que, finalmente, podia começar a trabalhar mais concretamente.

Friso também que, e dado o tempo limitado no qual decorrem os estágios curriculares (aproximadamente 6 meses), não foi possível elaborar um Roteiro, mas sim alguns contributos que, futuramente, permitirão à DAS construir um, devidamente completo.

#### **4.2.2 Objetivos e organização do contributo para a DAS**

Tal como salientei no tópico anterior, ficou definido que, então, o meu contributo para a DAS seria a construção de contributo para um Roteiro sobre a violência doméstica no município do Porto.

Para tal, inicialmente, foram definidas que instituições estariam presentes no estudo através da entrevista. Essa definição foi feita tendo por base o *website*<sup>\*5</sup> da CIG, onde constam as entidades que estão certificadas para fazer atendimento, apoio e acompanhamento às vítimas. Interessava também compreender como instituições não certificadas, como as Juntas de Freguesia, que nem sempre possuem técnicos(as) com formação específica, atuavam nestes casos, até porque, e segundo os dados recolhidos, é precisamente nestas entidades onde as vítimas acabam por ser sinalizadas inicialmente. Assim, este estudo contou com a visão de dois tipos de instituições: a das instituições especializadas, que contam com técnicos/as que possuem formação no âmbito da violência doméstica e que lidam diariamente com este problema social; e a das instituições de carácter generalista, neste caso, as juntas de freguesia da cidade do Porto, que, mesmo não tendo profissionais com uma formação específica, também se deparam com situações de VD.

Tendo este estudo duas grandes visões, foi necessária a construção de dois guiões<sup>\*6</sup> de entrevista adequados às duas realidades. Estes guiões de entrevista, delineados em conjunto com a supervisora local, tiveram por base a formulação dos objetivos do Roteiro.

---

<sup>\*5</sup> O website pode ser consultado em: <https://www.cig.gov.pt/>

<sup>\*6</sup> Os guiões de entrevista encontram-se nos apêndices.

Visto que, e sendo este mestrado em Ciências da Educação, importava, no momento das entrevistas, compreender outros aspetos para além daqueles que anteriormente foram referidos, como as estatísticas da VD, a identificação das instituições e dos seus projetos, bem como das suas necessidades, e também como se processa o atendimento, apoio, acompanhamento e, em alguns casos, encaminhamento de uma vítima, elementos que seriam fundamentais para a DAS. Enquanto estagiária, defini, com a aprovação da supervisora local e das orientadoras, que seria também interessante recolher junto das instituições outros elementos: a sua perspetiva acerca da violência doméstica, a política de prevenção e as suas estratégias, impactos/contornos e custos da VD na sociedade, e, ainda, a importância da formação de profissionais neste mesmo campo.

Mediante o que foi apresentado acima, os objetivos que se formularam, quer para a construção dos Contributos para o Roteiro, quer para a elaboração do meu relatório foram os seguintes:

- ✓ Identificar e caracterizar as diferentes instituições especializadas operam na área da violência doméstica na cidade do Porto e das instituições de referência a nível nacional e de instituições generalistas que podem ter contactos e/ou conhecimento de situações de VD;
- ✓ Compreender como é realizado o atendimento, apoio, acompanhamento e eventual encaminhamento das vítimas de VD;
- ✓ Levantamento das principais preocupações e necessidades manifestadas pelas instituições;
- ✓ Levantamento de projetos e atividades em funcionamento nas instituições especializadas no âmbito da violência doméstica;
- ✓ Compreender a política de prevenção da VD das instituições;
- ✓ Compreender quais os impactos e custos da VD para as vítimas e para a sociedade em geral;
- ✓ Compreender a importância da formação de profissionais no campo da VD.

#### **4.2.3 Ações inerentes à produção do contributo para a DAS**

Para a construção dos contributos para um Roteiro sobre a VD no Porto, para a DAS, foi necessário, e tal como já referi, uma estudo e reflexão acerca do Plano Municipal contra a Violência Doméstica, coordenado pela CMP. Após esta análise, foram discutidas, em conjunto com a supervisora local e as orientadoras, as informações que o documento deveria conter. A primeira ação realizada está relacionada com a construção de uma base de dados onde estivessem presentes todas as instituições especializadas, da cidade do Porto, e os seus contactos. Após esta ação, e visto que a primeira parte do Roteiro diz respeito a informações teóricas sobre a VD, foi realizada uma pesquisa aprofundada sobre o tema, nomeadamente ao nível da legislação (através de documentação oficial), caracterização do problema social, incluindo, nomeadamente, os impactos, a sua relação com o cultural e social, fontes estatísticas, os estudos de referência a nível nacional e internacional, as diferentes formas de violência em que se desdobra a VD e as medidas de prevenção existentes (através da análise de dissertações, teses, livros, relatórios e bases de dados das mais diversas entidades, quer de carácter académico, quer de carácter institucional). Após esta pesquisa, que foi um processo bastante longo, foi, então, elaborada uma lista onde constavam as instituições de referência nacionais no âmbito da VD, com informação relevante.

Após esta pesquisa, que permitiu que o documento dos contributos para o Roteiro possuisse uma base sólida e estruturada, a ação seguinte foi a realização das entrevistas às entidades (descrita pormenorizadamente no tópico seguinte). As entrevistas não foram todas realizadas ao mesmo tempo, o que permitiu ir realizando a transcrição<sup>\*7</sup> das que iam sendo realizadas. Posteriormente, foi elaborada a análise de conteúdo dos discursos das pessoas entrevistadas. Foram realizadas duas grelhas de análise de conteúdo<sup>\*8</sup> – uma para as instituições especializadas e outra para as juntas de freguesia (instituições generalistas) – visto serem instâncias diferentes. Estas análises permitiram responder aos objetivos formulados, e constituíram a segunda parte dos contributos para o Roteiro.

Saliento que, no capítulo seguinte, que diz respeito à metodologia, constará a descrição destas ações de forma a ilustrar as técnicas de recolha de dados utilizadas nesta pesquisa.

---

<sup>\*7</sup> A transcrição das entrevistas encontra-se nos apêndices.

<sup>\*8</sup> As grelhas da análise de conteúdo encontram-se nos apêndices.

#### 4.2.4 O contacto com as instituições e os constrangimentos encontrados

Para o primeiro contacto com as instituições, e por conselho da supervisora, foi redigido um documento<sup>\*9</sup>, com a identificação e apresentação da estagiária e dos objetivos do estudo. Este documento foi, posteriormente, enviado por *e-mail* às diferentes entidades. Devido à relação próxima que a supervisora local mantinha com algumas instituições, os primeiros contactos foram realizados através de telefonemas. Após os guiões das entrevistas terem sido aprovados pela chefe do departamento, a primeira entrevista foi marcada para 13 de Fevereiro de 2017.

Logo no dia seguinte à realização da primeira entrevista (13 de Fevereiro), três instituições especializadas marcaram as entrevistas para os dias 20 e 21 de Fevereiro e 8 de Março. Nesse mesmo dia, a supervisora local pediu-me para que ligasse a todas as uniões de freguesias e instituições que ainda não tinham respondido ao e-mail. No caso das Juntas de Freguesia, os/as técnicos/as responderam-me que já tinham reencaminhado o e-mail em questão para o respetivo Presidente, e que, sem a sua aprovação, não seria possível realizar as entrevistas. No caso das instituições, praticamente todas responderam que não tinham recebido o e-mail, que, em sequência lhes foi reencaminhado.

Passados uns dias, no dia 20 de Fevereiro, foi recebida uma resposta: a da PSP, entidade pública que também intervém com vítimas, e que seria uma entidade crucial a ser ouvida para a construção deste documento. No caso desta entidade, uma série de elementos solicitados nas entrevistas teriam de ser formalizados antes da entrevista e enviados para a entidade, esperando autorização superior. Foram, então, realizados e formalizados os documentos necessários e enviados para esta mesma entidade, contudo não foi recebida mais nenhuma resposta até ao momento.

Posteriormente, foram recebidas duas respostas: uma por parte de uma união de freguesias, agendando a entrevista para o dia 1 de Março, e outra por parte de uma instituição, que agendou a entrevista para o dia 6 do mesmo mês. Nesse dia, dirigi-me, então, à instituição em causa, a qual respondeu que não tinha conhecimento da entrevista, e que teria de ser remarcada para outro dia. A informação, aparentemente, não chegou às técnicas e, como tal, foi impossível realizar a entrevista, tendo a mesma ficado marcada para o dia 13 de Março.

---

<sup>\*9</sup> O documento redigido encontra-se nos apêndices.



Devido ao facto de as restantes instituições e juntas de freguesia não responderem aos *e-mails* enviados, a supervisora local resolveu ligar mais uma vez, e reenviar os *e-mails*. Em algumas das chamadas efetuadas, sobretudo no que diz respeito às uniões de freguesias, as mesmas indicaram que não tinham recebido o *e-mail*. No entanto, quando anteriormente eu tinha falado com os/as técnicos/as responsáveis, os/as mesmos/as referiram que já tinham transmitido a informação ao respetivo Presidente. Assim, e depois de várias insistências, apenas mais duas entrevistas (com juntas de freguesia) conseguiram ser marcadas, sendo que a última entrevista foi realizada no dia 24 de Abril de 2017.

As entrevistas foram realizadas num período de 3 meses (de Janeiro até Abril de 2017). Neste período, apenas se conseguiram 8 entrevistas (3 Juntas de Freguesia e 5 instituições especializadas), das 16 possíveis, o que significa que foram realizadas, precisamente, metade das entrevistas que inicialmente estavam previstas. De notar, ainda, que as instituições especializadas se mostraram mais recetivas à realização das entrevistas do que as Juntas de Freguesia. Todos estes aspetos constituíram constrangimentos no que diz respeito ao contacto com as diversas entidades, constrangimentos que poderiam ser ultrapassados se o estágio tivesse uma duração mais longa.

### **4.3 Outras atividades desenvolvidas no contexto de estágio**

Para além de ter desenvolvido os contributos para o Roteiro da VD no Concelho do Porto, que acabou por ser o grande cerne do meu estágio, foram, ainda, realizadas algumas atividades que proporcionaram contactos distintos com várias realidades da cidade do Porto. Abaixo, encontram-se, por ordem cronológica, as atividades em que tive a oportunidade de participar:

#### **4.3.1 Participação na Conferência “Crescer Ser”**

Esta conferência foi realizada no dia 25 de Outubro de 2017 e abordou a instituição Crescer Ser. Nela foram tratados temas relativos à legislação sobre promoção e proteção das crianças e jovens. Enquanto especialista em educação, a área das crianças e jovens em perigo constitui-se uma das possíveis áreas para o exercício profissional, revelando-se bastante pertinente conhecer as alterações à lei, e também o próprio conhecimento da forma de atuação da CrescerSer.

#### **4.3.2 Participação na Children Street Store**

A Children Street Store é uma feira organizada pelo Bairro do Amor – Associação de Solidariedade Social, em parceria com a Câmara Municipal do Porto, e que se realizou na Quinta de Bonjóia, a 28 de Novembro de 2016. Esta feira, ou “loja” solidária, foi pensada para as crianças que estão institucionalizadas, proporcionando-lhes, assim, um dia diferente, onde podem ir “às compras”, e realizar atividades lúdicas.

Esta feira contou com vários/as voluntários/as de diversas faixas etárias e que se encontravam distribuídos/as pelas diversas “montras”: de roupa, de calçado, de material escolar, de brinquedos, de acessórios, e que as crianças podiam escolher. Para além disso, estavam também voluntários/as na parte das atividades lúdicas, que foi o meu caso, onde se desenvolveram alguns trabalhos manuais com as crianças. Enquanto especialista em educação, a formação nesta área demonstrou-me o quão importante é o lúdico para o processo de ensino-aprendizagem da criança e do/a jovem. Esta “ferramenta” que é o brincar, e a participação em atividades lúdicas contribui, ainda, para o desenvolvimento pessoal, cultural e social.

Esta atividade tornou-se, ainda, um excelente contexto de observação no que diz respeito à socialização de crianças e jovens, visto que houve oportunidade de verificar que se constituíram vários grupos, muito provavelmente, com os/as amigos/as mais próximos/as, querendo fazer atividades muito semelhantes, ou utilizar os mesmos materiais, o que nos demonstra a importância do sentimento de pertença a um determinado grupo.

#### **4.3.3 Participação na organização da apresentação dos projetos “Aconchego” e “Cidades Amigas das Pessoas Idosas”**

A apresentação dos projetos “Aconchego” e “Cidades Amigas das Pessoas Idosas” foi realizada através de uma conferência, no dia 6 de Dezembro de 2016. A minha participação nesta atividade foi no sentido de organizar os documentos que seriam disponibilizados ao público que iria participar nesta conferência.

Através desta apresentação, fiquei a conhecer de uma forma aprofundada os dois projetos em causa, apesar de não ter integrado nenhum deles. Em relação ao projeto “Aconchego”, estiveram presentes dois beneficiários, uma idosa e um estudante, que contaram a sua experiência neste mesmo programa, tendo-se verificado uma grande empatia entre os dois. Relativamente à apresentação do projeto “Cidades Amigas das

Pessoas Idosas”, estiveram presentes alguns representantes de municípios e/ou de freguesias que tinham aderido ao projeto, ou que tinham intuito de o fazer. Foram apresentadas algumas dúvidas, e até mesmo algumas sugestões que tiveram em vista a melhoria dos projetos.

A pertinência desta atividade para a mediação socioeducativa prende-se com o facto de, e devido ao contacto que tive, quer na organização da apresentação, quer na escuta dos testemunhos, e sendo a área da mediação socioeducativa tão propícia à construção de projetos, é de extrema importância conhecer e compreender a estrutura e a lógica de execução de projetos, que foi possível através da escuta de quem integrou esses projetos em concreto e vivenciou as dificuldades e o sucesso inerentes à sua implementação.

#### **4.3.4 Participação na Cerimónia de Entrega dos Instrumentos no âmbito do projeto “Música para Todos”**

Este evento decorreu no dia 19 de Janeiro de 2017, na sala D. Maria I, na Câmara Municipal do Porto, e foi pedida a colaboração das estagiárias da DAS, inicialmente, para a organização dos instrumentos por ordem alfabética, na sala em questão, de forma a estarem devidamente preparados aquando da entrada das crianças e jovens na sala. Para além disso, foi também realizada, por parte das estagiárias, uma receção aos/às convidados/as, pelos vários locais do edifício. Nesta receção, pretendia-se que se indicasse a sala para a qual as pessoas se deviam dirigir, e, caso fosse necessário, acompanhá-las até lá. Este evento permitiu, acima de tudo, o contacto com várias pessoas e entidades, tendo sido potenciada a capacidade de comunicação. Capacidade essa que se torna imprescindível na área das Ciências da Educação, visto ser uma área diretamente relacionada com o social e com o contacto com diversos públicos.

#### **4.3.5 Participação na Ronda aos Sem Abrigo**

A participação na Ronda aos Sem Abrigo, no dia 24 de Janeiro de 2017, proporcionou mais um contacto com uma realidade distinta. Inicialmente, dirigi-me para o quartel dos Bombeiros Sapadores do Porto, onde os vários elementos foram divididos em dois grupos, visto que iriam ocorrer duas rondas por pontos distintos da cidade

Considero que foi uma experiência única e enriquecedora, até porque nunca tinha contactado com esta realidade, nem no percurso da licenciatura em Ciências da Educação, nem no mestrado. Para além de que foi possível conhecer algumas pessoas, as suas

dificuldades, estratégias de adaptação e resistência, descontentamentos, que me permitiram um primeiro contacto com este problema social.

#### **4.3.6 Participação na Conferência “Violência Doméstica”**

No Hospital Magalhães Lemos, no dia 2 de Março de 2017, realizou-se a Conferência sobre “Violência Doméstica”, que contou com a presença e perspetivas de várias instituições e profissionais que atuam diretamente na área da violência doméstica, nomeadamente: a APAV, CIG, UMAR, forças de segurança (nomeadamente do NIAVE da GNR), bem como de profissionais de saúde daquele hospital, e da área do direito. Na minha ótica, foi uma conferência muito “rica”, no sentido em que tive a oportunidade de ouvir as perspetivas das diferentes entidades. Saliento que não tive oportunidade de realizar entrevistas aos/às profissionais de algumas das entidades presentes nesta Conferência, como foi o caso das forças de segurança, profissionais de saúde e da área do direito e, portanto, poder ouvi-las, permitiu um entendimento da perspetiva destas mesmas entidades.

## Capítulo V - Fundamentação Metodológica e Ética

### 5.1 Enquadramento Epistemológico e Ético

Este capítulo foca-se nas questões metodológicas e éticas inerentes ao processo de estágio que desenvolvi. Estas opções foram determinadas tendo em conta o próprio contexto, e a natureza e objetivos dos processos, e, como tal, tiveram uma grande influência na minha postura enquanto estagiária.

Começo por frisar que a ação realizada no estágio não teve por base uma iniciativa própria, mas sim, uma ação que se baseou na participação em algumas atividades, e o desenvolvimento de um estudo exploratório, e que foram considerados de relevância, quer para o estágio a realizar, quer para a instituição de acolhimento. Com efeito, tratou-se de responder a um pedido da Divisão de Ação Social da CMP, atendendo às necessidades sentidas no âmbito da violência doméstica. Os/as entrevistados/as constituíram os principais pilares deste relatório, pois sem a contribuição dos/as mesmos/as não teria sido possível compreender as suas perspetivas no que diz respeito à temática da violência doméstica, nem como se realiza todo o processo de atendimento, apoio, acompanhamento e, por vezes, encaminhamento das vítimas.

Com o que foi mencionado até agora, é possível situar esta pesquisa numa lógica de investigação, devido à produção dos contributos para o Roteiro, que serão uma ferramenta útil para uma intervenção futura da DAS, mas também, numa lógica de intervenção, devido à participação nas atividades descritas anteriormente, promovidas pela CMP.

No que diz respeito à realização das entrevistas esteve presente uma epistemologia da escuta, salientada por Berger (2009), que reforça a ideia de que:

“(…) Se eu escuto, é porque um outro fala e é responsável pelo aparecimento, pela emergência de um gesto, de um sentido, de uma significação, de uma palavra. Ao contrário da observação cujo ideal é o espelho transparente que permite ver sem ser visto, a escuta não existe sem uma relação, sem uma ligação entre dois sujeitos.” (Berger, 2009: 190)

O processo de escuta que acionei junto das pessoas entrevistadas permitiu a compreensão das significações atribuídas à problemática em estudo e às questões que lhe estão subjacentes. Estas significações, no caso, sobre a violência doméstica, revelaram-se úteis não apenas para a compreensão do fenómeno social e consequente construção dos contributos para o Roteiro, mas também para a captação das reais necessidades dos/as

atores/as que estão diariamente nas instituições que intervém direta ou indiretamente com vítimas.

Em suma, a ação desenvolvida no estágio no que refere à realização das entrevistas baseou-se teve subjacente a preocupação de evidenciar e compreender as necessidades das instituições, no sentido de as reportar à CMP, com vista à identificação das áreas que carecem de maior apoio das políticas municipais e, ainda, no sentido de contribuir para a melhoria das relações de parceria já existentes.

A abordagem privilegiada foi qualitativa, visto que “[o] significado é de importância vital na abordagem qualitativa (...) os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas” (Bogdan & Biklen, 1994: 50). Portanto, a compreensão e interpretação dos fenómenos a partir da perspectiva dos/as atores/as foi um elemento-chave para a realização desta investigação-intervenção e que permite um constante questionamento por parte dos/as investigadores/as.

Relativamente, ainda, à abordagem qualitativa, Isabel Dias (1998: 34) refere que a mesma possibilita ao/à investigador(a) “(...) apreender a variabilidade de relações entre as práticas de violência doméstica e os significados que lhe são atribuídos pelos actores através das suas interacções sociais”. Assim, através das opiniões e significados dos(as) técnicos(as) que atuam nesta mesma área, e que lidam diariamente com vítimas, foi possível retirar várias conclusões acerca da VD e ficar a conhecer as várias perceções sobre os/as técnicos/as.

Considero, ainda, pertinente, e para finalizar este tópico, salientar que, e tal como refere Canário (2005), as Ciências da Educação permitem interpelar as práticas, e não, ditar ou definir as mesmas.

“(...) o papel das ciências da educação é o de contribuir para um acréscimo de lucidez, por parte de todos os actores sociais envolvidos no campo da educação. Renunciando à produção de um discurso fundado, quer na previsão, quer na prescrição, compete aos investigadores em ciências da educação produzir um conhecimento que permita ajudar os actores sociais, a (...) “estruturar de outro modo as suas interacções (...)” (Canário, 2005: 26)

## 5.2 Opções metodológicas

### 5.2.1 Análise Documental

No que diz respeito às opções metodológicas deste processo, a primeira que apresentarei é análise documental, visto também ter sido aquela que, inicialmente, me orientou e auxiliou no sentido de conhecer melhor a própria organização e as suas práticas, mas também, de explorar o tema em debate. Assim, a análise documental,

“(…) é uma atividade sistemática e planificada que consiste em examinar documentos já escritos que abarcam uma ampla gama de modalidades. Através dos mesmos é possível captar informação valiosa. Os documentos são uma fonte bastante fidedigna e prática para revelar os interesses e perspectivas de quem os escreveu.” <sup>\*10</sup> (Puig, Lafon & Alcaraz, 2004: 349)

Desta forma, esta análise documental incidiu sobre a consulta de vários documentos. Numa fase inicial, foram consultados documentos internos que continham organogramas, os objetivos e projetos de cada divisão do Departamento Municipal de Desenvolvimento Social e, ainda, o Despacho 11101-2015, que diz respeito à dissolução da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto e criação de uma nova unidade nuclear orgânica e quatro unidades orgânicas flexíveis, tal como tinha mencionado no capítulo de caracterização da instituição. Outro dos documentos primordiais e que acabou por estruturar aquela que iria a ser a minha intervenção no contexto de estágio foi o Plano Municipal contra a Violência Doméstica (2013-2015), visto que, a partir do Plano, foram delineadas, em conjunto com a supervisora local, as possíveis atividades que poderiam ser realizadas. A sua análise foi crucial para a produção subsequente dos contributos para o Roteiro, com informações atualizadas e fundamentação teórica sobre a violência doméstica. Foi, também, efetuada uma análise de vários documentos legais: artigo 152.º do Código Penal, Lei n.º 112/2009, a Diretiva Europeia para as Vítimas, a Convenção de Istambul, entre outros

---

<sup>\*10</sup> A citação mencionada foi traduzida para português. A citação original dos autores é a seguinte:

“(…) es una actividad sistemática y planificada que consiste en examinar documentos ya escritos que abarcan una amplia gama de modalidades. A través de ellos es posible captar información valiosa. Los documentos son una fuente bastante fidedigna y práctica para revelar los intereses y las perspectivas de quienes los han escrito.” (Puig, Lafon & Alcaraz, 2004: 349)

Para além dos documentos legais, foram ainda consultadas informações através de fontes oficiais, como a ONU e OMS. Ainda diretamente relacionada com a análise documental, realizou-se consulta de vários relatórios: Relatório Anual de Segurança Interna (RASI 2016), Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica (2015) e fontes estatísticas do INE e PORDATA. Estes documentos possibilitaram uma visão mais abrangente acerca da violência doméstica em Portugal, pois demonstram, de uma forma bastante expressiva, a incidência da VD em Portugal.

### **5.2.2 Entrevista Semi-Estruturada**

A entrevista semi-estruturada foi a técnica utilizada para a auscultação dos/as entrevistados/as, no sentido de aceder, com mais profundamente, às várias opiniões, perspetivas e significados. Esta tipologia de entrevista, e segundo Dias (1998) permite o acesso a várias informações complexas, da parte do/a entrevistado, não esquecendo que o/a mesmo/a tem liberdade para falar sobre diversos temas. Neste seguimento, também, Bogdan & Biklen (1994) referem que as entrevistas fornecem um vasto leque de temas imprevistos, que, consequentemente, permitem ao/à investigador/a levantar outras questões e, à pessoa entrevistada, a oportunidade de moldar o conteúdo da entrevista.

Nos contactos iniciais com as diversas instituições, assim como no momento da entrevista, referiram-se os objetivos do estudo, incluindo a elaboração de contributos para a realização de um Roteiro sobre a VD no Porto. Esta informação inicial constitui um dos procedimentos éticos, na investigação, de modo a que os/as participantes possam decidir se querem ou não contribuir para a realização do estudo. Foi também salientado que a informação recolhida seria tratada com confidencialidade e anonimato e que o ficheiro de áudio (a gravação da entrevista), apenas serviria para fins de transcrição. Estes cuidados éticos com participantes em processos de investigação são também enunciados por outros/as autores/as, como por exemplo:

“Se os investigadores negligenciam o estabelecimento de contrato de comunicação, a definição da situação da pesquisa, os inquiridos procurarão pistas (...) procurarão perceber quais as razões de ser da investigação e das perguntas que vão sendo colocadas.” (Foddy, 1996: 23)

“No início da entrevista, tenta-se informar com brevidade o sujeito do objetivo e garantir-lhe (...) que aquilo que será dito na entrevista será tratado com confidencialmente. Muitos sujeitos, a princípio, ficam apreensivos, negando a existência de alguma coisa importante para dizer.” (Bogdan & Biklen, 1994: 135)



Assim, a clarificação junto de todos os/as intervenientes do processo acerca dos objetivos da investigação, bem como as questões éticas associadas, permitem estabelecer uma relação de comunicação assente na confiança mútua.

### **5.2.3 Observação Participante**

A observação participante foi outra das técnicas de recolha de dados utilizada durante todo o processo de estágio, sendo aquela que recorri, desde logo, na entrada no terreno. A observação participante

“Consiste em observar ao mesmo tempo que se participa nas atividades próprias do grupo que se está a investigar. A participação completa na vida quotidiana da comunidade permite observar a realidade social no seu conjunto, desde uma perspetiva holística.”\*<sup>11</sup>  
(Puig, Lafon & Alcaraz, 2004: 332)

A observação participante diz respeito ao meu tempo de permanência no contexto de estágio, neste caso, na DAS da CMP, que me permitiu realizar uma imersão no contexto de uma Autarquia. Assim, aproximadamente, nos seis meses – período em que decorreu o estágio – foi possível uma convivência com o grupo de profissionais da DAS, e um acompanhamento em algumas das atividades que se realizaram nesse período e que já foram descritas anteriormente neste relatório. Segundo Puig, Lafon & Alcaraz (2004), só através desta integração, convivência e acompanhamento, é possível conhecer melhor um contexto profissional.

---

\*<sup>11</sup> A citação mencionada encontra-se traduzida. A citação original, dos autores, é a seguinte:

“Consiste en observar al mismo tiempo que se participa en las actividades propias del grupo que se está investigando. La participación completa en la vida cotidiana de la comunidad permite observar la realidad social en su conjunto, desde una perspectiva holística.” (Puig, Lafon & Alcaraz, 2004: 332)

#### **5.2.4 Notas de Terreno**

Na observação participante, uma das ferramentas indispensáveis de pesquisa consiste na elaboração de notas de terreno, que dizem respeito ao,

“(...) relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha (...) [estas] notas (...) podem originar em cada estudo um diário pessoal que ajuda o investigador a acompanhar o desenvolvimento do projeto (...) e a tornar-se consciente de como ele ou ela foram influenciados pelos dados.” (Bogdan & Biklen, 1994: 151)

Estas notas acompanham o/a investigador/a ao longo de toda a investigação, permitindo mostrar a evolução e até mesmo possíveis retrocessos no que diz respeito a sentidos ou perspectivas atribuídas durante a permanência num dado contexto. Esta ferramenta foi também útil nas entrevistas, pois o registo áudio nem sempre é suficiente para, posteriormente, lembrar as circunstâncias da sua realização. Nas notas de terreno, foi possível a clarificação dos movimentos, emoções, formas de estar, do ambiente, entre outros elementos, que não devem ser desprezados durante uma investigação.

#### **5.2.5 Análise de Conteúdo**

A análise de conteúdo foi a técnica de recolha de dados que permitiu, por assim dizer, ter um acesso mais organizado à informação recolhida. Neste sentido, a análise de conteúdo, e segundo Amado, Costa & Crusoé (2014), diz respeito à construção de uma grelha de análise que permite a observação das informações recolhidas, sendo que, no seu cerne, se encontra uma interpretação destas mesmas informações/resultados.

Assim, e relacionando com o presente trabalho, foi precisamente a análise de conteúdo das entrevistas realizadas que permitiu a estruturação e organização dos dados recolhidos, através das categorias e subcategorias, e que, no final remetem para as perceções dos/as entrevistados/as relativamente aos vários temas questionados.

### **5.3 Questões Éticas**

No processo do estágio, seguiram-se os procedimentos éticos exigidos a uma investigação neste campo. Em primeiro lugar, houve a preocupação de informar e garantir aos/às entrevistados/as a confidencialidade e anonimato dos dados. Neste sentido, os ficheiros áudio apenas foram utilizados para fins de transcrição e esta mesma transcrição não teve a si associada qualquer nome de instituição especializada ou junta de freguesia. Foi, também, providenciado um termo de consentimento informado para ser assinado

pelos/as entrevistados/as, e as entrevistas só se realizaram depois da concordância do/as participante. Segundo Fine, Weis, Weesen & Wong (2006), o principal objetivo do consentimento informado é, eventualmente, a proteção dos/as entrevistados, na medida em que os informa, antecipadamente, de todos os objetivos do estudo e lhes dá a possibilidade de não participarem na entrevista, caso seja essa a sua vontade.

Neste seguimento, os/as entrevistados/as expressaram a sua autorização através da assinatura deste consentimento, onde, para além de estarem presentes os objetivos do estudo, estava, ainda, mencionado que a entrevista seria gravada em formato de áudio. Resta ainda, indicar que, apenas um/a dos/as entrevistados/as não autorizou a gravação da entrevista, e, como tal, e com autorização do/a mesmo/a foram apenas registadas as principais ideias em papel.

## **Capítulo VI - Apresentação e Discussão dos Resultados**

Após a explicitação de todo o processo anteriormente apresentado, surge, então, a demonstração e fundamentação dos resultados deste estudo. Consideramos relevante mencionar que, para esta discussão, foram realizadas duas grelhas de análises de conteúdo: uma para as entrevistas às instituições especializadas, e outra para as instituições generalistas, neste caso, as juntas de freguesia, sendo que as categorias e subcategorias criadas tiveram em conta as informações recolhidas e foram as mesmas para as duas análises, exceto numa das subcategorias: “Impactos da violência doméstica na sociedade”, que não se encontra presente na análise de conteúdo das juntas de freguesia, visto os/as entrevistados/as não terem dado nenhuma informação sobre esse tema.

No total, foram criadas nove categorias e doze subcategorias, que poderão ser observadas, na página seguinte, na tabela n. º 2 - Categorias e subcategorias das análises de conteúdo efetuadas.

Categoria	Subcategoria
A violência e a violência doméstica	
	A violência doméstica enquanto construção cultural e social
Danos provocados pela VD	Danos da VD em crianças e jovens
	Danos da VD em vítimas adultas
	Impactos da VD na sociedade
Valência(s) das Instituições	
Principais dificuldades manifestadas pelas instituições	
	Dificuldades percebidas pelos/as técnicos/as relacionadas com o apoio à vítima
Falhas identificadas pelas instituições no que diz respeito às estruturas que atuam no âmbito da VD	
Atendimento, Encaminhamento e Intervenção no âmbito da VD	Perceções acerca da atitude e postura dos/as técnicos/as no atendimento a vítimas de VD
	Intervenção com agressores e a sua importância
	Preocupações no atendimento, encaminhamento e intervenção das vítimas
Prevenção da Violência Doméstica	Importância da prevenção para a desconstrução dos papéis de género
	Política de prevenção das instituições
	Projetos em curso no âmbito da VD
	Estratégias de prevenção
Trabalho em rede na VD	
Importância da formação de técnicos/as na área da VD	

Tabela n.º 2 – Categorias e subcategorias das análises de conteúdo efetuadas

No documento construído para a CMP estão presentes alguns dos resultados, de uma forma objetiva de modo a possibilitar a sua interpretação. Neste relatório, serão aprofundados os resultados, fazendo uma discussão dos mesmos, e recorrendo a alguns/algumas autores/as para essa mesma discussão. Abaixo, irei, então, por tópicos, analisar e discutir as informações recolhidas, tendo por base as categorias criadas.

### **6.1 A violência doméstica enquanto construção social e problema cultural**

Os/as entrevistados/as manifestaram a sua opinião e as suas perceções acerca da VD, e os elementos que lhe estão associados. Quer nas instituições especializadas, quer nas juntas de freguesia, as perceções mais gerais sobre a violência doméstica são idênticas, sendo que as ideias centrais são as seguintes: a violência doméstica é transversal a toda a sociedade, afeta, sobretudo, mulheres e pode estar diretamente relacionada com comportamentos aditivos, como é o caso do álcool ou consumo de estupefacientes. As instituições especializadas chamaram também a atenção para a violência exercida contra os homens.

O facto de a violência doméstica ser uma construção social foi bastante salientado pelos/as entrevistados/as, referindo, ainda, que, algumas das vítimas encaram a violência como algo normal e natural, como podemos observar abaixo:

*“Só quando chegava a níveis de violência muito elevados é que elas sinalizavam, mas o bater era uma prática comum no agregado familiar e, para mim, isso foi um pouco chocante porque elas não assumiam isso como um ato de violência (...) É um fenómeno muito cultural e enraizado” (Entrevista 7, EJ10)*

*“(...) e depois, não nos podemos esquecer da questão mais cultural e que até se pode verificar no bairro onde ela vive, que é, por exemplo, o avô já batia na avó, o pai já batia na mãe, e portanto, elas até acham isso normal.” (Entrevista 8, EJ11)”*

Esta questão dos fatores exógenos, ou seja, o ambiente onde o indivíduo cresceu e se desenvolveu, facilmente se relaciona com o que foi debatido no enquadramento teórico deste relatório, no que diz respeito ao facto da violência doméstica ser uma construção social, e que, portanto, tem na sua base padrões, normas e valores sociais que a sociedade estabeleceu ao longo de séculos, e que se constituíram enquanto uma herança social e cultural. Esse facto torna-se bastante visível através das duas citações dos/as entrevistados/as, visto que o cultural e o social possibilitam, por assim dizer, esta transmissão de estereótipos e de discriminação e não reconhecimento das mulheres, onde

se verifica, e tal como já referi, uma relação de submissão da vítima em relação ao agressor, onde o mesmo exerce poder e controlo sobre a mesma.

Os/as entrevistados/as também fazem referência aos comportamentos aditivos, e a fatores endógenos, como por exemplo as psicopatologias, como potenciadores da violência. Caldeira (2012) corrobora esta ideia salientando que: “(...) fatores como a psicopatia, a hostilidade, a raiva, as perturbações de personalidade e as dependências em relação ao álcool e às drogas parecem ter uma relação muito próxima com a perpetuação de comportamentos violentos.” (Caldeira, 2012: 23) E ainda, refere que: “Quando comparados agressores e [não agressores], encontrou-se que os agressores são indivíduos mais ansiosos e depressivos, mais frios emocionalmente, dominantes e hostis, com pouco controlo da sua expressão externa da raiva e dos impulsos em geral.” (Idem: Ibidem) Portanto, e, segundo esta autora, verifica-se uma relação entre os fatores endógenos e a perpetuação da violência, visto que a mesma até reforça que existem traços de personalidade e patologias em comum entre vários agressores.

## **6.2 Danos provocados pela violência doméstica**

### **6.2.1 Danos da violência doméstica em crianças e jovens**

No enquadramento teórico deste relatório, já foram mencionados alguns dos danos que a VD provoca nas crianças e jovens. No entanto, importa, agora, demonstrar a “voz” dos/as entrevistados/as.

Começamos por afirmar que todas as JF salientaram algum tipo de dano da VD na criança ou jovem, quer, por exemplo, no insucesso escolar, ou na repetição de comportamentos agressivos para com o/a próximo/a, o que nos demonstra que existe alguma conscientização, por parte destas instâncias, sobre o que a VD pode causar na criança e jovem.

No que diz respeito às IE, as mesmas referem: “(...) *são crianças que apresentam baixos rendimentos escolares, com baixa auto-estima, e que apresentam comportamentos agressivos de repente (...)*” (Entrevista 5, EIE8) Portanto, a baixa auto-estima, o insucesso e absentismo escolar e até mesmo a possível reprodução geracional da VD foram os aspetos mais salientados pelos/as entrevistados/as.

Como referi no início deste trabalho, Sani (2006) apresenta vários danos que a VD pode causar na criança e jovem, entre eles, podem encontrar-se alguns que também foram referidos pelos(as) entrevistados(as).

“(...) têm mais problemas comportamentais (...) respondem menos apropriadamente às situações e têm relacionamentos mais ambivalentes com as pessoas que delas cuidam (...) outros problemas a longo prazo (...) problemas de saúde mental, comportamentos de abuso de substâncias e ofensas criminais (...)” (Sani, 2006: 850-851)

Também Magalhães (2005), na sua tese de doutoramento, onde recolheu várias histórias de vida de mulheres, nos alerta para, o facto de que algumas mulheres são vítimas de VD em criança e já na vida adulta, tal como se pode constatar:

“(...) algumas das vítimas de violência doméstica marital, foram também, quando crianças, vítimas de maus tratos ou de abuso sexual (...) o que tem importância crucial na formação dos padrões de comportamento e de entendimento das relações no casamento e na família.” (Magalhães, 2005: 523-524)

No entanto, consideramos pertinente referir esta perspetiva de Magalhães (2005), para mostrar que nem todas as crianças vítimas de VD serão agressoras ou vítimas no futuro — os estudos indicam uma probabilidade de 30%. Embora esta percentagem seja muito alta, isto significa que crianças e adolescentes que viveram em famílias onde não havia violência correm maior risco de serem vítimas ou agressores.

Através das informações recolhidas, nota-se que as perspetivas das JF e das IE são concordantes, o que nos revela que o tema dos danos da VD é um assunto debatido em diversas as instâncias, e, por isso, os/as profissionais entrevistados/as possuem algum tipo de conhecimento na matéria.

### **6.2.2 Danos da VD em vítimas adultas**

No que diz respeito aos danos que a violência provoca nas vítimas adultas, as JF não aprofundaram demasiado a questão, centrando-se, maioritariamente nos sentimentos de medo e culpa e fizeram referência ao stress pós-traumático. Já as IE aprofundaram um pouco mais esta questão referindo, não apenas aspetos mais de ordem “psicológica”, mas também na saúde física e no emprego:

“Temos impactos a nível do emprego (...) a pessoa pode ter depressões, questões até do foro físico, ginecológico (...) (Entrevista 3, EIE4)

“Mulheres com medo (...) crises de pânico, ansiedade, desorientadas, com baixa auto-estima (...)” (Entrevista 5, EIE8)

São vários os danos que a violência provoca na vítima, a todos os níveis: a nível da saúde física, psicológica/emocional, sexual, a nível profissional, académico e da



sociabilidade. De salientar que vários destes efeitos já foram referidos na parte dos custos da VD no enquadramento teórico deste relatório. De salientar que, no caso das JF, as mesmas referem que, efetivamente, existem danos a nível físico, profissional e académico, mas não especificam que tipo de danos são esses. No caso das IE são dados exemplos para todos os tipos de danos que são provocados pela VD.

De forma a corroborar, mais uma vez, o que nos foi indicado nas entrevistas, com a teoria, recorreremos, desta vez, ao Manual Pluridisciplinar sobre a Violência Doméstica (2016), publicado pela CIG, com coordenação de Paulo Guerra e Lucília Gago. Os danos que a VD provoca nas vítimas são os seguintes:

“(…) danos físicos, corporais e cerebrais, por vezes irreversíveis (e.g., fraturas nas mandíbulas, perda de dentes, lesões óculo-visuais, perturbações da capacidade auditiva (...) alterações da imagem corporal e disfunções sexuais (...) distúrbios cognitivos e de memória (e.g., flashbacks de ataques violentos, pensamentos e memórias intrusivos, dificuldades de concentração, confusão cognitiva (...) distúrbios de ansiedade, hipervigilância, medos, fobias, ataques de pânico, sentimentos de medo, vergonha, culpa, níveis reduzidos de autoestima e um autoconceito negativo (...) isolamento social (...)” (CIG, 2016: 40)

Assim, são vários os danos, a vários níveis que a vítima pode sofrer em consequência da VD. Neste seguimento, importa referenciar que está consagrado na lei que a vítima tem direito a obter o apoio necessário para a sua recuperação e, ainda, a ser indemnizada por todos os danos provocados pela VD.

### **6.2.3 Impactos da VD na sociedade**

Tal como foi abordado no enquadramento teórico deste trabalho, a VD tem impactos/custos para a sociedade, a vários níveis, como por exemplo, a nível social, profissional e económico. As JF não referiram nada sobre este aspeto, já as IE salientaram, precisamente, os custos da VD, nos vários setores:

“(…) Os impactos que existem do ponto de vista social e económico são estrondosos (...) uma cama de hospital é muito cara, uma vaga numa casa de abrigo é muito cara (...) os processos judiciais são caros (...) o consumo de antidepressivos, as consultas médicas (...) [isto] tem impacto em toda a sociedade.” (Entrevista 3, EIE4)

“(…) as mulheres são uma força de trabalho específica, que não é só o trabalho laboral que é executado preferencialmente por mulheres que fica afetado. É tudo o que a mulher representa na sociedade (...)” (Entrevista 6, EIE9)

Nestes dois relatos, de IE distintas, conseguem-se encontrar impactos/custos a nível da saúde, económico e também profissional. O que nos revela que é um problema bastante complexo, que gera efeitos na sociedade. Neste sentido, acaba por ser um problema social que é de todos “nós”, ou seja, todos devemos fazer esforços no sentido de o combater e, dessa forma, melhorar a qualidade de vida, quer das vítimas, quer de toda a sociedade.

### **6.3 Valências das Instituições**

Recorrendo à Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, no artigo 66.º, ponto n.º 2 referente à equipa técnica, é consagrado o seguinte: “2 - A equipa deve ter uma constituição pluridisciplinar, integrando as valências de direito, psicologia e serviço social.” (Lei n.º 112/2009, Artigo 66.º) Portanto, esta lei define que as instituições especializadas contem com estas três valências. Tendo em conta as cinco entrevistas realizadas às instituições especializadas, quatro delas possuem as três valências e apenas uma IE possui duas valências. No que diz respeito às juntas de freguesia,

No que diz respeito às juntas de freguesia, embora as mesmas não sejam entidades certificadas, e a sua função seja encaminhar as vítimas, constatou-se que as três JF entrevistadas apresentam valências de apoio social, e uma JF possui um gabinete de mediação e de psicologia.

### **6.4 Principais dificuldades manifestadas pelas instituições**

Tanto as instituições especializadas como as generalistas apresentaram uma dificuldade em comum: o financiamento.

É, também, reforçado por uma JF o facto de, naquela freguesia, não existir uma única instituição especializada, o que faz com que as vítimas tenham de se deslocar para outras instituições da cidade do Porto. Contudo, há que ter em conta que uma vítima, ao deslocar-se até a uma instituição especializada da sua freguesia, pode ser vista por familiares, vizinhos ou amigos que poderão comunicar ao agressor, e isso representa perigo acrescido para a vítima.

No que diz respeito às instituições especializadas, a falta de financiamento verifica-se na ação das mesmas, ou seja, financiamento para programas/projetos. Nas opiniões recolhidas, as/os participantes das instituições especializadas afirmam:

*“(...) estamos sempre dependentes de projetos (...) que aprovelem exatamente aquilo que nós estamos a propor (...) temos vindo a fazer este trabalho em muitos períodos com os custos a serem suportados por nós.” (Entrevista 3, EIE3)*

Também se constatou, numa das entrevistas realizadas a uma das IE, que um/a dos/as profissionais assumia duas valências: psicologia e serviço social, tendo apenas a formação em psicologia. O que acaba por demonstrar que também seria necessário financiamento para a contratação de profissionais das respetivas áreas (psicologia, serviço social e direito).

Constata-se, então, que o financiamento é a grande fragilidade destas entidades, visto que, sem o mesmo não é possível nem realizar a contratação de profissionais qualificados/as e especializados/as na área, nem desenvolver ações, programas ou projetos.

#### **6.4.1 Dificuldades percecionadas pelos técnicos/as relacionadas com o apoio à vítima**

No que diz respeito às dificuldades das instituições, umas das instituições especializadas, considerou como dificuldade um aspeto que não se prende diretamente com a instituição, ou com o apoio financeiro, mas sim com o apoio à própria vítima. Neste seguimento, o/a entrevistado/a referiu que:

*“(...) este fenómeno caracteriza-se por uma série de avanços e recuos, de ambiguidades por parte das próprias vítimas que nem sempre estão preparadas para assumir o processo de apoio e mudança no ritmo em que seria desejável para a sua segurança e bem-estar, e para o fim das relações violentas (...) temos de estar preparadas para lidar com esta dificuldade (...)” (Entrevista 6, EIE9)*

A resposta deste/a entrevistado/a merece, sem dúvida, um comentário crítico. Como se pode considerar uma dificuldade a postura da vítima? Ou referenciar que “as vítimas é que não estão preparadas”? Tal como já foi abordado neste relatório, quer no enquadramento teórico, e, ainda, como será abordado mais adiante, nestes resultados, são vários os danos da VD sobre as vítimas, a nível físico, psicológico, social, económico, profissional e académico. Neste caso, considero pertinente voltar a referenciar alguns dos danos da VD na saúde psicológica das vítimas – danos cerebrais, por vezes irreversíveis, medo, sentimentos de culpa, ansiedade, stress pós-traumático, confusão cognitiva, ataques de pânico, entre outros muitos – com todos estes fatores, que têm um grande impacto na saúde das vítimas, como é possível que, para este/a entrevistado/a isso seja considerado uma dificuldade? Os/as técnicos/as, tendo uma formação especializada não

deveriam adotar esta postura de desconsideração pela vítima, ou então, também é possível pensar que este/a técnico/a parece não estar totalmente consciente das consequências da VD nas vítimas.

Para além destes danos nas vítimas, os/as entrevistados/as também mencionam alguns dos motivos que podem levar a vítima a manter-se numa situação de violência. Segundo Almeida (2001), “(...) os laços emocionais que ligam o agressor e a vítima – as pessoas que se casam ou vivem juntas sentem, normalmente, amor uma pela outra” (Almeida, 2001: 264), ou seja, estes laços emocionais e afetivos podem constituir um motivo de permanência da vítima na situação de violência. No entanto, um/a dos entrevistados/a fala em dependência afetiva: *“Muitas vezes não querem denunciar porque, de alguma forma, querem poupar o agressor, porque também existe uma dependência afetiva muito grande, porque são os seus companheiros (...)”* (Entrevista 5, EIE8) Ora, parece, de todo, pertinente, questionar o porquê de este/a entrevistado/a ter utilizado o conceito de dependência afetiva, e não de laços afetivos, visto que são conceitos totalmente diferentes. E o conceito de dependência afetiva, de alguma forma, já tem a si associada uma forma digamos que diminuída da vítima em relação ao agressor. Abaixo, encontra-se uma definição de dependência afetiva que vai ao encontro do que acabei de mencionar:

“(...) é a concessão extrema, desnecessária, permissiva, na qual a pessoa se deixa na mão do outro. Pode ser classificada enquanto personalidade dependente, porque o indivíduo submete-se à subjugação afetiva, faz e reage para não perder o afeto do outro devido a algum medo, falta de autoconfiança, insegurança pessoal.” (Zolet, 2000: 87)

Ou seja, é quase como se a vítima não pudesse viver sem a presença do agressor. E é incorreto tomar este facto como generalização porque nem todas as vítimas terão dependência afetiva em relação aos agressores. E, tal como se pode observar é algo totalmente diferente de laços afetivos, em que a vítima nutre sentimentos de amor e afeto pelo agressor, mas não existe subjugação.

Aproveitando o facto de este/a último/a entrevistado/a ter referenciado a questão da denúncia, e do facto de a vítima não querer denunciar o agressor, é de extrema relevância mencionar que, neste aspeto, nenhum dos/as técnicos/as, nem das IE, nem das JF, salientou o risco acrescido que existe quando uma vítima decide realizar uma denúncia. De facto, foi salientado nas entrevistas que, efetivamente, muitas mulheres são assassinadas, no entanto, não é referido que tal pode acontecer devido à denúncia.

Recorrendo ao Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, e de forma a mostrar os números do femicídio, no ano de 2016, 64% das mulheres assassinadas mantinham uma relação de intimidade com o agressor (mulher, companheira ou namorada), tendo-se verificado um total de 22 femicídios nesse mesmo ano, que representa um decréscimo de 7 assassinatos em relação ao ano de 2015.

Outro dos pontos, também muito importante, que pode levar a vítima a manter-se na relação é, e segundo a mesma autora (Almeida 2001), a reação da sociedade, sobretudo de familiares, amigos, vizinhos e profissionais, pois podem surgir atitudes de culpabilização da vítima, como por exemplo: “que fizeste para ele te tratar dessa maneira? Tens de aguentar pelos teus filhos” (Idem: 264) Mais uma vez, também uma entrevistada referiu este aspeto:

*“(...) a vítima sentia imensa vergonha dos vizinhos, porque eles próprios diziam: «Ah, vocês têm de se entender porque isto não pode ser!» (...) Lembro-me de uma senhora que veio aqui (...) ela recorreu várias vezes à [Força de Segurança] para denunciar situações de violência e ela dizia-me que sempre que lá ia era atendida por homens, e estes diziam-lhe: «Vá para casa, isso são discussões entre homem e mulher, ninguém se deve meter.»” (Entrevista 7, EJF10)*

Como se pode constatar, até mesmo os/as profissionais, muitas vezes, de primeira linha, como é o caso das Forças de Segurança, não possuem formação adequada para atuar, acabando o provérbio popular “entre marido e mulher não metas a colher” por estar bastante enraizado na sociedade. Este mito pode desconstruir-se, acima de tudo, e tal como referi, pela formação dos/as técnicos/as que atuam na área da violência doméstica e pela prevenção e sensibilização do tema junto da sociedade.

Podemos ainda mencionar um outro motivo que pode levar as vítimas a ficar com os agressores: a dependência económica. Como afirma Sofia Almeida (2001), as vítimas podem estar dependentes economicamente do agressor, e, por isso, considerarem sujeitar-se à violência para ter estabilidade económica. O depoimento de um/a entrevistado/a faz referência à dependência económica de algumas mulheres: *“(...) a mulher pode depender economicamente do homem (...) o homem assegura a parte económica, e a mulher sente que, de alguma forma, está fragilizada e que não pode, a qualquer momento, sair de casa.” (Entrevista 7, EJF10)*

Para finalizar este tópico, pode-se, ainda referenciar dois aspetos que se prendem com a questão dos/as filhos/as das vítimas: o medo de os/as perder, e o facto de terem uma referência de um pai para os/as seus/suas filhos e que foram salientados nas

entrevistas, quer das instituições especializadas, quer das juntas de freguesia. A questão de perder os/as filhos/as, é uma preocupação das vítimas que procuram, também, estas instituições a fim de obter respostas nesse sentido, existindo muito o mito enraizado de que “(...) «se eu sair de casa perco o direito» (...) um mito que que muitas das vezes os agressores utilizam de forma a impedir a liberdade da vítima” (Entrevista 3, EIE4).

Em relação à preocupação das vítimas em que os/as seus/suas filhas tenham a referência de um pai, encontra-se o seguinte excerto de uma entrevista:

*“(...) [as vítimas] referem que preferem ser agredidas e ter um homem em casa do que [alguém] que não tem um pai para os filhos, naquele pensamento de: «hoje sou agredida, mas amanhã ele protege-me, e os meus filhos têm uma referência de um pai» (...)” (Entrevista 8, EJF11)*

Neste seguimento, e recorrendo à teoria, Sani (2008) refere que: “Por vezes, as mães abusadas colocam-se em risco ao manter o contacto com o seu companheiro com o objetivo de facilitar a relação pai-criança, muito suportada pela ideia de que «mais vale ter um pai, do que pai nenhum»” (Sani, 2008: 127-128). No entanto, é imprescindível reforçar que, nem sempre são as mães que se “colocam” nesta situação. Por exemplo, quando existem medidas por parte do tribunal que decretam a obrigação das visitas das crianças e jovens ao pai (agressor), naturalmente, a mãe, neste caso, a vítima, manterá o contacto com o agressor. Portanto, o que se pretende demonstrar é que, não raras as vezes, são as próprias instâncias públicas que “colocam” as vítimas neste tipo de situações.

## **6.5 Falhas Identificadas pelas instituições no que diz respeito às estruturas que atuam no âmbito da violência doméstica**

Uma das grandes falhas apontadas quer pelas IE, quer pelas JF é a questão da habitação para as vítimas, onde é referido o seguinte:

*“Está previsto no (...) estatuto de vítima que vítimas de violência doméstica devam ter um acesso facilitado no que respeita às habitações (...) os regulamentos internos dos municípios portugueses colocam uma série de regras de admissão de candidaturas que colidem com este interesse da vítima (...) [o que significa que a vítima] não vai ter prioridade no acesso a essa habitação e vai acabar por ter de aguardar o mesmo tempo que (...) uma pessoa que não é vítima.” (Entrevista 6, EIE9)*

Este aspeto da habitação constitui, de facto, uma grande falha do Estado para com as vítimas. Como pode uma vítima, reconstruir a sua vida sem violência, se não tiver onde

habitar? Esta resposta do Estado existe e está consagrada na lei (a habitação), no entanto, apresenta falhas, o que faz com que a lei não se torne efetiva.

Outra das falhas apontadas por um/a entrevistado/a diz respeito ao facto de as casas de abrigo não estarem preparadas para receber idosas. Neste sentido, existem dois pontos que devem ser mencionados: primeiro, em casos de perigo eminente da violência, não existem respostas sociais para os/as idosos/as. E, segundo, sendo as casas de abrigo uma resposta temporária de seis meses, não será o mais adequado para receber uma idosa que seja vítima, dada a faixa etária e os condicionamentos/limitações que a idosa possa ter.

A intervenção com agressores/as constitui, igualmente, outra das falhas apontadas pelos/as técnicos/as entrevistados/as. Neste seguimento e, recorrendo ao documento realizado para a CMP, que sintetiza os resultados obtidos, destaco que metade dos/as entrevistados/as (4, correspondendo a 2 entrevistados/as de JF e 2 de instituições especializadas) salientaram a importância do trabalho com os/as agressores/as. Um/a dos/as entrevistados/as afirma mesmo que:

*“(...) [os agressores] não sabem que há serviços que podem recorrer voluntariamente para pedir ajuda (...) não sabem porque essa informação não é veiculada em lado nenhum (...) e as mensagens mediáticas são só dirigidas para as vítimas, não existem mensagens para os agressores, nem preventivas, nem remediativas, nem punitivas.”*  
(Entrevista 6, EIE9)

Este/a entrevistado/a, sendo um/a técnico/a especializada deveria ter conhecimento que existem programas para agressores/as e que os mesmos são divulgados. Estes programas, e, como afirmam Manita & Matias (2016) são psicoeducacionais e que visam “(...) envolver os autores de violência doméstica (...) num processo de mudança, reforçando a sua consciencialização e a responsabilização pelos comportamentos abusivos e suas consequências, quer para a vítima, quer para a sociedade (...)” (Idem: 152).

Através das entrevistas foi possível observar que para os/as entrevistados/as é importante não negligenciar uma intervenção adequada e específica para os sujeitos, que se encontram numa situação de violência. Portanto, uma intervenção especificamente dirigida para as vítimas (sejam elas adultos ou crianças), uma intervenção para agressores/as e até mesmo uma intervenção junto das famílias.

## 6.6 Preocupações no atendimento, encaminhamento e intervenção das vítimas

A postura dos/as profissionais que atuam nesta área foi uma das principais questões debatida na categoria do atendimento, apoio, acompanhamento encaminhamento e intervenção das vítimas. Isto porque, esta mesma postura é que ditará a forma como todo o atendimento irá decorrer. Foram as IE que mais tiveram o cuidado em manifestar a importância dos comportamentos do/a técnico/a durante todo o processo. Assim, são procedimentos essenciais:

*“(...) saber ouvir, escutar, saber respeitar os momentos daquela pessoa, se a vítima quiser chorar, aguardar (...) temos preocupação em criar (...) empatia com a vítima (...)” (Entrevista 5, EIE8)*

*“Jamais impor às vítimas aquilo que elas devem fazer e muito menos negar-lhe o apoio e acompanhamento (...)” (Entrevista 6, EIE9)*

Para além dos elementos salientados acima, pelos(as) entrevistados(as), Almeida (2001) refere a importância de se: “(...) criar um clima de confiança (...) criar um espaço de partilha; não emitir julgamentos/juízos de valor.” (Almeida, 2001: 271). No entanto, não se pode desprezar o facto de nenhum/a dos/as profissionais, nem mesmo das IE ter indicado este clima de confiança mútuo e espaço de partilha, entre o/a técnico/a e a vítima, até porque, sem este clima de confiança criado, como poderá, a vítima, contar toda a sua história?

Outro ponto fundamental no que respeita ao atendimento, apoio, acompanhamento de pessoas vítimas, e na intervenção no campo da VD, refere-se ao facto de “(...) proporcionar à pessoa a descoberta de estratégias adequadas para ela própria enfrentar o problema e para o resolver – não dar o peixe, mas ensinar a pescar. Ou seja, devemos (...) respeitar a autonomia [da vítima] e as suas decisões.” (Idem: Ibidem) Mais uma vez, e de forma a corroborar o que acabámos de mencionar, tem-se a seguinte fala de um dos entrevistados: *“O que nós fazemos é mostrar estratégias, ferramentas que existem (...) damos apoio, mas não fazemos as coisas pelas vítimas.” (Entrevista 2, EIE3)* Neste sentido trabalhar o empoderamento e autonomia da vítima é uma ação fundamental por parte do/a profissional. Salienta-se, ainda, que esta ação de «não dar o peixe, mas ensinar a pescar», se encontra bastante presente na área das Ciências da Educação, visto que, o que se pretende, tal como no atendimento das vítimas, e no contacto com as comunidades, não é decidir pelos sujeitos, mas sim, compreender quais as suas reais necessidades, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, um



conhecimento vasto sobre a realidade. Assim, esta ação de um/a especialista em educação pode passar por isso mesmo: abrir novos horizontes, novos campos de visão para os sujeitos, criando condições para que os/as mesmos/as possam tomar as suas próprias decisões e, no caso das vítimas, procurando a ajuda e definindo as estratégias, em conjunto, para o caminho da solução dos problemas.

Para além da postura do/a técnico/a, pode-se ainda reforçar que a avaliação do risco foi, também, outro dos elementos salientados pelos/as entrevistados/as, sobretudo das IE; também uma entrevistada pertencente a uma JF abordou o tema. De um modo geral, a avaliação do risco tem como principal objetivo “(...) determinar o plano de ação e de segurança e o eventual encaminhamento para os diferentes tipos de apoio” (Matos & Machado, 2011: 54). Segundo as mesmas autoras, nesta avaliação, são recolhidos alguns dados, nomeadamente, compreender se existe intensificação do fenómeno em determinada circunstância, se é algo frequente ou esporádico, a rede social de apoio (família e amigos), entre outros elementos. Comparando com o que nos dizem os/as entrevistados/as, de uma IE e de uma JF, temos o seguinte:

*“(...) [é fundamental ter conhecimento] se o agressor tem acesso a armas, qual é a periodicidade da violência, se são todos os dias, se é semanal, se é específico em algum dia (...) educar [a vítima] para algumas situações de segurança, zonas de fácil acesso dentro da casa (...) trabalhar a rede de apoio da vítima (...) números de emergência sempre de acesso fácil (...)” (Entrevista 3, EIE4)*

*“(...) fazer uma avaliação (...) ou seja, em que situação é que aquela pessoa está, qual é a relação com o agressor, que tipo de violência é, há quanto tempo, quais são os principais riscos (...)” (Entrevista 4, EJF5)*

Em relação ao excerto supramencionado, mais precisamente, em relação à primeira fala do/a entrevistado/a, onde é referido “educar” a vítima para situações de segurança ou zonas de fácil acesso no interior da casa, não poderia deixar de produzir um comentário sobre isto: para além do verbo educar, que, dado que estamos a falar de uma vítima que pode estar em perigo eminente, não faz qualquer sentido. Não é o/a profissional que pode afirmar quais são as zonas de segurança dentro da casa, até porque, numa situação de violência, nenhuma zona, dentro de casa, será segura. No entanto, a vítima que, na maioria dos casos, conhece bem o seu/sua agressor/a, é que pode ajudar a pensar num possível plano de segurança dentro da casa.

No que diz respeito à avaliação do risco, e dado o que foi mencionado pelos/as entrevistados/as, é de prever que, os/as técnicos/as da JF não possuam um conhecimento alargado sobre o tema, visto que a sua principal função é encaminhar as vítimas, e, portanto, torna-se expectável que refiram, apenas, que a avaliação do risco apenas está relacionada com o tipo de agressão, a periodicidade da agressão, e a relação com o/a agressor/a. No entanto, o mesmo já não seria de esperar em relação aos/as entrevistados/as das IE, que sendo técnicos/as com formação especializada não aprofundaram esta questão da avaliação do risco, nem referenciaram aspetos primordiais relacionados com a mesma, por exemplo: esta avaliação deve olhar para todo o histórico de violência e o tipo de ameaças e/ou ações intimidatórias que são feitas pelo/a agressor/a, nunca menosprezando as ameaças de morte, por exemplo. Compreender a forma como o ciclo de violência acontece e que tipo de armas e/ou instrumentos são utilizados também constituem pontos fulcrais na realização desta avaliação. No entanto, e tendo em conta os excertos anteriormente escritos, observa-se que o/a entrevistado/a apenas referenciou a questão das armas, o que torna a intervenção (na entrevista) demasiado simples e generalista, tendo em conta que o tema abordado é a avaliação do risco.

Salienta-se, ainda, que a avaliação do risco deve constituir-se enquanto um processo contínuo, isto porque “(...) *a história pode mudar rapidamente, daí a necessidade da própria avaliação do risco ser reavaliada (...) no entanto, é sempre o meu dever informar (...) a vítima para aquele risco, mostrar-lhe tudo (...)*” (Entrevista 5, EIE8) Assim, compreende-se que a avaliação do risco não é algo imutável e estático no tempo. É algo que se altera, e que deve estar, permanentemente, a ser reavaliado.

Outra preocupação que é manifestada pelos/as técnicos/as no que diz respeito ao atendimento, acompanhamento e encaminhamento das vítimas, diz respeito à importância do trabalho em rede das várias instâncias que intervêm direta ou indiretamente com as vítimas. Assim, todas as IE e JF entrevistadas salientaram esta importância, referindo que:

*“(...) nós temos de perceber o que já foi feito antes e sobretudo para impedir intervenções repetidas (...) a primeira coisa a fazer é contactar a estrutura anterior e compreender o que já foi feito.”* (Entrevista 2, EIE3)

*“(...) vamo-nos mantendo em contacto com a estrutura para a qual encaminhamos (...) estabelecemos este tipo de parceria (...) há um acompanhamento psicossocial que vamos fazendo em parceria com as entidades competentes (...)”* (Entrevista 4, EJP6)

O trabalho em equipa, pluridisciplinar, faz parte da área social e educativa, e, portanto, faz todo o sentido que, no que diz respeito à atuação numa área como a violência

doméstica, seja realizado este trabalho em rede, no sentido de garantir o melhor atendimento, apoio e acompanhamento da vítima, poupando-a a vários constrangimentos e apoiando-a no que for necessário, tendo sempre em vista, e tal como já mencionei, o seu empoderamento e autonomia.

Outro dos aspetos que é possível mencionar e em que se consegue definir uma grande diferença entre as JF e as IE, é no facto de que algumas das JF referirem que as vítimas se dirigem à instituição, não no sentido de pedir ajuda especificamente para a VD, mas sim para tratar de outros assuntos, sendo que são os(as) técnicos(as) que, ao contactarem com aquela pessoa, se apercebem que a mesma pode estar a ser vítima de violência. O que nos demonstra que estes(as) técnicos(as), apesar de não possuírem uma formação especializada, estão atentos(as) a todos os sinais de vitimização, e isso torna-se de extrema relevância, pois podem constituir *“(...) uma oportunidade única, porque aquela vítima pode não ir a uma polícia, a um centro de atendimento [ou a outra instância especializada] e, por isso, pode não haver mais nenhuma oportunidade para que as pessoas percebam que realmente ela está a ser vítima.”* (Entrevista 5, EIE8). Quando as vítimas procuram as IE, já as procuram no sentido de pedir, efetivamente, ajuda.

Pelas entrevistas realizadas, pode-se afirmar que as JF, apesar de não serem entidades especializadas, têm várias preocupações e pontos de vista em comum com as IE. Através do último ponto abordado – a importância do trabalho em rede – também pude verificar que as duas entidades trabalham em articulação. *“(...) as entidades vocacionadas para a [intervenção no campo da] violência têm dado resposta célere (...) nós trabalhamos muito em rede, a nossa rede de contactos é muito grande.”* (Entrevista 7, EJP10)

## **6.7 A importância da prevenção para a desconstrução dos papéis de género**

Os/as entrevistados/as atribuem um papel fundamental à prevenção, no sentido em que a mesma tem permitido uma maior consciencialização sobre o tema, ou seja, o público em geral está cada vez mais informado, e sabe o que fazer e onde se dirigir. Abaixo, encontram-se duas transcrições, de uma IE e de uma JF, respetivamente, que nos demonstram este mesmo aspeto:

*“As pessoas, agora, têm uma maior noção do que é a violência doméstica, sabem não é só levar um estalo (...) sabem que se um homem estiver a impedi-la de sair com as suas amigas, de poder usar o Facebook sem o consentimento dela (...) [isto já é violência]”*  
(Entrevista 2, EIE3)

*“(...) é um tema cada vez mais falado, mais debatido, e as pessoas começam a ter mais noção de que são vítimas de violência e que a mesma é um crime e deve ser denunciado (...) há efeitos (...) notórios da prevenção (...) e a própria denúncia, não sendo feita pelas vítimas, é feita por vizinhos (...)” (Entrevista 4, EJF6)*

Esta última transcrição, alerta-nos para o facto de que as pessoas estão atentas ao problema, e cada vez menos indiferentes.

Assim, a prevenção primária possui um papel muito importante no que diz respeito à desconstrução dos papéis de género. Tal como escreve Diana Costa, “(...) é uma poderosa ferramenta pedagógica na promoção de comportamentos, atitudes e valores assentes na paz, na igualdade e no respeito” (Costa, 2013: 58). Estes papéis de género, para além de serem aceites pela sociedade, são atribuídos com um carácter prescritivo, e, portanto, é essencial a desmistificação destes papéis, sobretudo junto dos públicos mais jovens, que podem ser considerados o elo de mudança da sociedade.

Neste sentido da desconstrução dos papéis de género, as JF não aprofundaram este tema, sendo que, apenas uma delas salientou o estereótipo relacionado aos principais papéis atribuídos à mulher, nomeadamente, e como exemplo, o papel de responsável pelas tarefas domésticas, estereótipo esse que ainda acaba por ter alguma influência na atualidade. E é precisamente neste sentido que umas das IE reforça a evolução do nosso país no que respeita à abertura para a mudança e na legislação implementada, referindo como principais exemplos:

*“(...) a forma como tem vindo à luz do dia a luta pelos direitos da igualdade salarial, os homens que começam a ser menos discriminados que fazem uma opção de vida que passa por ficar em casa e eles cuidam das crianças, enquanto as mulheres saem para trabalhar (...) as mudanças ao nível da natalidade, que dão a possibilidade ao pai de gozar também ele de uma licença (...)” (Entrevista 6, EIE9)*

As mudanças apresentadas pelo/a entrevistado/a e que constituíram e ainda constituem um processo gradual, permitem que, a pouco e pouco, sejam cada vez menores as diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito ao reconhecimento dos seus direitos.

### **6.7.1 Estratégias de prevenção**

Sobre o tema “estratégias de prevenção” os/as entrevistados/as expressaram opiniões e perspetivas em bastante concordância. Tanto as IE como as JF sinalizaram a importância do trabalho com crianças e jovens, o mais cedo possível, sobre os mais

diversos temas, desde os direitos humanos, a cidadania, os estereótipos de género, a igualdade, entre outros. As razões da sua importância são explicitadas pelo/a entrevistado/a, quando afirma:

*“Quando ouvimos vítimas percebemos que a violência se inicia numa fase muito precoce da relação e, se se inicia numa fase assim tão precoce, é aqui que nós temos que intervir. Antes do namoro, para que, quando chegue à fase do namoro, consigam ter ferramentas suficientes para conseguirem testar o que é uma relação saudável ou não.” (Entrevista 5, EIE8)*

No excerto acima mencionado, sendo visível a importância da prevenção primária, não posso deixar de referir que o/a entrevistado/a mencionou a palavra “testar”. Ora, as estratégias de prevenção não são pensadas para serem “testadas” nas crianças e jovens, até porque, a vida dos/as mesmos/as não se pode resumir num teste. Estas estratégias são pensadas para consciencializar as crianças e jovens. No fundo, é uma intervenção que se realiza no sentido de evitar a violência. E, também, para que estas crianças e jovens atribuam significado aos temas tratados nas ações de sensibilização, e que são fundamentais para o exercício da sua cidadania.

O/a mesmo/a entrevistado/a frisa, ainda, que, e diretamente relacionado com os projetos de prevenção: *“(…) se eu vivencio más experiências na minha adolescência, é provável que eu vá ter más relações no futuro, no fundo, é preparar estes(as) jovens para se munirem de ferramentas para que as suas relações possam ser o mais positivas possível.” (Entrevista 5, EIE8)* Neste sentido, os projetos, e programas que, habitualmente, decorrem nas escolas têm um papel crucial, pois

*“(…) combatem os factores de risco para os problemas antes deles surgirem e de terem hipótese de se desenvolver, com o objectivo de aumentar o conhecimento sobre as causas e consequências, melhorar atitudes com respeito a essa dimensão de vida e com a esperança que esse aumento de conhecimento, e a mudança de atitudes influenciarão a mudança dos comportamentos problemáticos, neste caso, os da violência, assim como promovendo as estratégias para lidar com situações violentas» (Magalhães, Canotilho & Brasil, 2007: 57).*

Ou seja, são programas que apelam ao desenvolvimento de uma cidadania ativa e consciente, que têm em vista evitar o desenvolvimento de relações de dominador/a-submisso/a, onde se verifica uma relação de poder e controlo que está na base do exercício da violência

Uma das IE referiu um aspeto que a diferenciou: o grau de adequação das estratégias de prevenção, nomeadamente das campanhas de prevenção:

*“Por exemplo, na minha opinião (...) eu não gosto de estratégias de prevenção que vão pelo choque (...) Por isso é que nós vemos sempre as publicidades com as mulheres agredidas fisicamente (...) E porque é que eu discordo imenso dessa abordagem na área da violência (...) não é bem um fenómeno como o tabagismo que já sabemos que se pusermos uma imagem de uns pulmões de um fumador, eles são horríveis ao lado de uns pulmões de uma pessoa saudável, isto tem lógica (...) No entanto [a violência física], não é representativa da maioria das vítimas (...) eu não posso dizer que a maioria das vítimas tem a cara toda desfigurada nas agressões que sofre. Porque todos os dias milhões de mulheres, em todo o mundo (...) são fortemente agredidas de todas as formas possíveis e imaginárias que não deixam sequer uma única marca visível. E, portanto, a sensibilização nesta área não pode ser feita, primordialmente, pelo choque.” (Entrevista 6, EIE9)*

Em relação ao excerto supramencionado, sem dúvida que, a maioria das mensagens mediáticas apresentam imagens que têm como objetivo chocar o público que as está a observar, no sentido de chamar a atenção, de alertar, precisamente pelo impacto visual que transmite, por exemplo, uma mulher com a cara desfigurada, como exemplifica o/a entrevistado/a. No entanto, e tal como o/a mesmo/a salienta, a violência física não é representativa de todas as mulheres vítimas, e, como tal, acaba por não retratar a realidade. Até porque há que não esquecer e segundo a Convenção de Istambul (2011), que para além da violência física, existe também a violência psicológica, sexual e a perseguição. Ora, e tendo em conta a perspetiva do/a entrevistado/a, e frisando o que referi inicialmente, apenas a violência física é representada nestas mensagens mediáticas.

Outra visão, desta vez de um/a entrevistado/a de uma JF: *“E estamos a falar de violência física, não querendo menosprezar a psicológica, mas a física deixa marca visíveis, e as pessoas quando vêem uma mulher agredida fisicamente, se calhar o impacto é diferente.” (Entrevista 7, EJF10)* Ou seja, este(a) entrevistado(a) salienta que a violência física é a que produz mais impacto nos sujeitos, justamente, por ser aquela que é mais visível.

A perspetiva dos/as dois/duas profissionais não é a mesma, e isso pode dever-se à falta de formação especializada na área, e ao contacto menos frequente com vítimas, o que pode resultar numa importância diferente atribuída aos dois tipos de violência em causa – a física e a psicológica, enfatizando a primeira e descurando a segunda, no caso das JF. A conclusão a que se chega com o relato da entrevistada da IE é que é necessário enfatizar, de alguma forma, a violência psicológica, e serem criadas mensagens de prevenção que alertem não só para a violência física, mas também para a psicológica,

porque o que se verifica, na atualidade, é um grande mediatismo em torno da violência física.

É, também, referenciado como estratégia de prevenção, por uma JF e por uma IE a utilização dos *media* como forma de disseminação da informação, bem como a elaboração de cartazes, e a promoção de congressos e/ou seminários que abordem o tema da VD.

## **6.8 Projetos em curso na área da violência doméstica nas IE**

As IE apresentam uma grande variedade de ações, quer no que diz respeito à atuação em projetos específicos, quer no que diz respeito à atuação em ações isoladas dirigidas para públicos diversos: crianças e jovens, idosos, famílias, e até mesmo dirigido aos(as) profissionais que trabalham nas autarquias. Salientamos que apenas uma das IE não possui qualquer tipo de projeto, precisamente, pela falta de financiamento específico. Para informação acerca dos projetos, recomendamos que seja consultado o documento dos contributos para o Roteiro, na parte da identificação e caracterização das instituições entrevistadas.

## **6.9 Importância da Formação dos/as técnicos/as na área da violência doméstica**

No que refere à importância da formação dos(as) técnicos(as) na área da violência doméstica, as duas instâncias, IE e JF atribuem uma grande importância a este elemento, salientando, ainda, os(as) vários(as) profissionais que podem atuar no âmbito da VD (ex: professores(as), médicos(as), forças de segurança, entre outros), e a importância de cada uma destas áreas, tal como se pode observar nos seguintes exemplos ilustrativos:

*“(...) imagine (...) um agente (...) com alguns pré-conceitos já enraizados ir atender uma vítima e dizer «veja lá minha senhora, não fez nada para que ele fizesse isso?» tenha paciência porque isso passa-lhe (...)” (Entrevista 1, EIE2)*

Portanto, como é possível imaginar, um agente da autoridade que tenha enraizados vários estereótipos e preconceitos, não fará um correto atendimento à vítima, sendo que, neste caso, é possível denunciar esta situação. Ora, sendo considerada uma instância de primeira linha, torna-se fundamental que tenha uma formação especializada em VD, ou que tenha instruções para encaminhar para as estruturas especializadas e até mesmo na recolha de dados sobre a VD, naquele caso específico. Tal como já referi, torna-se crucial existir um trabalho em rede, de forma a evitar a (re)vitimização. De seguida iremos abordar a importância da formação em VD em profissionais da área da educação e da

saúde. Frisamos que estas duas áreas foram referidas por todos(as) os(as) entrevistados(as) das IE.

*“Um professor é importante se educa para a cidadania, se desconstrói estereótipos baseados no género (...) estas diferenças quando trabalhadas em sala de aula, permitem uma construção de uma cidadania plena (...)” (Entrevista 3, EIE4)*

*“(...) formação para os professores (...) para que em situações específicas eles consigam sinalizar e identificar, para que aquela situação não passe em branco (...)” (Entrevista 5, EIE8)*

A formação de professores/as no âmbito da VD também é fundamental, visto que as crianças e jovens passam a maior parte do seu tempo na escola, e é através desse mesmo tempo que podem mostrar determinados sinais que, eventualmente, estão relacionados com a VD, os quais os/as professores/as devem estar atentos.

Considero que não apenas os/as professores/as deveriam receber esta formação, mas também os/as assistentes operacionais que trabalham nas escolas, visto que grande parte do seu tempo também é passado com as crianças e jovens. Por isso, quanto mais conhecimento e consciencialização existir por parte dos vários públicos e profissionais, mais atentos(as) estarão e maior será a probabilidade de detetarem situações de VD.

No que diz respeito aos(às) profissionais da área da saúde, é fundamental:

*“(...) do ponto de vista da identificação, do tratamento e da sinalização (...)” (Entrevista 3, EIE4)*

*“São tantas as pessoas que entram e saem, todos os dias, dos hospitais (...) muitos(as) [profissionais] conseguem perceber que aquela nódoa negra naquele sítio, daquela forma, não foi apenas uma queda. E que aquela pessoa já foi lá duas e três vezes (...) No fundo, estes(as) médicos(as) deveriam informar também as vítimas e tentar compreender o que aconteceu.” (Entrevista 5, EIE8)*

Os/as profissionais de saúde têm também um papel essencial no que diz respeito à VD. Muitas das vezes, e tal como as forças de segurança, também a área da saúde é uma instância de primeira linha, pois as vítimas podem dirigir-se aos serviços, devido a algum ferimento, por exemplo. Por isso, e mais uma vez reforçando o que temos vindo a mencionar, é essencial que estes/as profissionais possuam conhecimentos que permitam saber identificar e encaminhar para as instituições especializadas.

Como síntese deste tópico, frisamos o facto de, cada vez mais, os/as técnicos/as estarem conscientes da importância da formação no âmbito da VD e o quanto a mesma é imprescindível para um correto atendimento, apoio e acompanhamento da vítima por parte das instituições especializadas, e encaminhamento por parte das instituições generalistas



## **Capítulo VII - Reflexão Crítica**

Refletindo, agora, sobre a minha ação no contexto de estágio, e todo o trabalho realizado, posso mencionar que a presença em diversos cenários promovidos pela CMP, nomeadamente, as atividades descritas neste relatório, e a construção de contributos para um Roteiro para a mesma entidade, contribuíram para que contactasse com novas realidades e desenvolvesse novas aprendizagens, possibilitando, ainda, o aprofundamento de algumas competências relacionadas com a intervenção de um/a especialista em educação numa autarquia, e, neste caso, no âmbito da violência doméstica. Dando alguns exemplos destas competências, é possível referir o seguinte: o mestrado em ciências da educação prevê que se desenvolvam competências de análise crítica de dispositivos, contextos e projetos educativos. Pretende, também, que se ampliem competências no âmbito da intervenção no que diz respeito ao desenvolvimento de iniciativas de educação/formação nas mais variadas áreas, como a proteção social, a intervenção comunitária, a igualdade, entre outros, tendo sempre em vista a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Ora, tendo em conta o estágio realizado, e dado tudo o que foi referido até então constata-se que o mesmo teve uma forte componente de investigação. Durante todo o processo, a análise e reflexão foram elementos fundamentais. Em primeiro lugar porque, antes de se ter delineado qual seria o meu contributo para a CMP, no âmbito da VD, o instrumento que me foi fornecido, foi o Plano Municipal contra a VD, e, por isso, o mesmo foi alvo de um estudo e reflexão da minha parte, de modo a que pudesse pensar qual poderia ser o meu contributo. Depois desse primeiro estudo, e tal como já salientei anteriormente, também foi realizada uma análise e reflexão de alguns dos documentos legais que constam neste relatório. E, claro, não menosprezando a análise dos dados, que também foi alvo de uma grande reflexão para, posteriormente, serem aqui apresentados.

Um outro elemento crucial na intervenção de qualquer técnico/a superior de educação consiste no facto de poder “dar voz” aos participantes, no âmbito de uma investigação ou intervenção. Neste sentido, através das entrevistas realizadas foi possível colocar esse mesmo elemento – o dar voz – em prática, demonstrando as opiniões e principais necessidades dos/as participantes, que se encontram expressas neste relatório, no capítulo anterior.

Nesta reflexão, não podia deixar de mencionar o domínio do Mestrado em Ciências da Educação que me acompanhou ao longo destes dois anos: “Infância, Família e Sociedade – Temas e Problemas em Educação”. A violência doméstica é um problema

de toda a sociedade e que afeta todos/as nós. Como tal, importa compreender como podemos agir, combatê-lo, e entender os seus reais danos e impactos. Todo o trabalho, quer de recolha de dados no terreno, quer de pesquisa realizado, permitiu conhecer melhor esta realidade. Ora, a ação de um/a técnico/a superior de educação pode passar, precisamente, pelo trabalho com vítimas de violência doméstica e os/as seus/suas filhos/as, e é, também, neste sentido, que este trabalho fornece ferramentas e conhecimentos bastante relevantes, sobretudo para um/a especialista que atua na área da família e da infância. Até mesmo para a conceção de projetos dirigidos a públicos mais jovens, no âmbito da prevenção primária, a realização desta pesquisa se demonstrou bastante útil, pois fiquei a conhecer, através das entrevistas, os diversos projetos em vigor e as estratégias utilizadas.

Como se teve oportunidade de observar, foram várias as competências e ferramentas desenvolvidas ao longo do estágio. No capítulo seguinte, e após toda esta reflexão sobre a ação de um/a especialista em educação, constará a conclusão, onde serão mencionadas as principais considerações sobre este trabalho e, ainda, um aprofundamento da sua importância para a profissionalidade em CE.

## Considerações Finais

Em primeiro lugar, importa mencionar que todo o trabalho desenvolvido e o estágio frequentado me permitiram uma grande oportunidade de formação, e de aproximação ao que poderá vir a ser uma futura intervenção numa autarquia ou na área da violência doméstica, sobretudo, porque, quer ao longo da licenciatura, que ao longo do mestrado em CE, nunca existiu a oportunidade de contactar com tais instâncias.

Como sabemos, o campo das CE é altamente complexo e tem a si associado uma multidisciplinariedade de saberes e uma grande reflexão teórica. Como nos diz Cabreira (2015):

“A complexidade e diversidade inerente a um fenómeno educativo obriga a uma formação também ela assente na complexidade, através do conhecimento e reflexão sobre diversas disciplinas teóricas que se traduz numa profissionalidade ricamente composta por vários e amplos campos científicos que contribuem para uma intervenção ponderada e refletida (...)” (Cabreira, 2015: 105)

A ação da construção dos contributos para o Roteiro, teve por base uma reflexão teórica, tal como já foi possível observar neste relatório. Dada a citação supramencionada, compreende-se que o papel de um/a profissional de ciências da educação assenta numa reflexão teórica, independentemente do campo onde se atue (violência doméstica, educação para a saúde, etc.). A reflexão teórica subjacente a toda esta pesquisa, não ocorreu apenas em torno do pilar estruturante da ação – o Plano Municipal contra a Violência Doméstica – mas, também, no que diz respeito a toda a pesquisa efetuada para que fosse possível a construção de um documento, devidamente atualizado e que reunisse várias informações sobre o problema social que é a VD. Não esquecendo que, a análise dos dados também foi alvo de uma grande reflexão teórica.

Considero pertinente, uma vez mais, recorrer à voz dos/as entrevistados/as e manifestar, neste ponto, algumas considerações e conclusões. Neste sentido, e no que diz respeito ao tópico referente à importância da prevenção e às estratégias utilizadas, destaca-se que os/as entrevistados/as salientaram a importância da prevenção primária enquanto estratégia fundamental. O trabalho com as crianças e jovens é o ponto-chave para a rutura com visões machistas e patriarcais fundadas numa sociedade retrógrada e conservadora, que continuam no cerne da modernidade. A prevenção primária tem um papel fundamental para a promoção da igualdade de oportunidade entre ambos os sexos, para a desmistificação de estereótipos e pré-conceitos de género e para o incentivo a uma cidadania ativa, consciente dos seus direitos e deveres, tendo por base valores como a

justiça, a paz, o reconhecimento e valorização da diferença e a igualdade, não apenas entre sexos, mas também entre etnias, raças e religiões. Magalhães et al. (2012) reforçam esta ideia mencionando que na prevenção da violência de género, e para esta fomentar uma mudança de atitudes é necessário “(...) equacionar estratégias de intervenção capazes de se dirigirem a grupos sociais heterogéneos em termos de género, classe, etnia, religião, idade e orientação sexual, quer no interior, quer fora da escola” (Magalhães et al., 2012: 26).

No entanto, há que não menosprezar a prevenção secundária e também a terciária, igualmente referidas pelos/as entrevistados. Estes dois tipos de prevenção são aqueles que intervêm diretamente com as vítimas, em situações de crise e, portanto, constituem apoios imprescindíveis para as vítimas.

Outra das principais considerações que pretendemos aqui manifestar é no que diz respeito à articulação entre os resultados das entrevistas a profissionais das JF e das IE. As/os profissionais possuem pontos de vista bastante semelhantes, o que demonstra que os/as técnicos/as das JF, mesmo não tendo uma formação especializada, encontram-se sensibilizados/as para o problema e com uma visão alargada dos seus impactos. Alerto, ainda, para a questão que está constantemente na ordem do dia, e que continua a ser um grande problema no que diz respeito à atuação destas instâncias: a falta de financiamento. No caso das IE este financiamento seria completamente indispensável para o desenvolvimento de projetos/ações/programas no âmbito da VD.

Por último, gostaria de, uma vez mais, agradecer a toda a equipa da DAS que me acolheu.

## Referências Bibliográficas

- Almeida, Sofia (2001). A Violência Conjugal. In Luísa Ferreira da Silva (Org.), *Ação Social na Área da Família* (pp.251-282). Lisboa: Universidade Aberta.
- Amado, João; Costa, António & Crusoé, Nilma (2014). A técnica da análise de conteúdo. In João Amado (Coord), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 301-350). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Anuário Estatístico da Região do Norte (2015) – Instituto Nacional de Estatística.
- Ardoino, Jacques (1997). *A Implicação*. Lyon: Vois Livres.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011). *Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência: Compreender, Intervir e Prevenir*. Lisboa: APAV.
- Berger, Guy (2009). A Investigação em Educação: Modelos Socioepistemológicos e Inserção institucional. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, 175-192.
- Bogdan, Robert, & Bilken, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Cabreira, Cristiana (2015). *As Ciências da Educação no campo da consultadoria escolar: intervir na indisciplina a partir de um processo de interlocução qualificada*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Caldeira, Tatiana (2012). *Perfil Psicopatológico de Agressores Conjugais e Fatores de Risco*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.
- Canário, Rui (2005). O impacte social das ciências da educação. *O Estado da Arte em Ciências da Educação: Actas do VI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, VI, 13-28.
- Capucha, Luís (2008). *Planeamento e Avaliação de Projetos: Guião Prático*. Lisboa: Direção-Geral da Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Cerejo, Sara (2014). *Viver sobrevivendo: Emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Coimbra, Artemisa (2007). *Crônicas de mortes anunciadas: Violência doméstica, imprensa e questões de gênero em articulação com a educação da cidadania*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2016). A violência doméstica. Caracterização do fenómeno e respostas aptas à sua erradicação. In Paulo Guerra & Lucília Gago (Coords.), *Violência Doméstica, implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno: Manual Pluridisciplinar* (pp. 40-41). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

Costa, Diana (2013). *Entre a prevenção primária e terciária: Uma experiência de mediação socioeducativa na prevenção da violência de género/doméstica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Dale, Roger (2004). Globalização e Educação: Demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? *Educ. Soc., Campinas*, 25(87), 423-460.

Dias, Isabel (1998). Estratégias de Pesquisa Qualitativa no Estudo da Violência na Família. In António Esteves & José Azevedo (Eds.), *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais* (pp. 29-39). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dias, Isabel (2004). *Violência na Família: Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Diniz, Normélia; Santos, Maria & Lopes, Regina (2007). Representações Sociais da Família e Violência. *Revista Latino-Americana Enfermagem*, 15(6), 1-6.

Duarte, Vânia (2014). *Autarquia, Desenvolvimento Local e Educação: Que Relação?*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Fine, Michelle; Weis, Lois; Weseen, Susan & Wong, Loonmun (2006). Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In Norman Denzin & Yvonna Lincoln (Coords.), *O planeamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens* (pp.115-140). Porto Alegre: ArtMed Editora.

- Foddy, William (1996). *Como Perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta Editora.
- Fonseca, José (S/Data). Autarquias Locais e Educação: O Presente e o Futuro. Educação, Comunidade e Poder Local, 251-257.
- Lisboa, Manuel; Barros, Pedro & Cerejo, Sara (2008, Junho). *Custos Sociais e Económicos da Violência Exercida contra as Mulheres em Portugal: Dinâmicas e Processos Socioculturais*. Comunicação apresentada no IV Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Lourenço, Nelson; Lisboa, Manuel & Pais, Elza (1997). *Violência contra as Mulheres*. Cadernos Condição Feminina. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Lourenço, Nelson & Carvalho, Maria João (2001). Violência Doméstica: Conceito e Âmbito. Tipos e Espaços de Violência. *Themis*, (3), 95-121.
- Magalhães, Maria José, Canotilho, Ana Paula & Brasil, Elisabete (2007) *Gostar de mim, Gostar de ti. Aprender a prevenir a violência de género* Porto: Edições UMAR.
- Magalhães, Maria José; Cruz, Angélica Lima & Nunes, Rosa Soares (2012). *Pelo fio se vai à meada: percursos de investigação em histórias de vida*. Lisboa: Ela por Ela.
- Magalhães, Maria José (2005). *Mulheres, Espaços e Mudanças: O pensar e o fazer na educação das novas gerações*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Manita, Celina & Matias, Margarida (2016). Programas para agressores: Modificar comportamentos abusivos no âmbito das relações de intimidade e prevenir a reincidência. In Ana Sani & Sónia Caridade (Coords.), *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime* (pp.149-163). Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forense e da Educação.
- Manita, Celina; Ribeiro, Catarina & Peixoto, Carlos (2009). *Violência Doméstica: Compreender para Intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais de Saúde*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Matos, Marlene & Machado, Andreia (2011). *Violência Doméstica: Intervenção em grupo com mulheres vítimas. Manual para profissionais*. Porto: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Puig, Marta; Lafon, Inés & Alcaraz, Inma (2004). Métodos de Investigación Cualitativa. In Rafael Alzina (Coord.), *Metodología de la Investigación Educativa* (pp. 293-366). Madrid: La Muralla.

Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica – Ministério da Administração Interna (2015)

Relatório Anual de Segurança Interna – Ministério da Administração Interna (2016)

Sani, Ana (2003). *As crenças, o discurso e ação: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Sani, Ana (2012). *Crianças Vítimas de Violência. Representações e Impacto do Fenómeno*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sani, Ana (2008). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica. *Ex aequo*, (18), 123-133.

Sani, Ana (2006). Vitimação indireta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 41(180), 849-864.

Sottomayor, Maria Clara (2015). A Convenção de Istambul e o novo Paradigma da Violência de Género. *Ex aequo*, (31), 105-121.

Silva, Ana; Caetano, Ana; Freire, Isabel; Moreira, M. Alfredo; Freire, Teresa & Ferreira, Ana (2010). Novos atores no trabalho em educação: os mediadores socioeducativos. *Revista Portuguesa de Educação*, 23(2), pp.119-151.

Simões, Sara (2015). *O crime da Violência Doméstica: Aspetos Materiais e Processuais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal.

Stoer, Stephen; Cortesão, Luiza, & Correia, José Alberto (2001). *Transnacionalização da educação: Da crise da educação à educação da crise*. Porto: Edições Afrontamento.

Teixeira, Ana (2015). *Igualdade de género e prevenção da violência: Uma problemática educacional no desenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.



UMAR (2016). Observatório de Mulheres Assassinadas. *Relatório Final sobre o Femicídio Consumado e Tentado ocorrido em Portugal e noticiado pela imprensa*.

Viotti, Maria (1995). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*, 148-258.

Weiler, Kathleen (2003). Freire uma pedagogia feminista da diferença. *Ex.aequo*, 8, 91-112.

Zolet, Simone (2000). *Autonomia Afetiva: Maturidade nas Inter-Relações*. I Simpósio de AutoConsciencioterapia, 85-98.

### **Documentos Oficiais e Legislação Consultada**

Código Penal Português, Decreto Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro

Código Penal Português, Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro

Código Penal Português, Lei n.º 19/2013, de 21 de Fevereiro

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994)

Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (2011)

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979)

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995)

Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)

Despacho n.º 11101/2015, de 5 de Outubro

Diretiva Europeia para as Vítimas, de 25 de Outubro de 2012

Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro

Relatório Mundial de Violência e Saúde, Organização Mundial de Saúde (2002)

# APÊNDICES

## **Apêndice I – Guião de Entrevista (Juntas de Freguesia)**

1. Nestes serviços, aparecem ocorrências de violência doméstica?
  - 1.2 Como procedem nesta situação?
2. Tem conhecimento dos índices de VD no âmbito geográfico da JF? Como é que acede à informação? Quais as fontes do conhecimento? Com que entidades colabora ou é chamada a colaborar?
  - 2.1 Quais os contornos familiares do problema? (conjugal, crianças, idosos)
  - 2.2 É a situação mais circunscrita a determinados grupos sociais/residenciais?
3. A JF tem espaços ou projetos com atendimento específico para a violência doméstica?
  - 3.1 No caso da existência de espaços disponíveis, qual a sua natureza? De quem é a iniciativa? Qual a colaboração da JF ? Dispõem de equipa técnica? Por quantos membros é composta e qual a sua formação de base?
    - 3.1.2 Como é realizado o atendimento e/ou encaminhamento das vítimas de violência doméstica?
  - 3.2 No que diz respeito aos projetos, de que projetos se trata? Qual a sua intenção? De quem é a iniciativa? Qual a colaboração da JF? Existe um trabalho técnico? Quem o realiza? Os projetos destinam-se à população em geral ou existe uma preocupação com o público mais jovem
    - 3.2.1 Que projetos a autarquia gostaria de realizar no âmbito da violência doméstica?
    - 3.2.2 Quais são as principais dificuldades/limitações relativamente à execução destes projetos?
4. Diretamente relacionado com o tema da violência doméstica, encontra-se a sua prevenção. Como caracterizaria a **acção da JF** em relação à prevenção da violência doméstica?
  - 4.1 Do seu ponto de vista, qual(uais) seria(m) a(s) melhor(es) “estratégia(s)” de prevenção junto da população? Porquê?
5. Entende que as JF devem dispor de profissionais com formação no âmbito da violência doméstica? Que profissionais?

## **Apêndice II – Guião de Entrevista (Instituições Especializadas)**

1. Que valências e espaços possui esta instituição? E quais aqueles que consideraria necessários, e que não existem?
2. Relativamente à equipa técnica, que membros fazem parte da mesma e qual a sua formação de base?
3. De que forma é realizado o atendimento e apoio a uma vítima de violência doméstica? Que preocupações existem?
4. Quais são as maiores dificuldades/limitações com que esta instituição se defronta?
5. Relativamente à prevenção primária, encontra-se em funcionamento algum tipo de ações/atividades ou programas nesta instituição?
  - 5.1 Como caracterizaria a política desta instituição em relação à prevenção (geral – primária, secundária e terciária) da violência doméstica?
  - 5.2 Na sua ótica, qual(quais) seria(m) a(s) melhor(es) “estratégia(s)” de prevenção junto da população? Porquê?
  - 5.3 Considera que esta prevenção e até mesmo o facto de existirem políticas/medidas contra a violência doméstica levou a alguma alteração sobre as representações sociais em torno do seio familiar? Em que medida?
6. Que outras entidades/centros de atendimento à vítima conhece?
7. Em relação aos profissionais de outras áreas e campos, qual a importância da sua formação no âmbito da violência doméstica? (ex. professores/educadores, assistentes sociais, psicólogos, etc.)

### **Apêndice III – Documento enviado para as juntas de freguesia e instituições com o objetivo de dar a conhecer o estudo realizado**

Porto, 25 de Janeiro de 2016

Exmo. Senhor(a),

Sou uma estudante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, que se encontra a frequentar o segundo ano do Mestrado em Ciências da Educação. Neste momento, estou a realizar um estágio na Divisão de Ação Social da Câmara Municipal do Porto, sendo que a Doutora Otília Oliveira é a supervisora local.

Passarei, de seguida, a explicitar no que irá consistir o meu trabalho de estágio: Foi-me proposto que realizasse um roteiro sobre a violência doméstica do município do Porto, onde reunisse todas as informações úteis sobre este tema (enquadramento teórico, enquadramento legal nacional e internacional, instituições relacionadas e projetos disponíveis). Para além disto, importa-me, ainda, compreender o tema da prevenção junto das diversas entidades. Com o objetivo de realizar o que anteriormente referi, necessitarei de realizar algumas entrevistas semi-estruturadas a técnicos(as) da área social das diferentes instituições, nomeadamente, juntas de freguesia, e instituições que intervêm diretamente com a violência doméstica (ex. UMAR e ADDIM).

Assim, este trabalho tem os seguintes objetivos:

- ✓ Identificar e caracterizar as diferentes instituições especializadas operam na área da violência doméstica na cidade do Porto e das instituições de referência a nível nacional e de instituições generalistas que podem ter contactos e/ou conhecimento de situações de VD;
- ✓ Compreender como é realizado o atendimento, apoio, acompanhamento e eventual encaminhamento das vítimas de VD;
- ✓ Levantamento das principais preocupações e necessidades manifestadas pelas instituições;
- ✓ Levantamento de projetos e atividades em funcionamento nas instituições especializadas no âmbito da violência doméstica;
- ✓ Compreender a política de prevenção da VD das instituições;
- ✓ Compreender quais os impactos e custos da VD para as vítimas e para a sociedade em geral;

- ✓ Compreender a importância da formação de profissionais no campo da VD.

Neste sentido, agradece a vossa colaboração para a execução deste trabalho.

Com os melhores cumprimentos,

Maria João Parreira do Rosário

#### **Apêndice IV – Transcrição das Entrevistas (JF)**

[E1] – Entrevistadora

[E5] – Entrevistada (Feminino, Socióloga)

[E6] – Entrevistada (Feminino, Assistente Social)

[E7] – Entrevistada (Feminino, Assistente Social)

[E1]: Aparecem, nestes serviços, ocorrências de violência doméstica e como procedem nesta situação?

[E5] Posso começar eu, se calhar em termos de junta, embora as colegas aqui presentes não estejam no edifício da junta, mas em termos de ação social têm um papel tão ou mais importante do que se calhar o meu, ou a junta. Os casos que me aparecem aqui mais recentes até são ligados à violência em idosos, nomeadamente de filhos contra mães e filhos com problemas de esquizofrenia. Estou-me a lembrar de dois casos em particular, que são pessoas já na casa dos 50, 60 anos, os filhos, que rejeitam qualquer tipo de tratamento médico e depois são muito agressivos/os na forma como falam. Não chegam à parte física, mas querem extorquir dinheiro. Nos dois casos e concretamente num, encaminhei à instituição X, a senhora foi lá porque, inclusivamente, ela mora com o filho, mas foi daqueles casos em que a casa foi comprada à câmara, que quem mais facilmente conseguia o empréstimo era o filho. Conclusão: a casa está em nome do filho mas para todos os efeitos, a senhora entende que a casa é dela, portanto é aquela questão de: “eu vou ter que deixar a minha casa, mas as coisas são minhas, a casa é minha”, pronto, este dilema. Nestes casos, o maior problema das pessoas é precisamente para onde é que vão, porque depois vão às instituições de atendimento. E é isso que me tenho apercebido, são encaminhadas para irem ao atendimento, mas depois em termos de solução para o alojamento, as instituições também não dão essa resposta. Aqui, concretamente, na junta são esses casos que me têm aparecido.

[E6]: nós, na equipa de protocolo da qual faço parte aparecem-nos famílias (...)

[E5]: ah, só esclarecer, quando falamos em protocolo, é protocolo do RSI, rendimento social de inserção. É uma equipa, em colaboração com a segurança social que acompanha especificamente agregados que são beneficiários dessa prestação

[E6]: no nosso caso o que nos aparece é violência conjugal, acima de tudo. O que é que fazemos nestas situações? Somos a primeira linha, não somos gabinete especializado, portanto, fazemos sempre o encaminhamento. O que é que acontece muitas vezes? Se virmos que há abertura para apresentar queixa, porque às vezes chegam com esse “desespero” e é o GAIV que contactamos, e os mesmos deslocam-se ao local, fazem as avaliações que têm a fazer e o encaminhamento. E já nos aconteceu levarmos pessoas a casas de abrigo logo na primeira sinalização que é feita porque o risco foi considerado muito elevado. Fazemos também o encaminhamento para outras instituições, como a APAV. E a experiência que temos tido é muito célere, porque há uma primeira triagem que fazemos onde também avaliamos minimamente o risco com as competências que temos para o fazer. No entanto, não sendo gabinete especializado, nem tendo competências mais especializadas, a avaliação que fazemos é mais redutora e quando contactamos e consideramos que o risco é elevado a APAV rapidamente se disponibiliza para o atendimento e para dar respostas.

Muitas vezes o que também nos acontece é que, muitas pessoas que integram as casas de abrigo ou que vão para casa de familiares rapidamente retornam a casa e isso tem que ver com os ciclos da violência e nós continuamos a ter as famílias em situações de risco porque continua a haver risco de violência e nestes casos como normalmente as nossas famílias têm crianças há também uma articulação com a comissão muito estreita ou com a emat. Há situações em que os processos até já estão na emat e que já passaram pela comissão, isto já é muito reiterado. E, portanto, há um acompanhamento psicossocial que vamos fazendo em parceria com as entidades competentes e especializadas. Maior parte das famílias e das mulheres, nem me recordo de termos homens vítimas de violência, são sempre mulheres, elas regressam normalmente ao agregado

[E5]: nós já tivemos um ou dois casos de homens.. no sentido em que elas não cozinham, não tratam da roupa, estragam-lhe coisas

[E6]: é mais difícil eles virem ao serviço, porque nós temos essencialmente mulheres.

[E7]: também nunca tive homens.. e acredito que possa haver aquela espécie de desabafo por partes dos homens mas nunca se pede ajuda nesse sentido..’



[E6]: nós também temos a questão de serem maioritariamente as mulheres que vêm ao serviço. Os titulares dos nossos processos são, na sua maioria, mulheres e por isso são elas que vêm ao serviço com maior frequência.

[E1]: Acerca dos índices de violência desta junta de freguesia, como é que acedem à informação, com que entidades colaboram?

[E5]: repita-me, por favor, a primeira parte da pergunta.

[E1]: se tem conhecimento dos índices de violência nesta freguesia em específico

[E5]: não há propriamente nenhuma entidade que nos dê dados sobre isso.

[E1]: e as vítimas que aparecem nestes serviços são maioritariamente desta freguesia?

[E5]: sim, sem dúvida.

[E1]: sim, era isso que precisava de saber. E quais é que pensam ser os contornos familiares deste fenómeno? Nomeadamente a nível conjugal, e na relação com os filhos, que consequências ou que impactos poderá ter o mesmo.

[E5]: imagine, dos dois casos que eu falei dos idosos, um deles até era de um nível socioeconómico, em termos até de formação superior, portanto quando falamos de violência não falamos apenas de agregados ditos de mais desfavorecidos. Se calhar os casos por via também do atendimento que as colegas ao nível do RSI, fazem à partida, essas pessoas serão beneficiárias do RSI e como tal são agregados de um nível socioeconómico mais baixo. Não sei se era essa a resposta que queria.. a incidência em termos do meio socioeconómico.

[E1]: isso por acaso era a questão seguinte. De qualquer forma fica já respondida e, de facto, também já me tinha deparado com o facto de que não é uma situação circunscrita a determinados grupos sociais. É um fenómeno que abrange todos os grupos sociais

[E5]: e se calhar os grupos ditos de uma situação económica mais elevada não nos procuram. Tal como os homens que, se calhar escondem ou camuflam mais, se calhar um determinado estrato socioeconómico também vai por outras vias. Fazer queixa diretamente na polícia, tentarem arranjar um advogado, se calhar outros trâmites que não passam por aqui.

[E1]: o que eu estava a tentar perguntar era se vocês têm conhecimento de qual é o impacto, por exemplo, nos filhos, de assistir à violência doméstica ou no próprio casal. Ainda há pouco disse que normalmente a mulher voltava para o agregado..

[E6]: nós assistimos aqui nas famílias que acompanhamos, aos ciclos de violência. O que acontece é que há picos em que acontece ali um episódio que é considerado mais grave pela vítima e por isso procura-nos e aquela regra que a violência vai aumentando de intensidade.. o que é que nós temos nas situações que me vêm à cabeça agora e que são mais críticas, a violência física curiosamente desaparece, porque há um processo.

Quando isto se inicia, ou quando pela primeira vez vêm ao serviço, chama-se a polícia, há uma queixa para ser apresentada, o processo decorre em tribunal, havendo algumas medidas aplicadas. A perceção que ocorre é que existe violência quando existe violência física e, portanto, quando a mulher relata ali um episódio mais crítico.. regressa a casa, mas depois a determinada altura haverá ali outra situação mais crítica, “ah mas ele não me bate” e quando falamos com ele “ah, eu não lhe bato”, portanto é como se não existisse violência e é curioso porque a teoria sobre os ciclos de violência diz que ela tende a aumentar e intensidade e até de gravidade e nestes casos aquilo a que assistimos é que a violência física desaparece quase do mapa.

Depois assistimos a outro tipo de violência, que essa sim se intensifica, a psicológica. E que, os agressores, voltando para a outra [a física] voltam a ser abertos os processos crime e acham que a violência psicológica não é violência, como por exemplo o humilhar ou o ameaçar. E agora estou-me a lembrar de casos recentes que até fizemos uma visita conjunta, notava-se mesmo essa questão: a humilhação, os insultos, mas a violência física não existia. E aquilo que percebíamos era que as situações de violência física foram mesmo muito graves, tinham acontecido em anos anteriores, e partir daí foi aberto um processo crime, existiu ali uma pena suspensa

[E5]: quando se torna mais público, digamos assim, acaba a violência física e agudiza-se a psicológica

[E6]: é isso, sim.

[E5]: agora dos casos que me estou a lembrar, por acaso esta semana também veio uma senhora contar de uma situação habitacional do filho e da companheira e de um menor, em que o problema habitacional também estava relacionado com questões de violência e a conclusão, dos poucos casos que passam é que o dito agressor, se nós formos a avaliar do relato que é feito, eu acho que há ali sempre uma perturbação, nestes casos concretos

há uma perturbação psicológica. Nos dois casos que falei está mesmo diagnosticada a esquizofrenia, neste caso não, mas de comportamentos que a senhora falou da nora, digamos assim, dá a entender que a pessoa não está bem, precisava se calhar de ter algum tipo de acompanhamento. Quando começa a implicar por nada, quando começa a inventar que o companheiro tem outras relações quando elas não existem. Há muitas vezes ali uma história criada que dá-me ideia que não é só feitiço, será mais alguma coisa, não sei.

[E7]: eu das situações que tive, não tenho ideia de estarem crianças envolvidas. Foram mais situações a nível de casal. Obviamente que a violência doméstica terá implicações nas crianças, aliás, todos os processos onde estão crianças e ocorre violência são sinalizados à comissão, por alguma coisa será. E acredito que essas implicações estarão relacionadas, por exemplo, com o insucesso escolar e outros problemas ligados à escola, até relacionados com violência.

[E6]: começam a haver perturbações no comportamento em casa e na escola. Na escola porque é o local onde se manifesta mais, e vamos tendo aqui um feedback. Aliás, há situações de violência em que nós tomamos conhecimento delas porque os miúdos na escola, através das manifestações que têm, acabam por “denunciar” o que se passa. Mas nem sempre é claro, às vezes demora-se algum tempo a perceber o que é que está ali por trás, e que, normalmente, são situações de violência.

O que é que temos assistido, e voltando às dinâmicas familiares, que a violência é cíclica, acontece e vai acontecendo porque as famílias vão-se mantendo juntas, mesmo quando há uma saída, ela é temporária e volta-se. Volta-se, as coisas estão bem, há, uma alteração nos contornos da violência, pelo que tenho visto ela deixa de ser física, deixa mesmo. As questões físicas desaparecem. Há por vezes um relato ou outro de um empurrão, e isto sempre por comparação a situações anteriores onde ocorreu violência física grave. O que é que também tenho ideia.. quando há crises, nós vamos tomando menos conhecimento das situações porque, num processo de violência há aqui uma série de agentes que intervêm. A família procura-nos, e nós não somos gabinete especializado, porque o risco tem de ser avaliado devidamente, com critérios sérios. É preciso definir-se os planos de segurança para as famílias, é preciso, dar uma intervenção urgente, como por exemplo, uma casa de abrigo ou outra que também não podemos dar diretamente, tem de ser sempre um centro especializado de atendimento a vítimas e há aqui muita gente a intervir.. a comissão, e depois quando mexe com as crianças é muito complicado. As mulheres já fragilizadas, ainda ficam sempre com aquela sensação que lhe vão tirar os

filhos, voltam a casa e a questão é “vão-me tirar os filhos”, e portanto, fecham-se. E há uma desconfiança generalizada dos serviços, é isso que sinto. Porque como, num momento crítico, a intervenção multiplica-se, e depois a questão das comissões tem que ver com as representações que as pessoas já têm naturalmente dos serviços ...

[E7]: se houver lugar para sair é, normalmente sempre a vítima, nunca o agressor. Ela sente sempre que vai perdendo.

[E6]: e ela, efetivamente é que é a vítima e todas as sequelas são dela, dela e dos filhos. Às vezes nós descuramos porque ela é mais dirigida às mulheres, mas, no entanto, embora seja dirigida às mulheres, as crianças são vítimas iguais às mulheres, assistem a tudo. E há, principalmente nas comissões, há uma resistência muito grande, porque, o que acontece é que as coisas são ultrapassadas, os processos são arquivados mas depois volta a acontecer um episódio, volta a haver uma sinalização, isto é dramático. Porque depois as mulheres têm um medo horrível e estamos a falar de mulheres com stress pós-traumático. A capacidade que elas têm também de gerir isto vai diminuindo e vai-se alterando e é isso que assistimos.

[E7]: eu estava a pensar agora, numa reunião que também tive na escola e acho que têm aumentado imenso as situações de bullying nas escolas, e não sei se não terá a ver muito com estas questões da violência doméstica, mas também outro tipo de conflitos. A violência doméstica não cabe em tudo, tanto quanto sei. mas estas questões de violência e agressividade também seria interessante tentar perceber o que se está a passar aqui.

[E6]: isso nota-se até nas famílias, as pessoas têm reações mais violentas a tudo.

[E5]: e nota-se muito também nos idosos, alguns também são fruto, pronto de outras vivências que tiveram e depois se calhar, com a idade, o feitio agudiza-se. Mas noto que, nos dias de hoje, os idosos são mais agressivos, as pessoas são mais violentas, más. As pessoas não são delicadas, não desculpam. Não sei se, lá está, é da agitação, da sociedade, da violência que se vê na televisão, nos filmes.

[E6]: nós sentimos isso de uma forma geral, mesmo. E há pouco falou-se numa coisa interessante, que é a questão dos agressores, e a intervenção com os mesmos, que consideramos que está tudo muito aquém. É algo que se debate há muito tempo mas a verdade é que ainda não existe muita intervenção com agressores, mesmo os programas que a DGRS tem, as pessoas contempladas são diminutas. É algo que eles são obrigados a fazer, às vezes muito contrariados. Voluntariamente nós não temos ninguém que

procure ajuda, temos algumas respostas, a universidade fernando pessoa, a FPCEUP, mas o que vemos é que os agressores não procuram ajuda voluntariamente. Há ali uma alteração de comportamento temporária, deixam de bater, e, portanto, para eles está resolvido. Se o bater já era pouco significativo para eles, então, quando deixam de bater melhor ainda. Eles não sentem mesmo necessidade, é curioso. Nós vamos fazendo aqui algum trabalho na nossa instituição com os psicólogos que temos, porque tínhamos 2 homens psicólogos, e portanto, era mais fácil só por serem homens. E porque, normalmente, são homens com todas aquelas representações sociais do papel do homem e da mulher.

[E5]: depois quando há algum caso de uma doença associada, como é o caso da esquizofrenia, normalmente eu tento perceber se existe alguém que tenha algum poder, alguma influência sobre essa pessoa, uma amiga, mas pode ser o caso de ter poucos amigos, os irmãos já se afastaram, e portanto, acaba por ser muito difícil chegarmos a essa pessoa. Porque depois é assim, somos nós que vamos falar com eles e eles perguntam “mas como é que sabe?” “se sabe é porque foi alguém da minha família, como a minha mãe, que lhe disse”, por isso, com isso, a violência só por si é maior. Por exemplo, deixam de ir aos médicos de família, ou quando já tiveram acompanhamento, no Magalhães lemos, já deixaram de ir há anos, ainda pior. E, entretanto, já lhe perderam o rasto, não sabem como estão ou como não estão, se estão a ser medicados, ou não. E, portanto, nestes casos é muito complicado.

[E6]: nós temos muitos casos de comportamentos aditivos, como o álcool ou a droga, ou pessoas, com uma tendência natural de não conseguirem controlar os impulsos, que são, como ainda agora estávamos a dizer, são pessoas naturalmente violentas, e nós temos pessoas muito violentas. Por isso, surpreende-me bastante e isso tem de ser um indicador medido para o risco que é este controlo. Dos relatos que vimos, de episódios anteriores de violência, onde a violência física era de tal ordem, que me surpreende este controlo que eles têm de não exercer violência física, que é uma coisa que poderá acontecer a qualquer momento e que, quando acontece, pode descontrolar-se mesmo. Ainda há pouco tempo fizemos um encaminhamento para a APAV, em que a senhora, repetidamente dizia “mas ele não me bate”, “houve ali uma situação em que ele me cuspiu na cara”, que foi considerada mais grave pela vítima, mas quando vemos os relatos anteriores de violência, e estando um casal num momento de tensão, a possibilidade de acontecer um episódio desses e haver descontrolo é grande. Portanto, o que se verifica é um controlo de

impulsos, em casa e fora. Nós temos aqueles agressores, mais “tradicionais”, como quem diz, que tinham como principal característica serem muito sedutores fora de casa, pessoas consideradas muito boas por toda a gente, e que não faziam a mínima ideia do que se passava em casa. Nas situações que vamos tendo são pessoas até identificadas pela comunidade como pessoas que estão associadas a práticas desviantes.

[E5]: mas é curioso, por acaso, essa avaliação, porque em casa era um, fora de casa era outra imagem. Hoje em dia não, já não é tanto assim.

[E6]: no entanto, ainda temos situações dessas. Estou-me aqui a lembrar das mais graves que fui tendo que são pessoas muito agressivas naturalmente, ligadas a práticas desviantes e depois tudo isto aumenta o risco em casa.

[E5]: é também curioso que nestes quase 20 anos que estou aqui, nunca existiu nenhum caso de homicídio devido à violência doméstica.

[E6]: nós às vezes quando avaliamos riscos de violência conjugal, temos situações em que o risco é muito elevado e se calhar muitas das coisas não acontecem porque é procurada ajuda a tempo de isso não acontecer, e as pessoas são retiradas a tempo. Já tivemos algumas situações assim, em que conseguimos fazer uma retirada imediata e isso atenua, digamos assim, o risco e impedir que se chegue a essas situações extremas. Infelizmente não a todas, porque é como digo, isto é um ciclo, o contacto com os serviços é um ciclo também e portanto há um contacto maior nas situações de crise, e depois as coisas ficam bem e as famílias não sentem necessidade nenhuma da ajuda. E, nomeadamente nas comissões, sentimos que as crianças vão estando sujeitas aos ciclos da violência, e há aqui um interesse em se protegerem as crianças. E, obviamente, que depois haverá sempre uma certa pressão exercida na mulher e depois ela fica de costas voltadas para o serviço, cria-se um clima de muita desconfiança, e depois fica mais complicado. Ela não vai dizer noutras situações em que é vítima, ela já não conta, já não diz, com medo de perder os filhos, o medo, normalmente é sempre esse

[E1]: e tem notado que tem existido um aumento da denúncia?

[E6]: sim, isso sim. Mas não é este ano, é algo que tem acontecido nos últimos anos.

[E1]: sim, exatamente. A próxima pergunta que tenho aqui, penso que, de certa forma, já está respondida, e penso que não, mas de qualquer forma, vou fazê-la: Esta JF tem algum espaço ou projeto com atendimento específico destinado à violência doméstica?

[E5]: é assim, específico para a violência não, mas se calhar, até estava aqui a pensar que você podia falar com as pessoas que vou dizer agora caso as mesmas estejam disponíveis. Nós temos aqui um mediador, que é jurista, e que faz mediação a vários níveis e também já tem feito mediação a nível de conflitos, ou a nível da violência doméstica, e até, inclusivamente, no caso das idosas que falei anteriormente, ele também já esteve disponível porque o filho em concreto queria exigir da mãe 800 euros e ela dizia que não dava, porque “se eu der isso, a exigência daqui a uns tempos é outra, portanto eu não posso ceder”, só que a pressão estava a ser muito forte, então eu penso que ela chegou a marcar com o tal jurista para fazer essa mediação com ele. E há também uma psicóloga que faz atendimento noutra junta desta união, que eu penso que também deve acompanhar situações destas, mas lá está, os casos são confidenciais. Mas em termos de acompanhamento e atendimento só falando mesmo com ela. Portanto, se pensarmos bem a junta não tem um serviço próprio para a violência mas tem estes dois recursos que as pessoas podem utilizar

[E1]: quase como se fossem duas valências, uma jurídica e outra psicológica

[E5]: sim, exatamente. As pessoas podem ser atendidas nesse âmbito.

[E1]: e projetos, não têm?

[E5]: não. Concretamente aqui não temos. Nesta junta, já há imenso tempo, desde 1995, que a ADILO tem assumido esse trabalho mais social. E ao ter esse trabalho social, esse tipo de situações acabam por ir parar a esse atendimento. A ADILO quando surgiu, surgiu por uma vontade da junta que não é diretamente a junta, mas indiretamente acaba por ser a junta.

[E6]: Nós temos um contrato local onde também temos acompanhamento psicológico a vítimas de violência doméstica.

[E1]: eu a seguir tinha aqui nas questões qual era a equipa técnica que estava presente nesses espaços ou projetos. Já percebi que é então o jurista e a psicóloga, é a formação deles. Depois tenho aqui, e não sei se me sabe responder que é, como é que realizado este atendimento ou encaminhamento das vítimas.

[E5]: no caso do jurista, é muito a mediação, e depois no caso da situação ser mais complicada, ele articula com as colegas do atendimento, porque normalmente as pessoas que vêm, não são todas, mas algumas das pessoas que vêm a este serviço em termos de

mediação têm processos em termos sociais e portanto há aqui uma articulação muito grande. No caso da psicóloga, não lhe sei dizer exatamente, sei dizer que o atendimento é feito em na outra junta, e como é óbvio não lhe sei dizer os casos que estará neste momento a acompanhar.

[E1]: mas também não eram os casos propriamente ditos que eu queria saber, mas sim como se desenvolvia todo o processo. E no vosso caso, da ADILO como é que vocês encaminham as vítimas até às outras estruturas especializada, o que fazem especificamente, como é desenvolvido o processo?

[E6]: obviamente que as pessoas estão mais à vontade connosco, já nos conhecem, geralmente quem nos procura já nos conhece e, portanto, há aqui várias situações sobre a família que nós já conhecemos. Mas, depois sobre a violência específica há informação que nós temos de recolher para encaminhar, correndo sempre o risco da tal revitimização. Porque já nos aconteceu isso, virem por exemplo, os agentes do GAIV estarem duas horas com a vítima quando eu já estive 1h e tal, e isto é muito complicado para as vítimas porque vão estar a contar outra vez a história, vai-se estar a avaliar tudo, mas, efetivamente, para encaminharmos nós também temos de recolher a informação. Até porque temos de medir aquilo que eu estava a dizer, se é uma situação muito urgente ou emergente ou se é algo reiterado, do estilo “olha deixa-me lá ir falar com as técnicas porque ele me anda a chatear há tanto tempo”, percebe? Ou se estamos a falar de algo que é mais soft, que é com outro tipo de encaminhamento, nós temos de fazer essa triagem, temos que ouvir, temos que recolher informação e depois fazemos um contacto, e vamo-nos mantendo em contacto com a estrutura para a qual encaminhamos.

Temos algumas pessoas na APAV, não é sempre o mesmo técnico e a APAV, em termos de resposta, é imediata. Numa situação em que eu digo “risco elevado”, é imediatamente feito o atendimento. Depois, qualquer outro tipo de encaminhamento têm de ser eles a fazer, porque eles é que são a estrutura especializada. Mas, vamos então, estabelecendo este tipo de parceria. E sendo uma violência moderada e cíclica, ela vai acontecendo e nessas situações nós temos que ir trabalhando com as famílias, há uma supervisão regular das situações também para irmos vendo se a violência se mantém e em que níveis se mantém. Vamos, naturalmente definindo com as famílias planos de segurança e é um pouco nesta medida. O acompanhamento psicossocial, o aconselhamento parental ou familiar, e é isto que nós fazemos e trabalhamos com todos os elementos da família.



Temos os grupos de pais com quem também trabalhamos, embora aqui seja mais focado nas questões da parentalidade. Quando é violência doméstica, nós trabalhamos tudo isto mais com a família e a nossa intervenção é esta, nestas situações, em que nós temos famílias, onde ocorre violência que é moderada, e, portanto, a vítima não tem interesse, não quer sair, e é assim há anos. E estamos a falar de situações que não são de violência física, é mais uma relação conflituosa entre o casal, os maridos sempre à espera que as mulheres façam tudo em casa. Se não limpam, por exemplo, insultam-nas, temos muito estas situações. Nestes meios, estas representações estão muito presentes e são situações que vamos trabalhando mais individualmente ao nível familiar, medindo sempre a questão do risco.

[E1]: e qual a vossa formação de base?

[E6]: somos ambas assistentes sociais

[E1]: já percebi, então, que não há projetos específicos aqui.

[E6]: houve uma altura que consideramos, estivemos até para fazer uma candidatura. Só que apenas tivemos conhecimento daquele programa e daquela candidatura muito em cima do acontecimento e isto implicaria um diagnóstico muito bem feito e nós não temos esses dados. Portanto, era preciso algum tempo.

Se me perguntar quantas vítimas é que eu tenho, não lhe sei dizer, assim. Facilmente identificamos mas preciso de algum tempo para o fazer e até para caracterizar se for necessário. Não tivemos esse tempo na altura, e, portanto, não avançamos com a candidatura, mas é algo que a nossa instituição tem pensado nos últimos tempos até porque nesta zona da cidade nós não temos gabinetes de atendimento a vítimas e, portanto, temos de encaminhar e o gabinete mais próximo é o da APAV. Mesmo na zona oriental existem alguns mas para lá nunca costumamos encaminhar e é algo que poderíamos pensar mais. Porque deparamo-nos sempre com esta questão de, não sendo uma entidade especializada, nós temos mesmo de fazer encaminhamento. Mas, pela primeira vez, a nossa instituição tem nos seus projetos uma atividade financiada ligada à violência doméstica e que pode ser um início até depois com os resultados que poderemos vir ter, poderemos apresentar candidaturas a programas para termos respostas específicas nesta zona da cidade, que ainda não existem.

[E1]: e é possível, por exemplo que venha aqui uma vítima que depois seja encaminhada para vocês?

[E6]: sim, é possível. Geralmente é isso que acontece. Imagina que vem aqui alguém que nunca foi utente dos serviços, nós nesta freguesia temos 9 bairros de habitação e temos algumas pessoas de classe média-alta e que às vezes procuram ajuda aqui na junta, mas que nunca tiveram contacto com estes serviços, não sabem como isto funciona e portanto, a instituição de referência é sempre a junta. Acontece-nos, por diversas vezes, a junta encaminhar, e as pessoas não nos conhecem. Se chegar aqui alguém e disser “olhe sou vítima de violência doméstica”, ou mesmo que não seja dito desta forma, o encaminhamento é sempre feito para a nossa instituição.

[E1]: ainda num pouco nesta onda dos projetos, têm em mente assim algum que gostariam que se pusesse em prática mas que, por diversos motivos, isso ainda não aconteceu? Por exemplo de prevenção ou outra área?

[E6]: de prevenção, sim. Embora eu ache que, as políticas até a nível nacional e o que está a ser feito por diversas entidades acho que já surte um grande impacto e uma consequência disso é o aumento das denúncias. Nós temos situações em que a violência ocorre há anos e as pessoas vem pela primeira vez. E porquê? Porque se ouve falar, é um tema cada vez mais falado, mais debatido, e as pessoas começam a ter mais noção de que são vítimas de violência e que a mesma é um crime e que deve ser denunciado. Portanto, há efeitos que são bem notórios da prevenção e as pessoas começam a ter muita consciência disso e a própria denúncia mesmo não sendo feita pelas vítimas, é feita por vizinhos, por outras pessoas que conhecem a vítima. Amigos, também, porque às vezes as vítimas desabafam com esses amigos, e essas pessoas já não aguentam ver aquela situação toda.

Continuar a trabalhar na prevenção, com por exemplo, as campanhas que estão integradas na estratégia nacional é fundamental. E penso que também a questão dos agressores, nós continuamos a trabalhar só uma dimensão, e tal como disse anteriormente, eles são mais resistentes a virem aos serviços. Nós, por exemplo, com aquele trabalho que disse que íamos fazer, tínhamos apenas um senhor e temos uns dois na DGRS e o resto fica por aí, sem acompanhamento, o que é que estas pessoas fazem? Há questões no comportamento que é preciso trabalhar e isto é algo que nos faz imensa falta. Temos de pensar nas estruturas que já existem e que têm essa resposta, e que não são na comunidade.

Há resistência das pessoas em saírem da comunidade e, se calhar, uma resposta a esse nível quer para as vítimas, quer para os agressores, seria importante.

Acompanhamento psicológico, mediação familiar, acho que sim. Porque depois o que acontece é que nós mantemos as famílias, as situações de violência decorrem, as mulheres voltam e nós continuamos a ter as mesmas famílias. E é preciso trabalhar a este nível para que a violência desapareça de algum modo ou se reduza. Faltam-nos também... especialidades. Nós não temos especialidades nestas áreas, precisávamos de ter especialistas a trabalhar com os agressores e com as vítimas aqui. Porque para além de ser necessária a prevenção, é também necessário intervir sobre as situações que acontecem no imediato e que se vão mantendo. Claro que as situações graves de violência que vamos tendo, têm outro nível de encaminhamento. As pessoas saem, mas retomam ao fim de algum tempo, acho até que não tenho nenhuma que não tenha retornado a casa, e depois temos as tais situações de violência moderada em que as famílias se vão mantendo juntas e se calhar é preciso intervenção específica nestas famílias, que nós vamos fazendo com os instrumentos que temos.

[E1]: e quais, então, considera ser as principais dificuldades/limitações no vosso serviço? Estava-me a dizer que, por exemplo, as vítimas têm resistência a saírem para fora da comunidade. Considera isso como uma limitação?

[E6]: sim. Se nós conseguíssemos ter um serviço aqui mais próximo e fazer uma intervenção mais sistémica com a família toda acho que era fundamental, porque vamos sempre tendo estas situações das famílias que se mantêm juntas, independentemente de haver ou não violência e é preciso trabalhar concretamente esta questão. É preciso pegar na família e trabalhar estas questões da violência na família, e tal como disse, nós vamos trabalhando isto com as limitações que temos. E era o que eu estava a dizer, não temos formações específicas nestas áreas, às vezes até recursos humanos não temos e, se calhar, um projeto que apostasse ao mesmo tempo na prevenção e por outro lado na intervenção acho que seria bastante interessante e o ideal, e depois existem diversos que poderiam ser aplicados, como o comunitário entre outros.

[E1]: já que fala na prevenção, **qual é que consideraria ser a melhor estratégia de prevenção junta da população?**

[E6]: trabalhar isto nas escolas parece-me muito importante. A violência está disseminada de uma forma geral, é isso que sentimos. E depois vamos às escolas e percebemos que os níveis de violência aumentam de intensidade, de gravidade.

[E5]: eu acho que se está a perder, também, aquilo que é o respeito, e o que não é e acho que ao nível dos adolescentes e dos jovens, quer raparigas quer rapazes a aceitarem certo tipo de comportamentos e verbalizações que já caem na falta de respeito, e que no fundo já acaba por ser aceite, como normal. Aquela questão que ainda há pouco foi falada do cuspir.. eu já assisti, no metro, miúdos a despedirem-se uns dos outros a cuspir, e eles e elas riem-se, acham aquilo muito normal e isto já é falta de respeito. Começam com estas brincadeiras quando são miúdos e acham normal, e depois quando são adultos acaba por ser outra coisa pior. Um estalo, uma pancada, que até acham que é uma brincadeira, se um dia lhe derem uma tarefa a sério, se calhar acham que é normal.

[E6]: por isso mesmo a intervenção com os jovens é muito importante, sobretudo na escola, que é onde passam mais tempo

[E7]: aquilo que eu sei das situações de violência na escola estão completamente descontroladas. Dos casos que tenho em mãos, quase toda a gente me diz que, de facto, existem problemas na escola, há situações de uma violência brutal mesmo. Situações onde já existe mesmo um “comandante”... que comanda alguns dos miúdos.

[E5]: acabamos com a escravatura, mas, nos tempos que correm, existem outras formas de escravizar. Não é bem escravizar, é mais subjugar, mas eu acho que é mesmo, também, a falta de respeito.

[E1]: eu realmente já me tenho deparado com isto.. outras entidades onde tenho ido têm sempre referido que os jovens aceitam com muita naturalidade a violência. E a partir daqui decorrem outras coisas, como os estereótipos e os papéis associados aos homens e mulheres.. relativamente à ultima pergunta que tenho para vos fazer, é se acreditam que as juntas de freguesia devem dispor de profissionais com formação no âmbito da violência doméstica, ou seja, uma formação específica?

[E5]: sim. De várias áreas, porque acaba por ser transversal. Ainda há pouco falámos que temos um jurista, uma psicóloga, temos assistentes sociais, mas se calhar o nosso dia-a-dia, mesmo, por exemplo, o facto de termos uma valência com jovens, ou até mesmo um centro de dia ou centro de convívio isto acaba por ser uma temática que nos aparece em qualquer lado. Por exemplo, ao nível do centro de dia acontece-nos com os

idosos em termos de casal, na parte verbal, não tanto pela questão da violência física. Mas também há casos em que nos dizem “consta-se que o marido lhe bate, ou a maltrata”, mas depois também ninguém quer “entrar”, porque lá está são outras mentalidades, com outras vivências que já acham que é normal, no caso de pessoas mais velhas, porque talvez, já os pais dessas pessoas tratavam assim as mães e etc. mas acho que é uma área completamente transversal.

Eu não digo ter técnicos específicos para isso mas haver formação que sensibilize e que ajude a dar ferramentas para lidar com essas situações e que são bastante delicadas, e nada fáceis. Por exemplo, não consideramos violência, mas quando temos um casal de idosos em que há um acamado e o idoso que está mais autónomo não permite, por exemplo, que o outro tenha um apoio domiciliário. Em que ninguém daquela família permitia que aquele senhor tivesse um devido apoio por parte de outra entidade. E entretanto essa situação foi colocada no ministério público, até porque o senhor já estava desnutrido, só que depois é um processo que ainda tem os seus trâmites e que ainda demora, e entretanto, faleceram os dois. É uma área que entra em qualquer nível etário, em qualquer nível socio económico, em qualquer valência, a qualquer momento nos podemos deparar com uma situação de violência.

[E1]: eu até ia perguntar qual é que consideravam ser a importância desta formação por exemplo noutras áreas, nomeadamente os profissionais de saúde, os professores..

[E6]: É importante a formação em todas as áreas, até porque eu acho que as situações que vão ao centro de saúde e que nós tomamos conhecimento à posteriori até pela comissão, porque o centro de saúde sinaliza porque vai lá alguém com sequelas físicas, ou porque foi batida, nomeadamente é sempre mais às mulheres que isto acontece e os próprios serviços se não estiverem sensibilizados para estas questões, passa tudo ao lado. E, outra coisa, não havendo sequelas físicas, as psicológicas, às vezes está deprimida, está mais isolada e que estão associadas a um stress pós-traumático e que não é bem diagnosticado, por exemplo. E nesse tipo de sintomas, é lá que as pessoas vão primeiro. Podemos, então, acrescentar a formação dos técnicos para estas questões, de uma forma geral, a sensibilização dos técnicos.

[E5]: quem está a ter uma atitude diferente graças, também, a uma formação nessa área são os agentes da psp, que já estão a ter uma maior sensibilidade.

[E6]: sim sim. As escolas também são muito importantes, porque há também esta banalização da violência, porque isto depois agrava-se. Quando tivermos estes jovens adultos vai ser o caos. Com os profissionais para estarmos mais sensíveis a estas questões e atentos, às vezes certas coisas passam-nos ao lado. A questão é que ainda há muitas famílias que isto é completamente vedado e as pessoas chegam-nos com outros sintomas e é aquilo que avaliamos, e que por vezes são sintomas da violência em casa. Se os profissionais estiverem mais treinados, estão mais atentos, há uma outra questão de despiste que se calhar permite identificar essas situações. Acho que para toda a comunidade, em geral, seria importante. Para as famílias que temos, se calhar, uma intervenção específica, eu acho que depois isto tende a multiplicar-se. Havendo aqui um projeto bastante abrangente tem impacto, e depois é a palavra passa palavra, a comunidade fica mais atenta para o tema, mais desperta para as situações. E acho que, não havendo aqui nesta comunidade nenhuma intervenção específica, os resultados das campanhas nacionais acabam por não ser sentidos.

[E1]: Eram estas as questões que tinha para vos fazer, agradeço a vossa disponibilidade.

[E5]: Se quiser posso dar o seu contacto à psicóloga que faz o atendimento e poderá falar com ela.

[E1]: Se pudesse, acho que me seria muito útil.

[E6]: Então, até à próxima.

[E7]: Até à próxima.

[E1] – Entrevistadora

[E10] – Entrevistada (Feminino, Assistente Social)

[E1]: Nestes serviços aparecem ocorrências de violência doméstica?

[E10]: Sim.

[E1]: E como procedem nestas situações?

[E10]: Temos várias situações de violência doméstica. Não podemos tipificar. Primeiramente tem muito a ver com a primeira intervenção, porque normalmente nós vamos descobrindo, não no primeiro atendimento, mas à medida que vamos conhecendo a família. Vamo-nos apercebendo que existem situações de violência e torna-se fulcral que o utente acabe por não fugir deste serviço. Por isso, tentar, de alguma forma, ir dando informação, sinalizar e dizer sempre que deverá fazer queixa. Normalmente somos nós que fazemos queixa à polícia, porque muitas delas não apresentam queixa. E depois fazemos o encaminhamento para as instituições que conhecemos aqui mais próximas.

Devo salientar que, normalmente, as pessoas não querem ficar aqui muito próximas, querem entidades que estejam um pouco mais distantes da freguesia, porque depois as pessoas vêm a entrar ou sabem que tipo de instituição é, e sentem alguma vergonha em assumir que sofrem algum tipo de violência.

Acabamos por fazer um papel de sensibilização, acompanhamento, informação e nós próprias também fazer esta sinalização. Quando existem crianças também temos a colaboração da CPCJ. Nós, sendo uma entidade, temos uma comunicação fácil com as outras entidades, porque nos conhecem, portanto, existe aqui muita colaboração, normalmente não existe nenhum entrave. Aqui, na nossa freguesia, temos a instituição D, que é a instituição de referência, não havendo essa, teremos outras que as pessoas também associam como estando relacionadas com a violência doméstica.

Mas o nosso primeiro impacto é, exatamente, sensibilizar. Tentamos fazer queixa, sabemos até que há ali uma tentativa das pessoas retirarem a queixa, mas pelo menos, fica um registo e, sabemos, hoje em dia que o retirar da queixa não implica que o processo não se desenvolva na mesma. Se a pessoa não quiser fazer queixa no imediato, somos nós, e sempre tentando acompanhar a pessoa e ir trabalhando a família e a nossa intervenção primordial é essa, é uma intervenção mais soft, e não nos queremos substituir às entidades que estão realmente certificadas para essa função.

[E1]: E as vítimas que vêm aqui são maioritariamente desta freguesia?

[E10]: Sim. Apanhamos uma única situação de uma senhora que veio aqui, aos serviços, devido ao cartão de cidadão, e esse serviço é até mesmo para pessoas que não são da nossa freguesia, e que foi perseguida pelo ex-companheiro e até houve aqui uma situação complicada, tivemos a intervenção da polícia para separar o senhor da senhora. E, no entanto, ela não era desta freguesia do Porto, mas foi uma situação muito específica, porque, quem recorre aos nossos serviços sociais, são maioritariamente pessoas da nossa freguesia.

[E1]: E tem conhecimento dos índices de violência nesta freguesia?

[E10]: Já tive mais. Quando estive na CPCJ a trabalhar tinha mais consciência desses índices porque depois essa informação normalmente passa pela CPCJ.

[E1]: Então não têm acesso a nenhuma base de dados ou outro instrumento que forneça essa informação?

[E10]: Não. Da violência doméstica não temos nada. Acederia facilmente se falasse com colegas que tenho nas instituições certificadas. Mas a junta especificamente, da violência doméstica, não tem um trabalho muito desenvolvido na questão que me colocou.

[E1]: E quais pensa ser os impactos deste fenómeno, por exemplo a nível conjugal ou parental?

[E10]: Tendo tido experiência principalmente na CPCJ, tenho consciência que sempre que existe uma situação de violência na presença de um menor, esta mesma situação independentemente do tipo de agressão, do estrato social é automaticamente sinalizada para a CPCJ, e nessa altura eu tinha muito contacto e sabia, efetivamente, os impactos e repercussões nocivos que tem no desenvolvimento da criança, e que, muitas vezes, produz uma repetição deste tipo de comportamentos. Não só no núcleo familiar, mas também no núcleo alargado da família tem sempre um impacto muito negativo. Depois há as situações mais graves de violência em que a própria mulher tem de sair do agregado. E peço desculpa por estar a fazer esta distinção, mas é quase como que uma ideia generalizada que a mulher é o alvo mais comum da agressão. Mas, neste caso, a vítima é afastada da casa onde reside que se torna mais uma vitimização da pessoa, ter que sair, ter que se afastar, deixar o trabalho, entre outras coisas. Tenho bem noção disso, dos



impactos negativos que tem no agregado, no agregado familiar a nível emocional, físico, profissional também muitas vezes, escolar também, porque os menores podem ser afastados e têm de ir com os pais para onde são recolocados.

[E1]: E este fenómeno é mais circunscrito a determinados grupos sociais?

[E10]: Não, nada disso. Temos uma ideia que sim, mas não. Eu apercebi-me disso exatamente quando trabalhei com a CPCJ. Aqui, nem tanto, porque há estratos que não nos chegam. Se calhar os estratos mais altos tendem a recorrer mais à retaguarda familiar ou de amizades, ou até mesmo a abafar as situações. Os estratos mais baixos chegam-nos mais facilmente, e, por isso, podíamos ter uma noção que os estratos mais baixos são os mais afetados, mas não. É um fenómeno completamente transversal, não existe uma característica própria, sendo que existe, talvez, aqui e agora falando de outras culturas e vou recorrer a um exemplo, que, para mim foi uma grande novidade, porque eu não tinha essa noção: as famílias de nacionalidade cabo-verdiana, guineense têm uma cultura de violência entre o homem e a mulher muito mais comum e até aceite do que nós, comunidade europeia. Notei que a mulher não assumia a violência física, como violência. Achava que era uma forma natural de estar. A presença do homem no agregado familiar era mesmo como se fosse o macho que domina toda a família e que toda a gente está abaixo dele, nomeadamente mulher e filhas, e todas elas seriam tratadas exatamente da mesma forma. E se a mãe levava, as filhas também levavam e achavam aquilo perfeitamente normal. Só quando chegava a níveis de violência muito elevados é que elas sinalizavam, mas o bater era uma prática comum no agregado familiar e para mim isso foi um pouco chocante porque elas não assumiam isso como um ato de violência. Achavam que isso era uma forma de o homem mostrar que era um homem de família e que ele é que mandava.

[E1]: Acaba por ser um fenómeno muito cultural...

[E10]: Sim, muito cultural. E enraizado. Claro que aí talvez notasse um estrato mais baixo. Mas a nível de nacionalidades mais específicas tivemos mesmo alguns casos em que elas assumiam que era uma prática natural, e que não era violência física. Só quando chegavam a ser hospitalizadas, aí é que elas já ponderavam, e assumiam que aquilo já era um pouco demasiado, porque eles batiam de uma forma muito agressiva, com cintos, cadeiras, paus... mas é uma prática comum e que é aceite.

[E1]: Esta entidade tem algum espaço ou atendimento específico para a violência doméstica?

[E10]: Não, específico não temos. Temos o nosso espaço de atendimento, que é individualizado, um gabinete como este, mas é um espaço para o público em geral, não específico para a violência doméstica

[E1]: Então a vítima que vier aqui irá dirigir-se ou ser atendida nesse espaço?

[E10]: Sim, no fundo é um gabinete de atendimento, como este espaço em que estamos agora. É o serviço social.

[E1]: E a vítima será sempre atendida por uma assistente social...

[E10]: Sim, sim.

[E1]: É a única assistente social que aqui trabalha?

[E10]: Somos duas.

[E1]: E psicologia?

[E10]: Temos uma psicóloga, mas que não está a exercer psicologia. Está num gabinete de inserção profissional.

[E1]: tinha aqui uma pergunta que era como é realizado o atendimento ou encaminhamento das vítimas... já acabou de certa forma por responder logo no início desta entrevista. E as vítimas chegam-vos aqui por vontade própria ou são até amigos ou familiares que denunciam a situação?

[E10]: Lá está, as situações são muito variadas. Ou é a pessoa que vem aqui especificamente relatar e que pede ajuda ou são situações que nós nos vamos apercebendo. Às vezes até vêm por uma ou outra situação totalmente diferente, de apoio económico ou apoio profissional e que, à medida que vamos conhecendo a família, vamos apercebendo que existe ali alguma situação que as pessoas não expõem logo, mas que existe e que vamos desenrolando, e que acabamos por perceber. Portanto, temos aqui duas situações totalmente diferentes: as que vêm com o intuito de pedir ajuda nesse sentido, e as que vêm com outro intuito, e que se calhar nem nos viriam a falar sobre essa situação,

mas que nós nos vamos percebendo e a nossa intervenção acaba por passar um pouco por aí.

[E1]: Esclareça-me só, então, esta entidade tem um gabinete de ação social..

[E10]: Sim.

[E1]: A psicóloga está noutra gabinete, mas...

[E10]: portanto, nós temos gabinetes específicos só para atendimento. Em que não está mais ninguém a trabalhar. E depois o gabinete de inserção profissional que é também um gabinete independente.

[E1]: Então, neste momento, não há um gabinete para a psicologia?

[E10]: Não, isso não temos.

[E1]: Certo, era isso que eu queria saber. E sabe se esta entidade gostaria de realizar algum projeto no âmbito da violência doméstica?

[E10]: Eu penso que qualquer projeto que seja em prol da comunidade em geral, nós estaríamos sempre disponíveis para abraçar. Apesar de que, e tal como lhe disse, temos entidades às quais nós recorremos com facilidade e que nos dão resposta célere em relação ao atendimento, acompanhamento, é uma vertente muito mais vocacionada para a violência doméstica que nós não temos. Temos alguma formação, efetivamente, mas não específica para a violência doméstica. Mas sim, se fosse um projeto inovador e que desse respostas específicas penso que sim.

[E1]: Relativamente à prevenção como pode caracterizar a ação desta entidade em relação à prevenção?

[E10]: Nós temos estado inseridos em alguns projetos relacionados com as escolas, com as entidades que nos pedem colaboração. Esta entidade, propriamente dita, avançar com um projeto de prevenção penso que nunca o fez. Temos colaborado em algumas sessões de prevenção. Lembro-me que o ano passado ou há dois anos estivemos em colaboração direta com a CPCJ quando foi criada uma semana de sensibilização da violência doméstica e foram feitos vários workshops, entre outras coisas.

[E1]: E neste momento não está envolvida em nenhum projeto?

[E10]: Nós estamos sempre, paralelamente, envolvidos com as entidades. Por exemplo, com a ADDIM também sei que tivemos intervenção numa escola. Esta entidade, com projeto próprio, não avança, mas sei que temos tido muitas colaborações com as entidades que trabalham este assunto em específico.

[E1]: E do seu ponto de vista quais é que são as melhores estratégias de prevenção junto da população, e porquê?

[E10]: Eu penso que o se tem feito com os jovens é muito importante. Para prevenir, eles próprios de desenvolverem atos de violência de uma forma muito banal, como se vê agora, no namoro, começa desde muito cedo, não assumem determinados como violência, sobretudo a violência psicológica, mas que no fundo, e como sabemos, é um tipo de violência. Mas sim, o trabalho com os jovens, o mais cedo possível, não só para evitar a violência entre os jovens, o bullying, mas também, para o que se está a passar em casa, com os pais, poderão ser situações de violência que eles próprios não assumem ou que não sabem como ajudar, ou onde recorrer para que os pais possam ter alguma ajuda. Acho que podemos chegar mais longe através desta prevenção com os mais jovens. Com as outras faixas etárias, talvez seja um pouco mais difícil, mas passará pela divulgação na televisão, porque as pessoas acabam por ver televisão e estão atentas. Mas acho que a prevenção deve começar o mais cedo possível.

[E1]: E entende que esta entidade deve dispor de profissionais com formação no âmbito da violência doméstica?

[E10]: não acho que seja algo totalmente essencial. Sei que temos uma rede que funciona e as entidades a quem nós recorremos para estas situações, têm dado resposta. Não sei se há necessidade de haver um elemento específico só para a violência doméstica. Acho que, realmente, as entidades vocacionadas para a violência têm dado resposta célere e temos trabalhos com o GAIV, com quem temos colaboração. Nós trabalhamos muito em rede, a nossa rede de contactos é muito grande e às vezes estamos a duplicar trabalho, porque chegaríamos a um ponto em que não conseguiríamos dar resposta para além de, e as entidades que estão construídas, neste momento, de forma a poder iniciar um processo e levá-lo até ao fim, coisa que se calhar nós não conseguiríamos. Nós podemos ser, de facto, um elo muito importante ao receber a vítima e saber encaminhá-la da melhor forma. Mas

acho que, efetivamente, ter um técnico para essa especificidade da violência não sei se seria necessário, sendo que temos resposta da comunidade nesse sentido.

[E1]: E considera que esta prevenção ou até mesmo o facto de existirem políticas/medidas contra a violência doméstica levou a alguma alteração sobre as representações em torno do seio familiar? Por exemplo a nível dos papéis de género.

[E10]: Eu acho que ainda há muito a fazer. Até eu, sendo técnica, estupidamente, tive um discurso que acabou por ir ao encontro disso, que nós estereotipamos que a mulher é o “elo mais fraco” e que é a típica vítima da violência doméstica, mas sabemos que não é apenas assim. Sabemos que, a maioria dos casos que são denunciados são de mulheres, o que não significa que seja a realidade. Sabemos que nem toda a gente que é vítima que o denuncia. Tal como disse, ainda há um grande trabalho a fazer, ainda existem muitos tabus. Somos uma sociedade que vem de um historial em que o homem era o homem da casa, era ele que mandava, e a mulher era mais submissa, não trabalhava, ficava em casa a tomar conta dos filhos, dependia economicamente do homem. Ali uma subserviência do homem, em que o mesmo sustentava a família e a mulher sentia-se subjugada ao papel de mãe e que dependia do homem para tudo. Daí vêm ainda todo este estereótipo de que a mulher é o “elo mais fraco” e que tem de ser o homem a ditar as regras da casa. As situações de violência também podem advir daí, da mulher depender economicamente do homem, não ter independência, e poder sair de casa a qualquer altura, que sinta que a sua integridade física esteja a ser incomodada. Onde o homem assegura a parte económica, e a mulher sente que, de alguma forma, está fragilizada e que não pode, a qualquer momento sair de casa. E exatamente por haver muito a fazer, eu disse que era importante todo o trabalho com os jovens, para que os mesmos possam ser um elo de mudança, a mudança de mentalidade nos mais pequenos criará uma sociedade que não terá tanto estes estereótipos.

Há dois anos, lembro-me de uma senhora que veio aqui ao Porto, exatamente depois de uma situação de violência doméstica e que na zona onde ela vivia só existia GNR. E ela recorreu várias vezes à GNR para denunciar situações de violência e ela dizia-me que sempre que lá ia, e quem a atendia eram sempre homens, diziam-lhe: “ah, vá para casa, isso são discussões entre homem e mulher, ninguém se deve meter. Isso são coisas que vocês têm de tratar.” E eles levavam-na a casa novamente de carro. E quer dizer, ainda há, mesmo dentro das entidades que têm de ter um papel preponderante nestas situações de retirada imediata, há ainda esta postura muito própria.

[E1]: Consideraria, então, que a formação seja essencial?

[E10]: Claro, a formação dos técnicos é essencial. Mas eu estou a falar do Porto, de uma realidade que está cheia de entidades e de recursos. Talvez no interior do país, ou nem precisamos de ir para o interior, mas um pouco mais longe dos centros será mais difícil obter-se uma resposta tão célere, como nós, aqui. Ninguém que nos chegue, com uma situação dessas é mandado para casa, penso que não aconteça aqui no Porto até mesmo porque existem gabinetes especializados para esse atendimento.

Mas lembro-me bem dessa senhora contar essa situação e de voltar constantemente para casa porque a resposta era sempre a mesma da parte da GNR, e depois sentia imensa vergonha, dos vizinhos, porque eles próprios diziam “ah vocês têm de se entender porque isto não pode ser”. E estamos a falar de violência física, não querendo menosprezar a psicológica, mas a física deixa marca visíveis, e as pessoas quando vêm uma mulher agredida fisicamente, se calhar o impacto é diferente.

Depois também já apanhei outras situações completamente diferentes: mulheres vítimas, cujos maridos eram agentes da polícia e depois é novamente aquela questão da vergonha, da denúncia de um agente, os colegas abafam a situação. Mas sim, realmente falou da formação dos próprios técnicos, e sim, eu acho que é essencial. Acho que este tema já começa a ser abordado de uma forma diferente, mas lá está, e friso novamente, eu estou a falar do Porto e da nossa realidade, de uma cidade que tem acesso à informação de forma muito mais facilitada. A formação é importante para todos os técnicos, quer os técnicos da área da saúde, agentes da autoridade, que serão eventualmente, os técnicos de primeira linha, quer os técnicos de atendimento ao público como é o meu caso. Até mesmo porque nós não atendemos o público de forma directa, isto é, não somos os primeiros a contactar com as pessoas. Temos pessoal do administrativo que às vezes até se pode aperceber da situação e saber lidar, encaminhar. Toda a gente que tenha um contacto e que possa de alguma forma interceder de forma positiva nestas situações acho que tem de ter acesso a esta informação para poder gerir da melhor forma. Porque muitas das pessoas são apanhadas numa situação de muita fragilidade e têm de ser amparadas e encaminhadas da melhor forma para que a situação seja resolvida.

[E1] – Entrevistadora

[E11] – Entrevistado (Masculino, Assistente Social)

[E11]: Nós temos duas ferramentas importantes que é aqui na praça da Corujeira, e no bairro do lagarteiro e no fundo são observatórios, onde aparece toda a gente. Pode aparecer uma senhora a dizer que acha que a reforma é insuficiente e não consegue comprar os medicamentos, como pode aparecer um senhor que vai ter uma ordem de despejo, como pode aparecer uma rapariga que diz que quer interromper a gravidez, como pode aparecer alguém que sofre de violência doméstica e que está desesperada. Portanto, como vê, aparece de tudo um pouco. Esta freguesia tem 3 problemas estruturantes: o alojamento, o desemprego e a toxicodependência, mas é verdade que ultimamente tem surgido as crianças em risco, e a questão da violência doméstica.

Sobre a questão da violência doméstica e violência no namoro nós temos aqui um problema cultural. Estes dois fenómenos começam a ter mais visibilidade, mais dimensão, até mesmo uma dimensão mais preocupante e outro problema que também se verifica é a integração da comunidade cigana nos bairros, eles estão a destruir a vida de toda a gente e nós precisamos de bons mediadores. Se me perguntasse agora se eu fosse vereador do pelouro da habitação o que é que eu fazia... a primeira coisa seria criar um programa de mediação intercultural.

Relativamente à questão da violência doméstica isto é muito cultural, e vou-lhe dar um exemplo: vem aqui alguém na terça-feira, falar, pedir apoio, depois nós contratualizamos uma série de coisas e as pessoas depois não aparecem, e isto é a primeira questão. O ponto número 2, é de facto dizerem-me: “olhe, doutor de facto eu arrependi-me.” E terceiro: a falta de apoio concreto. A posição da vítima: eu fiz aqui uma série de coisas, agora ele foi preso, e eu estou num inferno, não tenho qualquer tipo de proteção. O que é que eu ganho em fazer queixa, o que é que eu ganho em pedir ajuda? Que tipo de apoios, estruturas, retaguarda existem? Nenhuma. O último caso que geri disso, a vítima dizia-me “sabe como é que eu vou fazer? Vou falar com o meu irmão, e o meu irmão vai falar com o meu companheiro, dizendo-lhe, ou te pões fino ou te parto o pescoço.” Outro exemplo que eu tive foi de uma rapariga que foi para uma casa de abrigo, foi pedir casa, e até isso lhe foi negado. Enquanto o que a lei nos diz é precisamente o contrário.. no entanto que projetos de vida podem estas pessoas ter? para onde vai aquela rapariga? Para lado nenhum?

Esta discussão é uma discussão gravíssima, até porque nos dias de crise que vivemos, onde todos precisam muito de algo, ainda piorou mais a situação. Hoje em dia os meus utentes estão pobres e estão doentes, nunca tivemos tanta violência, tanta agressividade no atendimento como temos agora, desde a partir-nos os vidros, a insultar-nos. Em vez de se indignarem contra os políticos, indignam-se contra os técnicos. Imagine-se alguém que vem aqui perguntar por uma casa, ou que quer casa, e nós sabemos que uma junta de freguesia não tem por competência nem atribuição legal dar casas. É a câmara do Porto que faz isso. No entanto, se vier aqui alguém da câmara do Porto, ninguém lhe diz nada, não lhe acontece nada, se eu chegar aqui, e como já aconteceu muitas vezes sou insultado e as pessoas revoltam-se contra mim. Cada vez mais do ponto de vista emocional as pessoas estão cada vez mais descompensadas e isto traduz-se e mais violência, mas depois no concreto a resposta pública, do Estado é uma resposta fraudulenta. Até há pessoas que me dizem: “porque é que o doutor me meteu nisto? O senhor criou-me uma expectativa que havia uma retaguarda, e não aconteceu nada disso.” E vou-lhe dar mais um exemplo, é exatamente igual à discussão sobre a direção geral de reinserção social, em que saís da cadeia e depois existe um organismo do estado que se chama “de reinserção”, aquele processo de ressocialização quando as pessoas saem da cadeia que também não existe. A violência doméstica segue na mesma lógica, ela existe, sim, é verdade,

E depois há aqui outro pormenor que é: do ponto de vista simbólico a comunicação social pegou nisto e pegou muito bem, dando notícias do género “hoje morreu uma mulher” ou “aquela foi esfaqueada”, tudo isto para a coesão social, ou seja, porque realmente tem de se fazer alguma coisa, no entanto, isto é fingir que se faz alguma coisa, porque no concreto eu não conheço nenhuma mulher espancada, minha utente, que me diga: “ok, quero ser ajudada, qual é o primeiro procedimento?” e esse procedimento é ligar à polícia, e logo aí é a humilhação total e primeira humilhação, interrogatório atrás de interrogatório. E depois daquele interrogatório, a vítima vai para onde? Normalmente a polícia até pode responder “daqui vai para uma casa longe”. E a vítima faz vários questionamentos, como por exemplo... quem vai encontrar na casa e que ambiente tem a casa, e depois chega à conclusão que estava num inferno e que fica numa situação pior, acabando depois por fugir da casa. E normalmente os técnicos dizem “ah, mas nós demos uma resposta institucional adequada, o que é que ela queria?” e depois ainda existe esta sensibilidade das técnicas, porque como nunca foram espancadas, não têm capacidade de



se colocar no lugar do outro, e depois ainda são capazes de dizer que as vítimas nunca se adaptam.

Quando alguma mulher chega aqui e diz que é vítima de violência doméstica eu tento encontrar uma resposta, nunca lhe digo: “Mas o Estado tem uma linha...” esquece isso, o Estado não existe, o Estado existe para tornar pior a situação destas mulheres. Já tive alguns casos em que as vítimas fizeram queixa, o companheiro ou marido foi preso, no entanto a mãe deles faz a vida daquelas vítimas num inferno. Com isto não quero dizer que elas não devam fazer queixa, claro que devem, até porque a violência doméstica é um crime e tem de haver consequências. Tudo bem, o Estado por vezes consegue dar habitação, segurança, mas também falha.. e falha porque não existem meios nem recursos. Normalmente o dinheiro que tens é para pagar a dívida e os juros da dívida e toda a despesa social é uma “má” despesa.

E nós temos muitos seminários, muito congressos na área da violência doméstica, o assunto é espremido, no entanto isso não passam de estudos. Eu sinto-me indignado porque estou aqui, no trabalho de terreno e sei, de facto, como as coisas funcionam na prática, e não nos podemos iludir com os projetos.

A situação é a seguinte: tenho aqui uma questão de violência doméstica para resolver num determinado bairro social, e a primeira pergunta que os técnicos fazem é: “mas quanto é que isso custa ao Estado?” Se custar acima de X, então já não pode ser feito. É mesma coisa que nas cadeias, se tu fores à cadeia vais perguntar-te como é que é possível que seres humanos vivam naquelas condições. E não há dinheiro porque o Estado Social deixou de ter dinheiro. Tem de haver dinheiro é para pagar aos bancos, para pagar submarinos, para escritórios de advogados, entre muitas outras coisas como bem sabe. Só não há dinheiro para proteger as pessoas.

Nesta questão da violência doméstica já articulei muitas vezes, mas deixei de articular porque não vale a pena, porque eu não estou aqui para prejudicar ainda mais as vítimas que vêm aqui. No dia em que as IPSS começarem a ganhar dinheiro com isto, quase como quererem “tomar conta” daquela vítima porque recebem dinheiro por isso.

O fenómeno da violência doméstica é muito complexo, tem muitas variáveis, e depois percebe-se que não é só a violência, existem mais problemas associados, como por exemplo, o insucesso escolar dos filhos, péssimas condições familiares, falta de recursos económicos. E depois a questão é.. para além de proteger, vamos ter que trabalhar estas variáveis na família. Precisamos urgentemente de processos de ressocialização novos para agressores, mas com que recursos e com que meios? nenhuns. E em termos

intelectuais, o projeto nesta área é dos mais desonestos que conheço, é um marketing técnico horrível. E as vítimas vêm aqui e perguntam-me em concreto o que é que eu posso fazer por elas ou que o que é o Estado pode fazer, e eu digo, por exemplo, que vou falar com o marido dela, até houve um caso em que o tio do agressor era executivo aqui da junta, e o mesmo até chegou a falar com ele. No entanto, temos de trabalhar as outras dimensões, vamos perceber o que aconteceu. Mas ele até tinha uma pena para cumprir, ok, vai fazer aqui um trabalho a favor da comunidade, vamos integrá-lo aqui a trabalhar e depois negociamos com ele várias coisas. E as vítimas até me dizem que isso era ótimo, só que ninguém tem prazer em ficar longe da família, ou dos filhos. O que as vítimas normalmente querem é que o agressor mude, e o castigo põe as pessoas piores, um castigo já não é solução para nada.

E eu podia trazer-te aqui algumas vítimas, casos concretos, que iriam referir que a casa de abrigo é uma fraude, uma coisa horrível, um inferno. E que lutam durante imenso tempo para terem uma casa do IHRU. E se fores à Câmara e perguntares se uma vítima de violência doméstica tem prioridade no alojamento, uma casa no Porto, se pedires em 2007, tens em 2013, se tudo correr bem tens de esperar 5 anos por uma casa, mas a lei diz que as vítimas têm prioridade, sim mas de 5 passa para 4 anos e durante estes 4 anos onde é que a pessoa vive?

O que nos devia permitir alguma reflexão teórica é que, por exemplo, eu não tenho um único utente que não possua problemas na ordem do emocional, e também do económico, as pessoas estão verdadeiramente pobres. Porque ser pobre uma semana, não é o mesmo que ser pobre um ano, e esta situação destabiliza totalmente as pessoas, e depois estando doentes, isso vai gerar outros comportamentos, e um desses comportamentos é a violência. Tive aqui um caso de um homem que começou a beber, e já tinha sérios problemas de alcoolismo e todos os dias atirava a sua companheira pelas escadas abaixo, como podemos pegar nisto? Normalmente surge a questão dos técnicos de RSI, que dizem que eles não aparecem, no entanto eu sugiro que a pessoa se dirija à casa, e eles ainda são capazes de me dizer que não vão. Ou seja, nem o agressor aparece, nem o técnico vai à casa dele, e a situação fica assim.

E repare, isto não acontece só na violência doméstica, acontece em tudo o que diz respeito ao tecido social. E só há uma forma disto mudar que é: o tecido social começar a “rebentar”, as pessoas começarem a pôr em causa tudo e mais alguma coisa. O capital social deixar de acumular, quando as instituições começarem a deixar de funcionar, quando as empresas começarem a perceber que o lucro pode ser afetado, talvez as coisas

mudem. E até lhe posso dar um exemplo de um negócio que poderia funcionar dessa forma.. imaginemos no ramo do turismo, na Ribeira, se as pessoas comessem a ficar sem os relógios, jóias, ou o que fosse, aquele local começaria a ser um local perigoso. Nesse caso, e como já estava a haver prejuízo, iriam reabilitar o local, pôr segurança, entre outras coisas. Não sei se percebe, mas com essa situação as coisas já mudavam drasticamente.

Enquanto estas vítimas não puserem realmente em causa o que lhes acontece, tendo algum tipo de comportamento que não é, de todo, esperado, como por exemplo, entrar num tribunal e matar um juiz, as atenções não recaem sobre ela. Até lá, as pessoas não percebem que tem realmente de ser feita alguma coisa.

Aquilo que o governo é fazer cartazes, campanhas de sensibilização, afixá-las em pontos estratégicos para chamar a atenção para o fenómeno, e isso não deixa de ser prevenção é certo, mas isso não atua sobre a vida concreta de quem já passa por isso. E eu até te poderia propor conversares com vítimas de violência doméstica e veres realmente qual é a opinião delas e como se sentem perante esta realidade, porque isso é o mais importante. E são elas que normalmente me dizem “não me meta nessa rede, a não ser que queira o meu mal”, isto porque, ligamos para a polícia, mas e depois o que acontece às vítimas? Vão para longe dos filhos? Quem trata daquelas crianças? Até porque, nem todas as casas de abrigo ou instituições recebem as mulheres com os seus filhos.

O que nós podemos e devemos fazer é tentar entender ao máximo o fenómeno, percebermos que ele existe por isto, por isto ou por aquilo, determinar as razões, as causas, as variáveis e é assim que nós podemos resolver. Mas para isso são precisos meios e recursos que não há em Portugal, e ao contrário do que muita gente pensa, o empreendedorismo não é solução para isto, porque hoje em dia, toda a gente fala no empreendedorismo, mas no que diz respeito ao tecido social o mesmo não resolve nada. Estamos cansados de projetos, de empreendedorismo. De gente que vai para a comunicação social falar de pobres ou de qualquer outra questão social sem algum dia ter contactado com essa mesma questão, no terreno.

O facto de não termos tido cortes no RSI é algo bom, mas 178 euros para ter uma vida digna? Nem pensar, isso não chega.

E não nos podemos esquecer que a violência doméstica é um fenómeno completamente transversal, ela também existe nas classes médias a altas, no entanto esses casos não nos chegam aqui. Essas senhoras não vêm aqui, e as respostas ou as formas de encontrar uma solução são diferentes: imagine, vem aqui uma senhora e provavelmente até vai para uma

casa de abrigo. As senhoras de outras classes provavelmente já não vão, podem ter mais apoios. E, as minhas utentes, não tem capital económico, escolar, simbólico ou cultural, são mulheres que mesmo que tenham recursos são muito baixinhos, e são estas que vêm aqui. São estas que vêm e dizem que foram agredidas, e depois não nos podemos esquecer da questão mais cultural e que até se pode verificar no bairro onde ela vive, que é por exemplo, o avô já batia na avó, o pai já batia na mãe, e portanto, elas até acham isso normal, e referem que preferem ser agredidas e ter um homem em casa do que ser alguém solitário, ou que não tem um pai para os filhos, naquele pensamento de: “hoje sou agredida, mas amanhã ele protege-me, e os meus filhos têm uma referência de um pai.” E isto é muito delegado. Até mesmo na violência no namoro, cada vez mais permitem e toleram determinados tipos de comportamento e isso é realmente preocupante. Porque elas querem é que eles tentem mudar, mas não o querem deixar, talvez pela parte do sentimento. Por isso considero que os programas que existem de conscientização dos jovens são de muita importância, mas ainda assim os programas que existem são poucos, porque isto tem custos.

Estou-me a lembrar agora de um caso, daquelas instituições contra a interrupção voluntária da gravidez, e que diziam que eram pela vida, e etc, mas eu também sou pela vida, uma vida com dignidade, com direitos. O que eu não quero é que os filhos das minhas utentes nasçam e sejam deitados ao rio, ou para o caixote do lixo. Porque depois o que acontecia é que aquelas utentes iam contactar essas mesmas instituições a pedir ajuda, porque precisavam ou de fraldas, ou de comida, e de repente, elas tinham desaparecido. Já ninguém conhecia ninguém, nem se ouvia falar. No entanto, na altura do referendo eram 20 ou 30 instituições que supostamente iam apoiar. Na violência doméstica é exatamente a mesma coisa, o governo anuncia um conjunto de coisas de medidas, de preocupações, de prioridades e depois no concreto há duas coisas que fazem que é: polícia e encaminhamento casa de abrigo, e hoje em dia existem casas de abrigo com uma lista de espera muito longa. Mas imagina que até tinham vaga, se fossem espaços de ressocialização dignos, o problema é que elas fogem todas porque aquilo é um inferno. E depois de saírem da casa não há qualquer tipo de acompanhamento, não há projeto de vida. O que acaba por acontecer é aquilo que eu já disse, elas arrependem-se de terem feito queixa porque a vida delas piorou, e já tive vítimas que referiram “estou quase a ir a casa dele pedir-lhe desculpas e pedir-lhe que volte ou que me aceite”, mas depois os filhos dizem-lhe para não o fazer. Normalmente o que acontece é que tentam falar com a família, com os amigos, pedir ajuda.

E eu tenho legitimidade para dizer “mal” disto porque tento encontrar alternativas a esta via mais pública, cada caso é um caso. E tivemos um caso de um senhor que lhe arranjamos um emprego no estrangeiro, ele foi, deixou o álcool, e hoje em dia diz que está no “céu”.

As vítimas já são vítimas pela falta de oportunidades, pelas condições em que vivem, pela discriminação que sofrem só por viverem num bairro. E depois o que acontece é que expõem aquelas mulheres, mas no concreto acabam por não fazer nada, e isso é degradante. E seria ótimo se alguma das vítimas que aqui vem me dissesse que algum dia um técnico ou técnica mudou a vida dela por completo, eu queria muito ouvir isso. Há projetos bons nesta área, sim, mas são poucos. Mas o caminho a ser percorrido não é o do Estado, porque aí é zero, para mim é uma ilusão.

Bem, não a queria “assustar”, mas é esta a minha opinião sincera

[E1]: Não, não. Interessa-me ouvir todas as opiniões, independentemente de quais sejam. Gostava só de lhe perguntar se acha, nesta junta, seria importante profissionais com formação na área da violência doméstica?

[E11]: Sim, sim concordo imenso. Acho que deveria haver profissionais com formação no âmbito da violência. Aliás, o nosso gabinete de ação social deveria dispor de uma equipa multidisciplinar. No tecido social a realidade altera-se e transforma-se rapidamente e todos os dias e há desafios de intervenção. E esses desafios exigem que nós mesmos tenhamos outras áreas disciplinares e uma delas é a violência doméstica ou a questão dos imigrantes, até mesmo o dos novos pobres. O próprio presidente da junta diz que vamos abrir concurso, mas depois não existe financiamento para esses profissionais e acaba por não abrir o concurso. O técnico podia estar aqui, era especialista e ia trabalhando connosco noutras áreas também.

[E1]: Então nesse gabinete estão profissionais de que áreas? Só assistentes sociais?

[E11]: Sim, neste gabinete só temos profissionais de serviço social o que é uma pena. Eu tenho o mestrado em sociologia e até acho que o mesmo me dá várias ferramentas para trabalhar aqui, e abriu algumas janelas. Tínhamos 3, temos 2 assistentes sociais agora.

[E1]: E nesta junta então não há nenhum projeto, por exemplo, para a prevenção da violência doméstica?

[E11]: Não, não. O que acontece foi aquilo que já lhe disse, vem aqui alguém que é vítima de violência doméstica e nós trabalhamos isso nos moldes daquilo que eu já referi.

[E1]: E não encaminham para instituições especializadas?

[E11]: Não, não. Isso seria desgraçar ainda mais a vida das pessoas.

[E1]: Mas eu não estou a falar de casas de abrigo, falo, por exemplo, da APAV.

[E11]: Ah sim, as outras instituições ajudam-nos bastante, sobretudo do ponto de vista do psicológico, o mesmo não chega mas é importante, claro. E, por isso, é importante também este trabalho em rede.

[E1]: e esta junta teria interesse num projeto relacionado com a área da violência doméstica?

[E11]: A Questão da pertinência social tem muito a ver com a evidência empírica, que é, por exemplo, se nós tivéssemos todos os dias 50 mulheres que eram agredidas, tínhamos efetivamente de fazer alguma coisa, felizmente, às vezes, passam-se semanas sem receber nenhuma vítima. Se me falar, por exemplo, na questão da comunidade cigana, e na questão da violência doméstica, considero que é mais prioritário, dado o contexto em que estamos e onde esta junta está sediada, que se formem mediadores, que se invista nisso para a integração da comunidade cigana. Agora, claro, não podemos descurar que a violência está a ter uma enorme dimensão. Mas o desemprego, a toxicodependência, a questão do alojamento, são digamos que ainda mais prioritários na nossa freguesia.

Acho que nesta área, nós, técnicos, temos de ter muita capacidade de lidar com a decepção, digamos assim, de sermos resistentes e não desistirmos perante os obstáculos. Eu sei o que está em causa, percebo as políticas, percebo que há falta de oportunidades, percebo que a socialização possa levar a determinado tipo de comportamentos, e nunca digo que “não” ou que é impossível. Vamos sempre tentar resolver, e isso é fundamental num técnico, ir mais além, ter esperança e expetativa.

## **Apêndice V – Transcrição das Entrevistas (IE)**

[E1] – Entrevistadora

[E2] – Entrevistada (Feminino, Jurista)

[E1]: Bom dia.

[E2]: Bom dia e bem-vinda ao nosso espaço.

[E1]: Obrigada. Em primeiro lugar, parece-me pertinente esclarecer o âmbito desta entrevista, e, assim sendo, eu sou uma estudante da FPCEUP, e estou a frequentar o mestrado em ciências da educação. Neste momento o meu estágio está a ser realizado na câmara municipal do porto, na divisão de ação social, e foi-me sugerido que elaborasse um roteiro, para a cidade do porto, sobre tudo o que está relacionado com a violência doméstica. Isto é, todas as instituições que fazem atendimento e encaminhamento às vítimas, os seus projetos neste âmbito, o enquadramento teórico e legal sobre o tema. Depois, outro dos focos igualmente importantes desta entrevista é a prevenção, em que pretendo compreender qual a política de prevenção desta instituição, e, também, como se processa o atendimento e encaminhamento das vítimas. Assim sendo, daremos então início à entrevista.

Gostaria de lhe perguntar se tem conhecimentos dos índices de violência na cidade do Porto, ou mais propriamente nesta freguesia (campanhã)?

[E2]: As vítimas chegam-nos aqui, a maior parte, através do GAIV do Porto, portanto são encaminhadas. No entanto, entre as diversas instituições também são feitas sinergias, caso haja necessidade de encaminhar para outros lugares (Ex. se a vítima recorrer a uma instituição que seja perto do agressor, será encaminhada para outra instituição). Chegam-nos aqui muitas vítimas, o que significa que existem muitos casos, com tipologias diversificadas, mas também verificamos que há um aumento da denúncia.

Queremos também frisar que, por muito que a vítima, e a própria instituição façam esforços para o acompanhamento da mesma, e para que seja feita a denúncia, o que acaba por acontecer em tribunal é que a vítima fica em silêncio, não evocando a condenação. Portanto, sendo a única testemunha do crime, e se fica em silêncio, não haverá acusação possível para o agressor.

[E1]: Que valências e espaços possui este núcleo de atendimento? E quais aqueles que consideraria necessários, e que não existem?

[E2]: Este gabinete possui 3 valências: apoio psicológico, apoio social e apoio jurídico. Posso referir que estas 3 valências se complementam e articulam e que a maior parte das instituições possui estas 3 valências. A nível psicológico pretende-se trabalhar para o empoderamento e autonomia das vítimas; o jurídico está mais relacionado com o processo crime e a queixa em si.

[E1]: Relativamente à equipa técnica, que membros fazem parte da mesma e qual a sua formação de base?

[E2]: Temos 2 psicólogos: uma psicóloga estagiária e uma advogada. Como não temos financiamento, de momento, quem assegura a área social são os psicólogos. E esta é a realidade que muitas instituições apresentam hoje em dia: falta de financiamento.

[E1]: De que forma é realizado o atendimento e apoio a uma vítima de violência doméstica? Que preocupações existem?

[E2]: Inicialmente fazemos uma recolha de várias informações acerca da vítima, como por exemplo, informações demográficas. Estamos em articulação com o GAIV, e não fazemos avaliação de risco caso a mesma já tenha sido realizada por outra instituição. No entanto, fazemos um plano de segurança individual, e tal como já tinha dito, na questão das valências, o nosso apoio é psicológico, social e jurídico. É interessante porque na parte jurídica, normalmente, as vítimas não se interessam tanto em saber como se vai desenvolver o processo-crime, mas sim interessam-se mais por questões do direito da família, e dos menores, por exemplo. No apoio psicológico, tal como já tinha dito, tentamos empoderar as vítimas, trabalhamos questões de auto-estima; o que é considerado crime e o que não é, fazemos uma intervenção em crise. No apoio social trabalham-se mais as questões, por exemplo, de agilizar as questões do rendimento ou da habitação.

[E1]: Quais os contornos familiares do problema? (conjugal, crianças, idosos..)

[E2]: Em primeira instância importa dizer que a violência doméstica é uma realidade da família, que acontece e tal como o próprio nome indica em espaço doméstico, afectando todos os membros da casa, e outras pessoas próximas. Importa também dizer que não há uma estratificação social em que ocorre a violência doméstica, a mesma acontece em qualquer nível. Aqui, como não contactamos diretamente, por exemplo com os filhos ou



outros membros da família não temos uma noção dos contornos familiares, mas, pela percepção das vítimas, nomeadamente das mães, verificamos que tem bastante impacto, na medida em que o comportamento da mãe se vai alterando, e consequentemente, o dos filhos também, por isso é importante estar atento aos mais pequenos pormenores que as crianças possam demonstrar. Pois, no fundo, trata-se de uma família desestruturada.

[E1]: É a situação mais circunscrita a determinados grupos sociais?

[E2]: Como disse, é uma realidade ampla e não circunscrita a determinados grupos. O que se verifica são tipologias de violência diferentes nos diversos grupos. De salientar que aqui, nesta instituição, as vítimas que recebemos são maioritariamente de um estrato social mais baixo.

[E1]: Quais são as maiores dificuldades/limitações com que gabinete de atendimento se defronta?

[E2]: Atualmente, a nossa maior dificuldade é exatamente o financiamento. Pois sem o mesmo não podemos fazer muitas das coisas que fazíamos antes, nem ter o pessoal que também gostaríamos, nomeadamente, por exemplo, no apoio social, terem que ser psicólogos a assegurar essa valência. Com o financiamento também realizávamos workshops, seminários e formações.

[E1]: Relativamente à prevenção primária, encontra-se em funcionamento algum tipo de ações/atividades ou programas neste centro de atendimento/instituição/organização?

[E2]: Não.

[E1]: Como caracterizaria a política desta instituição em relação à prevenção (geral – primária, secundária e terciária) da violência doméstica?

[E2]: Neste momento não há muita prevenção porque não há financiamento. E este panorama faz parte de grande parte das instituições, sobretudo aquelas que não têm fundos públicos, que é o caso da nossa. De salientar que a prevenção não é algo prioritário, então, as instituições optam por realizar aquilo que é realmente emergente e que acontece no agora, o processo crime e o atendimento à vítima.

[E1]: Na sua ótica, qual(uais) seria(m) a(s) melhor(es) “estratégia(s)” de prevenção junto da população? Porquê?

[E2]: Hoje em dia vivemos numa sociedade da informação, onde tudo está espelhado em todo o lado, e a violência doméstica não é excepção. De ressaltar que passar a informação não é prevenção. Na nossa perspectiva, educar, por outro lado, é prevenir. E, portanto, a formação é a melhor estratégia. Todos os grupos e profissionais devem ser formados, é importante desconstruir que a violência não é só dos homens, ou que diz respeito aos mesmos. Ainda que, e parecendo contraditório, desde 2008 que só recebemos aqui vítimas mulheres.

Pudemos também verificar que existe uma correlação entre o momento da prevenção e o aumento das denúncias, por isso, a prevenção alerta as vítimas e quem não é vítima, e fez com que aumentasse a taxa das denúncias, o que é efetivamente bom, pois as vítimas têm menos receio de fazer queixa. E falando na formação dos agentes da autoridade, esta é mesmo importante, porque o painel muda de imediato: imagine, por exemplo, um agente já de uma certa idade, com alguns pré-conceitos já enraizados, ir atender uma vítima e dizer “veja lá minha senhora, não fez nada para que ele fizesse isso? Tenha mais paciência, porque isso vai-lhe passar”, ora, sendo a polícia uma entidade de primeira instância, deve saber receber uma vítima da melhor maneira, o que pode não acontecer se não tiver formação adequada.

[E1]: Considera que esta prevenção e até mesmo o facto de existirem políticas/medidas contra a violência doméstica levou a alguma alteração sobre as representações sociais em torno do seio familiar? Em que medida?

[E2]: Penso que a maior alteração foi no comportamento da vítima, hoje em dia, as vítimas são mais informadas, e sabem o que fazer e onde se dirigir. No entanto, acho que o trabalho da prevenção ficou a meio, visto que, em primeiro lugar, muitas instituições não possuem financiamento, e porque, o trabalho de informação não é prevenção, tal como já tinha dito. Tem de se educar/formar para tal. Assim, o trabalho da prevenção, na minha ótica não deu frutos porque ficou a meio.

[E1]: Que outras entidades/centros de atendimento à vítima conhece?

[E2]: APAV, UMAR é quem articula mais. O GAIV é a entidade, eu diria, de primeira instância, ou seja, à qual as vítimas recorrem no imediato, e, portanto, é uma entidade super importante. Para além disso existem também casas de abrigo e casas de emergência.

[E1]: Em relação aos profissionais de outras áreas e campos, qual a importância da sua formação no âmbito da violência doméstica? (ex. professores/educadores, assistentes sociais, psicólogos, etc.)

[E2]: Penso que a formação desses profissionais é fundamental, tal como já tinha dito anteriormente. Nós já fizemos formação a agentes da autoridade, professores e profissionais de saúde. Pensamos que esses 3 profissionais são de extrema importância terem formação na área da violência doméstica. Porque, numa situação de violência, no serviço ao qual a vítima se dirige é fundamental que a saibam receber. Por exemplo, num hospital, se a vítima lá for, e tiver algumas marcas no corpo, no entanto, o companheiro não sair da beira dela, é um sinal para o qual os profissionais de saúde devem ficar alerta e não ignorar. O mesmo com os professores, estarem atentos aos comportamentos das crianças, e não ignorarem certos sinais. Isso pode ser o início de descobrirem algo importante, e que poderá ajudar.

[E1]: Dou então por terminada esta entrevista. Obrigada pelo seu contributo, foi bastante útil.

[E2]: De nada. E qualquer coisa que precise, disponha. Poderá sempre voltar aqui caso lhe surjam algumas dúvidas.

[E1]: Obrigada.

[E1]: Entrevistadora

[E3]: Entrevistado (Masculino, Psicólogo)

[E1]: Em primeiro lugar, parece-me pertinente esclarecer o âmbito desta entrevista, e, assim sendo, eu sou uma estudante da FPCEUP, e estou a frequentar o mestrado em ciências da educação. Neste momento o meu estágio está a ser realizado na câmara municipal do porto, na divisão de ação social, e foi-me sugerido que elaborasse um roteiro, para a cidade do porto, sobre tudo o que está relacionado com a violência doméstica. Isto é, todas as instituições que fazem atendimento e encaminhamento às vítimas, os seus projetos neste âmbito, o enquadramento teórico e legal sobre o tema. Depois, outro dos focos igualmente importantes desta entrevista é a prevenção, em que pretendo compreender qual a política de prevenção desta instituição, e, também, como se processa o atendimento e encaminhamento das vítimas. Assim sendo, daremos então início à entrevista.

A primeira pergunta que tenho para lhe fazer é que valências e espaços possui este gabinete de atendimento? E quais aqueles que consideraria necessários, e que não existem?

[E3]: Este gabinete neste momento, e vamos voltar atrás, de início nós fizemos uma candidatura para um projeto de intervenção em casos de violência de género. O projeto baseava-se em sensibilização, prevenção e intervenção. Na parte da sensibilização nós tínhamos, sobretudo ações de formação para técnicos, para a comunidade educativa e para agentes de segurança. Depois temos a parte da prevenção, que é realizada com crianças e jovens, com ateliers de 10 sessões, e depois temos a intervenção. Nós tínhamos inicialmente previsto fazer intervenção com vítimas primárias de violência de género, e também com vítimas secundárias, no entanto, esta não foi aprovada. No entanto nós fizemos prevenção com os filhos e filhas. Tínhamos, também, grupos de ajuda mútua que fazíamos com vítimas, quer institucionalizadas em casa abrigo, quer com vítimas que já tivessem um processo de autonomia. Este projeto durou até 2015, entretanto nós continuámos mais uns tempos só com acompanhamento a vítimas, acompanhamento psicológico. E entretanto ficámos sem fundos, houve uma pequena reestruturação e dessa forma, durante 1 ano tivemos só acompanhamento psicológico. Agora, no final do ano que passou, 2016, tivemos um novo projeto aprovado que é o Salto I, que é o atual,

sobretudo para trabalhar com a população sobre a promoção da igualdade de género e a sua prevenção.

Também tínhamos previsto realizar intervenção, foi-nos recusado, no entanto, mantivemos a intervenção. Ou seja, neste momento, o que fazemos é sobretudo apoio psicológico e social, nomeadamente encaminhando para os recursos sociais que existem. Temos também o apoio jurídico, através de uma jurista, que neste momento trabalha em regime de voluntariado. O apoio psicológico sou eu que faço e fazemos isto com vítimas, neste momento só com vítimas primárias, e fazemos também com agressores, ou seja, nós temos um gabinete de intervenção com vítimas e também com agressores.

Agora, o que nos falta? O que nos falta sobretudo é ter financiamento específico para isto, ou seja, estamos sempre dependente de projetos, estamos sempre dependentes que aprovem exatamente aquilo que nós estamos a propor e há sempre aquela dúvida... até porque, as pessoas não esperam. Os problemas não param só porque não existe financiamento e efectivamente nós temos vindo a fazer este trabalho em muitos períodos com os custos a serem suportados por nós. Mas, efetivamente, aqui há anos havia, e ainda há, supostamente, protocolos com a segurança social para gabinetes de atendimento à vítima, no entanto, isso já não é conseguido há imensos anos até porque, hoje em dia, está tudo canalizado para os fundos europeus. E, se calhar, seria importante fazer um apoio mais concertado e mais continuado de respostas sociais para a violência de género e estas respostas sociais não deviam ser exclusivamente para as vítimas, devia haver um investimento nas respostas sociais para com os agressores para impedir a reincidência. Nós tentamos fazer um bocadinho isso, mas é um pouco complicado e, sobretudo pela falta de organização e trabalho em rede com todas as instituições nomeadamente da área jurídica, o ministério público, os tribunais.

Há necessidade de haver um maior reconhecimento, da parte dos tribunais, pelo trabalho que está a ser feito do lado de cá, nas instâncias de primeira linha de intervenção e tentar compreender um pouco melhor a perspetiva das vítimas e da violência doméstica no geral, porque ainda há muito desconhecimento e preconceito por parte de quem tem o poder tão grande nos casos da violência doméstica. Outro ponto que era importante investir, e isso mesmo nestes projetos, que muitas das vezes é negligenciado é o trabalho com as vítimas secundárias. Nós procurámos fazer este trabalho durante alguns anos que, na maior parte das vezes ninguém faz ou é ignorado e que tem um papel fundamental não só no momento, no que as crianças estão a passar naquele momento, e o que essas situações traumáticas poderão provocar no futuro, mas também porque temos a hipótese

de quebrar ciclos de violência. Portanto, se nós não trabalharmos agora com aquela criança, ela tanto pode ter uma vida relativamente normal e ultrapassar esses problemas, como por outro lado, pode sentir uma necessidade de reforçar aquilo que viveu, aquilo a que assistiu e continuando com os mesmos problemas. Acho que esses são os principais problemas, eu sei que são muitos, mas é a realidade.

[E1]: Gostava também de lhe perguntar se tem conhecimento acerca dos índices de violência neste momento na cidade do porto.

[E3]: Neste momento, assim de cabeça não lhe sei dizer.. os últimos que eu vi, porque depois há sempre diferentes tipos de índices de violência. Há aqueles que são apresentados pela APAV, os que são apresentados pela UMAR, e depois os que são apresentados pela polícia, sobretudo pelo GAIV (Gabinete de atendimento e informação à vítima). Os últimos que eu vi, já não me lembro quais é que eram.. Mas eram preocupantes, efetivamente, mas não lhe sei dizer números.

[E1]: O número de vítimas que vem aqui é maioritariamente vítimas que residem nesta freguesia?

[E3]: Sim. Maioritariamente são vítimas que residem em campanhã, algumas do bonfim, que nós também trabalhamos bastante com essa freguesia, e depois também já tivemos de outros locais, como por exemplo, Gondomar, matosinhos,... mas sem dúvida que a maior parte das vítimas é de campanhã.

[E1]: Relativamente à equipa técnica quais são os membros que fazem parte dela e qual a sua formação de base?

[E3]: Neste momento a equipa técnica contratada sou eu, psicólogo e depois temos uma voluntária que é jurista, cuja formação de base é direito. Nós procuramos sempre ter pessoas que, além de terem uma formação de base diversa.. se pudermos ter uma educadora social, uma assistente social, um psicólogo e um jurista é o ideal, mas é muito complicado devido aos custos. E que depois também tenham algum tipo de experiência e formação nesta área, portanto trabalho com vítimas e com conhecimento sobre a violência de género. Portanto, não só que tenham uma formação de base, mas também uma formação complementar, mas neste momento o que nós temos é um psicólogo e uma jurista.

[E1]: De que forma é realizado o atendimento e acompanhamento a uma vítima de violência doméstica? Que preocupações existem?

[E3]: Primeiro temos a fase de encaminhamento, isto vai definir também a forma como vai ser feita a intervenção, isto porquê, se for feita pela polícia - e nós temos alguns processos que são enviados pela polícia - em princípio, aquela pessoa, na grande maioria dos casos, nunca teve intervenção antes. Portanto, vamos ter que começar de início, vamos ter que avaliar toda a situação, fazer uma avaliação de segurança, ou seja, em que situação é que aquela pessoa está, qual é a relação com o agressor, que tipo de violência é que existe, há quanto tempo, quais são os principais riscos. A avaliação do risco é essencial. Para além do tipo de violência se o agressor tem acesso a armas, qual é a periodicidade da violência, se são todos os dias, se é semanal, se é específico em algum dia e depois de ser esta avaliação de risco e avaliação de segurança, estabelecemos o plano de segurança.

Basicamente construir estratégias. Não é possível manter a vítima sempre em segurança, nós não estamos lá em casa com ela, não conseguimos controlar as situações. Basicamente, educar para algumas situações de segurança, zonas de fácil acesso dentro da casa e evitar algumas situações e, sobretudo, trabalhar também a rede de apoio da vítima: quais são as pessoas mais próximas às quais ela pode recorrer, números de emergência sempre de acesso fácil, ter também um conjunto de coisas, de documentos, de roupas para, a qualquer momento, sair numa situação de emergência. Depois de estar esta primeira fase assegurada, ou seja, a segurança mínima assegurada, aí sim, podemos trabalhar com uma intervenção psicológica, psicoterapêutica às vezes, mais estruturada, porque muitas das vezes nem conseguimos passar esta primeira fase, da avaliação de risco, sendo que a situação é bastante urgente, e não há respostas dentro da comunidade para conseguir apoiar esta mulher, manter-se em segurança. Podemos colocar a hipótese de ela ir para uma casa de abrigo, e colocamos esta hipótese à vítima, nunca forçamos, colocamos apenas a hipótese e ela vai se quiser, se não quiser, vamos ter que trabalhar com o que temos. Partindo disto, se ela se mantiver em casa, vamos procurar trabalhar as questões psicológicas e tentar desconstruir preconceitos, trabalhar o empoderamento é essencial, voltar a dar o poder à mulher e eu digo mulher porque na maioria dos casos, as vítimas são mulheres, dar novas perspetivas, novos caminhos, quase como se fosse um bom ensinamento de como viver. A maior parte das pessoas são formatadas para um certo tipo de comportamentos, e portanto, temos de desconstruir tudo isso e mostrar outros

caminhos e, depois ao longo deste percurso, podem existir sempre controlo das coisas que vão acontecendo, dos riscos.

Nós para fazermos um trabalho estruturado, temos de - e isto acontece algumas vezes - a vítima chega a nossa beira e diz “aconteceu-me isto, fui agredida, os meus filhos viram”, portanto vamos ter que trabalhar isso e parar aquele processo mais estruturado. É muito complicado criar uma intervenção estruturada e continuada, sem interrupções, isto para o caso de, e voltando ao início, que vem encaminhado quase sempre.

Há outros casos em que ou são encaminhados por pessoas da comunidade, por exemplo técnicos de RSI, uma escola e aí nós temos de perceber o que já foi feito antes e sobretudo para impedir intervenções repetidas, impedir uma revitimação, por exemplo, se uma pessoa já esteve com um técnico antes e que já lhe contou a história toda, teve que reviver aquilo, nós não vamos fazer a mesma coisa outra vez. A avaliação do risco é na mesma feita, obviamente, mas nós vamos ter que ir atrás e procurar tudo o que aconteceu naquela relação. Nós vamos falar com o técnico, o técnico vai-nos explicar tudo e vamos partir daí. Isto pode parecer semelhante, mas muitas vezes é bastante diferente até porque já tivemos alguns processos, por exemplo, de vítimas que já foram acompanhadas em outras estruturas de apoio à vítima e nós procuramos saber se isto já aconteceu, porque se já aconteceu, a primeira coisa a fazer é contactar a estrutura anterior e compreender o que já foi feito. Compreender o que foi feito, se foi feito, que resultados teve, se não teve esses resultados, saber o que se passou, e vamos tentar contornar isso e melhorar o que foi feito. Isto é quase sempre feito, e já aconteceu casos, por exemplo, termos utentes da instituição X, que por algum motivo deixaram de ter acompanhamento.. já tinham estado em casas de abrigo e voltaram a estar numa relação violenta. É muito difícil criar uma estrutura clara de intervenção, nós não temos controlo sobre todos os meios. Mas sobretudo procuramos ter um laço de contacto com todos os apoios que existem na comunidade.

Aqui não falei, mas obviamente que ao longo deste apoio psicológico também é feito um acompanhamento social, nomeadamente para um entendimento de questões, seja de fazer queixa em tribunal, seja, sei lá, as necessidades que são demonstradas, arranjar casa por exemplo, nós temos também que apoiar nesse aspeto.

[E1]: e quem é que assegura esse apoio?

[E3]: quando nós tínhamos apoio social, se tivéssemos uma educadora ou assistente social era ela que assegurava. Neste momento sou eu.

Muitas vezes as pessoas estão tão desprovidas de capacidades e de crenças nelas próprias que as coisas mais básicas, como ir, por exemplo, ao ministério público prestar



declarações, que elas já prestaram, por exemplo na polícia, precisam de um apoio específico para isso e nós vamos com elas, e entramos com elas. É preciso ir a tribunal só para acompanhá-la, perceber se está tudo bem, se não está, se ela está preparada para isso, fazemos esse apoio também. Já aconteceu, por exemplo, é preciso arranjar uma casa camarária, não vamos ser nós a fazer isso, isso seria contrário ao processo de empoderamento, mas vamos procurar saber quem é que no terreno faz isso e vamos dar as ferramentas à vítima e ela vai fazer o que achar melhor. Não vamos ser nós a ligar para a domus social, para a mesma resolver o assunto. O que nós fazemos é mostrar que estratégias, ferramentas existem e damos um apoio, nós não fazemos as coisas pelas vítimas.

[E1]: E quais são, no seu ponto de vista, os contornos familiares deste problema, a nível conjugal e dos filhos?

[E3]: Como assim?

[E1]: Os impactos que este fenómeno vai ter, por exemplo, nos filhos ou na relação conjugal.

[E3]: No casal em si, pela minha experiência, a maioria dos processos, das duas uma, ou a pessoa mantém-se na relação e muitas vezes isto tem consequências graves, seja de continuação da violência, seja de morte, mas sabemos que isso acontece, ou a relação termina. Isto é a maior parte dos processos em que este acompanhamento consegue ser feito de forma continuada e é possível ver melhorias. A vítima, ao compreender que aquela relação é tóxica para ela, em que não vai conseguir fazer a sua vida normalmente se continuar nessa relação. Enfim, na maior parte dos processos, a relação termina. Para os filhos é um pouco complicado porque muitas das vezes nós não conseguimos compreender quais são os verdadeiros danos, mas a curto prazo, vamos só perceber a médio prazo. A curto prazo consegue-se perceber que têm piores resultados na escola, muitas vezes apresentam comportamentos violentos, seja com colegas, seja com os próprios pais. Isto é um bocadinho complicado porque não é um comportamento genérico

[E1]: Sim, eu compreendo. Cada caso é um caso.

[E3]: Generalizar é um bocadinho complicado, mas estes comportamentos acontecem em alguns deles, tirarem maus resultados acontece em muitos casos, reproduzir o que vêm em casa também acontece ou, por outro lado, também pode acontecer que eles se fechem,

não digam nada, não falem com ninguém, nem mesmo com a mãe. Não é muito fácil de conseguirmos definir um comportamento-tipo e as consequências-tipo.

Por outro lado, a médio prazo, pode mesmo acontecer um ciclo transgeracional de violência, uma criança que vê o pai bater na mãe, é possível que quando ele próprio tenha as suas relações íntimas vá reproduzir esses mesmos comportamentos. Não é uma relação de causa-efeito, por exemplo, se uma criança vê o pai a bater na mãe não quer dizer que ele vá bater, mas diria que na maioria deles, isso acontece. Se não for feito nenhum trabalho, se não houver uma intervenção precoce, se não houver nenhum apoio direcionado especificamente para eles isso pode acontecer. Penso que são as principais consequências.

[E1]: E este fenómeno é mais circunscrito a determinados grupos sociais?

[E3]: Esse é um dos principais preconceitos e estereótipos que existe. Não é, de forma alguma, circunscrito a alguns grupos sociais. Agora, nós temos que pensar que alguns grupos sociais estão sob um maior escrutínio. Estamos a falar de uma população pobre, como aquela que nós trabalhamos, por exemplo, se aquela pessoa receber RSI, ela vai ter, automaticamente, uma maior atenção sobre ela por parte da técnica de RSI. Depois, se o filho vive uma situação complicada em casa e na escola reproduz alguns dos comportamentos, os professores, as auxiliares, quem seja vai ter um maior escrutínio sobre aquela criança e se aquela criança, mais tarde for institucionalizada, isso chamará ainda mais atenção. Por isso, como é óbvio, as populações mais pobres têm uma maior atenção e, por isso, pode dar a ideia de que isto acontece mais.

No entanto, eu antes de trabalhar aqui fiz o meu estágio na instituição Y, e estivemos a fazer serviço de atendimento à vítima através do telefone e aí, em que o serviço é anónimo, nós conseguimos perceber por telefone que podíamos ter queixas, por exemplo, de campanhã, como de cascais, das zonas mais ricas, podíamos ter queixas da foz, podíamos ter queixas de pessoas que eram empregadas domésticas, podíamos ter queixas de pessoas que eram professoras universitárias. É óbvio que as pessoas que vivem situações mais complicadas, sob exclusão social, primeiro, existem mais hipóteses de vermos estes “rastilhos” no que diz respeito à violência. Não é necessariamente porque são pobres, porque são de uma faixa socioeconómica mais baixa, é simplesmente porque têm uma atenção maior. Porque se acontecer alguma coisa, as pessoas sabem logo. Se morarmos num bairro, se eu faço alguma coisa, ou exerço violência há uma maior

probabilidade de alguém saber e ir fazer queixa. Já se eu viver numa moradia, mais isolado, há menos hipótese de isso acontecer.

Depois há os tipos de violência, possivelmente em populações socioeconomicamente mais excluídas, se calhar os tipos de violência são os mais visíveis, a violência física, a violência psicológica aberta, portanto, com insultos. E, possivelmente, e isto é só uma opinião, em meios socioeconómicos mais favorecidos, verifica-se a violência económica, a violência psicológica é um pouco mais “focada” que a violência física. É mais fácil fazer uma queixa de algo que nós conseguimos ver do que se o agressor estiver a privar a vítima de ter acesso à sua conta bancária, ao seu telemóvel, seja o contacto com outras pessoas. É mais fácil nós identificarmos a violência física, mas não quer dizer que ela não aconteça nos meios socioeconómicos mais favorecidos.

[E1]: a próxima pergunta está relacionada com os projetos de prevenção da instituição. Já falou do Salto I.

[E3]: Sim, antes desse era o desenlaçar, um projeto de tipologia 7.7 do poph.

[E1]: Mas, neste momento, o que se encontra em funcionamento é o Salto I?

[E3]: O desenlaçar terminou em 2015, o salto I teve início oficial em novembro de 2016. O salto i, apesar de nós querermos incluir a intervenção e, de certa forma, incluímos de quase que voluntariamente, o financiamento que foi aprovado foi apenas para a parte da sensibilização e prevenção para trabalhar com crianças e jovens sobre as questões da igualdade de género e da violência de género e, por outro lado, a parte da formação através de workshops com agentes das forças de segurança e a população técnica.

[E1]: Esta pergunta vai um pouco ao encontro do que está a falar.. que é como caracterizaria a política desta instituição ao nível da prevenção da violência doméstica, que a nível primário, secundário ou terciário

[E3]: Esta instituição tem, logo partir dos seus estatutos, desde o primeiro dia incluída a questão da igualdade de género, promoção da igualdade de género e prevenir a violência de género e a violência doméstica. Isso está logo como base, portanto, nós procuramos sempre, desde o primeiro dia, arranjar forma de trabalhar estas questões na comunidade em que estamos inseridos e acreditamos que isso é possível através de 3 pilares base que são a sensibilização, a prevenção e a intervenção. E em todos os projetos que nós criamos, nós procuramos sempre estas 3 bases, ou seja, tentar sensibilizar a população em geral e

sobretudo algumas populações específicas e determinantes para trabalharmos estas questões da igualdade de género, como a comunidade educativa, as forças de segurança, as equipas de saúde, entre outros.

E depois achamos que para conseguirmos “terminar”, terminar não, não somos assim tão utópicos, um problema como a violência de género nós temos de trabalhar a promoção da igualdade de género, isto porque a base da violência de género é o facto de existirem desigualdades dentro das relações, entre a pessoa que tem o poder, que neste caso é o agressor e a pessoa que não tem esse poder. Nós temos que trabalhar a promoção da igualdade de género, desconstruir estereótipos com as populações mais jovens, prevenindo que situações no futuro, como estas possam acontecer, estas desigualdades, temos de trabalhar desde o início.

Portanto, nós trabalhamos com crianças desde os 5 anos até aos 18, adaptando sempre os temas de acordo com a realidade. Se calhar com uma criança dos 5 aos 10, as questões da violência no namoro não serão as mais determinantes, se calhar, dada a faixa etária, iríamos focar-nos mais na promoção da igualdade de género. Mas se estivermos a falar de jovens a partir dos 12, 13, 14 até aos 18 anos as questões da violência no namoro já são bastante relevante.

Depois temos a intervenção, e nesta procuramos sempre colaborar com outras entidades da comunidade, mas temos noção que esta instituição já apresenta, hoje em dia, um papel determinante na comunidade em que está inserida. As pessoas já sabem quem “nós somos”, um ponto de referência nas questões da intervenção, nomeadamente no apoio psicológico com vítimas e também temos intervenção com agressores. Se não estou em erro, nós somos o único sítio que faz intervenção com agressores no Porto de forma gratuita. Existe também o GEAV, na faculdade que faz intervenção e tem custos, e habitualmente são processos enviados pelo tribunal. Nós também temos processos enviados por várias instituições da comunidade, seja cpcj, por técnicas de rsi, seja por as próprias pessoas que já se encaminham para aqui.

Nós procuramos também, ao nível da intervenção com vítimas directas da violência de género, procurar com as indirectas, neste momento não é possível, mas no entanto, consideramos determinante fazer esse tipo de intervenção, até porque temos como base. apostar na intervenção sistémica multifamiliar, trabalhar todos os pontos da família, todos os pontos problemáticos ou desafiantes e potenciar o que há de melhor nessas famílias. Se nós trabalharmos com a vítima e trabalharmos com o agressor, e ignorarmos as crianças, essa intervenção não vai produzir os resultados que nós esperamos. Isto tudo

para dizer que é um ponto base, um ponto de referência para esta instituição o trabalho da promoção da igualdade de género e da intervenção na violência de género. E nós acreditamos que assim vai continuar a ser, até porque existe essa necessidade na comunidade.

[E1]: Do seu ponto de vista, qual ou quais seriam as melhores estratégias de prevenção junto da população? E porquê?

[E3]: Nós gostamos de acreditar que as melhores estratégias de prevenção foram aquelas que aplicamos até hoje. Trabalhar em mais do que uma forma, o foco principal deve ser nas populações mais jovens, promover a igualdade de género é essencial para definir o futuro e definir aqueles que podem ser os comportamentos dos jovens e que competências é que eles vão ter, como se vão relacionar uns com os outros. Esse para mim é foco essencial para termos um grupo de pessoas, uma comunidade, mais implicada. Por outro lado, temos de trabalhar bastante a ação técnica, formá-la, explicar quais são as principais problemáticas, de que forma podemos combater-las, quais são as estratégias, o mesmo acontece com as forças de segurança, e aqui é importante referir que tem havido uma evolução enorme sobretudo aqui no Porto desde que existe o GAIV, eles não só fazem um trabalho específico muito meritório com as vítimas, mas também procuram sempre formação, procuram sempre ser mais.

Depois temos um ponto muito importante, que é essencial trabalhar e que não tem sido trabalhado o suficiente que é a área do direito, a formação com magistrados, a formação com os juristas, advogados, esta é a principal falha dos sistemas de apoio às vítimas e do sistema de prevenção da violência de género que é, por muito trabalho que nós façamos, seja um trabalho primário, de prevenção, seja a intervenção com as vítimas, seja uma boa relação com a polícia, com as instituições de apoio social, se nós chegamos a um tribunal e temos um conjunto de preconceitos, um conjunto de estereótipos que impedem que aquele processo seja julgado de forma consciente e fundamentada, entre teorias e práticas concretas, nunca vamos conseguir avançar, e isso é um grande problema. E quando nós não conseguimos ter formação, e o público ligado à área do direito é muito resistente à formação. Enquanto não conseguirmos fazer isso, será sempre complicado fazermos uma intervenção integrada. Mas sim o essencial é a sensibilização e a prevenção.

[E1]: Considera que esta prevenção e até mesmo o facto de existirem políticas/medidas contra a violência doméstica levou a alguma alteração sobre as representações sociais em torno do seio familiar? Em que medida?

[E3]: Eu penso que sim. Eu penso que nos últimos 10, 15 anos houve um investimento muito grande na parte da sensibilização, prevenção, nas campanhas publicitárias e eu penso que isso gerou, por um lado, um maior receio por parte dos agressores, ou seja, eles sabem que, hoje, se fizerem alguma coisa vão ter consequências, isso por um lado é bom, por outro lado é mau porque eles podem tomar medidas mais graves, ou seja, aguentarem-se durante mais tempo, se calhar de uma forma mais cautelosa, mas depois como sabem quais são as consequências, tomarem decisões mais graves.

Acho que é bastante importante o trabalho que tem sido feito e, efetivamente, no seio familiar, eu acredito que as pessoas já tenham mais conhecimentos, até mesmo como movimentos como o feminismo, e etc. criou-se um maior empoderamento nas mulheres, e até mesmo os relacionamentos no seio familiar, digamos, de há 30 ou 40 anos atrás é bastante diferente dos dias de hoje. Há uma compreensão das tarefas, há uma compreensão de um homem e uma mulher têm mais ou menos as mesmas responsabilidades. Eu digo mais ou menos, porque a realidade ainda é essa, portanto, pelo menos da experiência que eu tenho, as mulheres ainda se vêm a elas próprias como alguém com mais responsabilidades no seio familiar, alguém com mais dificuldades. Vê-se um maior movimento de igualdade dentro do seio familiar, e a prevenção tem sido essencial para criar uma maior informação. Há uma maior consciência por parte das pessoas, mas também apresenta, por vezes, alguns riscos.

As pessoas agora têm uma maior noção do que é a violência doméstica, sabem que a violência doméstica não é só levar um estalo, ou levar um murro, sabem que se um homem estiver a impedi-la de sair com as suas amigas, de poder usar o Facebook sem o consentimento dele... este tipo de coisas simples já estão um bocadinho mais incutidas nas pessoas, mas não totalmente. Ainda há pessoas que vivem como se estivessemos há 40 ou 50 anos atrás e por isso é que eu acho que este trabalho deve ser continuado, mas no geral sim, considero que houve realmente mudanças no seio familiar.

[E1]: Tenho aqui outra pergunta que, de certa forma, também já foi respondendo, que é em relação aos profissionais de outras áreas, e qual a importância da sua formação no âmbito da violência doméstica?

[E3]: É essencial a formação de todos os profissionais, no entanto há uns profissionais com os quais é mais importante trabalhar que outros, nomeadamente os profissionais da área da educação, auxiliares e professores, porque muitas das vezes é através das crianças que se consegue perceber o que se está a passar no seio familiar, eles podem ser a primeira linha de intervenção, estas pessoas são essenciais.

Os profissionais da área da saúde, pelos mesmos motivos, eles conseguem compreender perfeitamente. Um médico de família, um enfermeiro de família consegue compreender se aquela pessoa está ou não a sofrer algum tipo de violência e para lhe dizer o que tem de fazer e que estratégias deve utilizar. As forças de segurança também e já tem sido feito um trabalho nesse sentido e depois os magistrados, os juízes, os advogados, que trabalhem com estas questões e que são o ponto final, digamos de um processo de violência doméstica. Se o resto for muito bem formado, e o final não for bom, é quase como trabalhar para aquecer. Estes são os principais pontos, mas obviamente é importante que toda a comunidade esteja envolvida e sensibilizada.

[E1]: Por fim, a última questão que tenho para si é que outros gabinetes de atendimento à vítima conhece?

[E3]: São vários, aqui no Porto. Isto agora como tem havido aquela reformulação por causa dos projetos, não sei bem em que estado estão.. mas a apav, a umar, a addim, o geav, a universidade católica também penso que faz. Havia outras instituições que faziam, que entretanto já não sei se estão a fazer.. esqueci-me do nome, a fisoot penso que também fazia.

[E1]: Sim faz, eu já lá estive.

[E3]: De momento não me lembro de mais nenhuma.

[E1]: Não há problema, agradeço o seu tempo e disponibilidade para me responder a estas questões.

[E3]: Nós é que agradecemos que, de facto, haja interesse nesta problemática. Sempre que precisar, pode contactar-nos. Até à próxima.

[E1] – Entrevistadora

[E4] – Entrevistado (Masculino, Assistente Social)

[E1] Então, para iniciar esta entrevista a primeira pergunta é: que valências e espaços que possui este centro de atendimento e quais aqueles que não possui mas que consideraria necessários?

[E4]: Deixe-me fazer um enquadramento primeiro: esta instituição é uma entidade governamental e que é responsável pelas políticas públicas que existem na área da cidadania e igualdade, depois também na coordenação de toda a área política na área da violência doméstica, ou violência de género, se quiser. Esta instituição é a responsável pela coordenação dos planos nacionais, e tem a “tutela” das instituições que prestam serviços nessa matéria, algo que é conferido a partir da lei 112, em que dá essa competência de supervisão técnica a esta instituição, e até de validação das estruturas existentes no terreno para poderem operar na área da violência doméstica.

Enquanto estrutura governamental e serviço público, tem também um serviço de atendimento onde as pessoas se podem dirigir não apenas para a área da violência, mas para tudo o que diga respeito aos direitos humanos, das mulheres, se quiser, ou alguma situação em que as pessoas se sintam de alguma forma discriminadas em função do seu sexo ou género. Dependendo aqui do que estamos a falar de categoria social ou de divisão biológica pura simples e que se sintam ofendidos/as em função disso e então podem recorrer a nós. Portanto, este enquadramento mais macro e mais global para que possa perceber que nós não somos mais nem menos do que outras instituições, temos é um nível diferente do ponto de vista da atuação, ou seja não podemos ser comparados à instituição X, ou Y, porque os nossos âmbitos são totalmente diferentes.

Assim, esta instituição faz parte da unidade operacional da violência que supostamente deveria funcionar junto da câmara municipal e que funciona, e portanto, aguardam-se reuniões para que possamos avançar na construção disto. A câmara municipal tem um plano, supostamente contra a violência, ou seja, há todo um conjunto de coisas que a CMP tem, nomeadamente a partir desta unidade operacional da violência onde todo o rastreio e classificação das instituições que trabalham nessa matéria foi feita.

[E1]: Sim, eu li o plano. Aliás foi por aí que comecei.



[E4]: Sim, mas não é só isso, nem vou falar sobre o plano acho que não vale a pena. Manifestei-me na altura em que ele foi feito e, por isso, não me vou repetir. Mas não é só o plano, a câmara quando fez o plano e a unidade operacional da violência fez todo um levantamento das instituições que trabalham nesta área, sabe quem são, o que fazem, ou Essa informação existe ou deverá existir e estará na posse da autarquia, junto da divisão, por isso se calhar seria mais importante para si.. não sei se lhe forneceram esses dados ou não, mas era mais interessante pegar nisso, verificar, atualizar.

[E1]: sim, e é isso que no fundo vou fazer, no fundo, uma atualização. E também um “agregado” de informações sobre este fenómeno que ainda não se encontra feito. Mas pelo que percebo essa unidade operacional não tem muitas atividades, ou encontra-se, de momento, mais “parada”.

[E4]: A unidade vai funcionando, está-se a aguardar aqui uma reunião com o executivo para avançar com algo mais, as coisas não estão paradas completamente. Não está totalmente ativa, mas também não está totalmente parada, percebe? Essa unidade operacional já contemplava todas as instituições do porto que trabalhavam esta matéria ou aquelas mais representativas. Não é uma coisa nova dentro da própria autarquia, não é algo que a própria autarquia não saiba que existe. Outro que recurso que pode aceder para obter informação sobre as instituições que trabalham na cidade do porto na área da violência doméstica é o nosso site.

[E1]: Sim, sim. Fui aí que eu fui antes de me dirigir às instituições.

[E4]: e essas supostamente serão as instituições validadas para fazer o atendimento

[E1]: exatamente, por isso é que eu só consultei o vosso site. Uma outra questão é: relativamente à equipa técnica quais são os membros que fazem parte da mesma e qual a sua formação de base?

[E4]: nós tínhamos, ou temos, uma equipa multidisciplinar que neste momento está coxa porque a colega que tínhamos da área da psicologia saiu, portanto, estamos à espera da sua substituição. Temos de serviço social, eu sou de serviço social e temos um jurista que faz atendimento à vítima. Depois uma pessoa licenciada em história, que está ligada mais à área da formação e também do atendimento específico da linha verde, que é a linha de informação a vítimas de violência doméstica, faz esse tipo de atendimento, não o atendimento pessoal.

[E1]: como é realizado o atendimento a uma vítima de violência doméstica? Que preocupações existem?

[E4]: No atendimento a vítimas de violência doméstica há sempre uma primeira abordagem, um primeiro contacto que é feito pela vítima e depois mediante a sua situação, trabalhamos essa situação em função da necessidade que a vítima possa ter. Esta instituição, cada vez menos tem atendimentos pessoais, porque as estruturas na cidade existem e portanto, as vítimas recorrem a essas estruturas que são não governamentais o que é ótimo, excelente, o que significa que as coisas estão a evoluir. Aqui há 10 anos atrás, éramos nós e mais uma entidade ou outra, na cidade do Porto que faziam atendimento, e não existia mais ninguém.

Aqui muitas vezes, o atendimento é algo que significa a descodificação do direito, ou seja, as pessoas perceberem os seus direitos. Antes de as pessoas avançarem com qualquer coisa, as pessoas têm que perceber os seus direitos, compreender o que isso significa, porque muitas das vezes os pressupostos que as vítimas têm relativamente aos direitos estão errados, quer por aquilo que culturalmente foram assimilando e “bebendo” quando falamos da violência doméstica. As mulheres, todos os factores culturais da sua dependência ao homem, da pertença, portanto, “ele é meu marido”, “ele é o meu homem”, “ele faz comigo o que quer”, “ele tem direitos sobre mim”, esta descodificação do direito é importante para que as pessoas percebam que são seres humanos e que os direitos são exatamente iguais para homens e mulheres, não existem diferenças. Porque, muitas das vezes, elas validam o comportamento violento de que são alvo por todos estes estigmas, paradigmas, por todos estes estereótipos que foram construindo e como se foram construindo a si próprias. Por isso, há todo um trabalho de descodificação do direito para que as pessoas percebam os seus direitos e, normalmente, isto não é suficiente, mas é, logo uma porta aberta muito grande para que estas pessoas possam ter uma outra atitude perante a situação.

Depois mediante a situação logo vemos o que fazemos, ou seja, se for para um acompanhamento psicológico, neste momento não temos, encaminhamos para uma instituição não governamental que tenha. Não é vitimizando de novo a vítima, mas é articulando com aquela instituição. Não é dizer “olhe tá aqui o número da instituição, ligue e marque”, não é assim, ou seja, faz-se uma articulação e um acompanhamento desta pessoa relativamente ao encaminhamento que se faz para a instituição, enfim um local onde a pessoa se sinta suportada e não abandonada, para que não tenha de repetir 500 mil vezes a mesma história, porque isso não tem sentido.

[E1]: disse-me que não tinha apoio psicológico...

[E4]: neste momento não.

[E1]: tem apoio jurídico?

[E4]: tem informação jurídica que é uma coisa bem diferente, porque a consulta jurídica é da exclusiva responsabilidade dos advogados e só eles a podem fazer. Por isso é que eu lhe falei na descodificação do direito, ou seja, as pessoas perceberem exatamente tudo aquilo a que elas acham que não têm direito.

Imaginemos, há vítimas que dizem “se eu sair de casa perco o direito”, e isso existe, é real. “eu saio de casa, perco esse direito”, e portanto, a situação é grave, avalia-se o risco, e sugere-se à pessoa que saia de casa e vá para uma casa de abrigo perante a avaliação de risco que é feita da situação. “ah, mas assim vou perder os direitos”, isso é um mito. Um mito que muitas das vezes os agressores utilizam de forma a impedir a liberdade da vítima. Esta descodificação e explicar à pessoas que as coisas não são assim, “ah porque ele ameaça-me que me tira os filhos”, não é assim, percebe? Ou seja, é descodificar, de alguma forma, o direito para que as pessoas percebam que, afinal de contas, aquilo que elas achavam que não tinham direito, têm direito.

[E1]: e relativamente ao apoio social?

[E4]: A violência não pode ser compartimentada de um ponto de vista da intervenção. A intervenção tem de ser holística e comum e trabalhada de uma forma global, percebe? Portanto, quando nós pegamos numa situação, pegamo-la de um ponto de vista completo e trabalhamos essa situação em todos os seus aspetos, seja eu a fazer esse atendimento, que sou assistente social, seja o meu colega que é jurista que o faça e depois recorremos aos nossos saberes mais específicos para atuar em função de. Mas há um entendimento holístico, integrado e partilhado do ponto de vista da melhor solução para aquela pessoa.

[E1]: Quais é que acha que são os contornos familiares deste problema? Ou seja as consequências ou impactos.

[E4]: os impactos estão mais do que descritos em tudo o que é literatura. Temos impactos a nível da saúde, a nível económico, a nível do desenraizamento da própria pessoa enquanto pessoa. Os impactos são brutais, temos impactos também a nível do emprego,

ou seja, tudo pode ter impacto numa situação de violência, porque a violência é sempre uma situação de guerra, se quiser, em que todos estes impactos estão lá.

A pessoa pode ficar com traumas e que se não forem trabalhados, a vão acompanhar para o resto da vida. A pessoa pode ter depressões, questões até do foro físico, genealógicos. Há estudos que apontam que as vítimas têm um conjunto de doenças somáticas muito superiores e muito maiores do que quem viva uma vida normal, seja lá o que isso for.

O absentismo dos filhos na escola é outro impacto, na saúde dos mesmos, impactos económicos porque aquela pessoa ao faltar ao trabalho e porque é vítima de violência doméstica, tem um impacto quer para si, para o económico. Os impactos que existem do ponto de vista social e económico são estrondosos, por isso é que a violência é um crime e é vista nesta forma global e cada vez mais se atua em toda esta forma global. Por exemplo, uma cama de hospital é muito cara, uma vaga numa casa de abrigo é muito cara, todas as medidas que entram, os processos judiciais são caros. Se quisermos analisar de uma perspetiva meramente economicista e para o país, tudo isto fica muito caro. Se quisermos analisar só por aí, claro que não é isso o mais importante. Os recursos estão lá, e existem e devem apoiar, não estamos aqui a pôr em causa os recursos ou as verbas que são despendidas no apoio às vítimas, não é disso que estamos a falar. Mas, isto é impacto. Se me perguntam os impactos, os impactos estão aí, provados, existem. O consumo de antidepressivos, as consultas médicas, tudo isto, tem um impacto na pessoa, na sua própria vivência, como tem impacto em terceiros, que não apenas os eu seus próximos, é toda a comunidade, toda a comunidade sofre esse impacto. Temos que atacar isso em todas as vertentes.

[E1]: quais são as maiores dificuldades ou limitações com que esta instituição se defronta?

[E4]: Nós somos uma instituição um bocadinho macro. Se me fizesse essa pergunta há uns 20 anos atrás, eu respondia-lhe de uma forma, que residia na articulação interinstitucional. O trabalho que está a fazer há 20 anos ninguém se lembraria disso, ninguém queria saber disso para nada, nem a câmara, nem outras instituições. Hoje em dia, não, há uma preocupação de juntar as pessoas das instituições e trabalhar em rede para a melhor resolução do problema. Eu acho que houve uma evolução muito grande do ponto de vista da atuação na área da violência doméstica. Todos os estudos que a sua faculdade até produziu sobre esta matéria veio contribuir de alguma forma para também nós despertarmos para as necessidades do trabalho em rede, como articular, como fazer.

A intervenção não pode ser uma intervenção de gabinete, da psicologia, ou do psiquiatra, ou do médico, ou do assistente social, do jurista, não. Estas áreas do saber têm que estar todas a funcionar em conjunto e a trabalhar em conjunto. Não é retirar cada uma das especificidades de nenhuma das áreas, mas é trabalhando em conjunto para o bem-estar da pessoa em si, ou seja, nós passamos a ter uma abordagem sobre a pessoa, sobre o problema que aquela pessoa defronta e todas as problemáticas associadas a isso. Quando nós colocamos a pessoa no centro da nossa atuação nós vamos trabalhar bem. Ao não fazermos isso, vamos trabalhar mal. A qualidade de intervenção para a pessoa, isso é que é importante. O trabalho em rede é algo que, efetivamente, temos vindo a desenvolver e que é o mais difícil de se conseguir fazer mas que temos avançado muito nesse aspeto.

[E1]: relativamente aos números, sabe-me dizer, por freguesia, no porto a quantidade de ocorrências? Porque eu não consigo encontrar essa informação.

[E4]: ao nível de freguesia acho que não consegue, mas consegue através do PSP do Porto, do GAIV. O chefe certamente que lhe consegue dar essa informação porque eles têm isso centralizado.

[E1]: pois, eu já os contactei, mas ainda não obtive resposta.

[E4]: Eu conseguiria arranjar, não teria muita dificuldade, basta um telefone e peço que mos enviem mas se vai lá estar com.. não vale a pena.

[E1]: Pois, eu consegui o número de casos totais, na cidade do Porto.

[E4]: os casos totais tem no rasi, tem também no site da provedoria geral da justiça. Eu sei que eles têm os dados por freguesia, não estão é públicos, muito dificilmente lhe forneceriam os dados. E os dados que valem são esses, do rasi, por exemplo, não são os dados de qualquer outra instituição. Os meus dados, os dados da APAV são dados da instituição, são dados que podem servir para ilustrar uma problemática, ou seja, nada impede que a vítima tenha vindo aqui, tenha ido à APAV e à UMAR e, portanto, logo ali tem 3 registos da mesma pessoa.

[E1]: sim, por isso é que eu me estou a basear mais e a recolher informações do rasi.

[E4]: não sei se já foi falar com a apav, mas quando for eles vão ter dados sobre tudo e mais alguma coisa para si.

[E1]. Certo, desde já agradeço. Relativamente à prevenção primária encontra-se em funcionamento algum tipo de ação/atividade/programa ou projeto nesta instituição?

[E4]: Esta instituição é responsável pelas campanhas nacionais que estão no ar, e, neste momento temos uma, que é dirigida a vocês, jovens universitários, que é o “muda de curso” dirigido à população universitária, em colaboração com as federações académicas e associações académicas. Ela foi lançada o ano passado, em outubro. Na semana passada estive cá a secretária de estado na federação académica do porto, onde se lançou também a nova campanha, que são outdoors que existem junto das faculdades, não sei se na sua faculdade tem algum. Mas lembro-me de ver ali um à beira da faculdade de ciências que é uma campanha que foi criada por vocês, e que tem a ver com isto, muda de curso, posso-lhe depois dar algum material para depois ver. Nós todos os anos produzimos campanhas. Ainda no ano passado lançamos uma que era com uma torneira, e que alertava para a questão da violência. E depois usamos as redes sociais, transportes públicos, tudo isto feito numa lógica do trabalho de prevenção e cada vez mais estas campanhas estão a ser trabalhadas com as organizações da sociedade civil, conseguem chegar mais rapidamente ao público, conseguem disseminar a informação de forma diferente e trabalhar também a campanha a partir de ações de sensibilização sobre a mesma. Ou seja, não é a campanha pela campanha, é a campanha produzindo um conjunto de ações que visam e a melhoria e a informação sobre esta temática.

[E1]: do seu ponto de vista quais seriam as melhores estratégias de prevenção? Porquê?

[E4]: não há estratégias fixas. Não há estratégias que se possa dizer “esta é a melhor” “aquela é a pior”, dependendo da população alvo que nós queremos atingir, a campanha ou a sensibilização tem de ser feita a partir dessa mesma população alvo. Esta, que está em vigor agora, é dirigida, claramente, para a população universitária porque apela a uma mudança de comportamento, a história do “muda de curso” não compactuarmos com a violência, que não aceitemos a violência sexual, ou seja, é também resultado daquilo que nos chegou por via da academia. Os estudos provam que os jovens universitários aceitam facilmente a violência como um acto normal, o que é preocupante. Estamos a falar de uma população que, supostamente, pensa um bocadinho mais e que algo tem de ser feito, do ponto de vista a que os jovens percebam que uma bofetada é um crime, que forçar para ter uma relação sexual independentemente da relação de intimidade é um crime, tudo isto configura um crime e que mexe com as pessoas. E, portanto, as pessoas têm que perceber isto.

A campanha que nós lançámos no 25 de novembro teve a ver com a torneira e o pingo de água que está a cair. Por exemplo, se nós estivermos a dormir, vamo-nos levantar

devido ao pingo de água que está a cair na casa de banho e que nos está a incomodar e, portanto, vamos fechar a torneira. Mas se ouvirmos alguém na casa ao lado aos berros e percebermos que é uma situação de violência, viramos as costas e continuamos a dormir sossegadamente porque não é nada connosco, ou seja, tudo depende do target que nós queiramos abranger, e como queremos fazer. E isso é que é um desenho de uma campanha, é o olhar para o target, para o alvo que queremos atingir naquele momento e depois investirmos em técnicas de comunicação que ajudam a desenhar esse tipo de campanha. Não podemos definir, “uns funcionam bem, outros nem tanto”.

Procura-se, também, avaliar o próprio impacto das campanhas para perceber exatamente como é que elas chegaram, que mensagem foi absorvida e por isso lhe disse que, normalmente, não é feita a campanha só pela campanha, é acompanhando um conjunto de sessões. Por exemplo, aproveita-se o dia dos namorados para falar sobre isto. Aliás, deve ter reparado, porque foi amplamente noticiado todos os números da violência no namoro que a umar apresentou. Aproveitam-se estas datas significativas para de alguma forma, que toda a comunidade veja, porque as pessoas estão atentas nesses dias, toda a gente fala, então a mensagem chega mais rápido. Também tem que se potenciar estas coisas.

[E1]: considera que o facto de existir prevenção e até mesmo políticas/medidas contra a violência doméstica levou a alguma alteração sobre as representações sociais em torno do seio familiar? Em que medida?

[E4]: as mudanças são claras e objetivas. Nós podemos fazer as leituras que quisermos. Não considero que o aumento dos números signifique um aumento da violência, significa para mim que as pessoas denunciam porque sentem, na comunidade global dos dias de hoje, que existe uma reprovação do acto da violência, em termos familiares, sociais, e para além disso existem instituições que apoiam essas vítimas. Portanto, a conjugação destes dois factores leva a que efetivamente as pessoas se sintam mais seguras e avancem. É evidente que isto provoca alterações do ponto de vista do comportamento, das estruturas e da condenação.

Muitas vezes faço a comparação com a educação ambiental, quem nos educa do ponto de vista da educação ambiental, são os filhos. E você está naquela fase em que certamente já educou os seus pais. Porque começaram eles próprios, os meus filhos, a fazer a crítica social, do ponto de vista, de dizer “não, o papel é no azul, separar é fundamental”, ou seja, por isso é que investir em educação para a cidadania e investir em programas de educação de uma cultura de não violência nas escolas e tudo mais vai levar,

efetivamente, a alterações comportamentais e a alterações no seio familiar, do ponto de vista da forma como olhamos o outro e da forma como aceitamos as violações dos direitos humanos. Seja nas questões da violência, questões de LGBT, seja na questão da diferença com outras pessoas, tudo isto passa pela educação para a cidadania, educar o outro a saber lidar com a diferença, diferença não significa que é mau, significa que é diferente e temos de aceitar isso e ninguém tem o poder de dizer “a minha orientação é que é correta”. Tudo isto se faz com o educar para a cidadania, deve-se investir e estamos a caminhar nesse sentido, na tentativa de cada vez mais introduzirem estas questões desde muito cedo nos currículos ou extra-curricular. Trabalhar para que os jovens, efetivamente possam ser o motor da mudança e provocar a mudança. E com a educação ambiental é o mesmo, ou seja, todo o cuidado que temos hoje com o ambiente não existia no meu tempo. Hoje temos todos um cuidado de separar, reciclar, ou seja há aqui uma consciência social sobre isso. Educar para a cidadania é isto e muito mais, é educar as pessoas para participarem, estarem atentas, denunciarem, não compactuarem com determinadas situações.

[E1]: e em relação aos profissionais de outras áreas qual a importância da sua formação no âmbito da violência doméstica? (Ex. professores, profissionais de saúde, ...)

[E4]: eu já lhe respondi a isso, nós todos somos importantes, não há aqui nenhuma área que tenha um papel sobre outra qualquer relativamente a esta problemática.

Um professor é importante, se educa para a cidadania, se desconstrói estereótipos baseados no género, se não permite que, efetivamente, a cultura da diferença menino-menina, quem tem uma orientação sexual diferente, quem tem uma cor diferente, que estas diferenças sejam trabalhadas em sala de aula e que permitam uma construção de cidadania plena são importantes porque vão ter uma consequência a médio e longo prazo, que é uma alteração comportamental, e a nossa visão do outro como um par e não como um diferente, como alguém que é exatamente como eu mas tem outras preferências, tenha o que tiver, mas que temos de o respeitar como tal. A saúde é fundamental do ponto de vista da identificação, do tratamento e da sinalização mas com um olhar técnico para este problema. Ou seja, a formação de todos estes profissionais são essenciais para uma melhor intervenção e é isso que tem estado a acontecer. Repare, hoje em dia você vem aqui e fala de violência, se vai aos profissionais de saúde e fala de violência, as pessoas vão dar a sua opinião, perspectiva. E falar com o médico, enfermeiro, com o auxiliar. E porquê? Porque a violência passou a ser socialmente aceite, o que eu quero dizer é, socialmente aceite no sentido em que nós falamos sobre a violência, já não nos



imiscuímos, e não temos de interferir na violência por isso ela é socialmente aceite neste aspeto. Não é socialmente aceite, validando-a, é do ponto de vista que, nós todos, por exemplo, se eu chegar ali à rua e perguntar a um cidadão desconhecido o que é a violência ele vai-me explicar o que é a violência doméstica e a sua visão, que não estará muito errada sobre o que é a violência doméstica do ponto de vista técnico, porque falamos sobre a violência doméstica.

A comunicação social teve um papel fundamental do ponto de vista da denúncia, da construção e da desconstrução da aceitação desta problemática e da introdução dela na agenda. Por isso, hoje em dia todos os profissionais são fundamentais e aí daquele profissional que ache que tem uma preponderância sobre o que quer que seja quando está a trabalhar isto. Trabalho conjunto, trabalho interdisciplinar é essencial para se poder abordar esta questão. Não faz sentido eu trabalhar uma situação de violência que, não tenha, por exemplo, a polícia a trabalhar comigo, ou os magistrados/juízes, e eles estão a vir cada vez mais “para este lado”, apesar de ser a área mais “difícil” de se chegar no que diz respeito a este tema. Ninguém pode ficar de fora, a intervenção de todos é fundamental, da senhora ou senhor da limpeza ao senhor juiz do supremo tribunal de justiça têm de estar envolvidos da mesma forma, dentro das suas áreas específicas.

[E1]: por acaso, das instituições onde já fui, um ponto muito abordado pelos técnicos, por ser de difícil acesso é mesmo os magistrados, a resistência à formação.

[E4]: Os magistrados não precisam de formação, ou melhor, reformulando, os magistrados precisam de perceber as dinâmicas da violência para poderem agir em função disso. Porque, o magistrado tem uma função que é a de julgar perante factos e se os factos não são apresentados, dificilmente o magistrado, por muito que até acredite em tudo o que lhe está a ser dito, mas se não existem provas, o magistrado não pode julgar. Estamos num Estado de Direito. Tem de julgar baseado em factos e os factos vão-se construindo, porque se uma mulher ou alguém que é vítima não denuncia a situação durante anos seguidos e, depois, por um facto até apresenta uma denúncia, e que depois até se cala perante o magistrado. O mesmo, por muito que queira, dificilmente consegue fazer algo mais. Ele tem de julgar perante factos, ele tem a lei para cumprir. Ele é o guardião do cumprimento da lei, e quando a mesma é violada, cabe-lhe a ele julgar e “punir”. Mas sim, podemos dizer que, de facto, os magistrados são os de mais difícil acesso no ponto de vista do trabalho.

[E1]: a última pergunta que tinha aqui era que outros centros conhece, mas parece-me que isso está no vosso site, porque pelo que percebi no vosso site estão, efetivamente, as entidades certificadas.

[E4]: Sim, no nosso site encontra tudo o que precisa a esse nível.

[E1]: Obrigada pela sua cooperação. Foi bastante útil.

[E4]: De nada. Vou arranjar um material para que possa levar, alguns livros e panfletos.

[E1] – Entrevistadora

[E8] – Entrevistada (Feminino, Jurista)

[E1]: Parece-me pertinente esclarecer o âmbito desta entrevista, e, assim sendo, eu sou uma estudante da FPCEUP, e estou a frequentar o mestrado em ciências da educação. Neste momento o meu estágio está a ser realizado na câmara municipal do porto, na divisão de ação social, tal como já referi, e foi-me sugerido que elaborasse um roteiro, para a cidade do porto, sobre tudo o que está relacionado com a violência doméstica. Isto é, todas as instituições que fazem atendimento e encaminhamento às vítimas, os seus projetos neste âmbito, o enquadramento teórico e legal sobre o tema. Depois, outro dos focos igualmente importantes desta entrevista é a prevenção, em que pretendo compreender qual a política de prevenção desta instituição, e, também, como se processa o atendimento e encaminhamento das vítimas.

Para iniciar esta entrevista gostaria de saber que valências ou espaços possui este centro de atendimento e quais aqueles que consideraria necessários e que não existem?

[E8]: Nós dispomos de atendimento jurídico, psicológico e social. É um apoio direcionado para vítimas de violência doméstica e, para além deste trabalho dito de “gabinete”, temos também projetos implementados no terreno, que é um trabalho de prevenção feito fora do gabinete e que me parece, de facto, muito necessário no sentido de combater o flagelo à violência doméstica.

[E1]: relativamente à equipa técnica quais os membros que fazem parte da mesma e qual a sua formação de base?

[E8]: A nossa instituição é uma IPSS mas não tem um acordo atípico com o Estado, ou seja, não há aqui um apoio efetivo que nos permita ter aqui um orçamento e ter pessoas assalariadas. Eu sou voluntária na instituição já há 17 anos, o apoio que eu presto aqui para além de ser presidente da instituição, presto também apoio jurídico, mas aqui o trabalho acaba por ser um pouco polivalente, e, portanto, se de repente tivermos de ir buscar alimentos para distribuição, também estamos sempre disponíveis para ajudar noutras tarefas. Temos um grupo de psicólogas, temos 4, sendo que 2 estão aqui através de um estágio do IEFP, e as outras duas estão a recibos verdes. Nós também nos candidatamos a alguns projetos. Nomeadamente temos um projeto que está a ser apoiado não a 100%, muito longe disso, com a comissão para a igualdade de género. Este é o terceiro ano que temos apoio a nível de prevenção, nomeadamente a nível de prevenção

escolar e para além disso temos uma parceria com a divisão municipal de educação do porto. E, portanto, estas técnicas estão com recibos verdes, estão cobertas, no fundo, por este pequeno orçamento que temos em termos de parcerias. Para além disso depois também temos o apoio social que é uma voluntária também, e depois temos pessoas da área da contabilidade, fora da instituição, e ainda temos uma senhora que costuma estar na receção e que faz aqui uma ponte com a contabilidade mas que também é voluntária.

[E1]: e a voluntária da área social, qual é a sua formação?

[E8]: é assistente social. Isto é preciso frisar que as pessoas que estão aqui, mesmo a nível de voluntariado, estão ao abrigo de projetos, mas qualquer pessoa que venha e que queira integrar o projeto naturalmente tem de ter formação específica nesta área, a não ser que seja para fazer a distribuição alimentar ou outro tipo de necessidades, ir buscar os alimentos, aí não é obrigatório, mas no atendimento à vítima, não é só a questão de ter a formação, mas também, ter a formação TAV, que é essencial para fazer o atendimento a vítimas de violência doméstica, e é uma exigência, e aqui na instituição todas temos essa formação.

[E1]: relativamente aos índices de violência no município do Porto, as vítimas que vêm aqui são maioritariamente desta freguesia?

[E8]: Hum.. Não. São do Grande Porto, não é tão circunscrito. Muitas delas vêm sinalizadas pela polícia e, portanto, não tem de ser necessariamente desta área. Às vezes a vítima, mesmo quando vem da polícia, é informada dos centros de atendimento que existem e, muitas das vezes, é a própria vítima que decide para onde quer ir, até por uma questão de logística, de transporte. Não é tão circunscrito, nem demarcado.

[E1]: e acha que esses índices têm aumentado?

[E8]: Nós em termos de atendimento tem aumentado, relativamente às denúncias têm existido 27 000 queixas por ano. Não quer dizer que a violência doméstica tenha aumentado, o que de facto existe é uma maior consciencialização sobre o fenómeno, há mais políticas, há mais visibilidade do fenómeno. Há também uma maior criminalização. As pessoas, naturalmente, estão mais atentas e menos tolerantes. Em termos de aumento, não me parece que tenha existido um aumento, mas há, de facto, uma visibilidade diferente em relação a este fenómeno.

[E1]: e de que forma é realizado o atendimento e o apoio a uma vítima de violência doméstica? Que preocupações existem?

[E8]: obviamente que existem aqui 3 vertentes, e, portanto, se quiser falar com as técnicas de psicologia, poderá falar, pois talvez lhe saibam dizer coisas que eu não sei. Mas temos preocupação em criar, imediatamente, empatia com a vítima, de forma a criar aqui um elo de ligação para que a vítima possa confiar todo o seu relato dramático, sobre as suas vivências, sobre as suas experiências para que, depois, as consultas possam, de alguma forma, evoluir.

Aquilo que é feito é uma avaliação do risco, se nós não tivermos este instrumento já sinalizado pela polícia ou ainda que o tenhamos, aqui é novamente feita uma avaliação de risco, e esta avaliação é reavaliada com periodicidade, e em função disso é feito também um plano de segurança e isso depois tem a ver com determinadas questões, e muitas vezes, as vítimas não se reconhecem enquanto vítimas. E o vir aqui, já é de facto um grande avanço, digamos assim. Mas muitas vezes, quando chegam aqui ao atendimento ainda estão naquele processo de “será que ele tem razão?” e, portanto, existe aqui todo um trabalho de desconstrução e trabalhar estratégias de consciencialização sobre a violência doméstica.

Há mulheres que vêm para se informar pela questão do crime em si, o que pode acontecer se existir uma denúncia, no fundo, em termos judiciais o que pode acontecer ao agressor. Muitas vezes não querem denunciar, porque, de alguma forma, querem poupar o agressor, porque também existe uma dependência afectiva muito grande porque são os seus companheiros, maridos, namorados. Sendo que esta última realidade também começa a ser muito preocupante, a violência no namoro. Depois há mulheres que vêm para se informar sobre a questão do divórcio, sobre as responsabilidades parentais em relação aos filhos. E ainda há muito o mito de que: eu estou a viver uma situação de violência doméstica, até estou numa situação de risco elevado, mas eu não vou sair de casa com os meus filhos porque sou ameaçada por parte do meu companheiro que me vai retirar os filhos. No fundo é consciencializar estas mulheres que têm direito a dizer não a uma situação que as humilha, que as subalterniza, e que, sobretudo, existem respostas e alternativas.

[E1]: quais pensa ser os contornos familiares deste fenómeno? Que impactos tem a nível dos filhos, do casal.

[E8]: a questão da violência doméstica, este fenómeno, é dotado de uma grande opacidade, ou seja, é muito complexo. Tem raízes muito culturais e nós sabemos que estas questões culturais estão severamente enraizadas, e muitas vezes, são mais difíceis de erradicar das consciências individuais e das tendências sociais. Ou seja, ainda há aqui muitos papéis que estão completamente estereotipados, sobretudo o papel do homem, da mulher com uma conduta de submissão.

E, no fundo, a questão da violência doméstica está relacionada com a assimetria do poder, em que alguém exerce poder e controlo sobre o outro, e isso é fundamental os técnicos de apoio à vítima saberem, que há esta relação de poder e controlo. De que forma? Talvez com estes papéis todos, da mulher, de ser aquele modelo de dona de casa, de submissa, de obediente. A mulher, hoje em dia, tem um papel ativo profissionalmente ainda tem responsabilidades reforçadas em casa. E depois, também não podemos esquecer dos fatores endógenos, muito ligados à personalidade do indivíduo, podem haver até psicopatologias associadas. Há aqui rasgos de personalidade que podem potenciar situações de violência sem querer com isto explicar, obviamente, e quando fazemos o levantamento com a vítima, podem haver situações de esquizofrenia. A questão do álcool obviamente que não é fator relevante, mas muitas vezes também existem questões ligadas ao álcool, pode ser um fator desinibidor, não como a causa, mas pode, de facto, a um indivíduo que já tenha determinados problemas de auto-estima, de afirmação, esta questão pode acentuar esta agressividade. E depois tem também a ver com fatores exógenos, ou seja, onde eu cresci, onde me desenvolvi, se estive exposto ou exposta a situações de violência doméstica, ainda que os grandes investigadores na área da violência doméstica não achem que exista aqui uma relação direta entre um filho que vê o pai a ser agressor, que não há aqui uma causa direta de este filho poder vir a ser um potencial agressor.

No entanto devo dizer-lhe que, algumas vezes, quando estamos a fazer atendimento, tentamos perceber também o histórico familiar do agressor, e há aqui situações em que o próprio agressor esteve exposto à violência, e então temos aqui a questão dos filhos. Os filhos que estão expostos a estas situações, agora retirou-se a questão das vítimas indiretas, porque antes havia essa questão das vítimas diretas e indiretas ou vicariantes, e, portanto, retirou-se, e aquilo que passou a constar nos manuais é que neste momento só há vítimas diretas, ainda que a vítima só assista, é uma vítima direta, não tem ser agredida. Claro está que crianças que são expostas a situações de violência, em termos de impacto a nível cognitivo, emocional, físico, psicológico,

obviamente que há um impacto bastante grande e nefasto no seu desenvolvimento. Há sequelas que ficam e que de facto se não houver atenção por parte dos progenitores, das escolas, da própria família, são crianças que apresentam baixos rendimentos escolares, com baixa auto-estima, e que apresentam comportamentos de agressividade de repente, em que estão bem e que passam rapidamente para uma questão que não conseguem resolver e partem para a agressividade, portanto, podem haver aqui indícios que nos podem chamar a atenção e tentar perceber o histórico, e o que se está a passar em casa. E as escolas têm aqui um papel importante, porque as crianças passam grande parte do seu tempo na escola e aí é onde aparecem os primeiros sinais de algum distúrbio, de algo que não está inteiramente bem.

Eu acho que esta questão da violência doméstica tem sofrido várias alterações, não só uma questão de mudança legal, de proteção à vítima, de melhores instrumentos, mas também ao nível do próprio sujeito, ou seja, esta questão da violência doméstica está muito direcionada para a mulher, porque de facto, sabemos que ela incide esmagadoramente sobre as mulheres. 85% das denúncias são feitas por mulheres, mas depois temos aqui, e ao longo deste anos, nós também conseguimos perceber que a lei, e não só a lei, mas também a procura, ou seja, a violência doméstica incide sobre mulheres, homens, idosos, crianças e deficientes e, portanto, nós neste momento temos mulheres em maior número, mas também temos crianças, que há uns anos atrás havia uma ou outra situação, temos mais jovens, e o facto de estarmos mais nas escolas com 600 alunos já abrangemos cerca de 3000 alunos nestes últimos anos também acaba por haver um conhecimento. É um projeto sistemático onde trabalhamos as várias formas de violência, onde abordamos muito a questão da violência no namoro e o bullying.

E, portanto, também esta questão da violência doméstica e quem nos procura ou quem é sinalizado já não é tanto, ou tão só a mulher, homens em menor escala. E antes estas questões não se colocavam, não existem e continuam a não existir ferramentas de trabalho, as coisas têm mudado e de alguma forma temos evoluído, mas este é, essencialmente, um problema de mentalidades. O que é preciso é tornar a lei efetiva, de facto a mentalidade muda mais lentamente do que a lei. Os próprios homens que aplicam as leis resultam de toda esta cultura e de todos estes processos que estão muito interiorizados e que às vezes, não tornam a lei efetiva e isso é uma grande luta que as organizações feministas e não governamentais têm pela frente. É fazer finca pé, contrariar o sistema quando a resposta não é uma resposta favorável e que vai ao encontro e à

proteção das vítimas de violência doméstica. Tem de haver este compromisso, e este compromisso é de todos e de todas nós.

[E1]: e podemos considerar que este é um fenómeno circunscrito a determinados grupos sociais?

[E8]: Não. Isso de facto já é um falso mito. Claro que se pensarmos em situações de casa de abrigo são mulheres com menos recursos, com um modo de vida mais precário. Aqui, no centro de atendimento, é uma questão muito multifacetada. Temos mulheres com baixa formação, mas também temos mulheres, por exemplo, magistradas. Há pouco tempo fiz um atendimento a uma psicóloga clínica que trabalhava com questões de violência doméstica, também fiz a uma magistrada que trabalhava na área de crime, com todos os conhecimentos e ferramentas. No entanto, quando nos toca a nós, nós não conseguimos perceber situações em que estamos, ou não a ser vítimas, “será que me estou a deixar manipular ou enganar?”.

Aquilo que eu acho é que, se falarmos de casa abrigo, falamos de mulheres com mais dificuldades económicas, mas em termos de patamar, estas mulheres estão exatamente ao mesmo nível. Mulheres com medo, muitas vezes, crises de pânico, ansiedade, desorientadas. Este nível de desorientação, de medo, de baixa auto-estima, de tudo o que está associado ao processo de violência doméstica em termos psicológicos, são situações muito iguais, pessoas com mais formação, com menos formação, são iguais.

[E1]: e quais são as maiores dificuldades ou limitações com que este centro de atendimento se depara?

[E8]: a parte económica é sempre uma grande fragilidade, ainda que a nossa instituição tenha, e aquilo que me parece importante frisar é que temos lutado, e que esta persistência, esta tenacidade, esta vontade de lutar por uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais saudável tem pautado todo o nosso trabalho e todo o nosso esforço e, naturalmente, quando as instituições têm dinheiro é mais fácil apresentar trabalho e resultados. Mas o trabalho é feito, e o mais importante é perceber que, efetivamente, damos resposta qualificada como as outras organizações, mas temos mais e queremos fazer muito mais neste âmbito. E temos muitos projetos, muita coisa que está estruturada, já, mas que precisamos de apoios para tornar estes projetos reais.



E há aqui uma preocupação.. na medida em que a violência doméstica é um fenómeno de tal forma complexo que nós não podemos limitar à questão do atendimento, temos de perceber porque é que existe este fenómeno, como é que podemos combater-lo, e preveni-lo. As vítimas quando chegam aqui já não há prevenção, é intervenção. Portanto o importante é tentar perceber como é que podemos evitar estas situações. Quando ouvimos vítimas percebemos que a violência se inicia numa fase muito precoce da relação e se se inicia numa fase assim tão precoce é aqui que nós temos que intervir. Antes do namoro, para que quando chegue à fase do namoro consigam ter ferramentas suficientes para conseguirem testar o que é uma relação saudável ou não.

E este trabalho que nós decidimos, e que já é o terceiro ano que estamos a desenvolver-lo nas escolas, tem sido um projeto muito interessante, muito importante e que está a gerar impactos e resultados positivos. No fundo aquilo que nós estamos a fazer é prevenção primária e o que é a prevenção primária? É trabalhar a cidadania, trabalhar as questões de género, mas acima de tudo o respeito pelos direitos humanos, porque a violência doméstica é uma grave violação aos direitos humanos e neste trabalho nas escolas, nós temos um pré-teste e depois temos um pós-teste. É um trabalho sistemático, durante o ano letivo, começamos em outubro, terminamos em junho, temos 13 sessões. Cada temática, e neste momento já estamos a trabalhar com crianças do pré-escolar, portanto desde o pré-escolar até ao secundário. Estamos a abranger as várias faixas etárias e este pré-teste e o pós-teste, já na questão dos adolescentes, com as crianças trabalhamos outras questões, questões de cidadania, multiculturalidade, afetos, emoções. Neste projeto, e no próprio resultado, no pós-teste consegue-se perceber que há aqui mudanças significativas nomeadamente no que diz respeito à questão da violência no namoro. E nós trabalhamos as temáticas com as quais eles se identificam, ou que são mais adaptadas e isso dá-nos créditos de que este é o caminho. Se eu antes de fazer as sessões tenho uma posição e depois de todo o trabalho que é feito de consciencialização, de sensibilização, de informação e prevenção eu passo a ter uma opinião diferente, isto quer dizer que houve alterações e são estas alterações que são necessárias para que a igualdade se torne uma realidade. É nisto que esta instituição e as organizações, as escolas deveriam ter como compromisso que não é só a educação nos livros, e a questão da inteligência emocional é muito importante.

A adolescência é uma idade extremamente complexa, é uma fase de tal forma crítica que pode mudar os comportamentos e as relações futuras, se eu vivencio más experiências na minha adolescência, é provável que eu vá ter más relações no futuro, no

fundo é preparar estes jovens e estas jovens para se munirem de ferramentas para que as suas relações possam ser o mais positivas possível. É importante estarem conscientes dos seus direitos, enquanto mulheres ou enquanto homens, porque a questão da violência no namoro é uma questão ligeiramente diferente da violência na conjugalidade e a rapariga é igualmente agressora, por isso tem contornos ligeiramente diferentes.

[E1]: realmente, esta segunda parte da entrevista que eu tenho aqui já era mais direccionada para a prevenção e relativamente a esta prevenção quais são os projetos, atividades ou ações que se encontram neste momento em funcionamento na instituição?

[E8]: nós também vários projetos, somos assim tipo bombeiras.. eu estou num projeto, e o mesmo é totalmente gratuito, achamos que era importante termos um projeto onde pudéssemos sensibilizar os técnicos das autarquias, das juntas de freguesia, para a questão da violência doméstica porque também percebemos que, muitas vezes, as pessoas primeiro vão a uma junta de freguesia até por uma questão económica, por exemplo de procura de emprego, e que o técnico que até está a fazer os levantamento dos dados da pessoa, é possível, ver que há ali uma situação de violência doméstica, porque as pessoas, de alguma forma, podem “deixar sair alguma coisa” e, muitas das vezes os técnicos não estão sensibilizados, e isto pode ser uma oportunidade única, porque aquela vítima pode não ir a uma polícia, a um centro de atendimento e, por isso, pode não haver mais nenhuma oportunidade para que as pessoas percebam que realmente ela está a ser vítima.

Nesse sentido, achámos que era importante desenvolver um projeto onde pudéssemos abordar as várias questões sobre a violência doméstica, até com conteúdos práticos e legislação, com indicação das casas de abrigo, com os números que também são muito importantes, como se processa tudo a nível legal desde a denúncia... no fundo, fazer uma formação sobre alguns conteúdos que são importantes na área da violência doméstica. A indemnização é um factor também muito importante os técnicos saberem, porque muitas das vezes, um entrave para a vítima sair de casa, é, exatamente a questão económica. Há a possibilidade de uma ajuda, ainda que pontual para estas mulheres, e digo mulheres, porque de facto a lei também tem lacunas, e os homens não estão contemplados nesta situação. No fundo, trata-se de informar e sensibilizar os técnicos com informações importantes, para posteriormente, esclarecer a vítima e a mesma tomar algumas decisões.

Já estive em vários sítios nesse projeto, temos contactado as autarquias e como é algo gratuito há uma adesão muito rápida, só que entretanto isto foi começando a crescer

e em sítios onde eu tinha 6 ou 7 pessoas, tenho 40 ou 50 pessoas, obviamente que para nós não é nenhum problema. Ou melhor, começa a ser problema porque nós, inicialmente, oferecíamos os conteúdos todos, as fotocópias e de repente, começaram a ser imensas fotocópias, e as autarquias acabaram por fazer essa impressão. Já fiz em vários sítios do país, desde mesão frio, régua, zona de viana do castelo, póvoa de varzim, bragança, Esposende, Espinho, maia, bonfim, ando aqui pelo porto, arredores e também para mais longe.

[E1]: e há quanto tempo existe esse projeto?

[E8]: Já estamos há 2 anos, este ano, o de 2017 já é o terceiro ano. Vamos agora começar outra vez, enviar a informação toda, porque houve alturas em que tinha 3, 4 sítios que estavam interessados na mesma altura, e, portanto, teve de haver aqui alguma calendarização. Se fosse aqui perto podíamos fazer todas as semanas, mais longe teríamos de ver melhor como iria ser. É, então, um projeto que está em curso e que é a nível nacional, e digo-lhe, tem sido de tal maneira interessante que na régua até já fizemos uma parceria. Na Régua, eles sentiam, de facto, que não há informação em termos de resposta. Muitas vezes não sabem como informar a vítima e fizemos uma parceria e vamos lá todos os meses desenvolver ações não só pela questão da violência doméstica, tem sido muito também relacionado com os jovens, com os pais. Tem sido a própria misericórdia depois a dizer quais os conteúdos que vão ser abordados, por exemplo, mediação de conflitos... já se foram fazendo várias palestras com temas diferentes mas que no fundo têm muito a ver com o contexto familiar e destas realidades.

Depois temos o projeto das escolas, e este é o terceiro ano, nós começamos com o projeto educação +, depois foi o projeto criar e este é o projeto beija-flor. Mudou exatamente em termos de faixa etária, começamos no primeiro ano, mais para adolescentes, depois conseguimos introduzir crianças de primeiro ciclo, e aqui já através da divisão municipal de educação do porto, em que nos reunimos com as 3 CPCJ, e as mesmas decidiram quais as escolas onde deveríamos fazer intervenção. Neste momento, o projeto que apresentamos à CIG é um projeto idêntico em termos dos conteúdos que são abordados, mas já trabalhamos com crianças de primeiro ciclo e este é um trabalho que nós queremos continuar a desenvolver, claro que se não tivermos apoios não vai ser fácil, porque precisamos de uma equipa técnica nas escolas.. neste momento estamos com 600 alunos.

E depois temos ações isoladas, porque, por exemplo, nesta altura do dia dos namorados, as escolas pedem, sobre a violência no namoro, sobre o bullying, que são palestras de sensibilização.

Queremos que este projeto dê continuidade ao que vamos apresentar. Queríamos apresentar já um projeto diferente, parece-nos importante, à medida que estamos no terreno vamos percebendo também outras necessidades para que o projeto se desenvolva mais e melhor e, por isso, pareceu-nos importante tentar criar um kit. E isto porque estive numa organização, no Brasil, em que eles têm esse kit, com todos os materiais, têm formação para os professores, ou seja, não que fiquem os professores a desenvolver as ações, mas que os mesmos também tenham formação nesta área para que em situações específicas eles consigam sinalizar e identificar, para que aquela situação não passe em branco, exatamente, também, para sensibilizá-los para a questão da violência no namoro, do bullying e isso é importante. Dotá-los de informação e ferramentas que podem ser úteis no dia-a-dia da sua profissão.

Temos também outro projeto, com idosos que vai terminar agora, em Maio. É um projeto muito interessante, e já estava estruturado e houve a possibilidade, através destas técnicas que estão a fazer o estágio, e que para nós foi extremamente difícil, porque a nível de custos são avultados, porque temos sempre que dar aquela parte à segurança social. No entanto, houve aqui um compromisso porque também é importante para a instituição desenvolver trabalho. E então decidimos implementar este projeto com idosos que consiste, e é um projeto muito semelhante àquele que estamos a desenvolver nas escolas, mas adaptado aos idosos, ou seja, são ações psicoeducacionais. No projeto viver sempre estivemos a ver qual seria a melhor forma de trabalhar com estes idosos, e então contactámos os centros de dia, exatamente porque entram e saem, e depois temos aqui a questão da institucionalização, ou dos maus-tratos, porque alguns idosos são institucionalizados, e ir para um lar pode, muitas das vezes, ser uma barreira. E podia haver por parte do lar, uma maior hostilidade à nossa presença, de não podermos desenvolver as ações, então decidimos contactar os centros de dia, não sabemos se foi a melhor escolha, mas foi o que nos pareceu importante. Houve uma adesão imediata, fomos mostrar o projeto, a forma como estavam implementadas as sessões, os objetivos, o que é que se pretendia e é um projeto também sistemático, eram de 15 em 15 dias e passaram a ser semanais as ações. O próprio projeto teve que ser reformulado porque também não estávamos à espera de algumas situações, ou seja, o facto de ser um projeto piloto, a dada altura tivemos que perceber que de facto estavam ali presentes algumas

questões. Ou seja, são grupos, estamos a trabalhar com 110 idosos neste momento e estas ações psicoeducacionais, aquilo que não era expetável, porque a nível de centro de atendimento sabemos que é muito difícil chegar a um idoso ou idosa era que, nestas ações, em todos os centros houvesse situações de violência doméstica. Ou seja, não sei se foi por eles sentirem que estavam num espaço onde lhes era permitido falar sobre esta questão, não estavam nas suas casas, e gostam muito de estar no centro de dia, mas muitos deles são vítimas de violência por parte dos cuidadores, outros da conjugalidade, outros até falavam de situações já passadas porque entretanto um dos cônjuges já faleceu. Como não era expetável isto, imediatamente, tivemos que reformular os próprios conteúdos, e portanto, houve ali uma intervenção com os idosos que estão a vivenciar situações de violência doméstica. Obviamente que houve a preocupação de sinalizar isto aos diretores dos centros de dia.

Vamos fazer agora um trabalho final com eles, que vai ser em vídeo, eles estão a gostar muito e já estão cheios de pena. Este trabalho com os idosos tem sido muito prazeroso e o que me parece importante reforçar é que o projeto chama-se viver sempre, exatamente porque estamos sempre a tempo, seja qual for a nossa idade de viver com dignidade e, portanto, não é por eu ter 60,70,80, 90 anos que já não tenho direitos. A pessoa está sempre a tempo de mudar e de saber que há alternativas e respostas. Ainda que nesta faixa etária seja muito difícil “apresentar” estratégias de mudança, porque é algo que já está tão enraizado, que já não conseguem “sair” daquela zona. É difícil mas há sempre a possibilidade de detetarmos, sinalizarmos, porque aqui o importante do projeto é mesmo isso, é tentar detetar situações e sinaliza-las e dar uma resposta. Acho que esta faixa é uma faixa muito esquecida. Não é que as pessoas não saibam, mas é uma faixa mais difícil de trabalhar, onde não há recursos nem respostas.

Porque até se pensarmos numa situação de risco muito elevado, por exemplo, casas de abrigo, não há resposta para estas idosas. Tivemos um exemplo de uma idosa, em que a mesma já não tinha autonomia para a sua higiene, aquela senhora precisava de tomar medicação específica, e as técnicas não tinham aqueles horários tao rígidos. No fundo é perceber que as casas de abrigo, da forma como estão, não reúnem requisitos para dar resposta a situações de mulheres vítimas de violência doméstica com um tipo de necessidades mais específicas. É algo que nós nem pensamos, mas eu posso ter 70 anos, e estar bem a nível de saúde mental, mas ter limitações físicas e para uma casa de abrigo, isso é logo um obstáculo. No entanto, há ali uma situação de risco, e o que é que se faz?

Vai para um lar? E esse lar também tem condições para dar resposta a este tipo de mulheres? No fundo, não é dar um quarto ou roupa, há muito mais a ser feito.

Atendendo à vulnerabilidade e à fragilidade é um público-alvo onde se percebe que há muitas necessidades e que há muito trabalho a desenvolver. E eu queria muito que a nossa instituição pudesse continuar este trabalho e enviei para a câmara um pedido de apoio, não nos foi negado, mas entretanto como nós vamos ter agora um relatório do trabalho todo eu queria depois pegar nesse relatório e enviá-lo. Quero mesmo ter esse relatório do que foi feito, das mudanças, do que detetámos, das necessidades específicas para que haja aqui, de facto, uma visão da necessidade de continuarmos a desenvolver este trabalho, porque não há respostas nesta área. Os próprios centros de dia acharam de tal forma importante, mesmo os senhores e senhoras que lá estão, estão sempre a perguntar-nos a que horas vamos e que atividades vamos fazer. Eles são ativos e contam histórias, estão envolvidos, não é nada expositivo, eles próprios estão sempre entusiasmados para as ações.

Para além disso, depois há outros projetos que estão na “gaveta” porque não se consegue, não há apoios. Porque se houverem esses apoios nós conseguíamos ter muito mais equipa técnica e o combate à violência tem de ser nas várias frentes e é um trabalho que nunca vai terminar. A questão da violência doméstica é um problema a que diariamente estamos expostos, através de notícias, de algum amigo ou familiar.

No Brasil há 100 000 situações todos os dias, 100 000 mulheres vítimas de violência doméstica, que morrem nas mãos dos companheiros. São assim números surreais, obviamente que estamos aqui a falar noutra escala, mas é igualmente gritante e preocupante. Ainda continua a ser o crime mais prevalente na categoria dos crimes contra as pessoas. É a tal questão cultural, sempre existiu, e não sei se ouviu aquela questão do deputado polaco que disse que as mulheres eram inferiores aos homens.. e no outro dia estive a fazer uma pesquisa, e Platão, já há 2500 anos atrás achava que as mulheres eram inferiores, que não tinham inteligência, as mulheres eram equiparadas aos escravos. E isto agora só por curiosidade porque são histórias mas são histórias que nos revelam que a mulher sempre teve um papel pouco digno. Platão acreditava que o homem morria e reencarnava e ele pôs aqui várias categorias de homens: homens com bons conhecimentos, cultos e quando reencarnavam, reencarnavam sempre em animais, então esses homens quando reencarnavam era numa gazela, ou numa ave, uma coisa superior. Outros homens que tinham pecados mas eram pecados ligeiros, que se conseguiam ultrapassar, então reencarnavam numa mosca ou num inseto parecido. E depois haviam

os homens reles, com pecados, com uma má conduta e então quando reencarnavam, reencarnavam numa mulher, isto dá para rir. Mas depois li esta notícia deste eurodeputado polaco e pensei de imediato que era um discípulo de Platão, 2500 anos depois continuamos a ter as mesmas mentalidades retrógradas, continuamos com discriminações gritantes, a mulher ainda continua a ter um papel de grande subjugação e inferioridade. São séculos que passaram e décadas de luta, sobretudo desde o 25 de abril até então.

Houve, de facto, mudanças significativas na história da mulher e no seu papel enquanto profissional. O facto de poder votar, visto que nem era dada essa possibilidade, o seu papel era somente dentro de casa, só nesta esfera e mesmo dentro de casa com pouca autonomia, porque, por exemplo mesmo em relação aos filhos, era o homem que era o responsável por tomadas de decisão. No fundo, são estas práticas sociais que nós temos que combater, é algo que está muito enraizado. Aliás, se nós pegarmos nos provérbios populares, ainda hoje, nas escolas, “entre marido e mulher não metas a colher” e os jovens usam muito isso. Acaba por perpetuar esta mentalidade retrógrada. Mas é preciso insistir, é preciso trabalhar na prevenção e este trabalho é um trabalho de anos e séculos para que existam mudanças, porque estas nunca são imediatas. E depois, muitas das vezes, o que acontece é que há avanços e conquistas, e de seguida, retrocesso. E, por isso, nós temos de estar sempre nesta linha de continuidade a trabalhar e a insistir. Há um grande trabalho pela frente, e se nós, há uns anos atrás tínhamos realmente esta visão da mulher vítima de violência doméstica, a nossa preocupação no centro de atendimento era trabalhar com a vítima, reabilitar a vítima, dar respostas, proteger a vítima, mas hoje em dia, é muito mais, é trabalhar muito mais na prevenção. É nessa linha de trabalho que estamos focadas e determinadas com muita lucidez e tenacidade.

[E1]: relativamente ao primeiro projeto que falou das autarquias, ele tem algum nome em específico?

[E8]: violência doméstica: um problema social, uma resposta social. Alguns dos conteúdos abordados foram: a caracterização da instituição, enquadramento legal da problemática, crenças e estereótipos, o ciclo da violência, os factores que levam a que a relação abusiva se mantenha, os factores que levam a vítima a sair, as estatísticas, o plano de segurança, o atendimento a vítimas de violência doméstica, o perfil do técnico, a postura profissional, como actuar durante o atendimento, cuidados a ter pelo profissional, entre muitos outros conteúdos. De salientar que depois temos uma outra parte direccionada mais para as crianças e jovens, os maus tratos, um plano de segurança direccionado para

crianças, os cuidados a ter, a violência no namoro, a violência nos idosos, a lei, as alterações que existiram desde 1982 até então. A roda do poder e do controlo, o atendimento à vítima quer presencialmente, quer através do telefone, porque muitas das vezes a vítima não se consegue dirigir onde quer que seja, porque o controlo exercido sobre a mesma é enorme e o que podemos fazer mesmo numa situação dessas, a avaliação do risco, a indemnização à vítima, etc.

[E1]: e no sul de Portugal, já implementaram esse projeto?

[E8]: Não, porque a única coisa que pedimos foi que nos pagassem o transporte e autarquia não o quis fazer, portanto, ficou sem efeito. Seria insustentável para nós pagarmos as passagens para lá. Nós já vamos gratuitamente, já nem queremos que nos paguem o almoço, podemos chegar aqui nem que seja às 2h ou 3h da manhã, mas o transporte teria de ser pago. Nestes sítios onde vamos mais longe, as autarquias costumam pagar-nos.

No projeto que temos agora nas escolas também vamos começar a abordar as questões da violência no namoro nas relações homossexuais, é uma questão muito pertinente. As coisas estão de tal forma enraizadas, que há medida que vamos implementando os projetos, percebemos que existem falhas, não podemos continuar nesta situação. E estamos, de facto, muito mais sensibilizados.

E ainda há pouco tempo tive uma chamada de uma escola, não fazemos lá estas ações, mas vamos lá todos anos, porque eles convidam-nos sempre para duas ações/palestras para irmos falar com as crianças. E a própria professora nos pediu para que falássemos sobre a questão da violência no namoro entre homossexuais e lésbicas. E que uma aluna daquela escola estava a vivenciar uma situação de bullying exatamente por causa desta questão. E depois há muitos contornos nesta questão, e nas próprias redes sociais que vêm, de certo modo, agravar toda esta situação. Temos a questão do sexting, do outing, que é por exemplo, eu ter conhecimento que uma amiga minha é lésbica e, de repente, denuncio a situação pelas redes sociais e, portanto, toda a gente tem conhecimento daquela situação. Há muitas formas de humilhar, de maltratar, e hoje os jovens têm ferramentas que nós, há muito anos não tínhamos. Mesmo esta questão das novas tecnologias é importante abordar e trabalhar nas escolas.

De facto temos mais projetos, queremos implementar mais projetos. E com os projetos que já tivemos, que temos em curso, com o atendimento aqui no centro e com o apartamento que temos de autonomização, que temos com a domus social uma parceria,



que é nisso que também andamos a trabalhar, no acordo atípico e que também foi precisa muita coisa em termos burocráticos. Neste momento estamos a aguardar então o acordo efetivo. O apartamento de autonomização é para situações em que já não há um risco elevado, no entanto aquela vítima ainda não reúne condições de autonomização, por exemplo, por questões económicas, qualquer coisa que impossibilite a sua total autonomia.

[E1]: de certa forma já me foi respondendo, em parte, a algumas das perguntas que tenho aqui, como por exemplo, como poderia caracterizar a política de prevenção desta instituição, quer primária, secundária ou terciária.

[E8]: nós fazemos tudo. Estamos nas escolas, acabamos por fazer um trabalho com as vítimas, a resposta terciária já é nesta situação de, por exemplo, apartamento de autonomização. Por isso penso que esta instituição já tem aqui um trabalho muito abrangente no que concerne a toda a problemática sobre a violência doméstica. No fundo o que é preciso perceber é que é um fenómeno multideterminado, multifacetado, há aqui muitos pontos que se podem tocar na questão do trabalho, da família, da escola.

[E1]: E na sua ótica quais são as melhores estratégias de prevenção junto da população? já percebi que essa das escolas é muito importante, trabalhar todas essas questões com as crianças e jovens, e trabalhar com a comunidade em geral.

[E8]: sim, e formação dos técnicos. Temos de perceber que na educação, têm de haver aqui políticas integradas e concertadas neste trabalho. Tem de haver um reforço de quem faz sensibilização. Tem que haver políticas mais integradas com projetos, mas isto deveria ser algo de raiz, em que os jovens comessem desde muito cedo. No fundo é ajuda-los a construir relações afetivas e sociais assentes no respeito e saímos todos a ganhar com isto. É uma melhor cidadania de uma forma muito geral. Estas ações não é só trabalhar a questão da violência, é trabalhar questões de resolução de conflitos, do bullying, dos papéis de género. No fundo perceber que há aqui uma multitude de temáticas que estão todas cruzadas entre si. Para promover uma melhor cidadania e a não violência é preciso tocar em vários pontos, trabalhar até, muitas das vezes, a questão da alfabetização das emoções, técnicas de auto controlo com os jovens e é o que se faz muitas das vezes com os agressores, nos programas que existem. Perante uma situação de adversidade como é que eu vou reagir.. provavelmente eu vou reagir ainda mais negativamente. No fundo não é eliminar sentimentos, temos aqui a questão da frustração, da ira.. é saber identificar

esses sinais dentro de mim e controlá-los. São questões que são importantes para tudo na nossa vida. No fundo, eu ao trabalhar as questões da agressividade, isso vai ser útil para várias coisas na minha vida. São questões que, começadas a trabalhar desde cedo e havendo aqui um trabalho contínuo para que existam alterações de importância significativa nos comportamentos, nas concepções. As ações isoladas são importantes, sim, mas não terão o mesmo efeito de uma ação contínua.

[E1]: esta pergunta vai ao encontro daquilo que referiu ainda há pouco... se considera que a prevenção e o facto de existirem políticas/medidas sobre a violência doméstica levou a alguma alteração sobre as representações sociais em torno da família?

[E8]: com toda a certeza. Nós trabalhamos muito com as crianças as questões dos papéis, porque é que o menino tem de ter a bola e a menina a boneca, há aqui toda uma desconstrução dessa realidade para que haja esta harmonia dos papéis. Porque, para crescermos, de facto, numa sociedade igualitária todos estes papéis e estereótipos que estão enraizados têm de ser trabalhados, e quanto mais cedo forem trabalhados, melhores serão os resultados.

[E1]: em relação aos profissionais de outras áreas/campos qual a importância da sua formação no âmbito da violência doméstica (ex. professores, profissionais de saúde,...)

[E8]: na maior parte das vezes eles são os profissionais de primeira linha. As mulheres, por exemplo, vão primeiro a um hospital do que a um centro de atendimento. Obviamente que aqui médicos, professores, assistentes sociais,... têm uma importância enorme neste processo e a nível de saúde, muitas das vezes, eles estão pouco sensibilizados. São tantas pessoas que entram e saem todos os dias dos hospitais.... Muitas vezes conseguem perceber que aquela nódoa negra naquele sítio, daquela forma, não foi apenas de uma queda. E que aquela pessoa já foi lá 2 e 3 vezes. Deveria haver hospitais, e já há alguns que o fazem, em que os técnicos têm formação e tentam perceber o que pode estar por trás daquela história. No fundo, estes médicos deveriam informar também as vítimas e tentar compreender o que aconteceu. Não chega só nós termos conhecimentos científicos disto e daquilo ou sermos os melhores magistrados. Somos seres imperfeitos e se numa situação específica há um trabalho que pode ser feito de uma outra forma, de aprofundar conhecimentos e saberes é preciso, é preciso formação na área. Devia ser obrigatório ou prioritário os vários profissionais frequentarem formações no âmbito da violência doméstica, porque as pessoas vão daquela vez ali e podem nunca mais ir a sítio nenhum e perde-se uma oportunidade. Posso falar do Brasil, porque conheço a realidade, e os

magistrados, todos eles têm formação o que permite dar respostas muito mais favoráveis àquilo que se pretende. Apesar de ser um país com muitas pessoas, e não interessa se somos 10 milhões ou 50 milhões, o que interessa é conseguirmos dar resposta às situações. Para podermos fazer mais e melhor, naturalmente que precisamos de formação.

Da mesma maneira que nós, técnicos de apoio à vítima, temos de ter uma formação, que é obrigatória, até porque, ainda nos dias hoje, acredito que em vários centros de atendimento ainda se tenha uma enorme estigmatização sobre as vítimas, em que as mesmas saem completamente ostracizadas do atendimento. Estas formações impedem também que existam más práticas por parte dos técnicos E a vítima tendo essa experiência, provavelmente nunca mais volta a pôr lá os pés. E isto são falhas, que não devem vir dos técnicos, nunca, mas não nos podemos esquecer que nem toda a gente tem perfil para ser técnico. O facto de lidar diariamente com vítimas, anos e anos é um trabalho esgotante emocionalmente, é aquela dinâmica em que parece que ouvimos a mesma história vezes e vezes sem conta. Depois há contornos que ainda nos surpreendem de malvadez, como é que é possível que haja alguém que faça estas coisas.. e eu não posso dizer esses comentários à vítima. Há aqui formas de trabalhar com a vítima e poupar a vítima ao processo de vitimização. Deve haver muito cuidado na abordagem à vítima, para que a mesma possa confiar em nós e levar todo o atendimento desta forma.. ouvir, escutar, saber respeitar os momentos daquela pessoa, se a vítima quiser chorar, aguardar. Não podem haver atropelos de informação, é dar espaço à vítima e respeitar todos estes tempos. Às vezes os contornos de malvadez são tantos que nós, técnicos, temos de nos conter para não chorar com aquela vítima. Eu posso dizer que já recebi mulheres sem unhas, recebi uma jovem com uma queimadura de um ferro a vapor nas costas e, portanto, quando vêm para uma situação de casa de abrigo, é porque já está mesmo no limite, ou saio ou morro.

Mas às vezes há outras situações que não parecem limite e rapidamente se precipitam, por isso é preciso ter muito cuidado com a avaliação de risco, porque a história pode mudar rapidamente, daí a necessidade da própria avaliação do risco ser reavaliada. Todos estes instrumentos com os quais trabalhamos hoje em dia também nos dão melhores resultados e um melhor trabalho com as vítimas, porque, por exemplo, nem todas precisam de casa de abrigo, nem todas as vítimas querem sair das suas casas e não podemos obrigar ninguém. No entanto, é sempre o meu dever informar e consciencializar a vítima para aquele risco, mostrar-lhe tudo, essa é a nossa responsabilidade.

[E1]: Eram estas as questões que tinha para lhe fazer.

[E8]: não sei se aqui pretende estar com alguma psicóloga para perceber melhor a dinâmica.

[E1]: penso que não, penso que a informação que me deu foi suficiente e bastante explícita.

[E8]: penso que é extremamente importante em várias áreas, e esta não é exceção que exista um trabalho em rede entre as diversas entidades. Acho que as instituições deviam estar totalmente recetivas, até de nos reunirmos, tentar criar uma comissão. Acho que, dentro das suas limitações, as entidades fazem o melhor que podem. Ainda agora, do brasil, foram-me dados vários materiais. Esta instituição, agora, tem novas instalações, mas quem a viu há 15 anos atrás e vê hoje, percebe que houve aqui um percurso notável porque trabalhamos com algo muito nobre. Perante todas as dificuldades não temos vindo a desistir, e temos vindo a evoluir no trabalho, na parte das parcerias estabelecidas porque temos mostrado trabalho. Temos que reinventar, quando precisamos de algo, contactamos, tem de ser. A instituição ainda tem muito por fazer, e o acordo efetivo vai-nos permitir fazer isso. Tudo o que seja mudar, transformar, melhorar nós queremos estar presentes e o nosso trabalho é feito nesse sentido.

[E1]: e ainda bem que existem instituições que fazem todo este trabalho, ainda que a muito custo, mas que vale completamente a pena e que é necessário.

[E8]: e Deus me permita continuar aqui muitos mais anos a ajudar a instituição, porque é um trabalho muito louvável. É um trabalho para uma melhor vida aqui na terra e que é muito necessário. Somos uma IPSS, mas é um projeto de cariz humanitário, de solidariedade, em que é preciso dar-nos o nosso abraço, a nossa alma. Estive para desistir muitas vezes, porque trabalhei nas situações mais adversas.. nas antigas instalações era frio, humidade, a casa era muito velha, mas que foi ali que foi a história. Mas o inverno era uma coisa pavorosa. Fazer atendimentos, levar botijas de água quente de casa e meter nas costas porque estávamos ali imenso tempo. E só com papel e caneta, não haviam computadores, não havia informática.. quando precisava de enviar algum e-mail, ligava ao meu marido para ele enviar naquela altura. E era assim há 17 anos atrás, a instituição não tinha dinheiro nenhum, quando eu fiquei como presidente. Primeiro fui convidada para vice-presidente e depois tornei-me presidente. Foram muitos anos a trabalhar sem

condições, mas sem desistirmos, e obviamente que não sou só eu que estou aqui na instituição, há resistentes, já de há vários anos.

[E1]: Obrigada. A entrevista foi muito esclarecedora e deu-me várias informações úteis para o trabalho que estou a realizar.

[E9] – Entrevistada (Feminino, Psicóloga)

[E9]: Vamos lá ver no que é que eu a posso ajudar nesta entrevista.

[E1]: Creio que poderá ajudar em muitos aspetos. Mas, ainda assim, vale a pena relembrar o objetivo desta entrevista: eu sou uma estudante da FPCEUP, e estou a frequentar o mestrado em ciências da educação. Neste momento o meu estágio está a ser realizado na câmara municipal do porto, na divisão de ação social, tal como já referi, e foi-me sugerido que elaborasse um roteiro, para a cidade do porto, sobre tudo o que está relacionado com a violência doméstica. Isto é, todas as instituições que fazem atendimento e encaminhamento às vítimas, os seus projetos neste âmbito, o enquadramento teórico e legal sobre o tema. Depois, outro dos focos igualmente importantes desta entrevista é a prevenção, em que pretendo compreender qual a política de prevenção desta instituição, e, também, como se processa o atendimento e encaminhamento das vítimas.

A primeira pergunta diz respeito a que valências ou espaços possui este centro de atendimento e quais aqueles que não existem, mas que consideraria necessários?

[E9]: Isso é uma questão um bocadinho aberta. Já quando vos chegou o vosso e-mail e a diretora me falou sobre os objetivos do trabalho e as questões que iam ser colocadas, eu achei que era um pouco vasto, mas tentando resumir, talvez seja melhor eu referir-me à instituição mãe, e não a este centro de atendimento em específico. Somos uma organização de mulheres de carácter feminista que já existe há 40 anos, e desses 40 anos, sensivelmente 20, apesar de todos eles se dedicarem à luta pelos direitos e interesses das mulheres, sensivelmente 20 desses 40 foram já passados com trabalho específico na área da violência contra as mulheres, e dentro da violência contra as mulheres, a violência na intimidade, conjugal ou doméstica.

Quase logo, assim que se começou a trabalhar nesta área, esta organização abriu um centro de atendimento a mulheres vítimas de violência em Lisboa, mais propriamente em Almada, que começou logo por desenvolver um trabalho que continua a ser desenvolvido ainda hoje. No entanto, só em 2009 é que abre este centro de atendimento, o centro de atendimento e acompanhamento a mulheres vítimas de violência, aqui no Porto.

Este centro de atendimento tem as seguintes valências: apoio psicológico, apoio jurídico, apoio social e apoio de orientação vocacional ou profissional, aqui mais numa perspetiva de integração ou reintegração das mulheres vítimas de violência no mercado

de trabalho. Estas valências são confidenciais, gratuitas e o atendimento é perfeitamente livre e voluntário, portanto, qualquer mulher vítima de violência de qualquer tipo, mas nomeadamente violência doméstica pode recorrer a estas valências e a estes serviços, e no momento em que não achar que necessita deles, independentemente de ter sido encaminhada por alguma outra entidade, de ter ou não apresentado denúncia, no momento em que achar que deixou de fazer sentido pode abandonar os serviços sem qualquer tipo de consequência para ela, bem como retomar ou voltar a ter ajuda ou a recorrer, sempre que achar necessário. Em termos de espaço físico, atendimento aqui no Porto é só este, em Lisboa também é só um. Além disto, esta organização tem a gestão de outros equipamentos e de outros projetos na área da violência, mas não sei se esta será a melhor questão para falar disso.

[E1]: Mas sim, com o que disse, respondeu à minha pergunta. E, de facto, mais à frente existirão questões acerca dos projetos em curso.

[E8]: Deixe-me só dizer que, em termos de espaço físico, um local é suficiente, até porque depois existem outras entidades da rede nacional de casas de abrigo e centros de atendimento a mulheres vítimas de violência que dão apoios noutros sítios. Nesta organização, este centro aqui no Porto, existe e basta para o volume de trabalho que temos e para os casos que nos têm chegado. Agora, se me perguntar a nível de instalações o que é que eu acho que era necessário, umas instalações de maior qualidade, com mais condições, quer para a equipa técnica que cá trabalha, quer para as senhoras e para os seus filhos que aqui vêm. Estamos numas instalações na medida daquilo que podemos custear mas que deixam muito a desejar como pode ver como chegou. Este espaço já tem muita idade, poucas condições de conforto.

[E1]: Relativamente à equipa técnica, que membros fazem parte da mesma e qual a sua formação de base?

[E8]: Eu vou falar da equipa geral, total, porque efetivamente acho que neste tipo de trabalho toda a gente conta. Temos a diretora técnica que tem formação na área dos recursos humanos, mas formação pós-graduada nesta área, é também técnica de apoio à vítima, portanto tem esse curso, que está previsto na lei. Temos uma auxiliar administrativa que também tem formação superior na área da gestão dos recursos humanos e curso de técnico apoio à vítima, também. Está a fazer trabalho administrativo mas não deixa de ter formação na área específica do atendimento às vítimas. Temos t uma

auxiliar de serviços gerais, que é a senhora que vem cá todos os dias tratar da organização do centro de atendimento e, portanto, aqui temos a parte da ‘direção técnica’ e apoio à gestão, administrativa.

Depois em termos de equipa técnica, a diretora técnica acaba por funcionar como membro da equipa, ao estar responsável pela área de que já falei, da orientação vocacional e profissional. Depois temos a equipa multidisciplinar, nuclear, digamos assim, que é constituída por mim, que sou psicóloga, sou formada em psicologia com pré-especialização em comportamento desviante e justiça, membro efetivo da ordem dos psicólogos, já com especialidade em psicologia clínica, especialidade avançada em psicologia da justiça. Depois temos a assistente social e temos uma jurista, que é uma advogada que nos presta aqui apoio. Basicamente, todas nós somos detentoras do curso de técnico de apoio à vítima. Além da nossa formação base temos também essa formação específica. E depois cada uma, ao seu nível e dependendo dos anos a que estamos na área e que se dedicam a estas matérias, tem formação pós-graduada mais ou menos completa, mais ou menos extensiva. Eu, pessoalmente, tenho imensa formação pós-graduada na área das vítimas, porque ainda não tinha terminado o mestrado e já estava a fazer cursos pós-graduados na área porque me interessava muito pelo tema. De qualquer das maneiras toda a gente que faz parte da equipa está habilitada a trabalhar com vítimas de violência, nomeadamente as vítimas de violência doméstica.

[E1]: de que forma é realizado o atendimento e apoio a uma vítima de violência doméstica? Que preocupações existem?

[E8]: Esta pergunta dava para estarmos a falar uma semana. Eu quero ressaltar que todas as respostas que estou a dar são resuminhos. O que acontece é que, em termos práticos, a vítima chega-nos encaminhada por um qualquer serviço ou por meios próprios, porque viu na internet, na televisão ou porque uma amiga veio cá, e recomendou que ela viesse. Após um contacto muitas das vezes telefónico, mas também já presencial, é feita uma marcação para um primeiro atendimento. A esse atendimento nós chamamos de atendimento geral, no fundo, é nada mais nada menos que uma avaliação de necessidades da vítima. Após esse atendimento, mesmo no próprio dia ou nos dias subsequentes também de acordo com aquilo que é a avaliação do risco, a urgência ou a emergência com que as coisas têm de ser tratadas, ou não, a vítima é encaminhada para uma ou mais valências dentro do centro de atendimento. Este atendimento geral é realizado por qualquer uma das técnicas de apoio à vítima, preferencialmente por mim ou pela



assistente social, que somos os dois membros da equipa mais constantes. A diretora técnica desdobra-se em muitas outras funções, a auxiliar administrativa também, a jurista está cá mas está a tempo parcial, portanto, nós tentamos fazer um maior número de atendimentos de avaliação de necessidades porque também somos nós que estamos mais disponíveis para fazer uma gestão e follow up dos processos. De qualquer das maneiras, qualquer pessoa, dentro desta equipa está habilitada a fazer essa avaliação.

Essa avaliação, tem, digamos assim, nós dispomos de umas fichas de atendimento, de recolha de informação mais ou menos padronizada e é fácil de perceber qual será. Uma caracterização sociodemográfica da vítima, dos seus filhos e filhas menores e que possam, eventualmente, estar na sua dependência, ou até maiores em alguns casos. Identificar a situação habitacional, a situação económica, etc. e depois uma parte, toda ela relacionada com aquilo que a traz até nós e que existe o nosso trabalho específico. Uma caracterização da situação de violência, quem é o agressor ou agressores, uma avaliação de risco que é o nosso norte, o nosso farol, tudo na nossa intervenção acaba por se basear na avaliação de risco/ e desejos e necessidades das vítimas. E, portanto, é feita uma recolha destas informações todas.

Quando a pessoa vai para as valências já leva atrás de si um processo aberto, com um número, com esta informação básica recolhida para daí se dar continuidade. Se precisa de apoio jurídico, para que processos, tipos de informações. Se precisa de apoio social, subsídios, apoios, habitação, acompanhamento psicológico. A situação mais ou menos resumida, se já foi acompanhada antes, se nunca foi, se tem historial psiquiátrico associado ou não, se faz ou não faz medicação, se já foi acompanhada a nível psicológico noutros locais, assim como se necessitar de apoio de orientação profissional, vocacional também se vai fazer aqui uma avaliação da história laboral, se está empregada ou desempregada, em que trabalha, quais são as suas habilitações. Na avaliação de necessidades também há uma recolha de informação que depois norteia quem tiver de intervir no caso, muito resumidamente é isto.

Agora em termos de principais preocupações são estas duas: manter a vítima em segurança, avaliar o risco e fazer uma monitorização do mesmo, ou acompanhamento e respeitar ao máximo dentro daquilo que são os nossos recursos, as nossas possibilidades, a vontade da vítima, a sua autonomia, o seu direito a escolher como é que o seu próprio processo de reorganização e de reconstrução de projeto de vida vai ocorrer. Jamais impor às vítimas aquilo que elas devem fazer e muito menos negar-lhes o apoio e acompanhamento se a vontade dela for ao encontro daquilo que nós consideramos ser o

mais correto. Porque nesta problemática específica, isto para nós é o mais importante. Tentar fazer aqui um balanceamento, não há um ideal mas um tendencialmente ideal entre aquilo que é possível, aquilo que a vítima quer e o risco que a vítima corre, portanto, para este nível de risco, quais são as respostas e quais destas respostas vão encaixar naquilo que é a vontade da vítima. Acho que me fiz entender.

[E1]: Sim fez. Quais pensa ser os contornos familiares deste fenómeno? Nomeadamente os impactos a nível conjugal, parental,...

[E9]: Este fenómeno é um fenómeno transversal a toda a sociedade. Que afeta ou pode afetar todas as pessoas, de qualquer estatuto social, económico, com qualquer tipo de habilitações literárias, em qualquer momento da sua vida. A literatura, os estudos, a história dizem-nos que o maior número de pessoas afetadas por este fenómeno são mulheres, tanto que o fenómeno tem um maior impacto junto das pessoas do sexo feminino, mas nós sabemos que há outros grupos que também são alvo, por assim dizer, deste fenómeno. Nomeadamente pessoas com uma idade mais avançada, as crianças, e hoje em dia, começa a haver na ordem do dia, e ainda bem, a população LGBT, como nós gostamos de rotular, que é uma forma de conseguirmos catalogar uma série de outras pessoas que têm identidade, orientação, e tudo mais, que a sociedade ainda vê como alternativa ou alternativas e nem sempre são aceites como deviam ser.

É um fenómeno que tem um impacto grave e negativo na sociedade, tal como existe transversalmente, tem um impacto transversal. Só que aqui quando eu falo de existência, eventualmente nessa transversalidade nem toda a gente é diretamente vítima. No entanto quando eu falo de impacto social na transversalidade, toda a gente acaba por ser indiretamente vítima. Todos nós pagamos por este fenómeno física, emocionalmente, economicamente. É exatamente como eu dizer que o alcoolismo ou a toxicodependência tem um impacto na sociedade. Ou que as doenças profissionais têm um impacto na sociedade muito negativo que é: nós todos e todas acabamos por pagar por isso, mais cedo ou mais tarde. Assim como da má alimentação causa problemas cardíacos e depois nós temos uma sociedade inválida para o trabalho porque tem uma taxa de incidência de problemas cardíacos muito alta. Ora, na violência doméstica é exatamente assim, e como ela é um fenómeno específico e que afeta particularmente mulheres, deparamo-nos com algo que é ainda mais grave, e porquê? Porque as mulheres são uma força de trabalho muito específica, que não é só o trabalho laboral que é executado preferencialmente por mulheres que fica afetado. É tudo o resto que a mulher representa na sociedade e que

ainda continua a representar fruto de uma série de desigualdades que também fica afetada e perturbada. Todo aquele trabalho não pago que as mulheres fazem também fica afetado pelo facto de elas serem vítimas de violência, mais que as outras pessoas.

Além disso a violência doméstica tem impactos na saúde das vítimas, na saúde física e psicológica. Há muitas mulheres que, efetivamente, têm danos físicos permanentes devido à violência que foram alvo. Danos psicológicos ainda mais, porque sempre que existe violência física, existe violência psicológica, o contrário já não se verifica. É outra questão que daria aqui pano para mangas. É um fenómeno que tem origens muito remotas no passado, na sociedade machista, patriarcal. Toda uma série de educações que leva a que este fenómeno, ainda nos dias de hoje, continue a ser muito real e muito doloroso e tem consequências imediatas no presente: o absentismo escolar de crianças, o absentismo laboral e escolar de mulheres, enfim, muitos outros exemplos que poderia dar, e que têm impactos no futuro a esse nível. O impacto da violência doméstica é tanto e em tantas áreas que não lhe consigo responder de uma forma clara e objetiva. Efetivamente temos impactos muito sérios e variados.

[E1]: relativamente às dificuldades, quais são as dificuldades ou limitações com que este centro de atendimento se depara? Já me falou das instalações que acaba por ser uma dificuldade.

[E9]: Os centros de atendimento, este e outros, digo eu, deparam-se com dificuldades a vários níveis. Se formos falar a nível de dificuldades de funcionamento interno ou daquilo que são as características das próprias instituições é óbvio que a maior parte das instituições que trabalha a este nível são instituições particulares de solidariedade social, organizações não governamentais, associações de uma série de tipos e que para funcionarem dependem ou apenas e só de si próprias ou, eventualmente, de donativos, de cotas, de subsídios estatais, de variadas formas de financiamento. E formas de financiamento mais ou menos autónomas. O que é que acaba por acontecer, claramente que passam por dificuldades. Relativamente a este centro de atendimento, o mesmo possui um acordo atípico com a segurança social, ou seja, há uma parte do funcionamento deste centro que mensalmente é assegurado pela segurança social, mas a outra parte é assegurada pelas cotas das associadas ou por meios próprios de financiamento. Mas há associações ou instituições que trabalham nesta área e que se vão financiar a projetos, projetos com fundos, por exemplo, do Fundo Social Europeu, e que, portanto, só

conseguem funcionar enquanto o projeto está em funcionamento ou ativo. Hoje cada vez mais e porque há uma série de regulamentações e de leis que entretanto saíram, cada vez menos o apoio a vítimas funciona na dependência de projetos temporários. É tendencialmente contínuo no tempo. No entanto não é fácil porque nem todas as entidades têm acordos atípicos com a segurança social e mesmo as que têm, que é o nosso caso, são valores muito baixos que estão implicados. Portanto, em termos de funcionamento das instituições a maior dificuldade é o financiamento, sem dúvida. Porque é necessário obedecer a uma série de critérios de funcionamento e standards de qualidade que também estão previstos na lei. Agora, cada vez mais, tudo é obrigatório e está legislado.

Houve um “boom” de oferta nesta área do apoio às vítimas e a certa altura começou-se a perceber que era necessário colocar aqui um certo ponto de ordem, porque, como tudo o que está a evoluir, o apoio à vítima, lá está, como eu disse no início só começou a ser uma realidade mais presente nos últimos 20 anos e nesses 20 anos, muito trabalho foi feito e houve uma evolução muito grande. Era tudo muito rudimentar, e quase que com aquela pressa de ser criada uma rede de respostas a esta problemática houve um desenvolvimento um bocadinho “selvagem”. Agora, neste momento, está tudo mais ou menos criado, as pessoas começam a preocupar-se em afinar um bocadinho isto e começar a limar as arestas e a pôr isto um bocadinho mais direitinho. Se se procurar está tudo legislado, mesmo na CIG, que é a entidade basicamente “superior” e que regula tudo isto tem tudo organizado, legislado, e as indicações todas feitas. Portanto, para corresponder também a esses standards de qualidade os meios são outros, são necessários mais e melhores do que tínhamos até aqui e ainda bem.

Depois há outro tipo de dificuldades que são necessidades que têm a ver com a própria vítima que, normalmente, este fenómeno caracteriza-se por uma série de avanços e recuos, de ambiguidade por parte das próprias vítimas que nem sempre estão preparadas para assumir o processo de apoio e de mudança no ritmo em que seria desejável para a sua segurança e bem-estar, e para o fim das relações violentas. Aquela coisa do “Ah a vítima pede ajuda mas depois regressa à relação violenta” é, às vezes, uma dificuldade que se coloca à intervenção mas que nós temos de estar preparadas para lidar com ela, quando a vítima realmente não quer voltar atrás na sua decisão de continuar na relação violenta e depois há uma série de outras dificuldades que estão relacionadas com as respostas que existem. Há questões que funcionam de uma determinada maneira, porque, neste momento é assim que é possível funcionar, ou como está decidido que irá funcionar e que, para o nosso trabalho, acaba por não ser o melhor e que nos coloca

algumas dificuldades. Vou dar um exemplo dos quinhentos mil que podia dar: habitação social. Está previsto no chamado estatuto de vítima que vítimas de violência devam ter um acesso facilitado no que respeita às habitações sociais. Os regulamentos internos dos municípios portugueses colocam uma série de regras de admissão de candidaturas que colidem com este interesse da vítima, que tem este estatuto de vítima. Não só colidem, como na maioria dos casos, ou quase na totalidade dos casos, se sobrepõe a esse mesmo estatuto, ou seja, se eu for vítima de violência doméstica e necessitar de uma habitação social em que existe toda uma situação de fragilidade económica, em relação aos filhos, e porque efetivamente a vítima está numa situação económica e social, em que uma habitação social podia ser a “tábua de salvação”, provavelmente e mesmo tendo estatuto de vítima, a mesma não vai ter prioridade no acesso a essa habitação e vai acabar por ter de aguardar o mesmo tempo para que a análise da candidatura seja feita, que aguarda uma pessoa que não é vítima. Ora, este tipo de situações que vão aqui ocorrendo, assim como algumas na área da justiça são entraves diários ao nosso trabalho. Portanto, quando falamos de dificuldades no trabalho com as vítimas, existem vários tipos, várias “caixinhas” de dificuldades diferentes e há umas que se prendem connosco, outras que se prendem com a própria vítima, outras que se prendem com a justiça, outras que se prendem com outras entidades. São várias as dificuldades a enfrentar em vários campos, embora disse e volte a repetir, tenha sido feito um trabalho enorme nas últimas duas décadas em Portugal e nós estamos a anos-luz daquilo que estávamos. Eu trabalho nesta área desde 2009 e só nestes poucos anos já sinto uma diferença abismal em termos de dificuldades que foram sendo ultrapassadas ao longo destes anos e orgulho-me muito de fazer parte de algumas lutas que as equipas técnicas que estão no terreno e que se depararam com as dificuldades foram exigindo e encabeçando essas lutas pelas melhorias e fomos conseguindo muitas coisas, felizmente.

[E1]: agora a segunda parte desta entrevista, mais direcionada para a prevenção, gostava de lhe perguntar se se encontra em funcionamento algum tipo de ação/programa/atividade/projeto no âmbito da prevenção, neste centro de atendimento?

[E9]: Neste centro de atendimento o que é feito é um trabalho mais remediativo, porque quando as vítimas chegam até nós, normalmente a situação de violência já está instalada, independentemente do tempo com que já conta. Podem ser situações de 40 anos ou situações que começaram há meses, ou há semanas atrás e que contam com um único episódio de agressão em que a vítima decidiu pedir ajuda. No entanto, apesar de ser uma

esfera já de intervenção no campo da remediação não deixa de haver aqui prevenção também.

A prevenção da recidiva, da reincidência, da recaída, nós tentamos ao ajudar a vítima a remediar aquela situação, tentamos fazer todo um trabalho com vista a que ela não reincida naquela mesma situação, nem venha a recair naquela mesma situação. Como? Há pessoas que ainda pensam, e eu como psicóloga ainda lido muito com isso, nesta coisa de reestruturar a cabeça da vítima porque se ela se “mete em relações violentas é porque gosta, e porque gosta de apanhar” e, portanto, é preciso tentar reprogramá-la para que ela não volte a ser vítima de outros, ou do mesmo agressor, e isto não corresponde à realidade. Como disse, toda a gente pode, em qualquer momento da sua vida, ser agressor ou vítima e independentemente de nunca dizer “isso nunca me vai acontecer, porque jamais permitiria, ou jamais faria”, ninguém está livre de incorrer numa situação destas, mas não há lugar para reprogramação nenhuma. O que há lugar aqui é uma tentativa de ajudar as vítimas a perceber quais são os sinais e sintomas de uma potencial relação violenta e a começar a evitá-los. Dar-lhe instrumentos para reparar em questões efetivamente ligadas ao seu auto-conceito, à auto-estima, ao seu estilo de vida. Ajudá-la a identificar padrões de comportamento, ou situações que a podem levar a incorrer em relacionamentos deste tipo. Portanto, já há prevenção. Há quem acabe por etiquetar isto e fale disto como prevenção terciária, ou algo do género. Não interessa agora o que é, mas há prevenção e é feita prevenção, mesmo durante a remediação.

Mas a organização-mãe, aí sim, temos de sair deste centro de atendimento, tem prevenção primária a funcionar, enquanto organização não governamental e associação de mulheres que é, e com esse trabalho reconhecido na área da violência de há uns anos para cá, esta organização implementa ou tenta implementar programas de prevenção da violência de género nas escolas, junta das crianças desde as mais tenras idades até à adolescência e juventude. Já existiram vários projetos, e ainda hoje existem projetos da nessa área. Começou por um projeto que até deu origem a uma publicação, penso eu, chamado Gostar de mim, Gostar de Ti, que, no fundo, é uma ligação que sistematiza, resume aquilo que é o programa de intervenção desta organização nas escolas. E depois houve outros projetos. Neste momento está um em curso chamado Artways, mas também houve outro chamado Arthémis, agora não posso precisar se estão ambos em funcionamento ou se um deles já cessou. Houve outro mais atrás que até foi renovado mais do que eu uma vez e teve bastante impacto mediático, que foi o Mudanças com Arte. Houve o mudanças com arte I, e o mudanças com arte II, este último foi até prologando

até mais uns meses do que aquilo que estava previsto. São projetos financiados por fundos e por linhas de financiamento avulsas, o Fundo Social Europeu, das instituições tipo Calouste Gulbenkian para dar um exemplo, na qual contratamos uma equipa e durante aquele ano ou anos asseguramos esses programas de prevenção nas escolas.

Quando não existe financiamento, esta organização faz isto a título voluntário. Participando em workshops, conferências, em aulas programadas pelos diretores de turma ou os professores daquelas unidades curriculares mais abertas das escolas a estas atividades. Qual é a nossa luta mais recentemente? Por compreendermos a importância inegável e enorme que este trabalho tem, temos vindo a exigir e a lutar para que a prevenção da violência de género nas escolas seja uma realidade contínua, ou seja, que faça parte dos programas, que esteja presente na elaboração dos manuais escolares e que não seja necessário esta, ou outra instituição e que se dediquem a este tipo de trabalho viverem de ou recorrerem a financiamentos temporários e que ao final de um tempo nos obrigam às vezes a parar ou a diminuir muito o campo de ação e que sejam uma resposta com financiamento também ele contínuo, mais à imagem dos centros de atendimento como são agora.

Mas a luta continua, nesta instituição e por excelência, porque eu conheço e trabalho há vários anos na área e conheço as outras instituições que trabalham na área, porque articulo com elas no meu trabalho diário, porque nós não estamos no terreno para nos impedirmos de funcionar uns aos outros nem para boicotarmos o trabalho uns dos outros, mas sim para trabalhar em equipa, e em rede e ao articular com essas entidades percebo que todas elas acabam por fazer um certo trabalho de prevenção, mas esta instituição em particular, e camisoladas à parte, porque é óbvio que eu uso a camisola desta instituição, é uma das instituições que mais se dedica e há mais tempo, e com mais reconhecimento, e que aborda temas como a prevenção da violência no namoro, prevenção da violência sexual, prevenção da violência doméstica, todos os tipos de violência na sociedade. Eu estou aqui em representação do centro de atendimento, mas sim, está a falar com uma entidade que desenvolve trabalho nessa área e que é uma das suas áreas mais caras e uma das suas bandeiras mais nobres.

[E1]: E do seu ponto de vista quais é que seriam as melhores estratégias de prevenção junto da população e porquê?

[E9]: As estratégias de prevenção são todas boas, para mim não há nenhuma que seja má. Existem, sim, algumas que poderão ser mais adequadas do que outras. Por exemplo, na

minha opinião pessoal, eu não gosto de estratégias de prevenção que vão pelo choque, nem na violência nem em nenhuma outra área. No entanto há pessoas que só conseguem receber e perceber a mensagem dessa forma, e outras pessoas que só acham que se deve fazer prevenção pelo choque. Tudo bem, como disse, para mim, desde que seja feita dentro dos limites do bom senso, de uma forma fundamentada e com argumentos éticos e técnicos e acadêmicos, enfim, seja de que natureza forem mas que sejam válidos, tudo bem. Eu não gosto pessoalmente do choque e nesta área, e como em muitas questões da área da saúde, por exemplo o tabagismo ou as drogas, nesta área bem como nessas ainda se vai lá muito pelo choque. Por isso é que nós vemos sempre as publicidades com as mulheres agredidas fisicamente, com as caras, e já nem vou dizer os olhos negros, porque ultimamente as coisas têm escalado para olhos negros, lábios rebentados, sangue, morgues, cadáveres. E se nós fizermos uma busca por campanhas pela prevenção da violência nós vemos coisas hediondas, escabrosas. E porque é que eu discordo imenso dessa abordagem na área da violência, não é bem um fenômeno como o tabagismo que já sabemos que se pusermos uma imagem de uns pulmões de um fumador, eles são horríveis ao lado de uns pulmões de uma pessoa saudável, isto tem lógica. É chocante, mas não deixa de ter uma certa lógica, mas no caso da violência e eu como psicóloga vejo isso todos os dias em consulta, esta violência que deixa estas marcas ela existe, é absolutamente grave e tem que ser interrompida. No entanto, ela não é representativa da maioria das vítimas. Enquanto que eu posso dizer que uma pessoa que é fumadora há imensos anos, tem efetivamente os pulmões enegrecidos, e outra pessoa que não o é, tem os pulmões saudáveis, cor-de-rosa, eu não posso dizer que a maioria das vítimas tem a cara toda desfigurada nas agressões que sofre. Porque todos os dias milhões de mulheres, em todo o mundo, milhões de crianças em todo o mundo são fortemente agredidas de todas as formas possíveis e imaginárias que não deixam sequer uma única marca visível. E, portanto, a sensibilização nesta área não pode ser feita, primordialmente, pelo choque.

Porque morrem muitas mulheres vítimas de violência doméstica neste país, morre uma monstruosidade de mulheres todos os anos, nós mesmas, aqui no centro, temos uma homenagem anual a estas vítimas, e chocamo-nos sempre com o número de nomes que temos de citar, mesmo quando eles decaem, de um ano para o outro, por exemplo, para metade, é sempre muito. Uma já é de mais. Mas 40, em média, nos últimos 10 anos é monstruoso, é inqualificável, não tem descrição possível. Ainda há uns tempos vi um anúncio francês com uma morgue, foi muito badalada essa campanha, no youtube, choca. A pessoa que está a ser vítima de violência doméstica poderá fazer uma reflexão



complexa do gênero: “um dia isto pode escalar para violência física, e essa mesma violência pode escalar de tal modo que eu acabo numa morgue.” Mas é difícil que uma vítima que é violentada psicologicamente “apenas”, entre aspas, fazer um raciocínio complexo deste gênero. É mais fácil ela fazer aquilo com que eu me defronto diariamente que é: “ah, isto é que é violência. Aquilo que eu sofro não é.” Às vezes elas apanham na mesma, umas bofetadas, mas só porque não deixa aquelas marcas já leva a que a vítima pense: “ah, umas bofetadas, insultos, humilhações, isto não é violência, só aquilo é que é.”

Por isso, a nível de estratégias de prevenção esta é uma das poucas críticas que posso fazer: acho que continua a ir-se muito pelo choque e o mesmo não é representativo. E, como tal, deviam ser pensadas outras estratégias de prevenção e outras campanhas que não estas. Agora, toda a prevenção é válida. Se vem pelo choque, deixem-na vir. Depois há outra coisa que eu acho que devia acontecer e não acontece que é: não se esquecerem de incluir os agressores nas campanhas de prevenção. Bem como nas outras estruturas e nas outras áreas de intervenção nesta problemática, porque de há uns anos para cá, o sistema de justiça criou programas específicos de intervenção psicológica, psicoeducacional, psicossocial com agressores. E esses programas, são muitas das vezes, de frequência obrigatória imposta pelo tribunal, como medida de coação ou de pena. Mas antes disso nós temos de pensar ou repensar até que ponto é que não seria importante difundir mensagens de prevenção, desta parte, da agressão, e não apenas das vítimas, nas campanhas, etc. Porque ao nível da prevenção da violência de gênero, como por exemplo esta instituição faz a níveis muito precoces do desenvolvimento das crianças e dos jovens, essa prevenção é transversal. Vamos partir do princípio que a maior parte das crianças e jovens que são abrangidos por essas sessões ainda não apresenta situações de agressão ou vitimação, sendo que nos mais velhinhos nós já começamos a ver isso no namoro e em muitos dos estereótipos de gênero e de violência de gênero começam logo muito cedo, entre as crianças muito pequeninas que já segregam as meninas, por exemplo, porque usam roupa muito roupa ou porque se maquilham ou porque têm muitos namorados, e já começa a haver aquela violência simbólica entre eles.

Mas vamos partir do princípio que ainda não existem situações e, portanto, a prevenção é transversal. Mas a nível de campanhas, e ao nível da prevenção na remediação e uma prevenção mais terciária a parte do agressor continua a estar muito a descoberto, porque, efetivamente, existem programas, mas a maior parte dos agressores só toma conhecimento deles, se eles lhe forem impostos pelo sistema de justiça, onde eles

só entram, se já houver uma denúncia contra eles. Por exemplo, um indivíduo que tenha problemas deste género, mas que tenha algum insight, alguma crítica, também são raros os que têm, mas existem efetivamente os que têm. Não sabem que há serviços que podem recorrer voluntariamente para pedir ajuda e dizer “eu tenho um problema de agressão, eu agredido a minha mulher ou os meus filhos e preciso de ajuda” não sabem porque esta informação não é veiculada em lado nenhum. Este indivíduo pode tentar recorrer a título particular ajuda, mas ele não sabe que existe, efetivamente, ajuda. Assim como uma vítima vem cá pedir ajuda porque está a ser agredida, existem serviços, menos é certo, mas que dão apoio a quem está a agredir, não sabem. E as mensagens, mesmo as mensagens mediáticas são só dirigidas para as vítimas, não existem mensagens para os agressores, nem preventivas, nem remediativas, nem punitivas. Do género: “senhor agressor se está a agredir, você é um criminoso”. Normalmente aparece “a violência doméstica é um crime”, tudo bem, e eles admitirem isso? Há que haver aqui uma maior direção mais concreta, porque se não a mensagem não chega. Há uma série de impedimentos, como eu dizia há pouco, as vítimas não se revêm naquilo que são as campanhas nacionais, às vezes as próprias campanhas as afastam de pedir ajuda, no caso dos agressores a mesma coisa. O fenómeno tem de ser abordado nas suas várias frentes, não vamos poder pegar só pelas vítimas. A prevenção tem de pegar em toda a gente, naquelas que poderão ser potencialmente vítimas, potencialmente agressoras, ou até mesmo as duas coisas, que é a maioria. É preciso assumir isto sem medos, sem vergonhas, porque aquela também é uma parte do problema, portanto também é uma parte da solução

Outra coisa que eu ia referir há pouco e que não referi que é: não esquecer as vítimas de outros sexos, nós estamos aqui numa associação feminista que por princípio só atende mulheres, mas também existem homens que são vítimas. Os números são inexpressivos, é verdade, comparativamente com o número de mulheres agredidas, mas não interessa, também são vítimas. E vítimas deste sexo, cada vez mais se levanta problemáticas como a violência na homossexualidade, portanto também acaba por haver aqui uma vulnerabilidade, por vezes. Acho que consegui responder ao que me perguntou.

[E1]: Sim, sim, era isso. E achei particularmente interesse o facto de ter referenciado a prevenção pelo choque, coisa que até então ainda não tinha sido referenciada por nenhuma das entidades onde estive. Passando então para outra pergunta, considera que esta prevenção e até mesmo o facto de existirem políticas/medidas contra a violência

doméstica levou a alguma alteração sobre as representações sociais em torno do seio familiar?

[E9]: não sei se percebi muito bem..

[E1]: dando um exemplo, os estereótipos, os papéis de género,...

[E9]: sim, sim. Não vale a pena alongar-me aqui, mas aquilo que eu ainda há pouco referi daquilo que foi a evolução, as lutas durante todos estes anos, efetivamente, há um fenómeno de espelho naquilo que são as representações sociais da família, dos papéis de homem e de mulher. Está a existir uma evolução muito positiva nesse sentido. E em termos legais, Portugal é um dos países mais avançados da europa e do mundo na legislação criada e na abertura que tem à mudança. Basta ver pela criação de todos estes instrumentos: os planos nacionais de combate à violência de género, violência doméstica, aprovação do casamento entre casais do mesmo sexo, a criação do primeiro centro de atendimento ou centro de respostas à população LGBT, em Matosinhos, que foi inaugurado agora no início de Março pela secretária de estado pela igualdade, a forma como tem vindo à luz do dia a luta pelos direitos da igualdade salarial, os homens que começam a ser menos discriminados que fazem uma opção de vida que passa por ficar em casa e eles cuidam das crianças, enquanto as mulheres saem para trabalhar, as mudanças ao nível das leis e dos benefícios referentes à natalidade, que dão a possibilidade ao pai de gozar também ele de uma licença.

Há imensas medidas a serem tomadas para a prevenção das desigualdades de género, e isto tem logo impacto nas questões da violência, porque a violência está numa relação muito próxima com as questões de género, sempre. E outra das lutas desta instituição é nunca deixar cair isto no discurso, porque muitas vezes, esquece-se e que não se pode esquecer: a violência é muito guiada pelas questões de género e os números levam-nos a olhar só pelo lado das mulheres, mas não nos podemos esquecer que por cada desigualdade cometida contra uma mulher, também há muitas que são cometidas contra os homens. E hoje em dia eu vejo muitos homens a sofrerem com isso, que são homens que já tiveram uma educação completamente diferente, que não se identificam minimamente com estas dinâmicas violentas de comportamento, agressivas, machistas. E que acabam por sofrer com preconceito reverso, daquela coisa dos “homens são todos iguais”, é preciso ter isto em atenção.

A única coisa que me continua a preocupar, e apesar de estarmos a caminhar no sentido da mudança é que os dados da violência no namoro nos têm mostrado

que, ao invés de assistirmos, em termos de violência, a uma diminuição da agressão por parte dos homens, aqui numa tentativa de aproximação àquilo que é o contrário, a agressão por parte das mulheres, não. Temos assistido a um nivelamento, ou seja, há mais igualdade mas nem sempre pelos melhores motivos. Isto é, em vez de desaparecer a violência homem contra mulher, e a violência mulher contra homem continuar a não se manifestar, aquilo que temos é uma perpetuação da violência de homem contra mulher e um aumento da violência mulher-homem, porque a mulher está mais consciente de que é um ser de direitos e que não deve ser vítima, mas defende-se ou protege-se ou previne-se de uma forma inadequada. Temos aqui miúdas muito jovens, que nas relações de namoro acabam por impor estas questões da igualdade com a agressão também. É uma violência recíproca e nós não queremos isto, nós queremos que a violência acabe, seja tendencialmente uma não existência, uma não realidade. E às vezes o que se verifica é que há uma mudança de padrão mas quase como que incentivo: “ah ok, não te deixes agredir! Se ele te fizer, faz-lhe também!” e não é isto que nós queremos. Vamos rezar para que isto seja uma tendência transitória, porque para todas as mudanças há que se passar ali uma fase mais transitória. Vamos crer que isto é uma fase de adaptação, em que está a existir uma certa tomada de consciência dos direitos, deveres, limites e liberdades de todos e de todas e que isto, no fundo, seja uma questão de adaptação. E que após essa fase, a violência caia para níveis históricos exceccionalmente baixos, e é isto que eu espero.

[E1]: e em relação aos profissionais de outras áreas qual a importância da sua formação no âmbito da violência doméstica? (ex. profissionais de saúde, professores, assistentes sociais, ...)

[E9]: toda a importância. E eu vou na mesma linha que vim até aqui: houve este mesmo espelho desta evolução nestes profissionais, e tudo isto é circular. Ao longo de tudo isto que tem sido o fenómeno da violência, da intervenção na violência, seja preventiva seja remediativa, ao longo destes anos a formação teve um papel fundamental. Foi pela formação destes profissionais que nós conseguimos os maiores avanços no atendimento, no contacto, na intervenção com vítimas neste país. Professores, agentes da autoridade, agentes de todo o sistema de justiça, desde os auxiliares até aos juizes, toda a gente envolvida começou a fazer formação, cada vez mais formação, a haver exigências legais para que quem trabalha na área tivesse formação adequada e isso é uma das razões pelas quais, nos dias de hoje, é cada vez mais raro o dia em que nos chega aqui uma mulher com queixas, que foi apresentar uma denúncia e foi maltratada, foi vitimizada, foi

culpabilizada, não foi ouvida convenientemente. Tudo isto, lentamente, vai sendo cada vez mais raro. Porque as pessoas se interessaram, fizeram formação, porque a informação e a formação começou a ser obrigatória, portanto, imposta mesmo àquelas pessoas mais avessas, e isto deu ótimos resultados. E com isto não quero dizer que se deva parar, ou que já toda a gente tem formação, nada disso. Até porque estão sempre pessoas novas a entrar no sistema e todas elas devem ter formação, e têm que estar atualizadas. Formação específica, e não é qualquer pessoa que pode dar formação nesta área. Sempre, formação de base e formação específica e contínua. Se do ponto de vista do tracto, do ponto de vista psicológico, emocional as coisas estão mais ou menos estáveis ao longo dos anos, por exemplo, a nível jurídico e de respostas sociais, há sempre coisas novas: leis que são revogadas, que são completadas com outras nuances, respostas sociais que não existiam e que entretanto vão sendo criadas e é preciso estarmos sempre a par de tudo.

[E1]: Eram estas as questões que tinha para lhe fazer, obrigada pelo seu contributo, foi muito útil. E focou-se em determinadas questões que considere mesmo pertinentes e que até então ainda não tinham sido realçadas.

[E9]: Ainda bem. Se eu puder ajudar em mais alguma coisa, sabe que pode contactar-nos sempre que desejar.

Análise de Conteúdo às entrevistas das Juntas de Freguesia

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A violência e o fenómeno da violência doméstica		<p>“(....) nós também temos a questão de serem maioritariamente as mulheres que vêm ao serviço (...)” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“O que é que temos assistido, e voltando às dinâmicas familiares, que a violência é cíclica, acontece e vai acontecendo porque as famílias vão-se mantendo juntas, mesmo quando há uma saída, ela é temporária e volta-se. Volta-se, as coisas estão bem, há, uma alteração nos contornos da violência, pelo que tenho visto ela deixa de ser física, deixa mesmo.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“(....) as pessoas têm reações mais violentas a tudo.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“(....) o que se verifica é um controlo de impulsos, em casa e fora. Nós temos aqueles agressores, mais “tradicionais”, como quem diz, que tinham como principal característica serem muito sedutores fora de casa, pessoas consideradas muito boas por toda a gente, e que ninguém faziam a mínima ideia do que se passava em casa. Nas situações que vamos tendo são pessoas até identificadas pela comunidade como pessoas que estão associadas a práticas desviantes.” (Entrevista 4, E6)</p>

		<p>“(...) nós temos muitos casos de comportamentos aditivos, como o álcool ou a droga, ou pessoas, com uma tendência natural de não conseguirem controlar os impulsos, que são (...) pessoas naturalmente violentas, e nós temos pessoas muito violentas.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“(...) eu acho que se está a perder, também, aquilo que é o respeito, e (...) quer raparigas quer rapazes a aceitarem certo tipo de comportamentos e verbalizações que já caem na falta de respeito, e que no fundo já acaba por ser aceite, como normal (...) eu já assisti, no metro, miúdos a despedirem-se uns dos outros a cuspir, e eles e elas riem-se, acham aquilo muito normal e isto já é falta de respeito (...) Um estalo, uma pancada, que até acham que é uma brincadeira, se um dia lhe derem uma tarefa a sério, se calhar acham que é normal (...) acabamos com a escravatura, mas, nos tempos que correm, existem outras formas de escravizar. Não é bem escravizar, é mais subjugar, mas eu acho que é mesmo, também, a falta de respeito.” (Entrevista 4, E5)</p> <p>“É um fenómeno completamente transversal, não existe uma característica própria.” (Entrevista 7, E10)</p>
--	--	--

		<p>“(…) aquilo que eu sei das situações de violência na escola estão completamente descontroladas. Dos casos que tenho em mãos, quase toda a gente me diz que, de facto, existem problemas na escola, há situações de uma violência brutal mesmo. Situações onde já existe mesmo um “comandante”... que comanda alguns dos miúdos.” (Entrevista 4, E7)</p> <p>“As situações de violência também podem advir daí, da mulher depender economicamente do homem, não ter independência, e poder sair de casa a qualquer altura, que sinta que a sua integridade física esteja a ser incomodada. Onde o homem assegura a parte económica, e a mulher sente que, de alguma forma, está fragilizada e que não pode, a qualquer momento sair de casa.” (Entrevista 7, E10)</p> <p>“Sobre a questão da violência doméstica e violência no namoro nós temos aqui um problema cultural. Estes dois fenómenos começam a ter mais visibilidade, mais dimensão (...)” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“O fenómeno da violência doméstica é muito complexo, tem muitas variáveis, e depois percebe-se que não é só a violência, existem mais problemas associados, como por</p>
--	--	---



		<p>exemplo, o insucesso escolar dos filhos, péssimas condições familiares, falta de recursos económicos.” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“Hoje em dia os meus utentes estão pobres e estão doentes, nunca tivemos tanta violência, tanta agressividade no atendimento como temos agora, desde a partir-nos os vidros, a insultar-nos. Em vez de se indignarem contra os políticos, indignam-se contra os técnicos (...) Cada vez mais do ponto de vista emocional as pessoas estão cada vez mais descompensadas e isto traduz-se e mais violência. (Entrevista 8, E11)</p> <p>“O que nós podemos e devemos fazer é tentar entender ao máximo o fenómeno, percebermos que ele existe por isto, por isto ou por aquilo, determinar as razões, as causas, as variáveis e é assim que nós podemos resolver.” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“O que nos devia permitir alguma reflexão teórica é que, por exemplo, eu não tenho um único utente que não possua problemas na ordem do emocional, e também do económico, as pessoas estão verdadeiramente pobres. Porque ser pobre uma semana, não é o mesmo que ser pobre um ano, e esta situação destabiliza totalmente as pessoas, e depois estando doentes, isso vai gerar outros comportamentos, e um desses comportamentos é a violência” (Entrevista 8, E11)</p>
--	--	--

		<p>“(…) porque há estratos que não nos chegam. Se calhar os estratos mais altos tendem a recorrer mais à retaguarda familiar ou de amizades, ou até mesmo a abafar as situações. Os estratos mais baixos chegam-nos mais facilmente, e, por isso, podíamos ter uma noção que os estratos mais baixos são os mais afetados, mas não.” (Entrevista 7, E10)</p> <p>“E não nos podemos esquecer que a violência doméstica é um fenómeno completamente transversal, ela também existe nas classes médias a altas, no entanto esses casos não nos chegam aqui. Essas senhoras não vêm aqui, e as respostas ou as formas de encontrar uma solução são diferentes: imagine, vem aqui uma senhora e provavelmente até vai para uma casa de abrigo. As senhoras de outras classes provavelmente já não vão, podem ter mais apoios. E, as minhas utentes, não tem capital económico, escolar, simbólico ou cultural (...) (Entrevista 8, E11)</p>
	O fenómeno da violência doméstica enquanto fenómeno cultural e construção social	<p>“(…) as famílias de nacionalidade cabo-verdiana, guineense têm uma cultura de violência entre o homem e a mulher muito mais comum e até aceite do que nós, comunidade europeia. Notei que a mulher não assumia a violência física, como violência. Achava que era uma forma natural de estar. A presença do homem no agregado familiar era mesmo como se fosse o macho que domina toda a família e que</p>

		<p>toda a gente está abaixo dele, nomeadamente mulher e filhas, e todas elas seriam tratadas exatamente da mesma forma (...)Só quando chegava a níveis de violência muito elevados é que elas sinalizavam, mas o bater era uma prática comum no agregado familiar e para mim isso foi um pouco chocante porque elas não assumiam isso como um ato de violência (...) [É um fenómeno] muito cultural e enraizado” (Entrevista 7, E10)</p> <p>“(...) e depois não nos podemos esquecer da questão mais cultural e que até se pode verificar no bairro onde ela vive, que é por exemplo, o avô já batia na avó, o pai já batia na mãe, e portanto, elas até acham isso normal, e referem que preferem ser agredidas e ter um homem em casa do que ser alguém solitário, ou que não tem um pai para os filhos.” (Entrevista 8, E11)</p>
Danos provocados pela VD	Danos da VD em crianças e jovens	<p>“E acredito que essas implicações estarão relacionadas, por exemplo, com o insucesso escolar e outros problemas ligados à escola, até relacionados com violência (...) começam a haver perturbações no comportamento em casa e na escola.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“(...) aquilo que eu sei das situações de violência na escola estão completamente descontroladas. Dos casos que tenho em mãos, quase toda a gente me diz que, de facto, existem problemas na escola, há situações de uma violência brutal mesmo. Situações</p>

		<p>onde já existe mesmo um “comandante”... que comanda alguns dos miúdos (...) (Entrevista 4, E7)</p> <p>“(...) os impactos e repercussões nocivos que tem no desenvolvimento da criança, e que, muitas vezes, produz uma repetição deste tipo de comportamentos.” (Entrevista 7, E11)</p> <p>“O fenómeno da violência doméstica é muito complexo, tem muitas variáveis, e depois percebe-se que não é só a violência, existem mais problemas associados, como por exemplo, o insucesso escolar dos filhos, péssimas condições familiares (...)” (Entrevista 8, E11)</p>
	Danos da VD em vítimas adultas	<p>Porque depois as mulheres têm um medo horrível e estamos a falar de mulheres com stress pós-traumático.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“Depois há as situações mais graves de violência em que a própria mulher tem de sair do agregado (...), a vítima é afastada da casa onde reside que se torna mais uma vitimização da pessoa, ter que sair, ter que se afastar, deixar o trabalho, entre outras coisas. Tenho bem noção disso, dos impactos negativos que tem no agregado, no agregado familiar a nível emocional, físico, profissional também muitas vezes, escolar também, porque os menores podem ser afastados e têm de ir com os pais para onde são recolocados.” (Entrevista 7, E10)</p>

Valências da Instituição		<p>“Nós temos aqui um mediador, que é jurista, e que faz mediação a vários níveis (...) E há também uma psicóloga que faz atendimento noutra junta desta união (...) se pensarmos bem a junta não tem um serviço próprio para a violência mas tem estes dois recursos que as pessoas podem utilizar.” (Entrevista 4, E5)</p> <p>“Temos o nosso espaço de atendimento, que é individualizado, um gabinete como este, mas é um espaço para o público em geral, não específico para a violência doméstica (...) somos duas [assistentes sociais] (...) Temos uma psicóloga, mas que não está a exercer psicologia. Está num gabinete de inserção profissional (...) nós temos gabinetes específicos só para atendimento. Em que não está mais ninguém a trabalhar.” (Entrevista 7, E10)</p> <p>“Sim, neste gabinete só temos profissionais de serviço social o que é uma pena.” (Entrevista 8, E11)</p>
Principais dificuldades manifestadas pelas instituições		<p>“(...) porque nesta zona da cidade nós não temos gabinetes de atendimento a vítimas e, portanto, temos de encaminhar e o gabinete mais próximo (...)” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“Faltam-nos (...) especialidades. Nós não temos especialidades nestas áreas, precisávamos de ter especialistas a trabalhar com os agressores e com as vítimas aqui.</p>

		<p>Porque para além de ser necessária a prevenção, é também necessário intervir sobre as situações que acontecem no imediato e que se vão mantendo.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“Relativamente à questão da violência doméstica isto é muito cultural, e vou-lhe dar um exemplo: vem aqui alguém na terça-feira, falar, pedir apoio, depois nós contratualizamos uma série de coisas e as pessoas depois não aparecem, e isto é a primeira questão. O ponto número 2, é de facto dizerem-me: “olhe, doutor de facto eu arrependi-me.” E terceiro: a falta de apoio concreto. A posição da vítima: eu fiz aqui uma série de coisas, agora ele foi preso, e eu estou num inferno, não tenho qualquer tipo de proteção. O que é que eu ganho em fazer queixa, o que é que eu ganho em pedir ajuda? Que tipo de apoios, estruturas, retaguarda existem?” Nenhuma.” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“O próprio presidente [desta entidade] diz que vamos abrir concurso, mas depois não existe financiamento para esses profissionais [com formação no âmbito da violência doméstica] e acaba por não abrir o concurso.” (Entrevista 8, E11)</p>
	<p>Dificuldades percecionadas pelos/as técnicos/as relacionadas com o apoio à vítima</p>	<p>“As mulheres já fragilizadas, ainda ficam sempre com aquela sensação que lhe vão tirar os filhos, voltam a casa e a questão é “vão-me tirar os filhos”, e portanto, fecham-se.” (Entrevista 4, E6)</p>

		<p>“(…) se houver lugar para sair é, normalmente sempre a vítima, nunca o agressor (…)” (Entrevista 4, E7)</p> <p>“O que as vítimas normalmente querem é que o agressor mude, e o castigo põe as pessoas piores, um castigo já não é solução para nada.” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“(…) as pessoas não querem ficar aqui muito próximas, querem entidades que estejam um pouco mais distantes da freguesia, porque depois as pessoas vêm a entrar ou sabem que tipo de instituição é, e sentem alguma vergonha em assumir que sofrem algum tipo de violência.” (Entrevista 7, E10)</p> <p>“[a vítima] sentia imensa vergonha dos vizinhos, porque eles próprios diziam “ah vocês têm de se entender porque isto não pode ser”. E estamos a falar de violência física, não querendo menosprezar a psicológica, mas a física deixa marca visíveis, e as pessoas quando vêm uma mulher agredida fisicamente, se calhar o impacto é diferente (…)</p> <p>Depois também já apanhei outras situações completamente diferentes: mulheres vítimas, cujos maridos eram agentes da polícia e depois é novamente aquela questão da vergonha, da denúncia de um agente, os colegas abafam a situação.” (Entrevista 7, E10)</p>
--	--	---

<p>Principais Falhas identificadas pela Instituição no que diz respeito às estruturas que atuam no âmbito da VD</p>		<p>“(…) a questão dos agressores, nós continuamos a trabalhar só uma dimensão, e tal como disse anteriormente, eles são mais resistentes a virem aos serviços (…) o que é que estas pessoas fazem? Há questões no comportamento que é preciso trabalhar e isto é algo que nos faz imensa falta. Temos de pensar nas estruturas que já existem e que têm essa resposta, e que não são na comunidade. Há resistência das pessoas em saírem da comunidade e, se calhar, uma resposta a esse nível quer para as vítimas, quer para os agressores, seria importante.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“Outro exemplo que eu tive foi de uma rapariga que foi para uma casa de abrigo, foi pedir casa, e até isso lhe foi negado. Enquanto o que a lei nos diz é precisamente o contrário (…) se fores à Câmara e perguntares se uma vítima de violência doméstica tem prioridade no alojamento (…) uma casa no Porto, se pedires em 2007, tens em 2013, se tudo correr bem tens de esperar 5 anos por uma casa, mas a lei diz que as vítimas têm prioridade, sim mas de 5 passa para 4 anos e durante estes 4 anos onde é que a pessoa vive?” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“E eu podia trazer-te aqui algumas vítimas, casos concretos, que iriam referir que a casa de abrigo é uma fraude, uma coisa horrível, um inferno, E que lutam durante imenso tempo para terem uma casa do IHRU.” (Entrevista 8, E11)</p>
---	--	--



		<p>“(…) mas depois no concreto a resposta pública, do Estado é uma resposta fraudulenta. Até há pessoas que me dizem: “porque é que o doutor me meteu nisto? O senhor criou-me uma expectativa que havia uma retaguarda, e não aconteceu nada disso.” E vou-lhe dar mais um exemplo, é exatamente igual à discussão sobre a direção geral de reinserção social, em que saís da prisão e depois existe um organismo do estado que se chama “de reinserção”, aquele processo de ressocialização quando as pessoas saem da prisão que também não existe.” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“E a vítima faz vários questionamentos, como por exemplo... quem vai encontrar na casa de abrigo, e que ambiente tem a casa, e depois chega à conclusão que estava num inferno e que fica numa situação pior, acabando depois por fugir da casa. E normalmente os técnicos dizem “ah, mas nós demos uma resposta institucional adequada, o que é que ela queria?” e depois ainda existe esta sensibilidade das técnicas, porque como nunca foram espancadas, não têm capacidade de se colocar no lugar do outro, e depois ainda são capazes de dizer que as vítimas nunca se adaptam.” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“Na violência doméstica é exatamente a mesma coisa, o governo anuncia um conjunto de coisas de medidas, de preocupações, de prioridades e depois no concreto há duas coisas que fazem que é: polícia e encaminhamento casa de abrigo, e hoje em dia existem</p>
--	--	---

		<p>casas de abrigo com uma lista de espera muito longa. Mas imagina que até tinham vaga, se fossem espaços de ressocialização dignos, o problema é que elas fogem todas porque aquilo é um inferno. E depois de saírem da casa não há qualquer tipo de acompanhamento, não há projeto de vida. O que acaba por acontecer é aquilo que eu já disse, elas arrependem-se de terem feito queixa porque a vida delas piorou, e já tive vítimas que referiram “estou quase a ir a casa dele pedir-lhe desculpas e pedir-lhe que volte ou que me aceite”, mas depois os filhos dizem-lhe para não o fazer. Normalmente o que acontece é que tentam falar com a família, com os amigos, pedir ajuda.” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“(…) o Estado não existe, o Estado existe para tornar pior a situação destas mulheres. Já tive alguns casos em que as vítimas fizeram queixa, o companheiro ou marido foi preso, no entanto a mãe deles faz a vida daquelas vítimas num inferno. Com isto não quero dizer que elas não devam fazer queixa, claro que devem, até porque a violência doméstica é um crime e tem de haver consequências. Tudo bem, o Estado por vezes consegue dar habitação, segurança, mas também falha.. e falha porque não existem meios nem recursos.” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“A situação é a seguinte: tenho aqui uma questão de violência doméstica para resolver num determinado bairro social, e a primeira pergunta que os técnicos fazem é: “mas</p>
--	--	---

		<p>quanto é que isso custa ao Estado?” Se custar acima de X, então já não pode ser feito.” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“Precisamos urgentemente de processos de ressocialização novos para agressores (...)” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“(...) isto porque, ligamos para a polícia, mas e depois o que acontece às vítimas? Vão para longe dos filhos? Quem trata daquelas crianças? Até porque, nem todas as casas de abrigo ou instituições recebem as mulheres com os seus filhos.” (Entrevista 8, E11)</p>
Atendimento, Encaminhamento e Intervenção no âmbito da Violência doméstica	Perceções acerca da atitude e postura dos/as técnicos/as no atendimento a vítimas de VD	<p>“Acho que nesta área, nós, técnicos, temos de ter muita capacidade de lidar com a deceção, digamos assim, de sermos resistentes e não desistirmos perante os obstáculos. Eu sei o que está em causa, percebo as políticas, percebo que há falta de oportunidades, percebo que a socialização possa levar a determinado tipo de comportamentos, e nunca digo que “não” ou que é impossível. Vamos sempre tentar resolver, e isso é fundamental num técnico, ir mais além, ter esperança e expectativa.” (Entrevista 8, E11)</p>
	Intervenção com o agressor e a sua importância	<p>“(...) a questão dos agressores, e a intervenção com os mesmos, que consideramos que está tudo muito aquém. É algo que se debate há muito tempo mas a verdade é que ainda não existe muita intervenção com agressores, mesmo os programas que a DGRS tem, as pessoas contempladas são diminutas. É algo que eles são obrigados a fazer, às vezes</p>

		<p>muito contrariados. Voluntariamente nós não temos ninguém que procure ajuda (...)” (Entrevista 4, E6)</p>
	<p>Preocupações no Atendimento, Encaminhamento e Intervenção das vítima</p>	<p>“(…) sobre a violência específica há informação que nós temos de recolher para encaminhar, correndo sempre o risco da tal revitimização (...) e isto é muito complicado para as vítimas porque vão estar a contar outra vez a história, vai-se estar a avaliar tudo, mas, efetivamente, para encaminharmos nós também temos de recolher a informação. Até porque temos de medir aquilo que eu estava a dizer, se é uma situação muito urgente ou emergente ou se é algo reiterado, Ou se estamos a falar de algo que é mais soft, que é com outro tipo de encaminhamento, nós temos de fazer essa triagem, temos que ouvir, temos que recolher informação e depois fazemos um contacto, e vamo-nos mantendo em contacto com a estrutura para a qual encaminhamos (...) Numa situação em que eu digo “risco elevado”, é imediatamente feito o atendimento (...) Mas, vamos então, estabelecendo este tipo de parceria. E sendo uma violência moderada e cíclica, ela vai acontecendo e nessas situações nós temos que ir trabalhando com as famílias, há uma supervisão regular das situações também para irmos vendo se a violência se mantém e em que níveis se mantém. Vamos, naturalmente definindo com as famílias planos de segurança e é um pouco nesta medida. O acompanhamento psicossocial, o aconselhamento parental ou familiar, e é isto que nós fazemos e trabalhamos com todos os elementos da família.” (Entrevista 4, E6)</p>

		<p>“Vamo-nos apercebendo que existem situações de violência e torna-se fulcral que o utente acabe por não fugir deste serviço. Por isso, tentar, de alguma forma, ir dando informação, sinalizar e dizer sempre que deverá fazer queixa (...) Se a pessoa não quiser fazer queixa no imediato, somos nós, e sempre tentando acompanhar a pessoa e ir trabalhando a família e a nossa intervenção primordial é essa, é uma intervenção mais soft, e não nos queremos substituir às entidades que estão realmente certificadas para essa função. (Entrevista 7, E10)</p> <p>“Mas eu estou a falar do Porto, de uma realidade que está cheia de entidades e de recursos. Talvez no interior do país, ou nem precisamos de ir para o interior, mas um pouco mais longe dos centros será mais difícil obter-se uma resposta tão célere [no que diz respeito a este fenómeno] (...) eu estou a falar do Porto e da nossa realidade, de uma cidade que tem acesso à informação de forma muito mais facilitada.” (Entrevista 7, E10)</p> <p>“Ou é a pessoa que vem aqui especificamente relatar e que pede ajuda ou são situações que nós nos vamos apercebendo. Às vezes até vêm por uma ou outra situação totalmente diferente, de apoio económico ou apoio profissional e que, à medida que vamos conhecendo a família, vamo-nos apercebendo que existe ali alguma situação que</p>
--	--	--

		<p>as pessoas não expõem logo, mas que existe e que vamos desenrolando, e que acabamos por perceber. Portanto, temos aqui duas situações totalmente diferentes: as que vêm com o intuito de pedir ajuda nesse sentido, e as que vêm com outro intuito, e que se calhar nem nos viriam a falar sobre essa situação, mas que nós nos vamos percebendo e a nossa intervenção acaba por passar um pouco por aí. “ (Entrevista 7, E10)</p> <p>“(…) para além de proteger [a vítima], vamos ter que trabalhar estas variáveis na família [as relações no seio familiar; o contexto socioeconómico,...]” (Entrevista 8, E11)</p>
Prevenção da Violência Doméstica		<p>“(…) a intervenção com os jovens é muito importante, sobretudo na escola, que é onde passam mais tempo.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“Nós temos situações em que a violência ocorre há anos e as pessoas vem pela primeira vez. E porquê? Porque se ouve falar, é um tema cada vez mais falado, mais debatido, e as pessoas começam a ter mais noção de que são vítimas de violência e que a mesma é um crime e que deve ser denunciado. Portanto, há efeitos que são bem notórios da prevenção e as pessoas começam a ter muita consciência disso e a própria denúncia mesmo não sendo feita pelas vítimas, é feita por vizinhos, por outras pessoas que conhecem a vítima.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“Até mesmo na violência no namoro, cada vez mais permitem e toleram determinados tipos de comportamento e isso é realmente preocupante. Porque elas querem é que</p>

		<p>eles tentem mudar, mas não o querem deixar, talvez pela parte do sentimento. Por isso considero que os programas que existem de conscientização dos jovens são de muita importância, mas ainda assim os programas que existem são poucos, porque isto tem custos. “ (Entrevista 8, E11)</p>
	<p>A Importância da Prevenção para a desconstrução dos papéis de gênero</p>	<p>“Eu acho que ainda há muito a fazer. Até eu, sendo técnica, estupidamente, tive um discurso que acabou por ir ao encontro disso, que nós estereotipamos que a mulher é o “elo mais fraco” e que é a típica vítima da violência doméstica, mas sabemos que não é apenas assim. Sabemos que, a maioria dos casos que são denunciados são de mulheres, o que não significa que seja a realidade. Sabemos que nem toda a gente que é vítima que o denuncia. Tal como disse, ainda há um grande trabalho a fazer, ainda existem muitos tabus. Somos uma sociedade que vem de um historial em que o homem era o homem da casa, era ele que mandava, e a mulher era mais submissa, não trabalhava, ficava em casa a tomar conta dos filhos, dependia economicamente do homem. Ali uma subserviência do homem, em que o mesmo sustentava a família e a mulher sentia-se subjugada ao papel de mãe e que dependia do homem para tudo. Daí vêm ainda todo este estereótipo de que a mulher é o “elo mais fraco” e que tem de ser o homem a ditar as regras da casa.” (Entrevista 7, E10)</p>
	<p>Política de prevenção da violência doméstica Instituição</p>	<p>“Nós temos estado inseridos em alguns projetos relacionados com as escolas, com as entidades que nos pedem colaboração. Esta entidade, propriamente dita, avançar com um projeto de prevenção penso que nunca o fez. Temos colaborado em algumas</p>

		sessões de prevenção (...) Nós estamos sempre, paralelamente, envolvidos com as entidades.” (Entrevista 7, E10)
	Estratégias de Prevenção	<p>“(…) trabalhar isto nas escolas parece-me muito importante. A violência está disseminada de uma forma geral, é isso que sentimos. E depois vamos às escolas e percebemos que os níveis de violência aumentam de intensidade, de gravidade.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“Continuar a trabalhar na prevenção, com por exemplo, as campanhas que estão integradas na estratégia nacional é fundamental.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“(…) o trabalho com os jovens, o mais cedo possível, não só para evitar a violência entre os jovens, o bullying, mas também, para o que se está a passar em casa, com os pais, poderão ser situações de violência que eles próprios não assumem ou que não sabem como ajudar, ou onde recorrer para que os pais possam ter alguma ajuda. Acho que podemos chegar mais longe através desta prevenção com os mais jovens. Com as outras faixas etárias, talvez seja um pouco mais difícil, mas passará pela divulgação na televisão, porque as pessoas acabam por ver televisão e estão atentas. Mas acho que a prevenção deve começar o mais cedo possível.” (Entrevista 7, E10)</p> <p>“A formação dos técnicos é essencial.” (Entrevista 7, E10)</p>



		<p>“E nós temos muitos seminários, muito congressos na área da violência doméstica, o assunto é espremido (...)” (Entrevista 8, E11)</p> <p>“Aquilo que o governo é fazer cartazes, campanhas de sensibilização, afixá-las em pontos estratégicos para chamar a atenção para o fenómeno, e isso não deixa de ser prevenção é certo, mas isso não atua sobre a vida concreta de quem já passa por isso.” (Entrevista 8, E11)</p>
Trabalho em Rede na VD		<p>“(…) [A] revitimação (…) e depois fazemos um contacto, e vamo-nos mantendo em contacto com a estrutura para a qual encaminhamos (…) Numa situação em que eu digo “risco elevado”, é imediatamente feito o atendimento (…) Mas, vamos então, estabelecendo este tipo de parceria (…) há um acompanhamento psicossocial que vamos fazendo em parceria com as entidades competentes e especializadas.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“Sei que temos uma rede que funciona e as entidades a quem nós recorremos para estas situações, têm dado resposta (…)Acho que, realmente, as entidades vocacionadas para a violência têm dado resposta célere (…) Nós trabalhamos muito em rede, a nossa rede de contactos é muito grande (…)Nós podemos ser, de facto, um elo muito importante ao receber a vítima e saber encaminhá-la da melhor forma.” (Entrevista 7, E10)</p>

		<p>“Ah sim, as outras instituições ajudam-nos bastante, sobretudo do ponto de vista do psicológico, o mesmo não chega mas é importante, claro. E, por isso, é importante também este trabalho em rede.” (Entrevista 8, E11)</p>
<p>Importância da Formação dos(as) técnicos(as) na área da violência doméstica</p>		<p>“(…) mas haver formação que sensibilize e que ajude a dar ferramentas para lidar com essas situações e que são bastante delicadas, e nada fáceis (…). É importante a formação em todas as áreas (…). os próprios serviços se não estiverem sensibilizados para estas questões, passa tudo ao lado. E, outra coisa, não havendo sequelas físicas, as psicológicas, às vezes [a vítima] está deprimida, está mais isolada e que estão associadas a um stress pós-traumático e que não é bem diagnosticado, por exemplo. E nesse tipo de sintomas, é lá [aos centros de saúde e aos hospitais] que vão primeiro (…). Se os profissionais estiverem mais treinados, estão mais atentos, há uma outra questão de despiste que se calhar permite identificar essas situações (…). Acho que para toda a comunidade, em geral, seria importante.” (Entrevista 4, E6)</p> <p>“Lembro-me de uma senhora que veio aqui (…) exatamente depois de uma situação de violência doméstica e que na zona onde ela vivia só existia GNR. E ela recorreu várias vezes à GNR para denunciar situações de violência e ela dizia-me que sempre que lá ia, e quem a atendia eram sempre homens, diziam-lhe: “ah, vá para casa, isso são discussões entre homem e mulher, ninguém se deve meter. Isso são coisas que vocês têm de tratar.” E eles levavam-na a casa novamente de carro. E quer dizer, ainda há, mesmo dentro das entidades que têm de ter um papel preponderante nestas situações</p>

		<p>de retirada imediata, há ainda esta postura muito própria (...) a formação dos técnicos é essencial” (Entrevista 7, E10)</p> <p>“A formação é importante para todos os técnicos, quer os técnicos da área da saúde, agentes da autoridade, que serão eventualmente, os técnicos de primeira linha, quer os técnicos de atendimento ao público como é o meu caso. Até mesmo porque nós não atendemos o público de forma directa, isto é, não somos os primeiros a contactar com as pessoas. Temos pessoal do administrativo que às vezes até se pode aperceber da situação e saber lidar, encaminhar. Toda a gente que tenha um contacto e que possa de alguma forma interceder de forma positiva nestas situações acho que tem de ter acesso a esta informação para poder gerir da melhor forma. Porque muitas das pessoas são apanhadas numa situação de muita fragilidade e têm de ser amparadas e encaminhadas da melhor forma para que a situação seja resolvida.” (Entrevista 7, E10)</p> <p>“E normalmente os técnicos dizem “ah, mas nós demos uma resposta institucional adequada, o que é que ela queria?” e depois ainda existe esta sensibilidade das técnicas, porque como nunca foram espancadas, não têm capacidade de se colocar no lugar do outro, e depois ainda são capazes de dizer que as vítimas nunca se adaptam.” (Entrevista 8, E11)</p>
--	--	---

		<p>“Acho que deveria haver profissionais com formação no âmbito da violência. Aliás, o nosso gabinete de ação social deveria dispor de uma equipa multidisciplinar. No tecido social a realidade altera-se e transforma-se rapidamente e todos os dias e há desafios de intervenção. E esses desafios exigem que nós mesmos tenhamos outras áreas disciplinares e uma delas é a violência doméstica (...)” (Entrevista 8, E11)</p>
--	--	--

### Análise de Conteúdo das Entrevistas às Instituições Especializadas

Categoria	Subcategoria	Indicadores
A violência e a violência doméstica		<p>“É uma realidade ampla e não circunscrita a determinados grupos sociais. O que se verifica são tipologias de violência diferentes nos diversos grupos.” (Entrevista 1, E2)</p> <p>“(…) é importante desconstruir que a violência não é só dos homens, ou que diz respeito aos mesmos. Ainda que, e parecendo contraditório, desde 2008 que só recebemos aqui vítimas mulheres.” (Entrevista 1, E2)</p> <p>“(…) porque na maioria dos casos, as vítimas são mulheres (…)” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Não é (....) circunscrito a alguns grupos sociais (...) temos de pensar que alguns grupos sociais estão sob um maior escrutínio (...) estamos a falar de uma população pobre (...) se aquela pessoa receber RSI, ela vai ter, automaticamente, uma maior atenção sobre ela por parte da técnica de RSI (...) as populações mais pobres têm uma maior atenção e, por isso, pode dar a ideia de que isto acontece mais (...) se morarmos num bairro, e se eu faço alguma coisa ou exerço violência, há uma maior probabilidade de alguém saber e ir fazer queixa. Já se eu viver numa moradia, mais isolado, há menos hipótese de isso acontecer.” (Entrevista 2, E3)</p>

		<p>“(…) possivelmente em populações socioeconomicamente mais excluídas, se calhar os tipos de violência são os mais visíveis, a violência física, a violência psicológica aberta, portanto, com insultos. E, possivelmente, (…) em meios socioeconómicos mais favorecidos, verifica-se a violência económica, a violência psicológica é um pouco mais “focada” que a violência física. É mais fácil fazer uma queixa de algo que nós conseguimos ver do que se o agressor estiver a privar a vítima de ter acesso à sua conta bancária, ao seu telemóvel, seja o contacto com outras pessoas. É mais fácil nós identificarmos a violência física, mas não quer dizer que ela não aconteça nos meios socioeconómicos mais favorecidos.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“a violência passou a ser socialmente aceite, o que eu quero dizer é, socialmente aceite no sentido em que nós falamos sobre a violência, já não nos imiscuímos, e não temos de interferir na violência por isso ela é socialmente aceite neste aspeto. Não é socialmente aceite, validando-a, é do ponto de vista que, nós todos, por exemplo, se eu chegar ali à rua e perguntar a um cidadão desconhecido o que é a violência ele vai-me explicar o que é a violência doméstica e a sua visão, que não estará muito errada sobre o que é a violência doméstica do ponto de vista técnico, porque falamos sobre a violência doméstica.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“(…) portanto quando falamos de violência não falamos apenas de agregados ditos de mais desfavorecidos (…) e se calhar os grupos ditos de uma situação económica mais elevada não nos procuram. Tal como os homens que, se calhar escondem ou camuflam mais, se calhar um determinado</p>
--	--	--

		<p>estrato socioeconómico também vai por outras vias. Fazer queixa diretamente na polícia, tentarem arranjar um advogado, se calhar outros trâmites que não passam por aqui.” (Entrevista 4, E5)</p> <p>“(…) se pensarmos em situações de casa de abrigo são mulheres com menos recursos, com um modo de vida mais precário. Aqui, no centro de atendimento, é uma questão muito multifacetada. Temos mulheres com baixa formação, mas também temos mulheres, por exemplo, magistradas.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(…) a questão da violência doméstica está relacionada com a assimetria do poder, em que alguém exerce poder e controlo sobre o outro (...) E depois, também não podemos esquecer dos fatores endógenos, muito ligados à personalidade do indivíduo, podem haver até psicopatologias associadas. Há aqui rasgos de personalidade que podem potenciar situações de violência sem querer com isto explicar, obviamente, e quando fazemos o levantamento com a vítima, podem haver situações de esquizofrenia. A questão do álcool obviamente que não é fator relevante, mas muitas vezes também existem questões ligadas ao álcool, pode ser um fator desinibidor, não como a causa, mas pode, de facto, a um indivíduo que já tenha determinados problemas de auto-estima, de afirmação, esta questão pode acentuar esta agressividade” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(…) esta questão da violência doméstica está muito direccionada para a mulher, porque de facto, sabemos que ela incide esmagadoramente sobre as mulheres. 85% das denúncias são feitas por</p>
--	--	---

		<p>mulheres, mas depois temos aqui, e ao longo deste anos, nós também conseguimos perceber que a lei, e não só a lei, mas também a procura, ou seja, a violência doméstica incide sobre mulheres, homens, idosos, crianças e deficientes (...) mas este é, essencialmente, um problema de mentalidades.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(...) a violência doméstica é um fenómeno de tal forma complexo que nós não podemos limitar à questão do atendimento, temos de perceber porque é que existe este fenómeno, como é que podemos combater-lo, e preveni-lo.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“Este fenómeno é um fenómeno transversal a toda a sociedade. Que afeta ou pode afetar todas as pessoas, de qualquer estatuto social, económico, com qualquer tipo de habilitações literárias, em qualquer momento da sua vida. A literatura, os estudos (...) dizem-nos que o maior número de pessoas afetadas por este fenómeno são mulheres, tanto que o fenómeno tem um maior impacto junto das pessoas do sexo feminino, mas nós sabemos que há outros grupos que também são alvo, por assim dizer, deste fenómeno. Nomeadamente pessoas com uma idade mais avançada, as crianças, e hoje em dia, começa a haver na ordem do dia, e ainda bem, a população LGBT (...)” (Entrevista 6, E9)</p> <p>“(...) toda a gente pode, em qualquer momento da sua vida, ser agressor ou vítima e independentemente de nunca dizer “isso nunca me vai acontecer, porque jamais permitiria, ou jamais faria”, ninguém está livre de incorrer numa situação destas.” (Entrevista 6, E9)</p>
--	--	--



		<p>“(...) porque a violência está numa relação muito próxima com as questões de género (...)” (Entrevista 6, E9)</p> <p>“O fenómeno tem de ser abordado nas suas várias frentes, não vamos poder pegar só pelas vítimas (...)” (Entrevista 6, E9)</p> <p>“(...) [no que diz respeito à] violência no namoro, ao invés de assistirmos, em termos de violência, a uma diminuição da agressão por parte dos homens, aqui numa tentativa de aproximação àquilo que é o contrário, a agressão por parte das mulheres, não. Temos assistido a um nivelamento, ou seja, há mais igualdade mas nem sempre pelos melhores motivos. Isto é, em vez de desaparecer a violência homem contra mulher, e a violência mulher contra homem continuar a não se manifestar, aquilo que temos é uma perpetuação da violência de homem contra mulher e um aumento da violência mulher-homem, porque a mulher está mais consciente de que é um ser de direitos e que não deve ser vítima, mas defende-se ou protege-se ou previne-se de uma forma inadequada. Temos aqui miúdas muito jovens, que nas relações de namoro acabam por impor estas questões da igualdade com a agressão também. É uma violência recíproca e nós não queremos isto, nós queremos que a violência acabe, seja tendencialmente uma não existência, uma não realidade.” (Entrevista 6, E10)</p> <p>“(...) não esquecer as vítimas de outros sexos, também existem homens que são vítimas. Os números são inexpressivos, é verdade, comparativamente com o número de mulheres agredidas, mas não</p>
--	--	---

		<p>interessa, também são vítimas. E vítimas deste sexo, cada vez mais se levanta problemáticas como a violência na homossexualidade, portanto também acaba por haver aqui uma vulnerabilidade (...) mas não nos podemos esquecer que por cada desigualdade cometida contra uma mulher, também há muitas que são cometidas contra os homens. E hoje em dia eu vejo muitos homens a sofrerem com isso, que são homens que já tiveram uma educação completamente diferente, que não se identificam minimamente com estas dinâmicas violentas de comportamento, agressivas, machistas. E que acabam por sofrer com preconceito reverso, daquela coisa dos “homens são todos iguais.” (Entrevista 6, E9)</p>
	<p>A violência doméstica enquanto construção cultural e social</p>	<p>“As mulheres, todos os factores culturais da sua dependência ao homem, da pertença, portanto, “ele é meu marido”, “ele é o meu homem”, “ele faz comigo o que quer”, “ele tem direitos sobre mim”, esta descodificação do direito é importante para que as pessoas percebam que são seres humanos e que os direitos são exatamente iguais para homens e mulheres, não existem diferenças. Porque, muitas das vezes, elas validam o comportamento violento de que são alvo por todos estes estigmas.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“(...) a questão da violência doméstica, este fenómeno, é dotado de uma grande opacidade, ou seja, é muito complexo. Tem raízes muito culturais e nós sabemos que estas questões culturais estão severamente enraizadas, e muitas vezes, são mais difíceis de erradicar das consciências individuais e das tendências sociais.” (Entrevista 5, E8)</p>

		<p>“E depois tem também a ver com fatores exógenos, ou seja, onde eu cresci, onde me desenvolvi, se estive exposto ou exposta a situações de violência doméstica, ainda que os grandes investigadores na área da violência doméstica não achem que exista aqui uma relação direta entre um filho que vê o pai a ser agressor, que não há aqui uma causa direta de este filho poder vir a ser um potencial agressor. No entanto devo dizer-lhe que, algumas vezes, quando estamos a fazer atendimento, tentamos perceber também o histórico familiar do agressor, e há aqui situações em que o próprio agressor esteve exposto à violência.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“É um fenómeno que tem origens muito remotas no passado, na sociedade machista, patriarcal. Toda uma série de educações que leva a que este fenómeno, ainda nos dias de hoje, continue a ser muito real e muito doloroso e tem consequências imediatas no presente (...)” (Entrevista 6, E9)</p>
Danos provocados pela VD	Danos da VD em crianças e jovens	<p>“A curto prazo consegue-se perceber que têm piores resultados na escola (...) Generalizar é um bocadinho complicado, mas estes comportamentos acontecem em alguns deles (...) reproduzir o que vêm em casa também acontece ou, por outro lado, também pode acontecer que eles se fechem, não digam nada, não falem com ninguém (...) por outro lado, a médio prazo, pode mesmo acontecer um ciclo transgeracional de violência, uma criança que vê o pai bater na mãe, é possível que quando ele próprio tenha as suas relações íntimas vá reproduzir esses mesmos comportamentos. Não é uma</p>

		<p>relação de causa-efeito, por exemplo, se uma criança vê o pai a bater na mãe não quer dizer que ele vá bater, mas diria que na maioria deles, isso acontece.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“O absentismo dos filhos na escola é outro impacto, na saúde dos mesmos (...)” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“(...) crianças que são expostas a situações de violência, em termos de impacto a nível cognitivo, emocional, físico, psicológico, obviamente que há um impacto bastante grande e nefasto no seu desenvolvimento. Há sequelas que ficam e que de facto se não houver atenção por parte dos progenitores, das escolas, da própria família, são crianças que apresentam baixos rendimentos escolares, com baixa auto-estima, e que apresentam comportamentos de agressividade de repente (...)” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“A adolescência é uma idade extremamente complexa, é uma fase de tal forma crítica que pode mudar os comportamentos e as relações futuras, se eu vivencio más experiências na minha adolescência, é provável que eu vá ter más relações no futuro.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(...) o absentismo escolar de crianças (...)” (Entrevista 6, E9)</p>
	Danos de VD em vítimas adultas	<p>“Temos impactos a nível da saúde, a nível económico, a nível do desenraizamento da própria pessoa enquanto pessoa. Os impactos são brutais, temos impactos também a nível do emprego, ou seja, tudo</p>

		<p>pode ter impacto numa situação de violência (...) A pessoa pode ficar com traumas e que se não forem trabalhados, a vão acompanhar para o resto da vida. A pessoa pode ter depressões, questões até do foro físico, genealógicos.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“No casal em si, pela minha experiência, a maioria dos processos, das duas uma, ou a pessoa mantém-se na relação e muitas vezes isto tem consequências graves, seja de continuação da violência, seja de morte, mas sabemos que isso acontece, ou a relação termina.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Mulheres com medo, muitas vezes, crises de pânico, ansiedade, desorientadas, com baixa auto-estima (...)” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“Além disso a violência doméstica tem impactos na saúde das vítimas, na saúde física e psicológica. Há muitas mulheres que, efetivamente, têm danos físicos permanentes devido à violência que foram alvo. Danos psicológicos ainda mais, porque sempre que existe violência física, existe violência psicológica, o contrário já não se verifica.” (Entrevista 6, E9)</p> <p>“(...) o absentismo laboral e escolar de mulheres (...)” (Entrevista 6, E9)</p>
	Impactos da VD na sociedade	<p>“Os impactos que existem do ponto de vista social e económico são estrondosos, por isso é que a violência é um crime e é vista nesta forma global (...) uma cama de hospital é muito cara, uma vaga</p>

		<p>numa casa de abrigo é muito cara, todas as medidas que entram, os processos judiciais são caros. Se quisermos analisar de uma perspectiva meramente economicista e para o país, tudo isto fica muito caro” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“O consumo de antidepressivos, as consultas médicas, tudo isto, tem um impacto na pessoa, na sua própria vivência, como tem impacto em terceiros, que não apenas os eu seus próximos, é toda a comunidade.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“No entanto quando eu falo de impacto social na transversalidade, toda a gente acaba por ser indiretamente vítima. Todos nós pagamos por este fenómeno física, emocionalmente, economicamente (...)Ora, na violência doméstica é exatamente assim, e como ela é um fenómeno específico e que afeta particularmente mulheres, deparamo-nos com algo que é ainda mais grave, e porquê? Porque as mulheres são uma força de trabalho muito específica, que não é só o trabalho laboral que é executado preferencialmente por mulheres que fica afetado. É tudo o resto que a mulher representa na sociedade e que ainda continua a representar fruto de uma série de desigualdades que também fica afetada e perturbada. Todo aquele trabalho não pago que as mulheres fazem também fica afetado pelo facto de elas serem vítimas de violência, mais que as outras pessoas.” (Entrevista 6, E9)</p>
		<p>“Este gabinete possui 3 valências: apoio psicológico, apoio social e apoio jurídico. Posso referir que estas valências se complementam e articulam.” (Entrevista 1, E2)</p>

Valências da Instituição		<p>“O que nós fazemos é sobretudo apoio psicológico e social (...) temos também apoio jurídico, através de uma jurista (...)” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Enquanto estrutura governamental e serviço público, tem também um serviço de atendimento onde as pessoas se podem dirigir não apenas para a área da violência, mas para tudo o que diga respeito aos direitos humanos.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“Temos de serviço social, eu sou de serviço social e temos um jurista que faz atendimento à vítima. Depois uma pessoa licenciada em história, que está ligada mais à área da formação e também do atendimento específico da linha verde, que é a linha de informação a vítimas de violência doméstica, faz esse tipo de atendimento, não o atendimento pessoal (...) Estas áreas do saber têm que estar todas a funcionar em conjunto e a trabalhar em conjunto. Não é retirar cada uma das especificidades de nenhuma das áreas, mas é trabalhando em conjunto para o bem-estar da pessoa em si” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“Nós dispomos de atendimento jurídico, psicológico e social.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“Este centro de atendimento tem as seguintes valências: apoio psicológico, apoio jurídico, apoio social e apoio de orientação vocacional ou profissional, aqui mais numa perspetiva de integração ou</p>
--------------------------	--	---

		reintegração das mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho. Estas valências são confidenciais, gratuitas e o atendimento é perfeitamente livre e voluntário.” (Entrevista 6, E9)
Principais dificuldades manifestadas pelas instituições		<p>“O que nos falta sobretudo é ter financiamento específico para isto, ou seja, estamos sempre dependentes de projetos, estamos sempre dependentes que aprovem exatamente aquilo que nós estamos a propor (...) até porque, as pessoas não esperam. Os problemas não param só porque não existe financiamento e efetivamente nós temos vindo a fazer este trabalho em muitos períodos com os custos a serem suportados por nós.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“a parte económica é sempre uma grande fragilidade (...) Mas o trabalho é feito, e o mais importante é perceber que, efetivamente, damos resposta qualificada como as outras organizações, mas temos mais e queremos fazer muito mais neste âmbito.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(...) acho que era necessário, umas instalações de maior qualidade, com mais condições, quer para a equipa técnica que cá trabalha, quer para as senhoras e para os seus filhos que aqui vêm (...) Portanto, em termos de funcionamento das instituições a maior dificuldade é o financiamento, sem dúvida. Porque é necessário obedecer a uma série de critérios de funcionamento e standards de qualidade que também estão previstos na lei (...) Depois há outro tipo de dificuldades que são necessidades que têm a ver com a própria vítima que, normalmente, este fenómeno caracteriza-se por uma série de avanços e recuos, de ambiguidade por parte das próprias vítimas que nem sempre estão preparadas para assumir o processo de apoio e de mudança no ritmo em que seria desejável para a sua segurança e bem-estar,</p>



		<p>e para o fim das relações violentas. Aquela coisa do “Ah a vítima pede ajuda mas depois regressa à relação violenta” é, às vezes, uma dificuldade que se coloca à intervenção mas que nós temos de estar preparadas para lidar com ela (...) existem vários tipos, várias “caixinhas” de dificuldades diferentes e há umas que se prendem connosco, outras que se prendem com a própria vítima, outras que se prendem com a justiça, outras que se prendem com outras entidades.” (Entrevista 6, E9)</p> <p>“(...) a nossa maior dificuldade é exatamente o financiamento. Pois sem o mesmo não podemos fazer muitas das coisas que fazíamos antes, nem ter o pessoal que também gostaríamos (...) com o financiamento também realizávamos workshops, seminários e formações.” (Entrevista 1, E2)</p>
	<p>Perceções dos(as) técnicos(as) sobre os constrangimentos e dúvidas sentidos pelas vítimas</p>	<p>“(...) há vítimas que dizem “se eu sair de casa perco o direito” (...) isso é um mito. Um mito que muitas das vezes os agressores utilizam de forma a impedir a liberdade da vítima. Esta descodificação e explicar às pessoas que as coisas não são assim, “ah porque ele ameaça-me que me tira os filhos”, não é assim, percebe?” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“Muitas vezes não querem denunciar, porque, de alguma forma, querem poupar o agressor, porque também existe uma dependência afectiva muito grande porque são os seus companheiros, maridos, namorados.” (Entrevista 5, E8)</p>

		<p>“Depois há mulheres que vêm para se informar sobre a questão do divórcio, sobre as responsabilidades parentais em relação aos filhos. E ainda há muito o mito de que: eu estou a viver uma situação de violência doméstica, até estou numa situação de risco elevado, mas eu não vou sair de casa com os meus filhos porque sou ameaçada por parte do meu companheiro que me vai retirar os filhos.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“É mais fácil [uma vítima] fazer aquilo com que eu me defronto diariamente que é: “ah, isto é que é violência. Aquilo que eu sofro não é.” Às vezes elas apanham na mesma, umas bofetadas, mas só porque não deixa aquelas marcas já leva a que a vítima pense: “ah, umas bofetadas, insultos, humilhações, isto não é violência, só aquilo é que é.” (Entrevista 6, E9)</p>
Falhas identificadas pelas Instituições no que diz respeito às estruturas de apoio às vítimas de violência doméstica e à legislação em vigor		<p>“(…) apostar na intervenção sistémica multifamiliar, trabalhar todos os pontos da família, todos os pontos problemáticos ou desafiantes e potenciar o que há de melhor nessas famílias. Se nós trabalharmos com a vítima e trabalharmos com o agressor, e ignorarmos as crianças, essa intervenção não vai produzir os resultados que nós esperamos.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“(…) um ponto muito importante, que é essencial trabalhar e que não tem sido trabalhado o suficiente que é a área do direito, a formação com magistrados, a formação com os juristas, advogados (...) esta é a principal falha dos sistemas de apoio às vítimas e do sistema de prevenção da violência de género (...) Há necessidade de haver um maior reconhecimento, da parte dos tribunais, pelo trabalho que está</p>

		<p>a ser feito do lado de cá, nas instâncias de primeira linha de intervenção e tentar compreender um pouco melhor a perspectiva das vítimas e da violência doméstica no geral, porque ainda há muito desconhecimento e preconceito por parte de quem tem o poder tão grande nos casos da violência doméstica” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Outro ponto que era importante investir, e isso mesmo nestes projetos, que muitas das vezes é negligenciado é o trabalho com as vítimas secundárias.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“O que é preciso é tornar a lei efetiva, de facto a mentalidade muda mais lentamente do que a lei. Os próprios homens que aplicam as leis resultam de toda esta cultura e de todos estes processos que estão muito interiorizados e que às vezes, não tornam a lei efetiva e isso é uma grande luta que as organizações feministas e não governamentais têm pela frente.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“Porque até se pensarmos numa situação de risco muito elevado, por exemplo, casas de abrigo, não há resposta para as idosas (...)No fundo é perceber que as casas de abrigo, da forma como estão, não reúnem requisitos para dar resposta a situações de mulheres vítimas de violência doméstica com um tipo de necessidades mais específicas. É algo que nós nem pensamos, mas eu posso ter 70 anos, e estar bem a nível de saúde mental, mas ter limitações físicas e para uma casa de abrigo, isso é logo um obstáculo. Atendendo à vulnerabilidade e à fragilidade é um público-alvo onde se percebe que há muitas necessidades e que há muito trabalho a desenvolver.” (Entrevista 5, E8)</p>
--	--	--

		<p>“(...) ainda nos dias hoje, acredito que em vários centros de atendimento ainda se tenha uma enorme estigmatização sobre as vítimas, em que as mesmas saem completamente ostracizadas do atendimento (...) E a vítima tendo essa experiência, provavelmente nunca mais volta a pôr lá os pés. E isto são falhas, que não devem vir dos técnicos, nunca, mas não nos podemos esquecer que nem toda a gente tem perfil para ser técnico. O facto de lidar diariamente com vítimas, anos e anos é um trabalho esgotante emocionalmente, é aquela dinâmica em que parece que ouvimos a mesma história vezes e vezes sem conta. Depois há contornos que ainda nos surpreendem de malvadez (...)” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(...) habitação social. Está previsto no chamado estatuto de vítima que vítimas de violência devam ter um acesso facilitado no que respeita às habitações sociais. Os regulamentos internos dos municípios portugueses colocam uma série de regras de admissão de candidaturas que colidem com este interesse da vítima, que tem este estatuto de vítima. Não só colidem, como na maioria dos casos, ou quase na totalidade dos casos, se sobrepõe a esse mesmo estatuto, ou seja, se eu for vítima de violência doméstica e necessitar de uma habitação social em que existe toda uma situação de fragilidade económica, em relação aos filhos, e porque efetivamente a vítima está numa situação económica e social, em que uma habitação social podia ser a “tábua de salvação”, provavelmente e mesmo tendo estatuto de vítima, a mesma não vai ter prioridade no acesso a essa habitação e vai acabar por ter de aguardar o mesmo tempo para que a análise da candidatura seja feita, que aguarda uma pessoa que não é vítima.” (Entrevista 6, E9)</p>
--	--	---

		<p>“Depois há outra coisa que eu acho que devia acontecer e não acontece que é: não se esquecerem de incluir os agressores nas campanhas de prevenção. Bem como nas outras estruturas e nas outras áreas de intervenção nesta problemática, porque de há uns anos para cá, o sistema de justiça criou programas específicos de intervenção psicológica, psicoeducacional, psicossocial com agressores. Mas antes disso nós temos de pensar ou repensar até que ponto é que não seria importante difundir mensagens de prevenção, desta parte, da agressão, e não apenas das vítimas (...) porque, efetivamente, existem programas, mas a maior parte dos agressores só toma conhecimento deles, se eles lhe forem impostos pelo sistema de justiça, onde eles só entram, se já houver uma denúncia contra eles. Por exemplo, um indivíduo que tenha problemas deste género, mas que tenha algum insight, alguma crítica, também são raros os que têm, mas existem efetivamente os que têm. Não sabem que há serviços que podem recorrer voluntariamente para pedir ajuda (...) não sabem porque esta informação não é veiculada em lado nenhum. Este indivíduo pode tentar recorrer a título particular ajuda, mas ele não sabe que existe, efetivamente, ajuda. (...) E as mensagens, mesmo as mensagens mediáticas são só dirigidas para as vítimas, não existem mensagens para os agressores, nem preventivas, nem remediativas, nem punitivas. Do género: “senhor agressor se está a agredir, você é um criminoso”. Normalmente aparece “a violência doméstica é um crime”, tudo bem, e eles admitirem isso? Há que haver aqui uma maior direção mais concreta, porque se não a mensagem não chega.” (Entrevista 6, E9)</p>
--	--	---

Atendimento, Encaminhamento e Intervenção no âmbito da VD	Percepções acerca da atitude e postura dos/as técnicos/as no atendimento a vítimas de VD	<p>“Podemos colocar a hipótese de ela ir para uma casa de abrigo, e colocamos esta hipótese à vítima, nunca forçamos, colocamos apenas a hipótese e ela vai se quiser, se não quiser, vamos ter que trabalhar com o que temos.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“(…) levar todo o atendimento desta forma.. ouvir, escutar, saber respeitar os momentos daquela pessoa, se a vítima quiser chorar, aguardar.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“Jamais impor às vítimas aquilo que elas devem fazer e muito menos negar-lhes o apoio e acompanhamento se a vontade dela for ao encontro daquilo que nós consideramos ser o mais correto (….)Tentar fazer aqui um balanceamento (….)entre aquilo que é possível, aquilo que a vítima quer e o risco que a vítima corre.” (Entrevista 6, E9)</p>
	Intervenção com o agressor e a sua importância	<p>“(…) seria importante fazer um apoio mais concertado e mais continuado de respostas sociais para a violência de género e doméstica, e estas respostas não deviam ser exclusivamente para as vítimas, devia haver um investimento nas respostas sociais para com os agressores para impedir a reincidência.” (Entrevista 2, E3)</p>
	Preocupações no Atendimento, Encaminhamento e Intervenção das vítimas	<p>“Primeiro temos a fase de encaminhamento, isto vai definir também a forma como vai ser feita a intervenção, isto porquê, se for feita pela polícia - e nós temos alguns processos que são enviados pela polícia - em principio, aquela pessoa, na grande maioria dos casos, nunca teve intervenção antes. Portanto, vamos ter que começar de início, vamos ter que avaliar toda a situação, fazer uma avaliação de segurança, ou seja, em que situação é que aquela pessoa está, qual é a relação com o agressor, que</p>

		<p>tipo de violência é que existe, há quanto tempo, quais são os principais riscos. A avaliação do risco é essencial.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“(…) educar para algumas situações de segurança, zonas de fácil acesso dentro da casa e evitar alguma situações e, sobretudo, trabalhar também a rede de apoio da vítima: quais são as pessoas mais próximas às quais ela pode recorrer, números de emergência sempre de acesso fácil, ter também um conjunto de coisas, de documentos, de roupas para, a qualquer momento, sair numa situação de emergência. Depois de estar esta primeira fase assegurada, ou seja, a segurança mínima assegurada, aí sim, podemos trabalhar com uma intervenção psicológica (...) se ela [a vítima] se mantiver em casa, vamos procurar trabalhar as questões psicológicas e tentar desconstruir preconceitos, trabalhar o empoderamento é essencial” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Há outros casos em que ou são encaminhados por pessoas da comunidade, por exemplo técnicos de RSI, uma escola e aí nós temos de perceber o que já foi feito antes e sobretudo para impedir intervenções repetidas, impedir uma revitimação (...) a primeira coisa a fazer é contactar a estrutura anterior e compreender o que já foi feito. Compreender o que foi feito, se foi feito, que resultados teve, se não teve esses resultados, saber o que se passou, e vamos tentar contornar isso e melhorar o que foi feito.” (Entrevista 2, E3)</p>
--	--	--

		<p>“O que nós fazemos é mostrar que estratégias, ferramentas existem e damos um apoio, nós não fazemos as coisas pelas vítimas.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“No atendimento a vítimas de violência doméstica há sempre uma primeira abordagem, um primeiro contacto que é feito pela vítima e depois mediante a sua situação, trabalhamos essa situação em função da necessidade que a vítima possa ter. Esta instituição, cada vez menos tem atendimentos pessoais, porque as estruturas na cidade existem (...)o atendimento é algo que significa a descodificação do direito, ou seja, as pessoas perceberem os seus direitos. Antes de as pessoas avançarem com qualquer coisa, as pessoas têm que perceber os seus direitos, compreender o que isso significa, porque muitas das vezes os pressupostos que as vítimas têm relativamente aos direitos estão errados, quer por aquilo que culturalmente foram assimilando (...) Depois mediante a situação logo vemos o que fazemos, ou seja, se for para um acompanhamento psicológico, neste momento não temos, encaminhamos para uma instituição não governamental que tenha. Não é vitimizando de novo a vítima, mas é articulando com aquela instituição” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“A intervenção tem de ser holística e comum e trabalhada de uma forma global (...) Portanto, quando nós pegamos numa situação, pegamo-la de um ponto de vista completo e trabalhamos essa situação em todos os seus aspetos (...) e depois recorremos aos nossos saberes mais específicos para atuar em função de. Mas há um entendimento holístico, integrado e partilhado do ponto de vista da melhor solução para aquela pessoa.” (Entrevista 3, E4)</p>
--	--	--



		<p>“Mas temos preocupação em criar, imediatamente, empatia com a vítima, de forma a criar aqui um elo de ligação para que a mesma possa confiar todo o seu relato dramático, sobre as suas vivências, sobre as suas experiências para que, depois, as consultas possam, de alguma forma, evoluir.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“Há aqui formas de trabalhar com a vítima e poupar a vítima ao processo de vitimização. Deve haver muito cuidado na abordagem à vítima, para que a mesma possa confiar em nós e levar todo o atendimento desta forma.. ouvir, escutar, saber respeitar os momentos daquela pessoa, se a vítima quiser chorar, aguardar. Não podem haver atropelos de informação, é dar espaço à vítima e respeitar todos estes tempos (...)” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(...) é preciso ter muito cuidado com a avaliação de risco, porque a história pode mudar rapidamente, daí a necessidade da própria avaliação do risco ser reavaliada (...) No entanto, é sempre o meu dever informar e consciencializar a vítima para aquele risco, mostrar-lhe tudo, essa é a nossa responsabilidade.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(...) quando [as vítimas] chegam aqui ao atendimento ainda estão naquele processo de “será que ele tem razão?” e, portanto, existe aqui todo um trabalho de desconstrução e trabalhar estratégias de consciencialização sobre a violência doméstica.” (Entrevista 5, E8)</p>
--	--	--

		<p>“O que acontece é que, em termos práticos, a vítima chega-nos encaminhada por um qualquer serviço ou por meios próprios(...) Após um contacto muitas das vezes telefónico, mas também já presencial, é feita uma marcação para um primeiro atendimento. A esse atendimento nós chamamos de atendimento geral, no fundo, é nada mais nada menos que uma avaliação de necessidades da vítima. Após esse atendimento, mesmo no próprio dia ou nos dias subsequentes também de acordo com aquilo que é a avaliação do risco, a urgência ou a emergência com que as coisas têm de ser tratadas, ou não, a vítima é encaminhada para uma ou mais valências dentro do centro de atendimento (...)Essa avaliação, tem, digamos assim, nós dispomos de umas fichas de atendimento, de recolha de informação mais ou menos padronizada e é fácil de perceber qual será. Uma caracterização sociodemográfica da vítima, dos seus filhos e filhas menores e que possam, eventualmente, estar na sua dependência, ou até maiores em alguns casos. Identificar a situação habitacional, a situação económica, etc. e depois uma parte, toda ela relacionada com aquilo que a traz até nós e que existe o nosso trabalho específico. Uma caracterização da situação de violência, quem é o agressor ou agressores, uma avaliação de risco que é o nosso norte (....)Quando a pessoa vai para as valências já leva atrás de si um processo aberto, com um número, com esta informação básica recolhida para daí se dar continuidade. Se precisa de apoio jurídico, para que processos, tipos de informações. Se precisa de apoio social, subsídios, apoios, habitação, acompanhamento psicológico. A situação mais ou menos resumida, se já foi acompanhada antes, se nunca foi, se tem historial psiquiátrico associado ou não, se faz ou não faz medicação, se já foi acompanhada a nível psicológico noutros locais, assim como se</p>
--	--	--

		<p>necessitar de apoio de orientação profissional, vocacional também se vai fazer aqui uma avaliação da história laboral, se está empregada ou desempregada, em que trabalha, quais são as suas habilitações (...)” (Entrevista 6, E9)</p> <p>“(...) em termos de principais preocupações são estas duas: manter a vítima em segurança, avaliar o risco e fazer uma monitorização do mesmo, ou acompanhamento e respeitar ao máximo dentro daquilo que são os nossos recursos, as nossas possibilidades, a vontade da vítima, a sua autonomia, o seu direito a escolher como é que o seu próprio processo de reorganização e de reconstrução de projeto de vida vai ocorrer (...)” (Entrevista 6, E9)</p> <p>“O que há lugar aqui é uma tentativa de ajudar as vítimas a perceber quais são os sinais e sintomas de uma potencial relação violenta e a começar a evitá-los. Dar-lhe instrumentos para reparar em questões efetivamente ligadas ao seu auto-conceito, à auto-estima, ao seu estilo de vida. Ajudá-la a identificar padrões de comportamento, ou situações que a podem levar a incorrer em relacionamentos deste tipo.” (Entrevista 6, E9)</p>
Prevenção da Violência Domestica	Importância da prevenção para a desconstrução dos papéis de género	<p>“Penso que a maior alteração foi no comportamento da vítima, hoje em dia, as vítimas são mais informadas, e sabem o que fazer e onde se dirigir.” (Entrevista 1, E2)</p> <p>“As pessoas agora têm uma maior noção do que é a violência doméstica, sabem que a violência doméstica não é só levar um estalo, ou levar um murro, sabem que se um homem estiver a impedi-la</p>

		<p>de sair com as suas amigas, de poder usar o Facebook sem o consentimento dele... este tipo de coisas simples já estão um bocadinho mais incutidas nas pessoas, mas não totalmente.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Portanto, se nós não trabalharmos agora com aquela criança, ela tanto pode ter uma vida relativamente normal e ultrapassar esses problemas, como por outro lado, pode sentir uma necessidade de reforçar aquilo que viveu, aquilo a que assistiu e continuando com os mesmos problemas.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Procura-se, também, avaliar o próprio impacto das campanhas para perceber exatamente como é que elas chegaram, que mensagem foi absorvida e por isso lhe disse que, normalmente, não é feita a campanha só pela campanha, é acompanhando um conjunto de sessões.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“Educar para a cidadania é isto e muito mais, é educar as pessoas para participarem, estarem atentas, denunciarem, não compactuarem com determinadas situações.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“(...) as pessoas denunciam porque sentem, na comunidade global dos dias de hoje, que existe uma reprobção do acto da violência, em termos familiares, sociais, e para além disso existem instituições que apoiam essas vítimas.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“Aliás, se nós pegarmos nos provérbios populares, ainda hoje, nas escolas, “entre marido e mulher não metas a colher” e os jovens usam muito isso. Acaba por perpetuar esta mentalidade retrógrada.</p>
--	--	--

		<p>Mas é preciso insistir, é preciso trabalhar na prevenção e este trabalho é um trabalho de anos e séculos para que existam mudanças, porque estas nunca são imediatas.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“Quando ouvimos vítimas percebemos que a violência se inicia numa fase muito precoce da relação e se se inicia numa fase assim tão precoce é aqui que nós temos que intervir. Antes do namoro, para que quando chegue à fase do namoro consigam ter ferramentas suficientes para conseguirem testar o que é uma relação saudável ou não.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(…) o que é a prevenção primária? É trabalhar a cidadania, trabalhar as questões de género, mas acima de tudo o respeito pelos direitos humanos, porque a violência doméstica é uma grave violação aos direitos humanos (…) neste projeto (…) nas escolas (...). Se eu antes de fazer as sessões tenho uma posição e depois de todo o trabalho que é feito de consciencialização, de sensibilização, de informação e prevenção eu passo a ter uma opinião diferente, isto quer dizer que houve alterações e são estas alterações que são necessárias para que a igualdade se torne uma realidade” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“Acho que é bastante importante o trabalho que tem sido feito e, efetivamente, no seio familiar, eu acredito que as pessoas já tenham mais conhecimentos (...) criou-se um maior empoderamento nas mulheres, e até mesmo os relacionamentos no seio familiar, digamos, de há 30 ou 40 anos atrás é bastante diferente dos dias de hoje. Há uma compreensão das tarefas, há uma compreensão de um homem e uma mulher têm mais ou menos as mesmas responsabilidades (...) Vê-se um maior</p>
--	--	---

		<p>movimento de igualdade dentro do seio familiar, e a prevenção tem sido essencial para criar uma maior informação.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Nós trabalhamos muito com as crianças as questões dos papéis, porque é que o menino tem de ter a bola e a menina a boneca, há aqui toda uma desconstrução dessa realidade para que haja esta harmonia dos papéis. Porque, para crescermos, de facto, numa sociedade igualitária todos estes papéis e estereótipos que estão enraizados têm de ser trabalhados, e quanto mais cedo forem trabalhados, melhores serão os resultados.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(…) se eu vivencio más experiências na minha adolescência, é provável que eu vá ter más relações no futuro, no fundo é preparar estes jovens e estas jovens para se munirem de ferramentas para que as suas relações possam ser o mais positivas possível.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(…) a evolução, as lutas durante todos estes anos, efetivamente, há um fenómeno de espelho naquilo que são as representações sociais da família, dos papéis de homem e de mulher. E em termos legais, Portugal é um dos países mais avançados da europa e do mundo na legislação criada e na abertura que tem à mudança. Basta ver pela criação de todos estes instrumentos: os planos nacionais de combate à violência de género, violência doméstica, aprovação do casamento entre casais do mesmo sexo (…) a forma como tem vindo à luz do dia a luta pelos direitos da igualdade salarial, os homens que começam a ser menos discriminados que fazem uma opção de vida que passa por ficar em casa e eles cuidam</p>
--	--	---

		<p>das crianças, enquanto as mulheres saem para trabalhar, as mudanças ao nível das leis e dos benefícios referentes à natalidade, que dão a possibilidade ao pai de gozar também ele de uma licença (...) Há imensas medidas a serem tomadas para a prevenção das desigualdades de género, e isto tem logo impacto nas questões da violência, porque a violência está numa relação muito próxima com as questões de género, sempre.” (Entrevista 6, E9)</p> <p>“ É importante todo o trabalho com os jovens, para que os mesmos possam ser um elo de mudança, a mudança de mentalidade nos mais pequenos criará uma sociedade que não terá tanto estes estereótipos.” (Entrevista 6, E9)</p> <p>“A prevenção tem de pegar em toda a gente, naquelas que poderão ser potencialmente vítimas, potencialmente agressoras, ou até mesmo as duas coisas, que é a maioria.” (Entrevista 6, E9)</p>
	Política de prevenção da violência doméstica Instituição	<p>“[esta instituição] tem logo a partir dos seus estatutos, desde o primeiro dia, incluída a questão da igualdade de género e a violência doméstica (...) portanto nós procuramos sempre (...) arranjar formas de trabalhar estas questões na comunidade em que estamos inseridos e acreditamos que isso é possível através de 3 pilares base que são a sensibilização, prevenção e intervenção (...) E depois achamos que para conseguirmos “terminar”, (...) um problema como a violência de género nós temos de trabalhar a promoção da igualdade de género, isto porque a base da violência de género é o facto de existirem</p>

		<p>desigualdades dentro das relações, entre a pessoa que tem o poder, que neste caso é o agressor e a pessoa que não tem esse poder.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Estamos nas escolas, acabamos por fazer um trabalho com as vítimas, a resposta terciária já é nesta situação de, por exemplo, apartamento de autonomização. Por isso penso que esta instituição já tem aqui um trabalho muito abrangente no que concerne a toda a problemática sobre a violência doméstica. No fundo o que é preciso perceber é que é um fenómeno multideterminado, multifacetado (...)” (Entrevista 5, E8)</p>
	Projetos em curso na área da prevenção da violência doméstica	<p>“(...) o salto I teve início oficial em novembro de 2016. O salto i, apesar de nós quisermos incluir a intervenção e, de certa forma, incluímos (...) o financiamento que foi aprovado foi apenas para a parte da sensibilização e prevenção para trabalhar com crianças e jovens sobre as questões da igualdade de género e da violência de género e, por outro lado, a parte da formação através de workshops com agentes das forças de segurança e a população técnica.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Esta instituição é responsável pelas campanhas nacionais que estão no ar, e, neste momento temos uma, que é dirigida a vocês, jovens universitários, que é o “muda de curso” dirigido à população universitária, em colaboração com as federações académicas e associações académicas (...) apela a uma mudança de comportamento, a história do “muda de curso” não compactuarmos com a violência, que não aceitemos a violência sexual, ou seja, é também resultado daquilo que nos chegou por via da</p>



		<p>academia. Os estudos provam que os jovens universitários aceitam facilmente a violência como um acto normal, o que é preocupante.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“É um trabalho sistemático, durante o ano letivo, começamos em outubro, terminamos em junho, temos 13 sessões. Cada temática, e neste momento já estamos a trabalhar com crianças do pré-escolar, portanto desde o pré-escolar até ao secundário. Estamos a abranger as várias faixas etárias e este pré-teste e o pós-teste, já na questão dos adolescentes, com as crianças trabalhamos outras questões, questões de cidadania, multiculturalidade, afetos, emoções (...) E nós trabalhamos as temáticas com as quais eles se identificam, ou que são mais adaptadas (...)” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“eu estou num projeto, e o mesmo é totalmente gratuito, achamos que era importante termos um projeto onde pudéssemos sensibilizar os técnicos das autarquias, das juntas de freguesia, para a questão da violência doméstica porque também percebemos que, muitas vezes, as pessoas primeiro vão a uma junta de freguesia até por uma questão económica (...) Nesse sentido, achámos que era importante desenvolver um projeto onde pudéssemos abordar as várias questões sobre a violência doméstica, até com conteúdos práticos e legislação, com indicação das casas de abrigo, com os números que também são muito importantes, como se processa tudo a nível legal desde a denúncia... no fundo, fazer uma formação sobre alguns conteúdos que são importantes na área da violência</p>
--	--	--

		<p>doméstica (...). No fundo, trata-se de informar e sensibilizar os técnicos com informações importantes, para posteriormente, esclarecer a vítima e a mesma tomar algumas decisões.</p> <p>Já estive em vários sítios nesse projeto, temos contactado as autarquias e como é algo gratuito há uma adesão muito rápida.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“E depois temos ações isoladas, porque, por exemplo, nesta altura do dia dos namorados, as escolas pedem, sobre a violência no namoro, sobre o bullying, que são palestras de sensibilização.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(...) decidimos implementar este projeto com idosos que consiste, e é um projeto muito semelhante àquele que estamos a desenvolver nas escolas, mas adaptado aos idosos, ou seja, são ações psicoeducacionais (...) Houve uma adesão imediata, fomos mostrar o projeto, a forma como estavam implementadas as sessões, os objetivos, o que é que se pretendia e é um projeto também sistemático, eram de 15 em 15 dias e passaram a ser semanais as ações (...) não sei se foi por eles sentirem que estavam num espaço onde lhes era permitido falar sobre esta questão, não estavam nas suas casas, e gostam muito de estar no centro de dia, mas muitos deles são vítimas de violência por parte dos cuidadores, outros da conjugalidade, outros até falavam de situações já passadas porque entretanto um dos cônjuges já faleceu. Como não era exetável isto, imediatamente, tivemos que reformular os próprios conteúdos, e portanto, houve ali uma intervenção com os idosos que estão a vivenciar situações de violência doméstica (...) Ainda que nesta faixa etária seja muito difícil “apresentar”</p>
--	--	---

		<p>estratégias de mudança, porque é algo que já está tão enraizado, que já não conseguem “sair” daquela zona. É difícil mas há sempre a possibilidade de detetarmos, sinalizarmos, porque aqui o importante do projeto é mesmo isso, é tentar detetar situações e sinaliza-las e dar uma resposta. Acho que esta faixa é uma faixa muito esquecida” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(…) esta organização implementa ou tenta implementar programas de prevenção da violência de género nas escolas, junta das crianças desde as mais tenras idades até à adolescência e juventude. Já existiram vários projetos, e ainda hoje existem projetos da nessa área (...) e que aborda temas como a prevenção da violência no namoro, prevenção da violência sexual, prevenção da violência doméstica, todos os tipos de violência na sociedade (...) Quando não existe financiamento, esta organização faz isto a título voluntário. Participando em workshops, conferências, em aulas programas pelos diretores de turma ou os professores (...)” (Entrevista 6, E9)</p>
		<p>“(…) passar a informação não é prevenção. Na nossa perspetiva, educar, por outro lado, é prevenir. E, portanto, a formação é a melhor estratégia.” (Entrevista 1, E2)</p> <p>“Todos os grupos e profissionais devem ser formados (...)” (Entrevista 1, E2)</p> <p>“(…) a formação dos profissionais é fundamental (...) (Entrevista 1, E2)</p>

	<p>Estratégias de Prevenção</p>	<p>“(…) tentar sensibilizar a população em geral e sobretudo algumas populações específicas e determinantes para trabalharmos estas questões da igualdade de género, como a comunidade educativa, as forças de segurança, as equipas de saúde, entre outros.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Nós temos que trabalhar a promoção da igualdade de género, desconstruir estereótipos com as populações mais jovens, prevenindo que situações no futuro, como estas possam acontecer, estas desigualdades, temos de trabalhar desde o início.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“(…) o foco principal deve ser nas populações mais jovens, promover a igualdade de género é essencial para definir o futuro e definir aqueles que podem ser os comportamentos dos jovens e que competências é que eles vão ter, como se vão relacionar uns com os outros. Esse para mim é foco essencial para termos um grupo de pessoas, uma comunidade, mais implicada. Por outro lado, temos de trabalhar bastante a ação técnica, formá-la, explicar quais são as principais problemáticas, de que forma podemos combater-las, quais são as estratégias, o mesmo acontece com as forças de segurança.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“(…) um ponto muito importante, que é essencial trabalhar e que não tem sido trabalhado o suficiente que é a área do direito, a formação com magistrados, a formação com os juristas, advogados (…)” (Entrevista 2, E3)</p>
--	---------------------------------	---

		<p>“(...) usamos as redes sociais, transportes públicos, tudo isto feito numa lógica do trabalho de prevenção e cada vez mais estas campanhas estão a ser trabalhadas com as organizações da sociedade civil, conseguem chegar mais rapidamente ao público, conseguem disseminar a informação de forma diferente e trabalhar também a campanha a partir de ações de sensibilização sobre a mesma.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“Não há estratégias que se possa dizer “esta é a melhor” “aquela é a pior”, dependendo da população alvo que nós queremos atingir, a campanha ou a sensibilização tem de ser feita a partir dessa mesma população alvo.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“(...) educar para a cidadania, deve-se investir e estamos a caminhar nesse sentido, na tentativa de cada vez mais introduzirem estas questões desde muito cedo nos currículos ou extra-curricular (...) Trabalhar para que os jovens, efetivamente possam ser o motor da mudança e provocar a mudança.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“(...) aproveita-se o dia dos namorados para falar sobre isto Aproveitam-se estas datas significativas para de alguma forma, que toda a comunidade veja, porque as pessoas estão atentas nesses dias, toda a gente fala, então a mensagem chega mais rápido. “ (Entrevista 3, E4)</p>
--	--	--

		<p>“A comunicação social teve um papel fundamental do ponto de vista da denúncia, da construção e da desconstrução da aceitação desta problemática e da introdução dela na agenda.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“Tem que haver políticas mais integradas com projetos, mas isto deveria ser algo de raiz, em que os jovens comessem desde muito cedo. No fundo é ajuda-los a construir relações afetivas e sociais assentes no respeito e saímos todos a ganhar com isto. É uma melhor cidadania de uma forma muito geral. Estas ações não é só trabalhar a questão da violência, é trabalhar questões de resolução de conflitos, do bullying, dos papéis de género.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“(…) trabalhar até, muitas das vezes, a questão da alfabetização das emoções, técnicas de auto controlo com os jovens e é o que se faz muitas das vezes com os agressores, nos programas que existem (...)No fundo não é eliminar sentimentos, temos aqui a questão da frustração, da ira.. é saber identificar esses sinais dentro de mim e controlá-los. São questões que são importantes para tudo na nossa vida.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“As estratégias de prevenção são todas boas, para mim não há nenhuma que seja má. Existem, sim, algumas que poderão ser mais adequadas do que outras. Por exemplo, na minha opinião (...) eu não gosto de estratégias de prevenção que vão pelo choque, nem na violência nem em nenhuma outra área (...) nesta área (...) ainda se vai lá muito pelo choque. Por isso é que nós vemos sempre as publicidades com as mulheres agredidas fisicamente, com as caras, e já nem vou dizer os olhos negros, porque ultimamente as coisas têm escalado para olhos negros, lábios rebentados, sangue, morgues,</p>
--	--	--

		<p>cadáveres (...) E porque é que eu discordo imenso dessa abordagem na área da violência, não é bem um fenómeno como o tabagismo que já sabemos que se pusermos uma imagem de uns pulmões de um fumador, eles são horríveis ao lado de uns pulmões de uma pessoa saudável, isto tem lógica (...) mas no caso da violência e eu como psicóloga vejo isso todos os dias em consulta, esta violência que deixa estas marcas ela existe, é absolutamente grave e tem que ser interrompida. No entanto, ela não é representativa da maioria das vítimas (...)eu não posso dizer que a maioria das vítimas tem a cara toda desfigurada nas agressões que sofre. Porque todos os dias milhões de mulheres, em todo o mundo, milhões de crianças em todo o mundo são fortemente agredidas de todas as formas possíveis e imaginárias que não deixam sequer uma única marca visível. E, portanto, a sensibilização nesta área não pode ser feita, primordialmente, pelo choque.” (Entrevista 6, E9)</p>
Trabalho em Rede na VD		<p>“(…) nós temos de perceber o que já foi feito antes e sobretudo para impedir intervenções repetidas, impedir uma revitimação (...) a primeira coisa a fazer é contactar a estrutura anterior e compreender o que já foi feito.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“(…) procuramos sempre colaborar com outras entidades da comunidade.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Hoje em dia (...) há uma preocupação de juntar as pessoas das instituições e trabalhar em rede para a melhor resolução do problema.” (Entrevista 3, E4)</p>

		<p>“Trabalho conjunto, trabalho interdisciplinar é essencial para se poder abordar esta questão. Não faz sentido eu trabalhar uma situação de violência que, não tenha, por exemplo, a polícia a trabalhar comigo, ou os magistrados/juízes, e eles estão a vir cada vez mais “para este lado”, apesar de ser a área mais “difícil” de se chegar no que diz respeito a este tema.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“(…) nós temos de perceber o que já foi feito antes [com aquela vítima] e sobretudo para impedir intervenções repetidas, impedir uma revitimação, por exemplo, se uma pessoa já esteve com um técnico antes e que já lhe contou a história toda, teve que reviver aquilo, nós não vamos fazer a mesma coisa outra vez (...) nós procuramos saber se isto já aconteceu, porque se já aconteceu, a primeira coisa a fazer é contactar a estrutura anterior e compreender o que já foi feito. Compreender o que foi feito, se foi feito, que resultados teve, se não teve esses resultados, saber o que se passou, e vamos tentar contornar isso e melhorar o que foi feito.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“(…) penso que é extremamente importante em várias áreas, e esta não é exceção que exista um trabalho em rede entre as diversas entidades. Acho que as instituições deviam estar totalmente recetivas, até de nos reunirmos, tentar criar uma comissão. Acho que, dentro das suas limitações, as entidades fazem o melhor que podem (...)Temos que reinventar, quando precisamos de algo, contactamos, tem de ser (...)Tudo o que seja mudar, transformar, melhorar nós queremos estar presentes e o nosso trabalho é feito nesse sentido.” (Entrevista 5, E8)</p>
--	--	--



		<p>“(…) porque nós não estamos no terreno para nos impedirmos de funcionar uns aos outros nem para boicotarmos o trabalho uns dos outros, mas sim para trabalhar em equipa, e em rede e articular com as entidades (…)” (Entrevista 6, E9)</p>
<p>Importância da Formação dos(as) técnicos(as) na área da violência doméstica</p>		<p>“(…) a formação dos profissionais é fundamental (…) porque numa situação de violência, no serviço ao qual a vítima se dirige é fundamental que a saibam receber.” (Entrevista 1, E2)</p> <p>“E falando na formação dos agentes da autoridade, esta é mesmo importante, porque o painel muda de imediato: imagine, por exemplo, um agente (…) com alguns pré-conceitos já enraizados, ir atender uma vítima e dizer “Veja lá minha senhora, não fez nada para que ele fizesse isso? Tenha mais paciência, porque isso vai-lhe passar.” Ora, sendo a polícia uma entidade de primeira instância, deve saber receber uma vítima da melhor maneira, o que não acontece se não tiver formação adequada.” (Entrevista 1, E2)</p> <p>“Por exemplo, num hospital, se a vítima lá for, e tiver algumas marcas no corpo, e o companheiro não sair da beira dela, é um sinal para o qual os profissionais de saúde devem ficar alerta e não ignorar. O mesmo com os professores, estarem atentos aos comportamentos das crianças. Isso poderá ser o início de descobrirem algo importante.” (Entrevista 1, E2)</p> <p>“(....) por muito trabalho que nós façamos, seja um trabalho primário, de prevenção, seja a intervenção com as vítimas, seja uma boa relação com a polícia, com as instituições de apoio social, se nós</p>

		<p>chegamos a um tribunal e temos um conjunto de preconceitos, um conjunto de estereótipos que impedem que aquele processo seja julgado de forma consciente e fundamentada, entre teorias e práticas concretas, nunca vamos conseguir avançar, e isso é um grande problema.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“É essencial a formação de todos os profissionais, no entanto há uns profissionais com os quais é mais importante trabalhar que outros, nomeadamente os profissionais da área da educação, auxiliares e professores, porque muitas das vezes é através das crianças que se consegue perceber o que se está a passar no seio familiar (...)</p> <p>Um médico de família consegue compreender se aquela pessoa está ou não a sofrer algum tipo de violência e para lhe dizer o que tem de fazer e que estratégias deve utilizar. As forças de segurança também e já tem sido feito um trabalho nesse sentido e depois os magistrados, os juizes, os advogados, que trabalhem com estas questões e que são o ponto final, digamos de um processo de violência doméstica.” (Entrevista 2, E3)</p> <p>“Um professor é importante, se educa para a cidadania, se desconstrói estereótipos baseados no género (...) estas diferenças sejam trabalhadas em sala de aula e que permitam uma construção de cidadania plena são importantes porque vão ter uma consequência a médio e longo prazo, que é uma alteração comportamental (...) A saúde é fundamental do ponto de vista da identificação, do tratamento e da sinalização mas com um olhar técnico para este problema. Ou seja, a formação de todos estes</p>
--	--	--

		<p>profissionais são essenciais para uma melhor intervenção e é isso que tem estado a acontecer.” (Entrevista 3, E4)</p> <p>“(…) formação para os professores (...) nesta área para que em situações específicas eles consigam sinalizar e identificar, para que aquela situação não passe em branco, exatamente, também, para sensibilizá-los para a questão da violência no namoro, do bullying e isso é importante. Dotá-los de informação e ferramentas que podem ser úteis no dia-a-dia da sua profissão.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“São tantas pessoas que entram e saem todos os dias dos hospitais (...) Muitas vezes conseguem perceber que aquela nódoa negra naquele sítio, daquela forma, não foi apenas de uma queda. E que aquela pessoa já foi lá 2 e 3 vezes (...) No fundo, estes médicos deveriam informar também as vítimas e tentar compreender o que aconteceu. Não chega só nós termos conhecimentos científicos disto e daquilo (...) Somos seres imperfeitos e se numa situação específica há um trabalho que pode ser feito de uma outra forma, de aprofundar conhecimentos e saberes é preciso, é preciso formação na área. Devia ser obrigatório ou prioritário os vários profissionais frequentarem formações no âmbito da violência doméstica, porque as pessoas vão daquela vez ali e podem nunca mais ir a sítio nenhum e perde-se uma oportunidade (...) Estas formações impedem também que existam más práticas por parte dos técnicos.” (Entrevista 5, E8)</p> <p>“Ao longo de tudo isto que tem sido o fenómeno da violência, da intervenção na violência, seja preventiva seja remediativa, ao longo destes anos a formação teve um papel fundamental. Foi pela</p>
--	--	--

		<p>formação destes profissionais que nós conseguimos os maiores avanços no atendimento, no contacto, na intervenção com vítimas neste país. Professores, agentes da autoridade, agentes de todo o sistema de justiça, desde os auxiliares até aos juízes, toda a gente envolvida começou a fazer formação (...) a haver exigências legais para que quem trabalha na área tivesse formação adequada e isso é uma das razões pelas quais, nos dias de hoje, é cada vez mais raro o dia em que nos chega aqui uma mulher com queixas, que foi apresentar uma denúncia e foi maltratada, foi vitimizada (...) E com isto não quero dizer que se deva parar, ou que já toda a gente tem formação, nada disso. Até porque estão sempre pessoas novas a entrar no sistema e todas elas devem ter formação, e têm que estar atualizadas (...) Se do ponto de vista do tracto, do ponto de vista psicológico, emocional as coisas estão mais ou menos estáveis ao longo dos anos, por exemplo, a nível jurídico e de respostas sociais, há sempre coisas novas: leis que são revogadas, que são completadas com outras nuances, respostas sociais que não existiam e que entretanto vão sendo criadas e é preciso estarmos sempre a par de tudo.” (Entrevista 6, E9)</p>
--	--	---



## **Contributos para a construção de um Roteiro sobre a Violência Doméstica para o Município do Porto**

Maria João Parreira do Rosário

Outubro de 2017

## **Índice de Abreviaturas**

ADDIM – Associação Democrática de Defesa dos Interesses e da Igualdade das Mulheres

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APMJ – Associação Portuguesa de Mulheres Juristas

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

DAS – Divisão de Ação Social

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CMP – Câmara Municipal do Porto

GNR – Guarda Nacional Republicana

FISOOT - Formação, Integração Social e Oferta de Oportunidades de Trabalho

GAIV – Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima – Polícia de Segurança Pública

GEAV – Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas

IE – Instituições Especializadas

INE – Instituto Nacional de Estatística

JF – Juntas de Freguesia

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PSP - Polícia de Segurança Pública

UE – União Europeia

VD – Violência Doméstica

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Logotipo CIG.....43

Figura 2 – Logotipo APAV.....44

Figura 3 – Logotipo UMAR.....	46
Figura 4 – Logotipo APMJ.....	47
Figura 5 – Logotipo ADDIM.....	48
Figura 6 – Logotipo APAV.....	49
Figura 7 – Logotipo Associação Projeto Criar.....	50
Figura 8 – Logotipo CIG.....	51
Figura 9 – Logotipo Fios e Desafios.....	52
Figura 10 – Logotipo FISOOT.....	53
Figura 11 – Logotipo GAIV.....	54
Figura 12 – Logotipo GEAV.....	55
Figura 13 – Logotipo UMAR.....	56
Figura 14 – Brasão Junta de Freguesia do Bonfim.....	62
Figura 15 – Brasão Junta de Freguesia de Campanhã.....	63
Figura 16 – Brasão União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.....	64

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 – Vítimas e Denunciados por Sexo.....	37
Gráfico 2 – Idade das Vítimas.....	38
Gráfico 3 – Idade dos Denunciados.....	38
Gráfico 4 - Grau de Parentesco: Vítima-Denunciado.....	39
Gráfico 5 – Ocupação/Atividade Profissional da Vítima.....	40
Gráfico 6 – Ocupação/Atividade Profissional do Denunciado.....	40

## Índice

### I Parte

Introdução.....	5-6
Capítulo I - Enquadramento Concetual.....	7-18
Capítulo II - Enquadramento Legal Nacional.....	19-21
Capítulo III - Enquadramento Teórico.....	22
3.1 Natureza da violência doméstica segundo a Convenção de Istambul.....	22
3.2 Identificação dos principais estudos académicos e institucionais realizados em Portugal e estudos de referência europeus e internacionais.....	23
3.2.1 Estudos Académicos (Portugal).....	23-30
3.2.2 Estudos Institucionais (Portugal).....	30-32
3.2.3 Recomendações, estudos emanados da EU.....	32-33
3.3 Fontes Estatísticas sobre o Fenómeno da violência doméstica.....	33
3.3.1 Fontes Estatísticas Nacionais.....	33-34
3.3.2 Fontes Estatísticas Europeias.....	34-35
3.3.3 Relatórios.....	35
3.4 Alguns indicadores estatísticos nacionais sobre o fenómeno da Violência Doméstica.....	35-40
3.5 Procedimentos a seguir pela vítima e entidades competentes.....	40-41
3.6 Procedimentos a seguir pelos cidadãos(ãs).....	41
Capítulo IV - Instituições nacionais de referência na área da violência doméstica e suas valências.....	42-46
Capítulo V - Resposta Institucional do concelho do Porto.....	47-55
II Parte.....	56
Introdução.....	57
Capítulo VI - Identificação das entidades entrevistadas.....	58-63
Capítulo VII – Apresentação dos resultados.....	64
7.1 A visão das autarquias (em síntese).....	64-65
7.2 A visão das instituições especializadas (em síntese).....	66-68
Considerações Finais.....	69
Referências Bibliográficas.....	70



## **I Parte**

### **Introdução**

O presente documento surge no âmbito do estágio realizado na Divisão de Ação Social da Câmara Municipal do Porto, de Outubro de 2016 a Junho de 2017, para a obtenção do grau de mestre do curso em Ciências da Educação. A construção de um Roteiro sobre a Violência Doméstica para a cidade do Porto foi uma sugestão da supervisora local, Dra. Otília Oliveira, Chefe da Divisão do DAS. Neste deviam constar informações atualizadas sobre as estruturas que realizam o atendimento, encaminhamento e intervenção à vítima, de modo a que CMP pudesse ter acesso a um instrumento atualizado e que permitisse uma ação específica. Assim sendo, as informações cruciais que este Roteiro deveria ter passavam pelas questões teóricas sobre a violência doméstica, a listagem das instituições que efectivamente fazem atendimento à vítima e as preocupações que existem neste atendimento, encaminhamento e intervenção, as principais necessidades e dificuldades das entidades, os projectos e estratégias de prevenção das mesma, no âmbito da VD e, ainda, algumas das falhas identificadas pelos(s) técnicos(as) no que diz respeito às estruturas de apoio à vítima e às políticas públicas implementadas nesta área. Devido ao factor tempo, visto que o estágio durou apenas alguns meses, e também pela dificuldade em contactar algumas instituições, não foi possível a realização de um Roteiro completo sobre a cidade, e, portanto, este documento não é exaustivo nem aprofundado, embora contenha contributos que poderão ser utilizados para uma eventual realização completa de um Roteiro. Quanto ao seu conteúdo este documento inclui uma primeira parte teórica, e uma segunda parte com dados empíricos, recolhidos através de entrevistas junto de diversas entidades, quer especializadas na área da violência doméstica, quer generalistas, como é o caso das autarquias. Salientando, que, na II parte constará uma introdução para a mesma, onde estarão presentes os tópicos abordados.

Assim, o documento inicia-se com o enquadramento concetual sobre a violência doméstica, onde constam os conceitos de violência, violência de género, vítima (e os seus direitos), segundo as organizações transnacionais (como por exemplo OMS e ONU). Ainda neste enquadramento é possível encontrar os conceitos de prevenção primária, secundária e terciária segundo a visão da OMS.

Posteriormente encontra-se o enquadramento legal nacional, onde estão referenciados o artigo 152.º do Código Penal, sem e com a alteração de 2007 relativa à

violência no namoro, a lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro e a Convenção de Istambul, ratificada por Portugal em 2013.

Após o enquadramento legal, encontra-se o enquadramento teórico, que inicia com a natureza da violência doméstica segundo a Convenção de Istambul, e, que, de seguida apresenta os procedimentos a seguir pela vítima e entidades competentes e pelos cidadãos(ãs), no caso de uma situação de violência doméstica. Ainda neste enquadramento é possível encontrar a identificação dos principais estudos académicos e institucionais realizados em Portugal, com alguns dos(as) autores(as) de referência na área, como Isabel Dias, Manuel Lisboa, Ana Sani, entre outros; recomendações e estudos emanados da União Europeia; fontes estatísticas sobre o fenómeno, nomeadamente, fontes estatísticas nacionais e internacionais e relatórios. Para terminar este enquadramento, e após apresentar as fontes estatísticas, estarão presentes alguns indicadores estatísticos nacionais sobre a violência doméstica, apresentando dados relativos às denúncias efectuadas, ao sexo da vítima e do(a) agressor(a), a sua ocupação laboral, a faixa etária, entre outros elementos que permitem compreender a extensão do fenómeno e a sua prevalência.

No que diz respeito à metodologia utilizada nesta primeira parte do documento, foi realizada uma pesquisa documental, em fontes legais e oficiais e em agências internacionais.

Em suma, este documento tem como objectivo geral a estruturação e organização da informação acerca do fenómeno da violência doméstica e das várias questões que o envolvem, de forma constituir um documento que a Câmara Municipal do Porto possa futuramente utilizar para construir um Roteiro sobre a violência doméstica para o município do Porto.

## **Capítulo I - Enquadramento Concetual**

Neste primeiro capítulo irei realizar a apresentação dos conceitos de violência, violência doméstica, violência de género e vítima definidos pelas entidades oficiais, isto é, das organizações transnacionais, como é o caso da Organização Mundial de Saúde e a Organização para as Nações Unidas. Esta apresentação faz uma primeira abordagem ao que poderá vir a ser o entendimento sobre o fenómeno da violência doméstica. Posteriormente, constarão, ainda, os direitos das vítimas, tendo em conta a Diretiva Europeia para as Vítimas (2012), onde se conseguirá compreender que tipo de direitos estamos a falar, e, no fundo, a que tipo de apoio a vítima pode receber. Por fim, neste enquadramento concetual, e visto se tratarem de conceitos específicos, desenvolvidos por instâncias transnacionais, apresentaremos as tipologias de prevenção: primária, secundária e terciária, recorrendo à OMS.

### **❖ 1.1 OMS (2002): Conceito de violência**

“O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.” (Relatório Mundial de Violência e Saúde, Organização Mundial de Saúde, 2002: 5)

### **❖ 1.2 ONU (1993): Conceito de violência de género**

“(…) qualquer acto de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos, a coacção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada.” (Art. 1.º, Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as mulheres, 1993)

### **❖ 1.3 Convenção de Istambul (2011): Conceito de violência de género e doméstica contra as mulheres**

“«Violência contra as mulheres» constitui uma violação dos direitos humanos e é uma forma de discriminação contra as mulheres, abrangendo todos os atos de violência de género que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, a coacção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada.”

“«Violência doméstica» abrange todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem na família ou na unidade doméstica, ou entre cônjuges ou ex-

cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima.”

#### ❖ **1.4 Parlamento Europeu (2012): Diretiva Europeia para as Vítimas**

##### **Conceito de Vítima**

“Uma pessoa contra a qual tenha sido cometido um crime deve ser reconhecida como vítima, independentemente de o autor do crime ter sido identificado, detido, acusado ou condenado e independentemente do vínculo de parentesco entre eles.” (Art. 19.º, Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu)

##### **1.4.1 Direitos das vítimas**

#### ❖ **Direito de compreender e de ser compreendido**

“1. Os Estados-Membros devem tomar medidas adequadas para ajudar as vítimas a compreender e a serem compreendidas desde o primeiro contacto e durante todos os outros contactos necessários com as autoridades competentes no contexto do processo penal, nomeadamente quando essas autoridades prestarem informações.

2. Os Estados-Membros devem assegurar que a comunicação oral e escrita com a vítima seja efetuada numa linguagem simples e acessível. Essa comunicação deve ter em conta as características pessoais da vítima, nomeadamente qualquer deficiência que possa afetar a sua capacidade de compreender ou de ser compreendida.

3. Salvo se tal for contrário aos interesses da vítima ou prejudicar o bom desenrolar do processo, os Estados-Membros devem autorizar as vítimas a fazer-se acompanhar de uma pessoa da sua escolha no primeiro contacto com as autoridades competentes caso, devido ao impacto do crime, a vítima solicite assistência para compreender ou ser compreendida.” (Art. 3.º, Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu)

#### ❖ **Direito de receber informações a partir do primeiro contacto com as autoridades competentes**

“1. A fim de permitir que as vítimas exerçam os direitos previstos na presente diretiva, os Estados-Membros devem assegurar que elas recebam, sem atrasos injustificados e a partir do primeiro contacto com as autoridades competentes, informações sobre:

- a) O tipo de apoio que podem receber e de quem, nomeadamente, se necessário, informações básicas sobre o acesso a cuidados de saúde, a apoio especializado, incluindo apoio psicológico, e a alojamento alternativo;
- b) Os procedimentos para apresentarem denúncias relativas a um crime e o seu papel no contexto desses procedimentos;
- c) Como e em que condições podem obter proteção, nomeadamente medidas de proteção;
- d) Como e em que condições podem ter acesso a aconselhamento jurídico, a apoio judiciário ou a qualquer outro tipo de aconselhamento;
- e) Como e em que condições podem obter uma indemnização;

- f) Como e em que condições têm direito a interpretação e a tradução;
- g) Se forem residentes num Estado-Membro diferente daquele em que o crime foi cometido, as medidas, os procedimentos ou os mecanismos especiais de que dispõem para defender os seus interesses no Estado-Membro em que foi estabelecido o primeiro contacto com as autoridades competentes;
- h) Os procedimentos disponíveis para apresentarem uma denúncia caso os seus direitos não sejam respeitados pelas autoridades competentes que operam no contexto do processo penal;
- i) Os contactos para o envio de comunicações relativas ao seu processo;
- j) Os serviços disponíveis de justiça restaurativa;
- k) Como e em que condições podem ser reembolsadas as despesas que suportem devido à sua participação no processo penal.

2. O âmbito e os pormenores concretos das informações a que se refere o n.º 1 podem variar consoante as necessidades específicas e as circunstâncias pessoais da vítima e o tipo ou a natureza do crime. Podem ser igualmente fornecidos, em fases posteriores, dados suplementares em função das necessidades da vítima e da relevância dessas informações em cada fase do processo.” (Art. 4.º, Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu)

#### ❖ **Direito das vítimas quando apresentam uma denúncia**

“1. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas recebam uma confirmação por escrito da receção da denúncia formal por elas apresentada à autoridade competente de um Estado-Membro, da qual conste a descrição dos elementos básicos do crime em questão.

2. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas que pretendam denunciar um crime e que não compreendam nem falem a língua da autoridade competente tenham a possibilidade de efetuar essa denúncia numa língua que compreendam, ou de receber a assistência linguística necessária para o fazer.

3. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas que não compreendam nem falem a língua da autoridade competente recebam gratuitamente uma tradução da confirmação por escrito da sua denúncia, prevista no n.º1, se assim o solicitarem, numa língua que compreendam.” (Art. 5.º, Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu)

#### ❖ **Direito de receber informações sobre o processo**

“1. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas sejam notificadas, sem atrasos desnecessários, do seu direito de receber as seguintes informações sobre o processo penal instaurado na sequência da denúncia de um crime cometido contra elas e que, se assim o solicitarem, recebam essas informações:

- a) Qualquer decisão de não prosseguir ou de encerrar uma investigação, ou de não deduzir acusação contra o autor do crime;

b) A data e o local do julgamento e a natureza da acusação deduzida contra o autor do crime.

2. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas, em função do seu papel no respetivo sistema de justiça penal, sejam notificadas, sem atrasos desnecessários, do seu direito de receber as seguintes informações sobre o processo penal instaurado na sequência da denúncia de um crime cometido contra elas e que, se assim o solicitarem, recebam essas informações:

a) Qualquer sentença final proferida em julgado;

b) Informações que permitam à vítima tomar conhecimento do andamento do processo penal, salvo se, em casos excecionais, essa notificação for suscetível de prejudicar o bom desenrolar do processo.

3. As informações prestadas por força do n.º1, alínea a), e do n.º2, alínea a), devem incluir a fundamentação da decisão em causa ou um resumo dessa fundamentação, exceto nos casos de decisão proferida por um júri ou de decisão cuja fundamentação seja confidencial, casos em que, nos termos da legislação nacional, a fundamentação não é apresentada

4. O desejo das vítimas de receberem ou não informações vincula a autoridade competente, a não ser que essas informações devam ser prestadas em virtude do direito da vítima de participar ativamente no processo penal. Os Estados-Membros devem autorizar as vítimas a alterar a sua pretensão em qualquer momento, e devem ter em conta essa alteração.

5. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas tenham a possibilidade de ser notificadas, sem atrasos desnecessários, quando a pessoa detida, acusada ou condenada por crimes que lhes digam respeito for libertada ou se tiver evadido da prisão. Além disso, os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas sejam informadas de todas as medidas relevantes tomadas para as proteger caso o autor do crime tenha sido libertado ou se tenha evadido da prisão.

6. As vítimas devem receber as informações previstas no n.º5, se assim o solicitarem, pelo menos nos casos em que exista um perigo ou um risco identificado de prejuízo para as vítimas, salvo se existir um risco identificado de prejuízo para o autor do crime que possa decorrer da notificação.” (Art. 6.º, Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu)

## ❖ **Direito a interpretação e a tradução**

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas que não compreendam nem falem a língua do processo penal em causa beneficiem, se assim o solicitarem, de interpretação gratuita, de acordo com o seu papel no respetivo sistema de justiça penal, para poderem participar no processo penal, pelo menos por ocasião das inquirições ou interrogatórios realizados pelas autoridades de investigação e pelas autoridades judiciais durante o processo penal, nomeadamente durante os interrogatórios policiais, e de interpretação durante a sua participação ativa nas audiências em tribunal e nas audiências intercalares necessárias.

2. Sem prejuízo dos direitos da defesa, e respeitando o poder discricionário dos tribunais, pode recorrer-se a tecnologias de comunicação, como a videoconferência, o telefone ou a internet, a menos que a presença física do intérprete seja necessária para que as vítimas exerçam corretamente os seus direitos ou para que compreendam o processo.
3. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas que não compreendam nem falem a língua do processo penal em causa recebam, de acordo com o seu papel no respetivo sistema de justiça penal, e se assim o solicitarem, traduções gratuitas das informações indispensáveis ao exercício dos seus direitos no processo penal, numa língua que entendam, na medida em que essas informações lhes sejam disponibilizadas. As traduções dessas informações devem incluir, pelo menos, qualquer decisão de arquivamento do processo penal relativo ao crime cometido contra a vítima e, a pedido desta, a respetiva fundamentação ou um resumo da mesma, exceto nos casos de decisão proferida por um júri ou de decisão cuja fundamentação seja confidencial, casos em que, nos termos da legislação nacional, a fundamentação não é apresentada.
4. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas que tenham direito a receber informações sobre a data e o local do julgamento nos termos do artigo 6.º, n.º1, alínea a), e que não compreendam a língua da autoridade competente, recebam uma tradução das informações a que têm direito, se assim o solicitarem.
5. As vítimas podem apresentar um pedido fundamentado para que um documento seja considerado essencial. A tradução dos passos de documentos essenciais que não sejam relevantes para que as vítimas possam participar ativamente no processo penal não é obrigatória.
6. Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 3, pode ser facultada uma tradução oral ou um resumo oral dos documentos essenciais, em vez de uma tradução escrita, desde que essa tradução oral ou esse resumo oral não prejudiquem a equidade do processo.
7. Os Estados-Membros devem assegurar que as autoridades competentes verifiquem se as vítimas precisam de interpretação ou de tradução nos termos dos n.ºs 1 e 4. As vítimas podem contestar a decisão de não facultar interpretação ou tradução. As regras processuais relativas a essa contestação são determinadas pela legislação nacional.
8. A interpretação, a tradução e a possibilidade de contestar a decisão de não facultar interpretação ou tradução ao abrigo do presente artigo não devem prolongar injustificadamente o processo penal. (Art. 7.º, Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu)

#### ❖ **Direito de acesso aos serviços de apoio às vítimas**

“1. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas tenham acesso gratuito, em função das suas necessidades, a serviços confidenciais de apoio às vítimas que ajam no interesse destas antes, durante e por um período adequado após a conclusão do processo penal. Os familiares devem ter acesso aos serviços de apoio às vítimas em função das suas necessidades e da gravidade dos danos sofridos em consequência do crime cometido contra a vítima.

2. Os Estados-Membros devem facilitar o encaminhamento das vítimas, pela autoridade competente que recebeu a denúncia e por outras instâncias competentes, para os serviços de apoio às vítimas.
3. Os Estados-Membros devem tomar medidas para criar serviços gratuitos e confidenciais de apoio especializado para além dos serviços gerais de apoio às vítimas, ou como parte integrante destes serviços, ou para permitir que as organizações de apoio às vítimas recorram a instituições especializadas existentes que prestem esse tipo de apoio especializado. As vítimas, em função das suas necessidades específicas, e os seus familiares, de acordo com as suas necessidades específicas e com a gravidade dos danos sofridos em consequência de um crime cometido contra a vítima, devem ter acesso a esses serviços.
4. Os serviços de apoio às vítimas e os serviços de apoio especializado podem ser criados como entidades públicas ou não governamentais, e podem funcionar numa base profissional ou em regime de voluntariado.
5. Os Estados-Membros devem assegurar que o acesso aos serviços de apoio às vítimas não esteja subordinado à apresentação de uma denúncia formal de um crime pela vítima às autoridades competentes.” (Art. 8.º, *Ibidem*)

#### ❖ **Direito a ser ouvido**

- “1. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas possam ser ouvidas durante o processo penal e possam apresentar elementos de prova. Caso uma criança vítima deva ser ouvida, devem ser tidas em conta a sua idade e maturidade.
2. As regras processuais ao abrigo das quais as vítimas podem ser ouvidas durante o processo penal e podem apresentar elementos de prova são determinadas pela legislação nacional.” (Art. 10.º, Capítulo 3, Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu)

#### ❖ **Direitos no caso de uma decisão de não deduzir acusação**

- “1. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas, de acordo com o seu papel no respetivo sistema de justiça penal, tenham o direito ao reexame da decisão de não deduzir acusação. As regras processuais desse reexame são determinadas pela legislação nacional.
2. Se, nos termos da legislação nacional, o papel da vítima no respetivo sistema de justiça penal só for determinado após a decisão de acusar o autor do crime, os Estados-Membros devem assegurar que pelo menos as vítimas de crimes graves tenham o direito de solicitar o reexame da decisão de não deduzir acusação. As regras processuais desse reexame são determinadas pela legislação nacional.
3. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas sejam notificadas sem atrasos desnecessários do seu direito de receber, e que recebam, informações suficientes para decidir se solicitam ou não o reexame de uma decisão de não deduzir acusação, caso o solicitem.



4. Se a decisão de não deduzir acusação for tomada por uma autoridade máxima de instrução contra cuja decisão não possa ser feito reexame nos termos da legislação nacional, o reexame pode ser feito por essa mesma autoridade.
5. Os n.ºs 1, 3 e 4 não se aplicam a decisões do procurador público de não deduzir acusação se tais decisões conduzirem a uma resolução extrajudicial, desde que a legislação nacional o preveja.” (Art. 11.º, Ibidem)

#### ❖ **Direito a garantias no contexto dos serviços de justiça restaurativa**

1. Os Estados-Membros devem tomar medidas para garantir a proteção da vítima contra a vitimização secundária e repetida, a intimidação e a retaliação, que devem ser aplicadas aquando da prestação de serviços de justiça restaurativa. Essas medidas devem assegurar que as vítimas que decidam participar num processo de justiça restaurativa tenham acesso a serviços de justiça restaurativa seguros e competentes, sujeitos pelo menos às seguintes condições:

- a) Os serviços de justiça restaurativa só serem utilizados no interesse da vítima, salvo considerações de segurança, e terem como base o consentimento livre e informado da vítima, o qual é revogável em qualquer momento;
  - b) Antes de aceitar participar no processo de justiça restaurativa, a vítima receber informações completas e imparciais sobre esse processo e sobre os seus resultados potenciais, bem como informações sobre as formas de supervisão da aplicação de um eventual acordo;
  - c) O autor do crime tomar conhecimento dos elementos essenciais do processo;
  - d) O eventual acordo ser concluído a título voluntário e poder ser tido em conta em qualquer processo penal ulterior;
  - e) As discussões não públicas no quadro de processos de justiça restaurativa serem confidenciais e o seu teor não ser posteriormente divulgado, salvo com o acordo das partes ou caso a legislação nacional assim o preveja por razões de reconhecido interesse público.
2. Os Estados-Membros devem facilitar o envio dos processos, se for caso disso, aos serviços de justiça restaurativa, nomeadamente através do estabelecimento de procedimentos ou diretrizes sobre as condições de envio.” (Art. 12.º, Ibidem)

#### ❖ **Direito a apoio judiciário**

“Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas tenham acesso a apoio judiciário se tiverem o estatuto de parte no processo penal. As condições e regras processuais que regem o acesso das vítimas a apoio judiciário são determinadas pela legislação nacional.” (Art. 13.º)

#### ❖ **Direito ao reembolso das despesas**

“Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas que participem no processo penal possam ser reembolsadas das despesas que suportarem devido à sua participação ativa no processo penal, de acordo com o seu papel no respetivo sistema de justiça penal. As

condições e regras processuais que regem o reembolso das vítimas são determinadas pela legislação nacional.” (Art. 14.º)

#### ❖ **Direito à restituição de bens**

“Os Estados-Membros devem assegurar que, na sequência da decisão de uma autoridade competente, os bens restituíveis apreendidos durante o processo penal sejam devolvidos às vítimas sem demora, salvo se forem necessários para efeitos de processo penal. As condições e regras processuais que regem a restituição de bens às vítimas são determinadas pela legislação nacional.” (Art. 15.º)

#### ❖ **Direito a uma decisão de indemnização pelo autor do crime durante o processo penal**

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas tenham o direito de obter, num prazo razoável, uma decisão relativa a uma indemnização pelo autor do crime durante o processo penal, exceto se a legislação nacional previr que essa decisão seja tomada num processo judicial separado.
2. Os Estados-Membros devem promover medidas para incentivar os autores de crimes a indemnizarem adequadamente as vítimas. (Art. 16.º)

#### ❖ **Direitos das vítimas residentes noutro Estado-Membro**

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as suas autoridades competentes tomem as medidas adequadas para atenuar as dificuldades com que as vítimas residentes num Estado-Membro diferente daquele em que o crime foi cometido se veem confrontadas, nomeadamente no que se refere à tramitação do processo. Para esse efeito, as autoridades do Estado-Membro em que o crime foi cometido devem estar, nomeadamente, em condições de:
  - a) Recolher um depoimento da vítima imediatamente após a apresentação da denúncia do crime à autoridade competente;
  - b) Aplicar, na medida do possível, as disposições relativas a videoconferência e teleconferência previstas na Convenção relativa ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal entre os Estados-Membros da União Europeia, de 29 de maio de 2000, para efeitos de audição das vítimas residentes no estrangeiro
2. Os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas de um crime cometido num Estado-Membro diferente daquele em que residem possam apresentar uma denúncia às autoridades competentes do Estado-Membro de residência, se não puderem fazê-lo no Estado-Membro em que o crime foi cometido, ou, em caso de crime grave na aceção do direito nacional desse Estado-Membro, se não desejarem fazê-lo.
3. Os Estados-Membros devem assegurar que a autoridade competente à qual a vítima apresentar a denúncia a transmita sem demora à autoridade competente do Estado-Membro em que o crime foi cometido, se a competência para instaurar o processo não tiver sido exercida pelo Estado-Membro no qual a denúncia foi apresentada. (Art. 17.º)

### ❖ **Direito à proteção**

“Sem prejuízo dos direitos da defesa, os Estados-Membros devem assegurar a aplicação de medidas para proteger as vítimas e os seus familiares contra a vitimização secundária e repetida, a intimidação e a retaliação, nomeadamente contra o risco de danos emocionais ou psicológicos, bem como para proteger a dignidade das vítimas durante os interrogatórios e depoimentos. Se necessário, essas medidas devem incluir também procedimentos estabelecidos ao abrigo da legislação nacional que permitam a proteção física das vítimas e dos seus familiares.” (Art. 18.º)

### ❖ **Direito à inexistência de contactos entre a vítima e o autor do crime**

1. Os Estados-Membros devem determinar as condições necessárias para permitir evitar contactos entre as vítimas, e, se necessário, os seus familiares, e o autor do crime nas instalações em que decorre o processo penal, a não ser que o processo penal o exija.
2. Os Estados-Membros devem assegurar que as novas instalações dos tribunais tenham zonas de espera separadas para as vítimas. (Art. 19.º)

### ❖ **Direito a proteção durante as investigações penais**

“Sem prejuízo dos direitos da defesa, e sem prejuízo do poder discricionário dos tribunais, os Estados-Membros devem assegurar que, durante as investigações penais:

- a) As inquirições das vítimas decorram sem atrasos injustificados após a apresentação da denúncia de um crime às autoridades competentes;
- b) O número de inquirições das vítimas seja reduzido ao mínimo, e as inquirições sejam realizadas apenas em caso de estrita necessidade para efeitos da investigação penal;
- c) As vítimas possam ser acompanhadas pelo seu representante legal e por uma pessoa da sua escolha, salvo decisão fundamentada em contrário;
- d) Os exames médicos sejam reduzidos ao mínimo e sejam realizados apenas em caso de estrita necessidade para efeitos do processo penal.” (Art. 20.º)

### ❖ **Direito à proteção da vida privada**

“1. Os Estados-Membros devem assegurar que as autoridades competentes possam tomar, durante o processo penal, medidas adequadas para proteger a vida privada, nomeadamente as características pessoais da vítima tidas em conta na avaliação individual prevista no artigo 22.o

, e as imagens das vítimas e dos seus familiares. Além disso, os Estados-Membros devem assegurar que as autoridades competentes possam adotar todas as medidas legais necessárias para evitar a divulgação ao público de informações que possam levar à identificação de uma criança vítima.

2. A fim de proteger a vida privada, a integridade pessoal e os dados pessoais das vítimas, os Estados-Membros devem, sem prejuízo da liberdade de expressão e de informação e

da liberdade e do pluralismo dos meios de comunicação social, incentivar os meios de comunicação social a adotarem medidas de autorregulação” (Art. 21.º)

### ❖ **Direito a proteção das vítimas com necessidades específicas de proteção durante o processo penal**

“1. Sem prejuízo dos direitos da defesa, e sem prejuízo do poder discricionário dos tribunais, os Estados-Membros devem assegurar que as vítimas com necessidades específicas de proteção que beneficiem de medidas especiais identificadas em resultado de uma avaliação individual feita nos termos do artigo 22.º, n.º1, possam beneficiar das medidas previstas nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo. As medidas especiais previstas na sequência de uma avaliação individual não podem ser disponibilizadas se for impossível fazê-lo devido a condicionalismos operacionais ou práticos, ou se existir uma necessidade urgente de inquirir a vítima e o facto de não o fazer puder prejudicar a vítima ou outra pessoa, ou a tramitação do processo.

2. As vítimas com necessidades específicas de proteção identificadas nos termos do artigo 22.º, n.º1, devem poder beneficiar das seguintes medidas durante a investigação penal:

- a) As inquirições à vítima devem ser realizadas em instalações concebidas ou adaptadas para o efeito;
- b) As inquirições à vítima devem ser realizadas por profissionais qualificados para o efeito ou com a sua assistência;
- c) Todas as inquirições à vítima devem ser realizadas pelas mesmas pessoas, salvo se tal for contrário à boa administração da justiça;
- d) Todas as inquirições de vítimas de violência sexual, violência baseada no género ou violência em relações de intimidade, salvo se forem realizadas por um procurador público ou por um juiz, devem ser realizadas por uma pessoa do mesmo sexo que a vítima, se esta assim o desejar, desde que a tramitação do processo penal não seja prejudicada.

3. As vítimas com necessidades específicas de proteção identificadas nos termos do artigo 22.º, n.º1, devem beneficiar das seguintes medidas durante o processo penal:

- a) Medidas para evitar o contacto visual entre as vítimas e os autores do crime, nomeadamente durante os depoimentos, mediante o recurso a meios adequados, como tecnologias de comunicação;
- b) Medidas para permitir que a vítima seja ouvida na sala de audiências sem nela estar presente, nomeadamente através do recurso a tecnologias de comunicação adequadas;
- c) Medidas para evitar inquirições desnecessárias sobre a vida privada da vítima não relacionadas com o crime;
- d) Medidas para permitir a realização de audiências à porta fechada.” (Art. 23.º)

### ❖ **Direito das crianças vítimas a proteção durante o processo penal**

“1. Para além das medidas previstas no artigo 23.º, os Estados-Membros devem assegurar, no caso de a vítima ser uma criança, que:

- a) Nas investigações penais, todas as inquirições das crianças vítimas possam ser gravadas por meios audiovisuais, e que essas gravações possam servir como meio de prova em processo penal;
  - b) Nas investigações e processos criminais, de acordo com o papel da vítima no respetivo sistema de justiça penal, as autoridades competentes designem um representante especial da criança vítima caso, de acordo com a legislação nacional, exista um conflito de interesses entre os titulares da responsabilidade parental e a criança vítima que impeça os referidos titulares de representar a criança vítima, ou caso a criança vítima não esteja acompanhada da sua família ou dela esteja separada;
  - c) Caso a criança vítima tenha direito a advogado, tenha direito a assistência jurídica e representação, em seu próprio nome, nos processos em que exista ou possa existir um conflito de interesses entre a criança vítima e os titulares da responsabilidade parental. As regras processuais relativas às gravações audiovisuais a que se refere o primeiro parágrafo, alínea a), e à sua utilização são determinadas pela legislação nacional.
2. Caso a idade da vítima seja incerta e existam motivos para crer que se trata de uma criança, presume-se, para efeitos da presente diretiva, que a vítima é uma criança.” (Art. 24.º)

### **1.5 Conceito de Prevenção Primária, Secundária e Terciária**

É, ainda, possível enquadrar nesta conceitualização as definições *prevenção primária, secundária e terciária*, visto que, e como se verá na II parte deste documento, através das entrevistas realizadas, uma das preocupações referenciadas pelos(as) entrevistados(as) prendeu-se com a prevenção da violência doméstica.

De salientar que existem várias noções, em diferentes campos científicos, para o conceito de prevenção. Contudo, neste documento irá ser utilizada a da área da saúde.

Assim sendo, a *prevenção primária*, segundo a Organização Mundial de Saúde, diz respeito ao conjunto de ações ou atividades destinadas a evitar a manifestação de uma doença, ou seja, é uma intervenção anterior ao problema de forma a evitar o seu aparecimento. Portanto, e transpondo esta definição para o campo da violência doméstica, a prevenção primária encontra-se diretamente relacionada com a sensibilização e educação para o fenómeno, em variados locais, como escolas, autarquias, centros comunitários, entre outros.

A *prevenção secundária* tem como finalidade a deteção de um problema de saúde nos indivíduos, numa fase precoce, de forma a condicionar a evolução desse mesmo problema. Assim, no campo da violência doméstica, esta prevenção relaciona-se com uma intervenção quando já existe o problema, de forma a minorar os efeitos do mesmo.

A *prevenção terciária* diz respeito às abordagens que se focam nos cuidados prolongados após a violência, como a reabilitação e a reintegração, e nos esforços para diminuir o trauma. Portanto, é uma intervenção que ocorre após a situação de violência doméstica ter sucedido.

## Capítulo II - Enquadramento Legal Nacional

Neste capítulo encontrar-se-ão, e tal como o próprio nome indica, as informações jurídico-legais do fenómeno em Portugal, englobando, então, a resposta que é dada às vítimas, em Portugal.

### ❖ 2.1 Artigo 152.º do Código Penal

“1 — Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

a) Ao cônjuge ou ex -cônjuge;

b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;

c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau;

d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;” (Código Penal, Art. 152.º)

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos.

3 – Se dos factos previstos no n.º1 resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima pode incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento pode ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos.” (Lei n.º 59/2007)

❖ **2.1.1 Código Penal Português**, artigo 152.º, com a última alteração de 2013 relativa à *violência no namoro*:

“1 — Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

a) Ao cônjuge ou ex -cônjuge;

b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;

c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau;

d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;” (Código Penal, Art. 152.º)

❖ **2.2 Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro: conceito de vítima**

“«Vítima» a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, directamente causada por acção ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152.º do Código Penal.” (Art. 2.º)

**2.2.1 Rede institucional de serviços de apoio às vítimas**

“1 - A *rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica* compreende o *organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género*, as *casas de abrigo*, os *centros de atendimento* e os *centros de atendimento especializado*.

2 - Integram ainda a rede referida no número anterior os *núcleos de atendimento* e os *grupos de ajuda mútua*, devidamente certificados pelo organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género.

3 - Os *gabinetes de atendimento às vítimas*, constituídas no âmbito dos órgãos de polícia criminal actuam em estreita cooperação com a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

4- É assegurada a existência de um *serviço telefónico*, gratuito e com cobertura nacional, de informação a vítimas de violência doméstica.

5 - Quaisquer modalidades de apoio público à constituição ou funcionamento das *casas de abrigo*, dos *centros de atendimento*, dos *centros de atendimento especializado* ou dos *núcleos de atendimento* carecem de supervisão técnica do organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género, nos termos da respectiva lei orgânica, sendo da responsabilidade do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), o apoio técnico e o acompanhamento das respostas.

6 - Nos casos em que as *vítimas de violência doméstica sejam crianças ou jovens de menor idade*, incumbe à Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco e às comissões de protecção das crianças e jovens estabelecer os procedimentos de



protecção nos termos das suas atribuições legais, sem prejuízo das modalidades de cooperação possíveis com os organismos e entidades da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

7 - Nas situações em que as *vítimas são pessoas idosas* ou em situação dependente, sem retaguarda familiar, deve o ISS, I. P., ou outro organismo competente, desenvolver um encaminhamento prioritário para o acolhimento no âmbito da rede de serviços e equipamentos sociais, sem prejuízo da articulação devida com a rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica.

8 - No quadro da *rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica*, a relevância das organizações de apoio à vítima é reconhecida pelo Estado e o seu papel é estimulado por este, nomeadamente na concretização das políticas de apoio.” (Lei n.º112/2009, Art. 53.º)

### Capítulo III - Enquadramento Teórico

Neste capítulo teórico e tendo em conta tudo o que foi mencionado nos capítulos anteriores, destaca-se, agora, a definição dos vários tipos de violência, tendo em conta, uma vez mais, fontes oficiais. De seguida, constam vários estudos, académicos e institucionais, realizados em Portugal e, também, emanados da UE. É, ainda, possível, encontrarem-se neste enquadramento várias fontes estatísticas sobre o fenómeno, onde podem ser consultados diversos dados, e, também, alguns indicadores estatísticos no formato de gráficos, que permitem uma visão mais elucidativa dos números associados ao fenómeno. Por fim, estarão presentes os procedimentos a seguir pela vítima e entidades competentes, e também, pelos cidadãos, elemento que se torna fundamental enquanto guia de ação para os indivíduos.

#### 3.1 Natureza da violência doméstica segundo a Convenção de Istambul (2011)

Segundo a Convenção de Istambul (2011) é possível identificar quatro naturezas distintas da violência doméstica, nomeadamente:

- *Violência Psicológica*: “(...) quem intencionalmente lesar gravemente a integridade psicológica de uma pessoa por meio de coação ou ameaças. (Art. 33.º, Convenção de Istambul)
- *Perseguição*: “(...) quem intencionalmente ameaçar repetidamente outra pessoa, levando-a a temer pela sua segurança.” (Art. 34.º, Ibidem)
- *Violência Física*: “(...) quem intencionalmente praticar atos de violência física contra uma outra pessoa.” (Art. 35.º, Ibidem)
- *Violência Sexual* “(...) quem intencionalmente:
  - a) Praticar a penetração vaginal, anal ou oral, de natureza sexual, de quaisquer partes do corpo ou objetos no corpo de outra pessoa, sem consentimento desta última;
  - b) Praticar outros atos de natureza sexual não consentidos com uma pessoa;
  - c) Levar outra pessoa a praticar atos de natureza sexual não consentidos com terceiro.” (Art. 36.º, Ibidem)

### 3.2 Identificação dos principais estudos académicos e institucionais realizados em Portugal e estudos de referência europeus e internacionais (por ordem cronológica):

#### 3.2.1 Estudos Académicos (Portugal)

- ❖ Silva, Luísa (1995). *Entre marido e mulher alguém meta a colher*. Celorico de Basto: Bolina.  
Área Científica: Sociologia  
Disponível em:  
<http://cid.cig.gov.pt/nyron/Library/catalog/winlibsrch.aspx?skey=&cap=&pesq=5&thes1=2730&prn=true&doc=5715>
- ❖ Almeida, Ana; André, Isabel & Almeida, Helena (1999). Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, 34(150), 91-121.  
Área Científica: Sociologia.  
Disponível em:  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218798695T1vKY9iv7Ce08NU0.pdf>
- ❖ Dias, Isabel (2000). *A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade*. Comunicação apresentada no IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.  
Área Científica: Sociologia.  
Disponível em:  
[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462e00b9864fc\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e00b9864fc_1.PDF)
- ❖ Silva, Luísa (2001). *Ação Social na Área da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.  
Área Científica: Sociologia.  
Disponível em:  
[https://catalogo.up.pt/F/PQBFS4QX5ITCP5FDK8M29R2VX4UM8BJ4ET4K8JDD7R2KSUIP68-15628?func=full-set&set&set\\_number=001879&set\\_entry=000002&format=999](https://catalogo.up.pt/F/PQBFS4QX5ITCP5FDK8M29R2VX4UM8BJ4ET4K8JDD7R2KSUIP68-15628?func=full-set&set&set_number=001879&set_entry=000002&format=999)
- ❖ Dias, Isabel (2002). O espaço doméstico como lugar de violência entre géneros. *Sociologia*, 12, 103-106.

Área Científica: Sociologia.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1483.pdf>

- ❖ Fernandes, Felicidade (2002). *A mulher vítima de violência conjugal*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Área Científica: Ciências Médicas e da Saúde.

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9829>

- ❖ Pinto, Helena; Brasil, Elisabete; Magalhães, Maria José & Fernandes, Laura (2002). *ONG de mulheres e a luta contra a violência contra as mulheres e crianças no seio da família – o contributo da UMAR*. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional Família, Géneros e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas, Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Portugal.

Área Científica: Sociologia.

Disponível em:

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/66054/2/87316.pdf>

- ❖ Dias, Isabel (2004). *Violência na família: uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Área Científica: Sociologia.

Disponível em:

[https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=10505&pi\\_publicacao\\_id=](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=10505&pi_publicacao_id=)

- ❖ Magalhães, Maria José & Brasil, Elisabete (2005). *Rede de prevenção na violência e combate da violência doméstica: um desafio à intervenção local e de proximidade*. Comunicação apresentada no Seminário Prevenção da violência doméstica: políticas locais e intervenção de proximidade, Lisboa, Portugal.

Área Científica: Ciências da Educação

Disponível em:

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=83277](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=83277)

- ❖ Magalhães, Maria José (2005). A violência nas relações de intimidade: um contributo para a definição de alguns conceitos. *Centro de Investigação e Intervenção Educativas*, pp. 1-17.

Disponível em:

<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf2/ViolenciaConceitosMJM2005.pdf>

- ❖ Lisboa, Manuel (2006). *Prevenir ou Remediar: Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Colibri.

Área Científica: Sociologia

Disponível em:

<http://81.84.242.167/Nyron/Library/Catalog/winlibsrch.aspx?skey=5450FB001B214DB9AFD7302179B61ED6&cap=1%2c2%2c3%2c4%2c6%2c8%2c13%2c14%2c15%2c16&pesq=2&var0=Prevenir%20ou%20Remediar%20Os%20custos%20sociais%20e%20econ%u00f3micos%20da%20viol%u00eancia%20contra%20as%20mulheres&opt0=and&t01=Prevenir%20ou%20Remediar%20Os%20custos%20sociais%20e%20econ%u00f3micos%20da%20viol%u00eancia%20contra%20as%20mulheres&t03=0&t02=and&doc=8169>

- ❖ Rodrigues, Andreia (2006). *De que é feito o amor entre pais que se batem?: significados de amor, conjugalidade, papéis de género e violência, em adolescentes expostos a violência doméstica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Área Científica: Psicologia.

Disponível em:

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=29897](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=29897)

- ❖ Sani, Ana (2006). Vítiimação indireta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 41(80), 849-864.

Área Científica: Psicologia.

Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n180/n180a07.pdf>

- ❖ Coimbra, Artemisa (2007). *Crónicas de mortes anunciadas: violência doméstica, imprensa e questões de género em articulação com a educação da cidadania*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Área Científica: Ciências da Educação.

Disponível em:

[http://www.cdofeminista.org/images/estudos\\_feministas/artemisa\\_cronicas\\_de\\_mortes\\_anunciadas\\_2007.pdf](http://www.cdofeminista.org/images/estudos_feministas/artemisa_cronicas_de_mortes_anunciadas_2007.pdf)

- ❖ Azambuja, Mariana (2008). *Violência de género e os discursos circulantes nos cuidados de saúde primários*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Área Científica: Psicologia Social

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8506>

- ❖ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa & Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2008). *Memorando Síntese: Resultados do Inquérito Violência de Género*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Disponível em:

[http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/memorando\\_v-genero.pdf](http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/memorando_v-genero.pdf)

- ❖ Sani, Ana (2008). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica. *Ex aequo*, (18), 123-133.

Área Científica: Psicologia.

Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n18/n18a07.pdf>

- ❖ Sani, Ana (2011). *Crianças Vítimas de Violência: Representações e Impacto do Fenómeno*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Área Científica: Psicologia.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/312021499\\_Criancas\\_vitimas\\_de\\_violencia\\_representacoes\\_e\\_impacto\\_do\\_fenomeno](https://www.researchgate.net/publication/312021499_Criancas_vitimas_de_violencia_representacoes_e_impacto_do_fenomeno)

- ❖ Sani, Ana & Cunha, Dália (2011). Práticas Educativas parentais em mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 429-437.

Área Científica: Psicologia

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/06.pdf>

- ❖ Azevedo, Nídia (2013). *Fatores de risco e tipologias dos agressores conjugais*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal.  
Área Científica: Ciências Sociais.  
Disponível em:  
[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=24737](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=24737)
- ❖ Costa, Diana (2013). Entre a prevenção primária e terciária: *Uma experiência de mediação socioeducativa na prevenção da violência de género/doméstica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.  
Área Científica: Ciências da Educação.  
Disponível em:  
[https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xckhnIE2WPEJ:https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.show\\_file%3Fpi\\_gdoc\\_id%3D581489+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xckhnIE2WPEJ:https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file%3Fpi_gdoc_id%3D581489+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt)
- ❖ Dias, Isabel (2013). (Con)viver com a violência doméstica: fatores de risco e impacto sobre as crianças. Rediteia: *Revista de Política Social da Rede Europeia Anti-Pobreza*, (46), 30-43.  
Área Científica: Ciências Sociais.  
Disponível em:  
[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=77431](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=77431)
- ❖ Gonçalves, Bruna (2013). «Quanto mais me bates menos gosto de ti»: *Estudo sobre as representações sociais da violência doméstica em casais do mesmo sexo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.  
Área Científica: Sociologia.  
Disponível em:  
[https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=168503](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=168503)

- ❖ Martins, Ana Raquel (2013). *Violência Doméstica - evolução, perspectivas e riscos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.  
Área Científica: Humanidades.  
Disponível em:  
[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=28352](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=28352)
  
- ❖ Sani, Ana & Caridade, Sónia (2013). *Violência, Agressão e Vitimação: Práticas para a Intervenção*. Coimbra: Almedina.  
Disponível em:  
[https://books.google.pt/books?id=foYtAgAAQBAJ&pg=PT2&lpg=PT2&dq=violencia,+agressao+e+vitima%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=7Xp\\_iUtpMI&sig=TJwNDS3XOkIKruQFIdIGPPYKO6U&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwisiq6Lh53VAhXHRhQKHUimAV8Q6AEIOTAD#v=onepage&q=violencia%2C%20agressao%20e%20vitima%C3%A7%C3%A3o&f=false](https://books.google.pt/books?id=foYtAgAAQBAJ&pg=PT2&lpg=PT2&dq=violencia,+agressao+e+vitima%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=7Xp_iUtpMI&sig=TJwNDS3XOkIKruQFIdIGPPYKO6U&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwisiq6Lh53VAhXHRhQKHUimAV8Q6AEIOTAD#v=onepage&q=violencia%2C%20agressao%20e%20vitima%C3%A7%C3%A3o&f=false)
  
- ❖ Belchior, João (2014). *Reconstruções pós violência doméstica: vivências e significados das casas de abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.  
Área Científica: Psicologia.  
Disponível em:  
[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=33986](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=33986)
  
- ❖ Cunha, Liliana (2014). *Fatores que influenciam as decisões judiciais no crime de violência doméstica conjugal*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal.  
Área Científica: Direito.  
Disponível em:  
[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=32359](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=32359)
  
- ❖ Sani, Ana & Nunes, Laura (2014). *Crime, Justiça e Sociedade: Desafios Emergentes e Propostas Multidisciplinares*. Porto: Edições CRIAP.



Área Científica: Justiça, Sociologia.

Disponível em: <http://edicoescriap.institutocriap.com/livros/8-crime-justica-e-sociedade-desafios-emergentes-e-propostas-multidisciplinares-9789899887909.html>

- ❖ Barroso, Zélia (2015). *Ser criança não deveria doer: Contribuições para uma tipologia de maus-tratos infantis diagnosticados num Hospital de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri.

Área Científica: Ciências Médicas e da Saúde, Psicologia e Sociologia.

Disponível em: <http://www.edi-colibri.pt/Detalhes.aspx?ItemID=1945>

- ❖ Chaves, Joana (2015). *Representações sociais dos agentes sobre práticas policiais de resposta à violência doméstica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Área Científica: Direito.

Disponível em:

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=35526](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=35526)

- ❖ Pinto, António (2015). *Suspensão provisória do processo em suspeita de crimes de violência doméstica contra mulheres no âmbito de relações de intimidade. O seu papel no combate à reentrada no sistema de justiça*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Área Científica: Ciências Médicas e da Saúde.

Disponível em:

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=37422](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=37422)

- ❖ Sousa, António (2015). *Provas que fundamentam a condenação pelo crime de violência doméstica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Área Científica: Ciências Médicas e da Saúde.

Disponível em:

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=37462](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=37462)

- ❖ Pereira, Mariana (2016). *O crime da violência doméstica na cidade do Porto: Uma análise sociológica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.  
Área Científica: Sociologia.  
Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/87487>

### 3.2.2 Estudos Institucionais (Portugal)

- ❖ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2003). Relatório Penélope sobre Violência Doméstica no Sul da Europa.  
Disponível em:  
[https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Penelope\\_PT.pdf](https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Penelope_PT.pdf)
- ❖ Direção-Geral da Saúde (2003). Estratégias de Combate à Violência Doméstica: Manual de Recursos. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.  
Disponível em:  
<http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/estrategias%20v%20d.pdf>
- ❖ Lisboa, Manuel; Vicente, Luísa; Barroso, Zélia (2005). *Saúde e violência contra as mulheres. Estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões de violência de que tenham sido vítimas*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.  
Disponível em:  
<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:M3ODwEMq7jcJ:https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/saude-e-violencia-contra-as-mulheres-pdf.aspx+&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>
- ❖ Estorninho, Cristina (2006). *Guia de Recursos na Área da Violência Doméstica*. Lisboa: Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica.  
Disponível em:  
[https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siicGuiaRecursosCompleto\\_200711081153.pdf](https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siicGuiaRecursosCompleto_200711081153.pdf)
- ❖ União de Mulheres Alternativa e Resposta (2007). Prevenção da Violência Doméstica. Relatório Final do Projeto “Novos Olhares, Velhas Causas”. Porto: União de Mulheres Alternativa e Resposta

Disponível em:

<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf2/RelatFinalPrevenNOVC-Capa.pdf>

- ❖ Lisboa, Manuel; Barroso, Zélia; Patrício, Joana & Leandro, Alexandra (2009). *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Disponível em:

<http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibimg.aspx?key=E51FECF9544F4B5E864D2852A1F1E304&doc=8807&img=140002>

- ❖ Manita, Celina; Ribeiro, Catarina & Peixoto, Carlos (2009). *Violência Doméstica: Compreender para Intervir. Guia de boas práticas para profissionais de saúde*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Disponível em:

[http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13450/1/VD4\\_GBP\\_PROFISSIONAIS\\_SAÚDE.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13450/1/VD4_GBP_PROFISSIONAIS_SAÚDE.pdf)

- ❖ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010). *Manual Alcipe: Para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Disponível em: [https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Alcipe\\_PT.pdf](https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Alcipe_PT.pdf)

- ❖ Quaresma, Carina (2012). *Violência Doméstica: Da participação da ocorrência à investigação criminal*. Lisboa: Direção-Geral da Administração Interna.

Disponível em:

[http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Publicacao%20VD\\_dez\\_2012%20v1.pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Publicacao%20VD_dez_2012%20v1.pdf)

- ❖ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2014). *Crimes de Violência Doméstica 2000-2012*. Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Disponível em:

[https://apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_Violencia\\_Domestica\\_2000\\_2012.pdf](https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Violencia_Domestica_2000_2012.pdf)

- ❖ Agra, Cândido; Quintas, Jorge; Sousa, Pedro & Leite, André (2015). *Homicídios Conjugais: Estudo avaliativo das decisões judiciais*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Disponível em:

<http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibsrch.aspx?skey=AE00A6E8D1924F01AC6374F3F8050701&cap=1%2c15%2c14%2c4%2c2%2c3%2c16%2c13%2c8%2c6&pesq=3&opt12=or&ctd=on&c1=on&c15=on&c14=on&c4=on&c2=on&c3=on&c16=on&c13=on&c8=on&c6=on&arqdig13=off&bo=0&var1=Homicidios%20conjugais&doc=96161>

- ❖ Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Massena, Ana; Fernandes, Catarina; Ravara, Diogo; Ribeiro, Francisco; Susano, Helena; Gago, Lucília; Perquilhas, Maria; Guerra, Paulo & Pena, Sérgio (2016). *Violência Doméstica: Implicações Sociológicas, Psicológicas e Jurídicas do Fenómeno: Manual Pluridisciplinar*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

Disponível em:

[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ\\_p02\\_rev2c-EBOOK\\_ver\\_final.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf)

- ❖ Lisboa, Manuel (2017). Inquérito municipal à violência doméstica e de género no concelho de Lisboa.

Disponível em:

<https://www.publico.pt/2017/07/25/sociedade/noticia/duas-em-cada-tres-mulheres-alvo-de-violencia-nao-se-queixam-1780319>

<http://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/projects/research-projects/inquerito-municipal-violencia-e-genero>

[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:P6VqRPhErA0J:www.econtrociencia.pt/programa/detalhesprograma/index.asp%3Facao%3Dvercomunicacao%26id\\_comunicacao%3D261+&cd=5&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt&client=firefox-b](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:P6VqRPhErA0J:www.econtrociencia.pt/programa/detalhesprograma/index.asp%3Facao%3Dvercomunicacao%26id_comunicacao%3D261+&cd=5&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt&client=firefox-b)

### 3.2.3 Recomendações, estudos emanados da UE

- ❖ Alvim, Filipa (2006). *Mulheres (In)visíveis: Relatório da Campanha Acabar com a Violência sobre as Mulheres*. Lisboa: Amnistia Internacional Portuguesa.

Disponível em:

[http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Relatorio\\_das\\_Mulheres.pdf](http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Relatorio_das_Mulheres.pdf)

- ❖ Organização Mundial de Saúde (2010). *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher. Ação e produção de Evidência.*

Disponível em:

[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359\\_por.pdf?ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf?ua=1)

- ❖ European Union Agency for Fundamental Rights (2014). *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia.*

Disponível em:

<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/11/Viol%C3%Aancia-contra-as-mulheres-um-inqu%C3%A9rito-%C3%A0-escala-da-UE.pdf>

- ❖ Parlamento Europeu (2014). *Recomendações à Comissão sobre o combate à violência contra as mulheres.*

Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2014-0075+0+DOC+XML+V0//PT>

### **3.3 Fontes Estatísticas sobre o Fenómeno da violência doméstica**

#### **3.3.1 Fontes Estatísticas Nacionais**

- ❖ Direção-Geral da Política de Justiça: Condenações por homicídio conjugal em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais de 1ª instância (2007-2015)

Disponível em:

[http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej\\_pt/destaques4485/condenacoes-por/downloadFile/file/Homicidios\\_conjugais\\_condenacoes2016.pdf?nocache=1479986568.42](http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/condenacoes-por/downloadFile/file/Homicidios_conjugais_condenacoes2016.pdf?nocache=1479986568.42)

- ❖ Instituto Nacional de Estatística: Agentes/ suspeitas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR (N.º) por Sexo; Anual (2012-2016)

Disponível em:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008154&contexto=pgi&selTab=tab10](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008154&contexto=pgi&selTab=tab10)

- ❖ Instituto Nacional de Estatística: Anuário Estatístico da Região Norte: Justiça – Crimes Registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crime (2015)

Disponível em:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=277107132&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277107132&PUBLICACOESmodo=2)

- ❖ Instituto Nacional de Estatística: Lesadas/os/ ofendidas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR (N.º) por Sexo; Anual (2012-2016)

Disponível em:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008156&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008156&contexto=bd&selTab=tab2)

- ❖ PORDATA: Base de Dados Portugal Contemporâneo – Justiça e Segurança – Crimes.

Disponível em:

<http://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Crimes-57>

### 3.3.2 Fontes Europeias

- ❖ European Institute for Gender Equality: Gender Equality Index & Gender Statistics.

Disponível em:

<http://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs>

- ❖ European Union Agency for Fundamental Rights: *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia* (2014).

Disponível em:

<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/11/Viol%C3%Aancia-contra-as-mulheres-um-inqu%C3%A9rito-%C3%A0-escala-da-UE.pdf>

- ❖ Eurostat: Crime and criminal justice.

Disponível em:

<http://ec.europa.eu/eurostat/web/crime/database>

### **3.3.3 Relatórios**

- ❖ Relatório Anual de Monitorização (Ministério da Administração Interna, 2015)

Disponível em:

<http://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/Rel%20VD%202015.pdf>

- ❖ Relatório Anual de Segurança Interna (Ministério da Administração Interna, 2016)

Disponível em:

[http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202016.pdf)

## **3.4 Alguns indicadores estatísticos nacionais sobre o fenómeno da Violência Doméstica**

Para a apresentação destes indicadores foram consultados alguns relatórios, nomeadamente: o Relatório Anual de Segurança Interna (2016), o Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica (2015), as e as Estatísticas realizadas pelo INE.

Assim sendo, e iniciando pelo número de ocorrências denunciadas às forças de segurança (PSP e GNR), no ano de 2015, e recorrendo ao Relatório Anual de Monitorização, registaram-se, a nível nacional 26.815 participações, sendo que 4.781 dessas participações foram efetuadas no distrito do Porto. Para uma maior especificidade, e, examinando o Anuário Estatístico da Região do Norte (de salientar que este relatório apresenta dados relativos à Área Metropolitana do Porto, e não em relação apenas ao concelho do Porto), elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), na cidade do Porto foram denunciados 806 casos no ano de 2015. Fazendo uma comparação com o ano de 2014, registou-se um decréscimo de 502 participações, portanto uma taxa de variação

de -1,8%, visto que no ano de 2014 ocorreram 27.317 denúncias, sendo que 5151 dessas denúncias ocorreram no distrito do Porto.

Tendo em conta as participações que ocorreram, importa conhecer mais detalhes acerca das mesmas, e, conseqüentemente, acerca do fenómeno da violência doméstica, nomeadamente, o sexo das vítimas e dos denunciados; a faixa etária dos mesmos; ocupação e estado civil. Os gráficos que se seguem representam a percentagem de vítimas e de denunciados por sexo, e por grupo etário, para o território nacional:

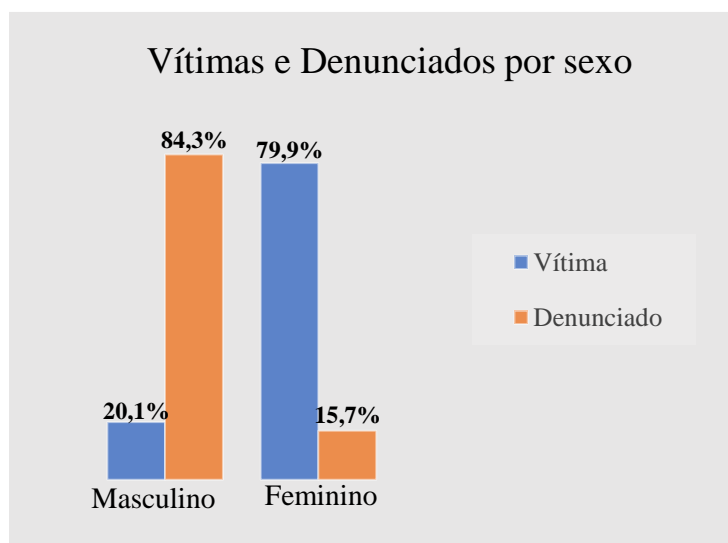


Gráfico 1

Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna 2016

Relativamente ao gráfico acima representado, a percentagem de vítimas do sexo feminino é muito superior às vítimas do sexo masculino, o que nos revela a tendência da violência contra a mulher. Ainda sobre este gráfico, é possível afirmar que as percentagens são inversamente proporcionais, isto é, cruzando os sexos, observam-se, praticamente as mesmas percentagens. Explicitando um pouco melhor, se transpusermos a percentagem do sexo feminino (denunciado) para a percentagem do sexo masculino (vítima), obtemos uma percentagem aproximada.



Importa, também, para além do sexo da vítima e do(a) denunciado(a), conhecer a faixa etária dos(as) mesmos(as). Neste seguimento, seguem abaixo dois gráficos onde é possível observar esse mesmo elemento (a faixa etária):

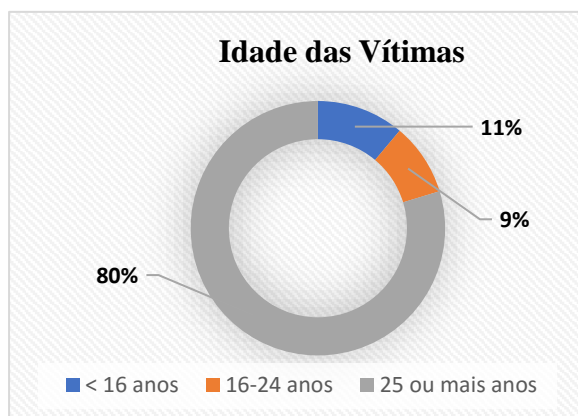


Gráfico 2

Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna 2016

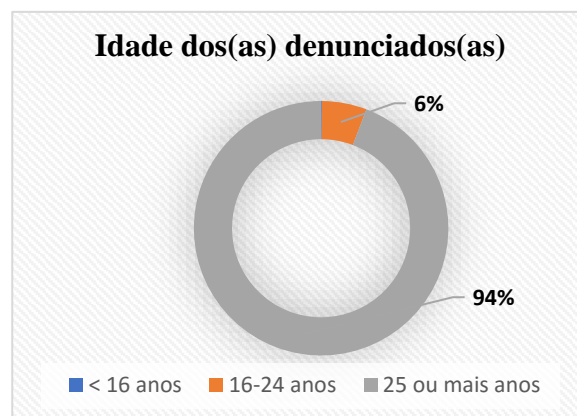


Gráfico 3

Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna 2016

Tal como se pode observar, a maior percentagem está dirigida para a faixa etária dos 25 ou mais anos, o que quer dizer que, a maior parte, quer de vítimas, quer de denunciados(as) tem idade igual ou superior a 25 anos. Importa, também, salientar, que, no gráfico número 3, os(as) denunciados(as) com idade inferior a 16 anos constituem um total de 0,1%, por isso não se encontram representados no gráfico como parte significativa.

Outro dos parâmetros que importa ser abordado nestas estatísticas é a relação da vítima com o(a) autor(a) do crime, assim sendo, apresentam-se os seguintes dados:

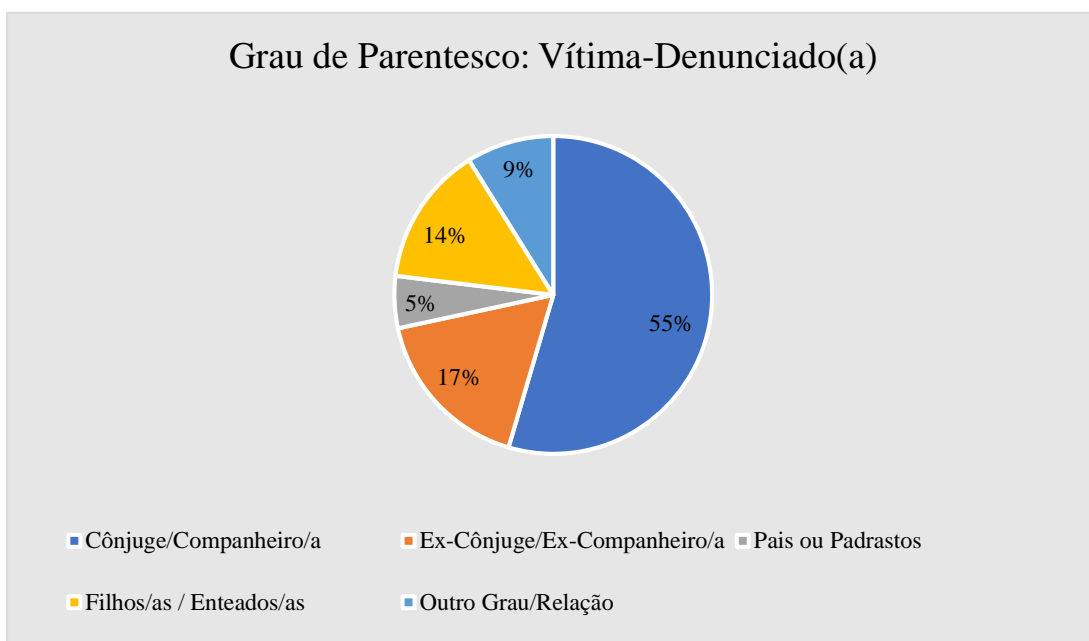


Gráfico 4. Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna, 2016

Analisando, então, o gráfico acima representado verifica-se que as relações de intimidade representam, no total, 72% dos casos (55% referente a relações de intimidade no presente e 17% de relações passadas). A terceira maior percentagem no gráfico diz respeito às vítimas que são filhos(as) ou enteados(as), representando 14% dos casos. Também é possível constatar uma pequena percentagem (5%) destinada às vítimas que são pais ou padrastos.

Relativamente à ocupação da vítima e denunciado, e tendo em conta que a maior percentagem de vítimas é do sexo feminino e de denunciados é do sexo masculino, como referi anteriormente, deixo, abaixo dois gráficos que demonstram a principal ocupação/atividade profissional da vítima e do denunciado:

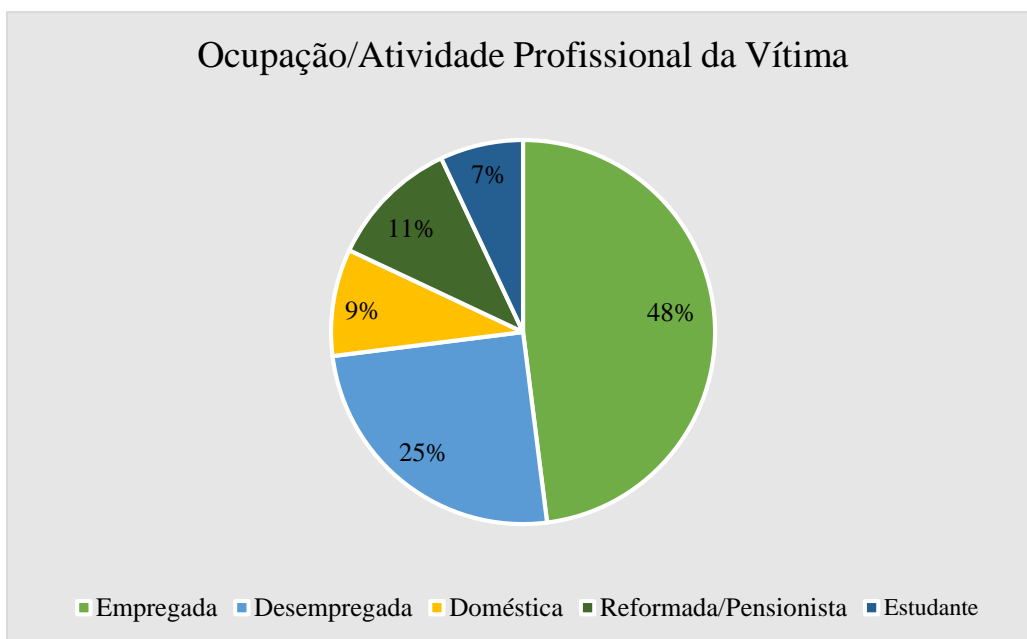


Gráfico 5. Fonte: Relatório Anual de Monitorização

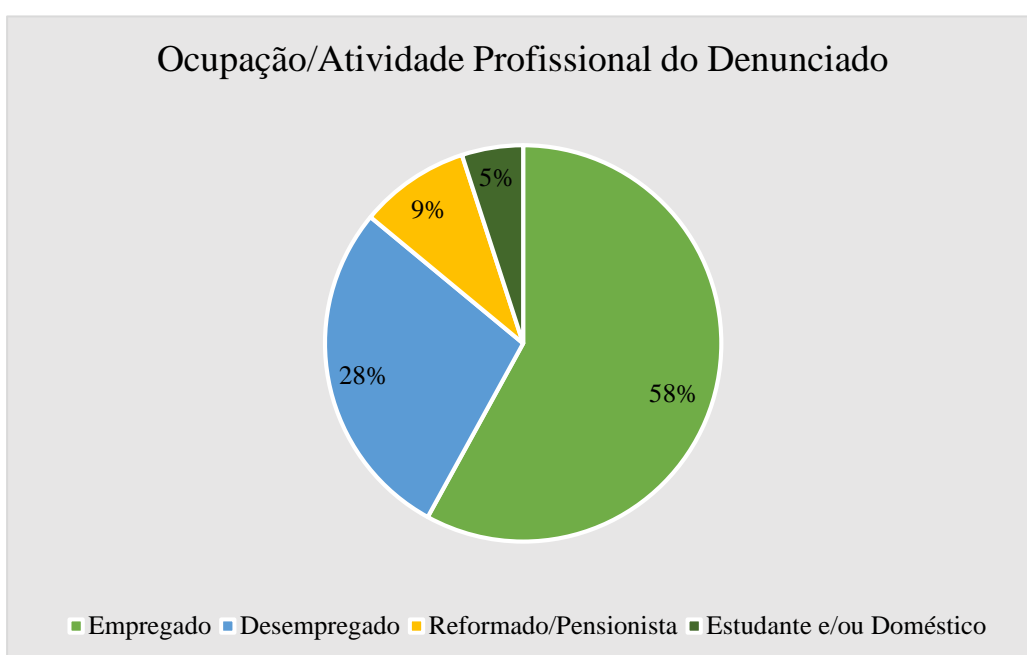


Gráfico 6. Fonte: Relatório Anual de Monitorização

Analisando os dois gráficos acima representados, conclui-se que a maior parte de vítimas e denunciados possuem emprego. A diferença que se consegue encontrar entre vítima e denunciado, é que, no caso da vítima a variável de estudante e doméstica. No caso do denunciado, as duas variáveis acima referenciadas, constituem uma só. Diretamente relacionado com a ocupação da vítima e do denunciado, torna-se relevante mencionar as suas habilitações literárias e, assim sendo, e segundo o Relatório Anual de Monitorização, quase dois terços das vítimas possuía habilitações iguais ou inferiores ao

9.º ano (65%) e 31% possuía habilitações ao nível do secundário ou ensino superior. No que diz respeito ao agressor/denunciado, cerca de 72% possuíam habilitações literárias iguais ou inferiores ao 9.º ano e cerca de 23% possuía habilitações ao nível do ensino secundário ou superior, verificando-se aqui, uma diferença do nível de estudos entre homens e mulheres, sendo que as mulheres, e tal como foi possível observar possuem habilitações literárias mais elevadas do que os homens.

### **3.5 Procedimentos a seguir pela vítima e entidades competentes**

O primeiro passo a seguir pela vítima é procurar ajuda junto das entidades competentes, de forma a que possa ser assegurada a sua proteção e também a da sua família. Para tal, torna-se imprescindível fazer uma avaliação do risco, estruturar um plano de segurança e trabalhar a rede de apoio da vítima, como por exemplo, familiares e amigos.

É fundamental que os(as) técnicos(as) que exercem funções nestas entidades não apenas saibam escutar a vítima, e respeitar os momentos da mesma, construindo uma relação de confiança e empatia, mas também que saibam identificar as necessidades mais urgentes e prioritárias das vítimas, de modo a que possam ir ao encontro das mesmas. As respostas para estas necessidades devem ser trabalhadas em conjunto com a vítima, e será a mesma que tomará a decisão final, nunca o(a) técnico(a). Pois, só dessa forma é possível respeitar os direitos, a dignidade e a individualidade da vítima. Para tal acontecer, durante a intervenção, é imperativo que sejam trabalhadas as questões da autonomia e empoderamento, que estão directamente relacionadas com a tomada de decisão e, ainda, a questão da construção de um projecto de vida sem violência.

Para além destes aspectos, o(a) técnico(a) deve informar e sensibilizar a vítima para todos os seus direitos e para a importância da denúncia junto das autoridades. Neste caso, e segundo o artigo 14.º da lei n.º 112/2009, após a apresentação da denúncia, é atribuído, por parte das autoridades competentes, o estatuto de vítima. Nesse momento é, então, entregue à mesma um documento comprovativo do estatuto, e nele constam os direitos e deveres da vítima estabelecidos pela lei.

## **Direitos da vítima**

É importante salientar que, e segundo a lei referida acima, no artigo 15.º, a vítima tem direito, desde o primeiro contacto com as autoridades a receber as seguintes informações:

- “a) O tipo de serviços ou de organizações a que pode dirigir-se para obter apoio;
- b) O tipo de apoio que pode receber;
- c) Onde e como pode apresentar denúncia;
- d) Quais os procedimentos seguintes à denúncia e qual o seu papel no âmbito dos mesmos;
- e) Como e em que termos pode receber protecção;
- f) Em que medida e em que condições tem acesso a:
  - i) Aconselhamento jurídico; ou
  - ii) Apoio judiciário; ou
  - iii) Outras formas de aconselhamento;
- g) Quais os requisitos que regem o seu direito a indemnização;
- h) Quais os mecanismos especiais de defesa que pode utilizar, sendo residente em outro Estado.” (Lei n.º 112/2009, Artigo 15.º)

### **3.6 Procedimentos a seguir pelos/as cidadãos/ãs**

O crime de violência doméstica é um crime público e, portanto, e tal como é referido no artigo 27.º da Convenção de Istambul qualquer cidadão(ã) não deve ficar indiferente a uma situação de agressão que tenha conhecimento e deve sinalizar esse crime às autoridades competentes ou às instituições especializadas na área da violência doméstica. Posteriormente compete ao Ministério Público proceder à investigação da ocorrência, para afirmar ou infirmar a veracidade da mesma.

## Capítulo IV

### Instituições nacionais de referência na área da violência doméstica e as suas valências

#### Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género



Figura 1 – Logotipo CIG

**Missão:** A CIG é uma organização governamental responsável pela promoção e defesa da cidadania e igualdade de género. Esta organização é, também, responsável pela execução das políticas públicas coordenação dos planos nacionais neste domínio. Para além disso, tem a competência de supervisão técnica e validação das estruturas no terreno que operam na área da violência doméstica.

**Valências (Lisboa):** Apoio Jurídico.

**Valências (Porto):** Apoio Jurídico e Social.

#### **CIG – Lisboa**

Avenida da República, 32, 1º Esq.

1050-193 Lisboa

217 983 000

#### **CIG – Porto**

Rua Ferreira Borges, 69, 2ºC

4050-253 Porto

222 074 370

## APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



Figura 2 - Logotipo APAV

**Missão:** Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Esta associação é, também, responsável pela execução de vários manuais, projetos e folhas informativas relacionados não apenas à violência doméstica, mas também ao tráfico de seres humanos, bullying, assédio sexual, exploração no trabalho laboral, prevenção e sensibilização para a violência doméstica, entre outros.

**Valências:** Apoio Jurídico, Psicológico e Social

### **APAV – Porto**

Rua da Fábrica Social, 17, piso 2  
4000-201 Porto  
225 502 957

### **APAV – Coimbra**

Rua Teodoro, 1  
3030-213 Coimbra  
239 702 363

### **APAV – Braga**

Rua de S. Vítor, 11  
4710-439 Braga  
Telefone: 253 610 091

### **APAV – Lisboa**

Rua José Estevão, 135A  
1150-201 Lisboa  
Telefone: 213 587 900

### **APAV – Amarante**

Largo do Conde de Amarante  
5000-529 Vila Real  
259375521

### **APAV – Cascais**

Av. 25 de Abril, 1097 C, Loja 6  
2750-515 Cascais  
Telefone: 214 664 271

**APAV – Santarém**

Largo Infante Santo  
2009-002 Santarém  
Telefone: 243 356 505

**APAV – Portalegre**

Rua de Santo António, 20  
7400-245 Portalegre  
Telefone: 242 094 732

**APAV – Setúbal**

Rua Manuel Livério, Edf. Esplanada  
2900-000 Setúbal  
Telefone: 265 534 598

**APAV – Albufeira**

Avenida 25 de Abril, 22  
8200-014 Albufeira  
Telefone: 289 585 770

**APAV – Tavira**

Rua da Comunidade Lusíada  
8800-000 Tavira  
Telefone: 281 320 592

**APAV – Faro**

Rua Dr. José de Matos, 14A, piso 1.º  
8000-504 Faro  
Telefone: 289 820 788

**APAV – Tavira II**

Rua Maria Aguim, 1  
8880-397 Tavira  
Telefone: 281 325 763

**APAV – Portimão**

Avenida Miguel Bombarda  
8500-000 Portimão  
Telefone: 282 484 407

**APAV – Ponta Delgada**

Rua do Mercado, 57  
9500-326 Ponta Delgada  
Telefone: 296 285 399



## UMAR: União de Mulheres Alternativa e Resposta



Figura 3 – Logotipo UMAR

**Missão:** A UMAR é uma organização não governamental, de carácter feminista, criada em 1976 e sem fins lucrativos. Nasceu da necessidade sentida pelas mulheres no que diz respeito à luta pelos seus direitos. Tem na sua agenda várias causas, como por exemplo, a luta contra a violência doméstica, a igualdade entre homens e mulheres, o assédio sexual, entre outros, tendo vários projetos relacionados com essas mesmas causas. Dedicando-se, ainda, não apenas à intervenção com vítimas, mas também à prevenção primária junto dos públicos mais jovens.

**Valências:** Apoio Jurídico, Psicológico e Social.

### UMAR – Monte da Caparica

Rua das Quintas  
2825-021 Monte da Caparica  
212 942 198

### UMAR - Porto

Rua do Paraíso, 250  
4000-376 Porto  
222 025 048

### UMAR – Ilha de S. Miguel

Rua de São João, 33, 2.º  
9500-107 Ponta Delgada  
296 283 221

### UMAR – Ilha da Terceira

Rua da Rosa, 1.º andar  
9700-000 Angra do Heroísmo  
295 217 860

### UMAR – Ilha do Faial

Largo Padre José Silvestre Machado  
9900-081 Horta  
292 292 401

## APMJ - Associação Portuguesa de Mulheres Juristas



Figura 4 – Logotipo APMJ

**Missão:** Esta associação é uma organização não-governamental de juristas, fundada em 1988, com o intuito de contribuir para o estudo crítico do Direito, sob a perspetiva da defesa dos Direitos Humanos das Mulheres.

**Valências:** Apoio Jurídico.

**Contactos:**

Rua Manuel Marques, 21. 1750-000 Lisboa

217 594 999

## Capítulo V - Resposta Institucional do concelho do Porto\*

### **ADDIM: Associação Democrática de Defesa dos Interesses e da Igualdade das Mulheres**



Figura 5 – Logotipo ADDIM

**Missão:** A ADDIM é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), criada em 1999, que tem como principais objetivos: Apoiar psicológica, jurídica e socialmente mulheres e crianças vítimas de crime; Defender a igualdade das mulheres e combater qualquer tipo de discriminação com vista à sua integração social; Promover iniciativas conjuntas, com associações ou entidades nacionais e internacionais, que visem a promoção da igualdade das mulheres; Organizar seminários, colóquios e congressos; Promover a valorização e aptidão social como forma de prevenir eventuais situações de exclusão social, tendo em vista a reinserção social através do trabalho.

**Valências:** Apoio Jurídico, Psicológico e Social.

#### **Contactos:**

Rua Prof. Bento Jesus Caraça, 248, 1º Andar, sala 3.

4200-128 Porto

225 104 511

**Website:** <http://www.addim.pt/>

---

\* A lista das instituições presente neste capítulo foi retirada do guia de recursos da CIG, entidade competente para a certificação das instituições na área da violência doméstica. Fonte: <http://www.igualdade.gov.pt/guiaderecursosvd/search/entities/0/0/0/0/Estruturas%20de%20apoio%20%C3%A0%20v%C3%ADtima/Porto/Porto/0/0>

## APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



Figura 6 - Logotipo APAV

**Missão:** Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

**Valências:** Apoio Jurídico, Psicológico e Social

**Contactos:**

Rua da Fábrica Social, 17, piso 2

4000-201 Porto

225 502 957

**Website:** <https://apav.pt/>

## Associação Projeto Criar



Figura 7 – Logotipo Associação Projeto Criar

**Missão:** É uma organização sem fins lucrativos que presta serviços de natureza jurídica, clínica e social a famílias, mulheres, crianças e jovens em várias áreas, sendo elas: nos processos tutelares cíveis, tutelares educativos, processos de promoção e proteção e nos processos crime, nomeadamente quando são vítimas de abusos sexuais, maus tratos e/ou negligência, violência doméstica ou tráfico de seres humanos.

**Valências:** Apoio Jurídico, Psicológico e Social

**Contactos:**

Praça Dona Filipa Lencastre, nº 22, 1º esquerdo, sala 26  
4050-259 Porto  
222 085 949

**Website:** <http://projectocriar.blogspot.pt/>

## Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género



Figura 8 – Logotipo CIG

**Missão:** A CIG é uma organização governamental responsável pela promoção e defesa da cidadania e igualdade de género. Esta organização é, também, responsável pela execução das políticas públicas coordenação dos planos nacionais neste domínio. Para além disso, tem a competência de supervisão técnica e validação das estruturas no terreno que operam na área da violência doméstica.

**Valências:** Apoio Jurídico e Apoio Social.

**Contactos:**

Rua Ferreira Borges, 69, 3ºF.

4050-253 Porto

222 074 370

**Website:** <https://www.cig.gov.pt/>

## Fios e Desafios – Associação de Apoio Integrado à Família



Figura 9 – Logotipo Fios e Desafios

**Missão:** A Fios e Desafios é uma IPSS, criada em 2011. Esta associação desenvolve a sua atividade numa lógica de intervenção integrada, multidisciplinar, multifamiliar, sistémica e ecológica, junto de crianças e jovens em situação de risco e exclusão social e das respetivas famílias, com a missão de as proteger e potenciar a sua capacitação, fortalecimento e bem-estar.

**Valências:** Apoio Jurídico, Apoio Psicológico e Apoio Social.

**Contactos:**

Rua da Levada, nº 2

4300-295 Porto

225 303 036

**Website:** <http://fiosedesafiosipss.blogspot.pt/>

## **FISOOT – Formação, Integração Social e Oferta de Oportunidades de Trabalho**



Figura 10 – Logotipo FISOOT

**Missão:** A FISOOT é uma Cooperativa de Solidariedade Social fundada em 2002. Esta instituição desempenha atividades que têm em vista a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, promovendo, também, a participação ativa da população na comunidade na qual está inserida, contribuindo, ainda, para a igualdade entre pessoas. Outra das suas grandes lutas relaciona-se com a diminuição da exclusão social.

**Valências:** Apoio Jurídico, Psicológico e Social

**Contactos:**

Rua de Santo António de Contumil, 571

4350-290 Porto

225 089 062

Website: <http://fisoot.org/>



## **GAIV: Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima – Polícia de Segurança Pública**



Figura 11 – Logotipo GAIV

**Missão:** Este gabinete, apesar de não ser uma entidade certificada no que diz respeito ao atendimento e acompanhamento de vítimas, é um gabinete de referência na cidade do Porto, sendo, na maior parte das vezes, uma instância de primeira linha. Este gabinete possui atendimento personalizado, todos os dias, 24 horas por dia, acompanhamento policial pós-denúncia e faz encaminhamento direto para as instituições de apoio às vítimas. É, ainda, um serviço gratuito e acessível.

### **Contactos:**

Esquadra do Bom Pastor

Rua Vale Formoso, 469

4200-514 Porto

225 574 906

### **Website:**

[http://www.psp.pt/Pages/pesquisa\\_detalhe.aspx?menu=2&submenu=1&unidade=730](http://www.psp.pt/Pages/pesquisa_detalhe.aspx?menu=2&submenu=1&unidade=730)



Figura 12 – Logotipo GEAV

**Missão:** Este gabinete foi fundado em 1998 e possui um serviço especializado na avaliação e intervenção com vítimas e agressores, de ambos os sexos, e de todas as faixas etárias. É um gabinete aberto a toda comunidade, onde qualquer pessoa se pode dirigir e solicitar apoio. Apresenta uma intervenção clínica, psicoeducacional, psicossocial e avaliação psicológica forense.

**Valências:** Apoio Psicológico e Social

**Contactos:**

Rua Doutor Manuel Pereira da Silva

4200-392 Porto

220 400 600

**Website:** [https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/uni\\_geral.unidade\\_view?pv\\_unidade=250](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/uni_geral.unidade_view?pv_unidade=250)

## UMAR: União de Mulheres Alternativa e Resposta



Figura 13 – Logotipo UMAR

**Missão:** A UMAR é uma organização não governamental, de carácter feminista, criada em 1976 e sem fins lucrativos. Nasceu da necessidade sentida pelas mulheres no que diz respeito à luta pelos seus direitos. Tem na sua agenda várias causas, como por exemplo, a luta contra a violência doméstica, a igualdade entre homens e mulheres, entre outros.

**Valências:** Apoio Jurídico, Psicológico e Social.

**Contactos:**

Rua do Paraíso, 250

4000-376 Porto

222 025 048

**Website:** <http://www.umarfeminismos.org/>

# II PARTE

## **Introdução**

Esta segunda parte do documento é dedicada à exposição, dos dados empíricos, tal como mencionado no início deste documento.

Assim, relativamente à estrutura desta segunda parte encontra-se a identificação (visto que a caracterização já foi realizada anteriormente) das instituições entrevistadas, e os seus projetos (informação recolhida através das entrevistas). Salienta-se que, apenas uma das instituições, de momento, não possui qualquer tipo de projeto, a FISOOT e, portanto, não constará nesta segunda parte, apesar de ter sido uma das instituições entrevistadas. Contudo, frisa-se que a sua caracterização foi realizada anteriormente. As autarquias, que não foram identificadas na primeira parte deste documento, visto que não são instâncias especializadas no atendimento a vítimas, contarão com uma breve caracterização.

Posteriormente, através da análise de conteúdo estarão presentes as principais preocupações das instituições especializadas e das autarquias no atendimento, encaminhamento e intervenção às vítimas, as suas maiores dificuldades/necessidades, as estratégias de prevenção e a sua importância, que se encontram diretamente relacionadas com os projetos e, vigor no âmbito da violência doméstica e, ainda, as principais falhas identificadas pelos(as) técnicos(as) no que diz respeito às estruturas de apoio à vítima e às políticas públicas no âmbito da violência doméstica. Salientamos que os dados serão apresentados de uma forma simples e objetiva, para que seja possível a sua fácil compreensão.

Tal como é possível observar, a metodologia utilizada para a realização da segunda parte deste documento, prendeu-se com a realização de entrevistas, e a análise de conteúdo dos dados recolhidos.

Por fim, este documento conta com as considerações finais, onde serão manifestadas as últimas conclusões acerca da importância do trabalho realizado, referenciando, ainda, as visões das IE e das JF, e as suas semelhanças ou diferenças.

## **Capítulo VI - Identificação das entidades entrevistadas**

### **ADDIM: Associação Democrática de Defesa dos Interesses e da Igualdade das Mulheres**

#### **❖ Projetos/Ações em curso:**

**Violência Doméstica: Um problema social, uma resposta social;** Dirigido às autarquias, e aos técnicos que nelas trabalham. Tem o objetivo de realizar uma sensibilização dos mesmos acerca do fenómeno da violência doméstica, através de uma formação com conteúdos teóricos e práticos.

**Beijar-Flor;** Realizado em algumas escolas do Grande Porto, com crianças a partir dos 7 anos, até aos 18 anos. Este projeto está dividido em 13 sessões que ocorrem ao longo do ano letivo (outubro-junho), tendo como objetivo a sensibilização das crianças e jovens, através de um trabalho de prevenção. Nestas sessões são abordados temas como: os papéis de género, a multiculturalidade, os direitos humanos, os afectos, resolução de conflitos, entre outros.

**Viver Sempre:** Realizado em centros de dia da cidade do Porto, e que conta com sessões psicoeducacionais semanais nesses mesmos centros. Tem o objetivo de sensibilizar os idosos para o fenómeno da violência e, também de identificação e sinalização de casos, nesse mesmo contexto.

**Ações de Sensibilização esporádicas,** que são realizadas nas principais datas que se encontram relacionadas com questões sobre o fenómeno da violência doméstica, igualdade de género, violência de género, etc.

## **Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**

- ❖ **Projetos/Ações em curso:** Todos os anos, esta entidade é responsável pelo lançamento de várias campanhas nacionais, que fazem alusão à cidadania, igualdade de género, violência no namoro, doméstica ou de género. De momento, a campanha que se encontra em atividade, e que terá a duração até ao final do ano letivo (Junho de 2017) é a “Muda de Curso”, dirigida a estudantes universitários e que alerta para as questões da violência no namoro.

### **Fios e Desafios – Associação de Apoio Integrado à Família**

- ❖ **Projetos/Ações em curso:**

**Salto I:** Este projeto resultou da aprovação de uma candidatura à tipologia 3.16, de apoio financeiro e técnico de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, e que atuam no âmbito da promoção da igualdade de género e prevenção e combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos. Assim, este projeto tem como principal objetivo trabalhar com a população as questões da igualdade de género e a prevenção da violência de género. Esta sensibilização é realizada através de algumas atividades, sendo que são destacadas aquelas que se dirigem de forma mais específica a públicos mais vulneráveis, como crianças e jovens institucionalizados e famílias carenciadas ou em situação de risco.

A primeira atividade já se encontra em funcionamento, denominando-se “Grupos de Pais”, onde se procura trabalhar as competências pessoais, sociais e parentais. Pretende-se, ainda, fomentar a igualdade de género, não-discriminação e não violência no contexto familiar. Esta atividade é concretizada através da partilha de experiências e dúvidas dos/as participantes, e de atividades lúdico-recreativas. Assim, ao longo das sessões, serão realizados alguns workshops, e espera-se que seja feito um trabalho de exploração e apreensão das estratégias e comportamentos de resolução de conflitos e de promoção de um ambiente familiar positivo e de bem-estar.

**SAAS: Serviço de Acompanhamento e Atendimento Social**, de Bonfim e Campanhã, desenvolvido pela Fios e Desafios. Este serviço enquadra-se numa resposta social de proximidade, dirigida a pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade ou risco, que necessitem de apoio ou orientação para resolverem os seus problemas. De salientar que este serviço está inserido na tipologia 3.23 – Redes Locais de Intervenção Social do POISE/PORTUGAL 2020 e com protocolo assinado com o Instituto da Segurança Social, I.P.

**Campanhas de Sensibilização** nas principais datas, como por exemplo, no 25 de Novembro, dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, ou em momentos mais esporádicos.

### **UMAR: União de Mulheres Alternativa e Resposta**

#### **❖ Projetos/Ações em Curso:**

**Art'themis +:** Realizado em algumas escolas do Grande Porto. Este projeto conta com 15 sessões de sensibilização, durante todo o ano letivo. Sessões essas que abordam temas como os direitos humanos, direitos das mulheres, estereótipos de género, violência de género, no namoro, doméstica, entre outros. As crianças e jovens, nestas sessões, desenvolvem e estimulam a sua criatividade na área da igualdade de género e prevenção da violência. Com o intuito de desconstruírem o fenómeno da violência, produzem através de ferramentas artísticas os seus trabalhos finais, tornando-se os/as protagonistas com a construção de um produto final artístico (vídeos, coreografias, peças de teatro, entre outros). Estes produtos são apresentados nos encontros de final do ano letivo.

De salientar que este projeto não se dirige apenas às crianças e jovens, mas também à comunidade educativa em geral e aos encarregados de educação, através de ações formativas.



## Junta de Freguesia do Bonfim



Figura 14 – Brasão Junta de Freguesia do Bonfim

- ❖ **Breve caracterização da Instituição:** Esta junta foi criada a 11 de Dezembro de 1841, e é uma freguesia central na cidade do Porto. Conta com 7 pelouros: Organização Interna; Saúde e Apoio Social; Desporto; Coesão Social; Educação, Cultura e Lazer; Emprego, Formação e Empreendedorismo e Urbanismo, Ambiente e Mobilidade
- ❖ **Valências:** Relativamente às valências ou aos serviços que esta junta dispõe, podem nomear-se os seguintes: Espaço do Cidadão; Gabinete de Inserção Profissional; Programa Habitar e Gabinete de Serviço Social. É neste último gabinete onde são recebidas vítimas de violência doméstica, que são posteriormente encaminhadas para instituições certificadas para o atendimento das mesmas. De salientar que, e segundo a entrevista realizada a uma técnica desta junta de freguesia, a sensibilização e a informação são elementos chave durante o atendimento às vítimas de violência doméstica. Assim sendo, o papel dos técnicos de serviço social que exercem funções nesta junta, engloba a sensibilização, informação, acompanhamento e sinalização das vítimas.
- ❖ **Projetos:** Apesar de esta junta não possuir projetos próprios, encontra-se em parceria com algumas instituições que trabalham diretamente com o fenómeno da violência doméstica, acabando, desta forma, por ser parceira nos projetos que vão sendo implementados através das instituições certificadas.
- ❖ **Contactos:**
  - **Morada:** Campo 24 de Agosto, 294.
  - **E-mail:** geral@jfbonfim.pt
  - **Telefone:** 225 194 500

## Junta de Freguesia de Campanhã



Figura 15 – Brasão Junta de Freguesia de Campanhã

- ❖ **Breve caracterização da Instituição:** Esta freguesia é a que apresenta a maior área geográfica da cidade do Porto, contendo, então, uma grande densidade populacional. De acordo com a entrevista realizada a um dos técnicos superiores desta junta, esta mesma freguesia apresenta três graves problemas: o desemprego, a toxicodependência e o alojamento. Assim sendo, e com vista a colmatar o primeiro problema referido, esta junta possui um gabinete de inserção profissional, onde existe apoio à qualificação escolar e profissional; apoio na procura ativa de emprego; apoio ao empreendedorismo e apoios dirigidos às empresas.
- ❖ **Valências:** Tal como foi mencionado no ponto acima, esta junta apresenta um gabinete de inserção profissional, e, também um gabinete de serviço social. É neste gabinete que são prestados alguns serviços, nomeadamente no que diz respeito às questões do alojamento, de subsídios, e onde existe um atendimento não especializado às vítimas, e um posterior encaminhamento das mesmas para as estruturas certificadas. É de ainda de salientar que esta junta possui um posto de atendimento no bairro do Lagarteiro, onde, também é possível receber cidadãos, esclarecendo as suas dúvidas.
- ❖ **Contactos:**
  - Morada: Praça da Corujeira, 202
  - E-mail: [geral@campanha.net](mailto:geral@campanha.net)
  - Telefone: 225 898 590

## União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos



Figura 16 – Brasão União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos

- ❖ **Breve caracterização da Instituição:** Esta união de freguesias faz parte da autarquia da cidade do Porto, e nasceu em 2013, em sequência da reforma administrativa das freguesias, agregando as antigas freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos. Contudo, continuam a existir dois edifícios distintos.
- ❖ **Valências:** Apesar de esta entidade não ser certificada ou especializada para o apoio ou atendimento a uma vítima de violência doméstica, dispõe de alguns serviços que as vítimas podem usufruir. Nomeadamente o serviço de ação social, que dispõe de um gabinete psicológico e um gabinete de mediação de conflitos. Ambos os serviços se situam no Edifício de Massarelos.
- ❖ **Contactos:**

Sede: Polo de Lordelo do Ouro Morada: Rua de Serralves, 10. Telefone: 226 166 910 Telemóvel: 91 439 44 61	Polo de Massarelos Rua do Campo Alegre, 244. Telefone: 226 061 020 Telemóvel: 961 557 471
--	--

## **Capítulo VII – Apresentação dos resultados**

### **7.1 A visão das Autarquias (em síntese):**

#### **❖ Principais necessidades/dificuldades manifestadas pelas autarquias:**

Uma necessidade comum apresentada pelas três autarquias entrevistadas foi a falta de financiamento, isto é, a falta de verba para a contratação de técnicos(as). Uma das autarquias salientou, ainda, o facto de que, no âmbito geográfico da freguesia em questão, não existir numa instituição especializada de atendimento à vítima, o que faz com exista uma deslocação por parte das vítimas para outros pontos da cidade do Porto.

#### **❖ Preocupações no que diz respeito ao atendimento, encaminhamento e intervenção das vítimas:**

Existe, nitidamente, uma preocupação por parte dos técnicos(as) que trabalham nas autarquias em informar e sensibilizar as vítimas para o fenómeno, aconselhando-as, ainda, a fazerem queixa junto das autoridades. Para além disso, é também afirmado pelos(as) entrevistados(as) que as autarquias não são entidades certificadas para fazer intervenção com as vítimas e que, portanto, as mesmas devem ser encaminhadas.

Diretamente relacionado com o atendimento realizado às vítimas, os(as) técnicos(as) referiram que as mesmas apresentam várias questões e preocupações assim que se dirigem a estes serviços, sendo que estas preocupações, passam, maioritariamente, e segundo os(as) entrevistados(as) pelo medo que lhe sejam retirados(as) os(as) filhos(as) e, ainda, a vergonha que sentem por recorrerem a instituições próximas da zona de residência e os familiares e amigos acabarem por saber que são vítimas de violência doméstica.

#### **❖ Prevenção: Estratégias de atuação e a sua importância**

Todos(as) os(as) entrevistados(as) referenciaram o trabalho realizado com as crianças e jovens como uma estratégia de prevenção fundamental, e afirmam que quanto mais precocemente é realizado este trabalho, mais possibilidade haverá de se efetivar uma mudança na sociedade. No entanto há que não esquecer as restantes faixas etárias. Esta prevenção encontra-se diretamente relacionada com a sensibilização, e dois dos(as) entrevistados(as) realçam a importância das

campanhas realizadas a nível nacional, e dos seminários ou congressos para apelar ao fenómeno da violência doméstica, bem como das mensagens mediáticas que são transmitidas através da televisão, rádio ou redes sociais.

É, ainda, mencionado como estratégia de prevenção a formação dos(as) técnicos(as) que atuam nesta mesma área, pois são técnicos(as) de primeira linha, que devem estar sensibilizados e informados sobre o campo tão abrangente da violência doméstica. Esta formação, na ótica dos(as) entrevistados(as), dará ferramentas aos(às) técnicos(as) para conseguirem lidar com todas as questões subjacentes ao fenómeno da violência doméstica, mantendo-os(as), igualmente, atentos(as) para os sinais dados pelas vítimas, que, de outra forma, e sem esta formação, podem passar despercebidos, o que acaba por dar origem a posturas incorretas por parte dos(as) técnicos(as), que não propiciarão um atendimento desejado.

❖ **Principais falhas identificadas pelas entidades no que diz respeito às estruturas de apoio que atuam na área da violência doméstica**

Em duas das entrevistas é salientado pelos(as) entrevistados(as) que ainda se continua a trabalhar só uma dimensão, a das vítimas, não sendo dada importância à intervenção com os agressores, no entanto, os mesmos também constituem uma dimensão do fenómeno, e, como tal, deveria ser trabalhada.

Numa das entrevistas é reforçado o facto de o Estado não ter meios nem recursos que permitam um apoio mais concertado às vítimas. É igualmente salientado pelo mesmo entrevistado que algumas casas de abrigo não estão preparadas para receber os(as) filhos(as) das vítimas, sendo esse factor identificado como uma falha. Também neste seguimento, é, ainda, apresentada uma crítica a estas casas de abrigo, no que diz respeito aos(às) técnicos(as) que lá trabalham, que nem sempre demonstram competências para lidar, no seu quotidiano, com as vítimas, acabando as mesmas por fugir das instalações.

## **7.2 A visão das Instituições Especializadas (em síntese)**

### **❖ Principais dificuldades das entidades**

Das 5 entrevistas realizadas a instituições especializadas no âmbito da violência doméstica, em 4 delas foi referido como principal dificuldade a falta de financiamento e o facto de estarem sempre dependentes que projetos que sejam aprovados. Para além desta dificuldade, é ainda salientado por uma das entrevistadas que seriam necessárias instalações de melhor qualidade para receber as vítimas.

### **❖ Preocupações com o atendimento, encaminhamento e intervenção das vítimas**

De uma maneira geral, os(as) entrevistados(as) referem a avaliação do risco e a avaliação de segurança da vítima como sendo um ponto fundamental no atendimento e intervenção das mesmas. Nestas avaliações existe toda uma preocupação em recolher algumas informações sobre a violência exercida, nomeadamente: quem é o(a) agressor(a), quando é que a violência acontece, qual é a rede de apoio da vítima, zonas de segurança, entre outros aspetos.

No que diz respeito à postura dos(as) técnicos(as) durante o atendimento, os(as) mesmos(as) salientam a empatia que deve ser criada com a vítima, sabendo escutar e respeitar todos os momentos. Estes(as) técnicos(as) têm, ainda, o dever de informar e consciencializar a vítima.

### **❖ Prevenção: Estratégias de prevenção e a sua importância**

No que diz respeito a este tópico, a maioria dos(as) entrevistados(as) referiram a importância de se trabalhar com os jovens a temática da violência doméstica, mas também, os direitos humanos, a cidadania, a igualdade de género e os estereótipos, entre outros temas. Um dos entrevistados chegou mesmo a mencionar que estas questões deveriam ser introduzidas nos currículos escolares. Apesar dos jovens serem o grande foco para se iniciar esta prevenção, é necessário não esquecer das restantes faixas etárias que, igualmente, devem ser sensibilizadas para o fenómeno.

Tal como foi referido anteriormente, também na visão das instituições a televisão e as redes sociais têm um papel muito importante na transmissão de

mensagens mediáticas sobre a violência doméstica. No entanto, e diretamente relacionado com este mediatismo, uma das entrevistadas problematizou a adequação das estratégias de prevenção, referindo que, nos dias de hoje, as mensagens mediáticas que passam na televisão são de um extremo choque (por conterem imagens, por exemplo, de mulheres ensanguentadas), mas que, mesmo contendo todo esse choque, não retratam a grande maioria das vítimas, aquelas que não ficam com uma única marca visível no corpo.

A formação dos(as) técnicos(as) nesta área é outro dos pontos fulcrais no que diz respeito às estratégias de prevenção, tendo sido referida por 3 entrevistados(as). Foram salientados os profissionais da área da educação, da saúde, da justiça e os agentes da autoridade como “principais” profissionais a receberem formação, pois, no primeiro caso, são os profissionais que mais tempo passam com as crianças e jovens e que podem estar atentos aos sinais ou comportamentos que podem ser manifestados por parte dos(as) mesmos(as). No segundo caso, estes(as) profissionais podem receber uma vítima nos serviços de saúde, e constatar que, de facto, aquela marca pode ser um sinal de violência doméstica; No caso da justiça, estes profissionais são aqueles que podem tornar a lei efetiva e decretar o cumprimento de pena para o agressor. Por fim, os agentes da autoridade, acabam por ser a instância de primeira linha a que as vítimas recorrem e, por isso, devem estar devidamente informados e sensibilizados.

Assim, a prevenção e, conseqüentemente, a formação é de extrema importância tanto para as vítimas, como para a sociedade em geral, que fica mais informada e sensibilizada, existindo, dessa forma, uma maior consciencialização para o fenómeno e para todas as suas dimensões.

#### ❖ **Principais falhas identificadas pelas entidades no que diz respeito às estruturas de apoio que atuam na área da violência doméstica**

Como principal falha é apontada pelos(as) técnicos(as) o facto de, nesta área ser necessário agir sobre todas as suas frentes, trabalhando com todas as pessoas envolvidas, não apenas com as vítimas. Numa das entrevistas é até mesmo referenciado que os agressores não têm conhecimento dos programas que existem, ou das estruturas de apoio a que podem recorrer.

São ainda indicadas outras falhas, nomeadamente o facto de as casas de abrigo não estarem preparadas para receber idosos; falhas dos(as) técnicos(as) durante o

atendimento e intervenção com as vítimas e, também, a habitação social, onde as vítimas deveriam ter um acesso facilitado à mesma, mas o que se verifica é que, na realidade, não têm prioridade, e acabam por ter de esperar o mesmo tempo que alguém que não possui estatuto de vítima.



## **Considerações Finais**

Tal como se referiu no início deste trabalho, o mesmo constitui um instrumento útil, quer para a DAS, quer para a sociedade. Este documento, ainda que não esteja devidamente completo, devido ao fator tempo e a toda a burocracia que se verificou, representa um conjunto de vários contributos, sendo que os mesmos poderão, posteriormente, ser desenvolvidos pela CMP.

Enquanto especialista em educação, posso mencionar que a construção quer deste documento, quer o estágio em si, contribuíram para que contactasse com novas realidades e entidades, desenvolvendo, assim novas aprendizagens, e o aprofundamento de algumas competências relacionadas com a intervenção de um(a) técnico(a) superior de educação numa autarquia, mais precisamente, no âmbito da violência doméstica. Salienta-se que todo este trabalho envolveu uma grande reflexão teórica, desde o seu início, onde houve um estudo do grande pilar estruturador desta investigação-intervenção – o plano municipal contra a violência doméstica – bem como toda a pesquisa documental realizada com o intuito de aprofundar o tema e reunir, neste documento, o máximo de informação considerada útil pela DAS; até ao seu término, onde ocorreu uma análise dos dados recolhidos, para posterior apresentação.

No que diz respeito aos dados recolhidos, mais precisamente, observando as visões das duas instâncias, especializadas e generalistas, conclui-se que, apesar das autarquias não terem técnicos(as) com formação no âmbito da violência doméstica, possuem uma visão muito abrangente e detalhada sobre o tema. É facilmente constatável que algumas das respostas dadas, pelas duas instâncias, são bastante idênticas. O que demonstra que, mesmo os(as) técnicos(as) não tendo qualquer tipo de formação, se encontram informados e sensibilizados no que diz respeito a este campo, sendo este aspeto de extrema relevância, pois, muitas vítimas dirigem-se aos serviços de apoio social das autarquias no sentido de se informarem e pedirem ajuda, e, portanto, é crucial que os(as) profissionais as saibam receber, esclarecendo as suas dúvidas, e não tendo qualquer tipo de pré-conceito ou estereótipo associado às vítimas, pois, e tal como foi mencionado em algumas das entrevistas, a vítima poderá ficar completamente traumatizada com o atendimento e poderá nunca mais voltar à instância em causa, ou a outras, perdendo-se, assim, a oportunidade de apoiar e fazer intervenção com a mesma.

## Referências Bibliográficas

### Documentos Oficiais e Legislação consultada:

Anuário Estatístico da Região do Norte – Instituto Nacional de Estatística, 2015  
Código Penal Português, Decreto Lei n.º 400/82  
Código Penal Português, Lei n.º 59/2007  
Convenção de Istambul, 2011  
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, 1979  
Diretiva Europeia para as Vítimas, 2012  
Lei n.º 112/2009  
Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica, 2015  
Relatório Anual de Segurança Interna, 2016  
Relatório Mundial de Violência e Saúde - Organização Mundial de Saúde, 2002

### Webgrafia

<http://www.igualdade.gov.pt/guiaderecursosvd/>  
<https://www.cig.gov.pt>  
[https://apav.pt/apav\\_v3/index.php/pt/](https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/)  
<http://www.addim.pt/>  
<http://projectocriar.blogspot.pt/>  
<http://fiosedesafiosipss.blogspot.pt/>  
<http://fisoot.org/>  
[http://www.psp.pt/Pages/pesquisa\\_detalhe.aspx?menu=2&submenu=1&unidade=730](http://www.psp.pt/Pages/pesquisa_detalhe.aspx?menu=2&submenu=1&unidade=730)  
[https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/uni\\_geral.unidade\\_view?pv\\_unidade=250](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/uni_geral.unidade_view?pv_unidade=250)  
<http://www.umarfeminismos.org/>  
<http://www.jfbonfim.pt/>  
<http://www.campanha.net/>